

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Arthur da Costa Orlando

**INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
URBANO DE SÃO PAULO DO MURIAHÉ: FINAIS DO
SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX (1870-1910)**

Niterói
2020

ARTHUR DA COSTA ORLANDO

LINHA DE PESQUISA

“Sociedade, movimentos populacionais e de culturas”

**INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO PAULO DO
MURIAHÉ: FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX (1870-1910)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Vitória Fernanda Schettini

NITERÓI

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Orlando, Arthur da Costa

O71 Infraestrutura e desenvolvimento Urbano de São Paulo do Muriaé: finais do Século XIX e início do XX (1870-1910) / Arthur da Costa Orlando. -- Niterói, RJ, 2020.

179p.; il., gráfs., tabs.

Referências: P. 167-179

Orientadora: PhD Vitória Fernanda Schettini. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. Muriaé (MG) - História. 2. Desenvolvimento urbano.
3. Demografia - Censo. I. TÍTULO.

CDD 981.51

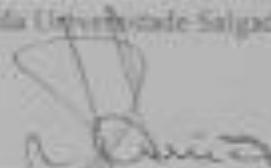
ARTHUR DA COSTA ORLANDO

"INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO PAULO DO
MURIAÉ: FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX (1878-1918)"

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em História, aprovada no dia 12 de fevereiro de 2020 pela banca
examinadora, composta pelos professores:



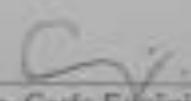
Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini de Andrade
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof.ª Dr.ª Rita de Cassia da Silva Almeida
Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



Prof.ª Dr.ª Marieta Pinheiro de Carvalho
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Carlo Euzébio Nogueira
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o início do processo de desenvolvimento urbano em São Paulo do Muriahé (atual Muriaé), freguesia situada no Sertão leste da Província de Minas Gerais nos finais do século XIX e início do XX, mais precisamente de 1870 até 1910. O recorte temporal justifica-se pelo ano inicial corresponder à década em que os documentos utilizados no trabalho foram encontrados para análise, tanto no Paço da Câmara Municipal, quanto no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, ambos situados na cidade de Muriaé e o final por ser o período em que São Paulo do Muriahé passava por uma intensa produção cafeeira. Compreende-se que esse espaço sofrerá transformações com a chegada de migrantes, devido à crescente produção cafeeira no período analisado, o que levou as autoridades municipais a discutirem políticas de infraestrutura urbana para atender essa demanda. Com a abolição da escravidão no país e com a modernização, a sociedade sofreria as mais variadas transformações. Nesse sentido, para atingir os objetivos, foram analisados os censos demográficos, os registros de indústria e profissão, os inventários *post-mortem*, as atas e as resoluções da Câmara Municipal, além de tabelas de impostos e de orçamentos anuais a partir de 1905. O trabalho permitiu compreender o perfil populacional da área em questão, os investimentos feitos por essa população, além dos primeiros serviços de infraestrutura, como rede de esgoto, telégrafo, fornecimento de água e luz, calçamentos e outras principais preocupações postas em discussão pelas autoridades locais no período. Antes dos processos de abolição da escravidão e Proclamação da República, predominavam os interesses rurais, tanto nos investimentos da população, quanto nas políticas de infraestrutura deliberadas pelas autoridades municipais, mas acredita-se que esse quadro sofreu algumas modificações no período posterior, resultado dessa série de mudanças estruturais que ocorriam no país nesse momento.

Palavras-Chave: atas da Câmara Municipal, infraestrutura, desenvolvimento urbano.

Abstract

The main objective of this work is to understand the beginning of the urban development process in São Paulo do Muriahé (now Muriaé), a parish located in the eastern Sertão of the Province of Minas Gerais in the late 19th and early 20th centuries, more precisely from 1870 until 1910. The time frame is justified by the initial year corresponding to the decade in which the documents used in the work were found for analysis, both at the Paço da Câmara Municipal and at the Tabelião Pacheco de Medeiros Forum, both located in Muriaé and the final one being the period when São Paulo do Muriahé was experiencing intense coffee production. It is understood that this space will undergo transformations with the arrival of migrants, due to the growing coffee production in the region in the analyzed period, which leads the municipal authorities to discuss urban infrastructure policies to meet this demand. With the abolition of slavery in the country and with modernization, society would undergo the most varied transformations. In this sense, to achieve the objectives, demographic censuses, industry and profession records, post-mortem inventories, minutes and resolutions of the City Council were analyzed, in addition to tax tables and annual budgets from 1905 onwards. The work made it possible to understand the population profile of the area in question, the investments made by this population in addition to the first infrastructure services, such as the sewage network, telegraph, water and electricity supply, pavements and other main concerns raised by the local authorities. In the period. Before the processes of abolition of slavery and the Proclamation of the Republic, rural interests predominated, both in the investments of the population and in the infrastructure policies deliberated by the municipal authorities, but it is believed that this situation has undergone some changes in the subsequent period, as a result of this series of actions, structural changes that were taking place in the country at that time.

Keywords: City Council minutes, infrastructure, urban development.

O trabalho é dedicado a todos aqueles que acreditaram e me ajudaram na concretização deste sonho. Em especial, meu pai José, minha mãe Roseli, meu irmão Henrique e minha irmã Estéfani.

Agradecimentos

Difícil chegar a este momento da dissertação e concretizá-lo sem que a emoção venha à tona, pois enfrentar esta caminhada não foi fácil, batalhas tiveram que ser vencidas, caminhos desconhecidos acabaram sendo descobertos e paradigmas antes vistos como verdades absolutas foram desmistificados. Porém, sem a ajuda de diversas pessoas, nada disso teria se tornado verdade. Desse modo, nesta parte do trabalho, como forma de retribuição, gratidão e carinho, buscarei mencionar todos aqueles que na grandeza de seus atos, deram sua contribuição para a concretização desse complexo processo de me pós-graduar.

A princípio, agradeço a Deus, sem Ele com certeza não estaria aqui, principalmente pelos acontecimentos ocorridos comigo durante o período de estudos. Imaginar que sobrevivi em meio a um ambiente em que as expectativas eram praticamente nulas é ter a certeza que o Senhor possui forte influência em minha vida e por isso é meu dever agradecer-lhe sempre após cada conquista.

Meus sinceros agradecimentos também a CAPES pelo fomento da bolsa de mestrado, esta, crucial para a otimização dos estudos, principalmente pela dedicação integral.

A minha orientadora professora Dr^a Vitória Fernanda Schettini, a qual representa para mim um exemplo de vida e superação. Obrigado por sempre me apoiar nas pesquisas, pelos incentivos nas produções, por me fazer acreditar que tudo nessa vida pode ser conquistado, basta termos dedicação e perseverança. Arelado a isso, agradeço também pela sua paciência, compreensão, puxões de orelha e sugestões que foram norteadores desse trabalho, excetuando-se as falhas, que são de minha inteira responsabilidade. Por tudo, Vitória Schettini, tenho a convicção de poder falar que, o mundo seria muito melhor se existissem mais pessoas como à senhora. Destarte, tenha à certeza que o carinho por você persistirá.

Gostaria de externar meus agradecimentos aos professores doutores Jorge Prata de Sousa, Fernando Rodrigues, Jonis Freire, Karoline Carula, Márcia Amantino e Vivian Zampa, pelo apoio, conversas e incentivo a pesquisa. É gratificante saber que convivi com vocês durante o período de estudos, pois são pessoas de caráter incomparável.

De maneira conjunta externo o muito obrigado ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIVERSO, os demais professores e a Tayná Felix que além da receptividade muito contribuíram para o aprimoramento desse trabalho.

Minha gratidão também tem lugar àquelas pessoas que estiveram comigo desde o início do trabalho, como os professores mestres Tiago de Castro Braga, Edilane Aparecida Fraga e Luís

Fernando de Ribas Freitas. Obrigado pelos conselhos, pelas dicas e pelas conversas em momentos em que o desânimo se fazia presente. Graças a vocês pude sempre vencer os desafios.

Entre os agradecimentos, não posso deixar de citar as amizades construídas durante as disciplinas do mestrado, as quais foram fundamentais para a troca de experiências e construção do aprendizado. Desse modo, meu muito obrigado vai para os amigos, Diogo Morales, Fábio Francisco, Valdenora Owerney, Gabriel Paixão, Paulo, Antônio (Toninho), Gisele Nascimento, Igor Lacerda, José Almejeiras, José Carlos e Edna.

De modo concomitante, um muito obrigado para os amigos do período da graduação que continuaram ao meu lado durante o mestrado, como Paulo, Waleska, Letícia, Maísa, Erickson, Lucas, Bruno e tantos outros.

Agradeço também as amizades que a UNIVERSO me proporcionou, devido às apresentações realizadas ou no convívio semanal, como os professores Randolpho Randsak, Vinicius Maia, Márcio Brum, Cristiano Luís Christilino, Lucius Jacob, Sr Wilson entre outros.

Grato também sou pelos funcionários do Paço da Câmara Municipal e do Fórum Tabelaço Pacheco de Medeiros de Muriaé, os quais sempre se demonstraram dispostos a me ajudarem na realização da pesquisa, indicando-me os documentos para que pudesse averiguar. Entre eles não posso deixar de mencionar os nomes de Liliana Dias, João, Marciley e outros que possuo a lembrança em minha memória, mas não me lembro dos nomes para citá-los. Obrigado de coração a todos.

Agradeço de modo especial a minha família que mesmo não entendendo a complexidade do processo sempre se demonstraram aptos a me ajudarem a qualquer momento. Nesse sentido, não posso deixar de ressaltar a fundamental importância dos meus avôs que sempre deixaram a casa deles a disposição para que eu a frequentasse durante a realização da pesquisa. A vitória alcançada também é dos senhores, vô Sebastião e vó Maria.

A meu pai José, minha mãe Roseli, meu irmão Henrique e minha irmã Estéfani me faltam palavras para externar tamanha gratidão, obrigado por me ajudarem nos momentos difíceis, principalmente por não desistirem de mim nos períodos extremos. Essa conquista representa uma singela demonstração de que tudo que vocês fizeram valeu à pena.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha namorada Emanuele Cristina de Paula. Esta que esteve comigo mesmo nos períodos em que eu não tinha tempo para encontrá-la devido às muitas tarefas da pós-graduação ou as viagens realizadas, sempre mantendo a confiança e me dando o apoio necessário para vencer os obstáculos. Obrigado pela sua compreensão, pois me ajudou muito.

Abreviaturas

FTPM- Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

PMR- Participação no montante das riquezas

RPT- Registos Paroquiais de Terras

Lista de Tabelas

Tabela 1: Relação proporcional da produção cafeeira na Zona da Mata na produção do Estado de Minas Gerais (períodos selecionados).....	27
Tabela 2: Composição fundiária de São Paulo do Muriaé (R.P.T), 1854- 1857	33
Tabela 3: Recenseamento de 1872- São Paulo do Muriaé, Zona da Mata e Minas Gerais ..	38
Tabela 4: População Escrava dos 15 principais municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira (1886).....	53
Tabela 5: Médias de participação dos ativos no total da riqueza inventariada de São Paulo do Muriaé, 1870-1888.....	68
Tabela 6: Produção Exportável De Café das Principais Regiões Produtoras (1.000 sacas)....	86
Tabela 7: Brasil, principais produtos de exportação, 1889-1913(em Percentagens).....	88
Tabela 8: Participação dos Ativos no total da Riqueza-1889-1910.....	124
Tabela 9: Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos).....	128
Tabela 10: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1889-1910.....	128
Tabela 11: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1889-1900.....	128
Tabela 12: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1901-1910.....	128

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Média de participação do ativo escravo no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	57
Gráfico 2: Média de participação do ativo café no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	58
Gráfico 3: Média de participação do ativo animal no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	59
Gráfico 4: Média de participação do ativo terras no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	60
Gráfico 5: Média de participação do ativo casas no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888	61
Gráfico 6: Média de participação do ativo benfeitorias no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	62
Gráfico 7: Média de participação do ativo objetos pessoais no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	63
Gráfico 8: Média de participação do ativo títulos no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	64
Gráfico 9: Média de participação do ativo dívidas ativas no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	65
Gráfico 10: Média de participação do ativo terreno no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	66
Gráfico 11: Média de participação do ativo alimento no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888.....	67
Gráfico 12: Médias de participação dos ativos no montante da riqueza: São Paulo do Muriahé no período de 1870-1880.....	69
Gráfico 13: Médias de participação dos ativos no montante da riqueza: São Paulo do Muriahé no período de 1881-1888.....	70
Gráfico 14: Participação no Montante da Riqueza- Ativos (1889-1910).....	123

Lista de Imagens

Imagem 1: Região da Zona da Mata Mineira atualmente.....	21
Imagem 2: Festa de inauguração do coreto da cidade no ano de 1910.....	155

Lista de Quadros

Quadro 1: Relação dos livros de Atas da Câmara Municipal, São Paulo do Muriahé, 1871-1910	3
Quadro 2: Relação dos livros de Registros de indústrias e profissões de São Paulo do Muriahé, 1892-1910	8
Quadro 3: Crescimento demográfico da Zona da Mata, 1822/1890.....	27
Quadro 4: Demonstrativo de terras e das produções agrícolas encontrados nos inventários de São Paulo do Muriahé (1850-1888)	35
Quadro 5: Composição do município de São Paulo do Muriahé 1872.....	38
Quadro 6: Quantitativo de inventários analisados: São Paulo do Muriahé, 1870-1888.....	50
Quadro 7: Quantidade de Sessões da Câmara Municipal ocorridas na Freguesia de São Paulo do Muriahé no período 1871- 1888	75
Quadro 8: Políticas de infraestrutura discutidas nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriahé entre os anos de 1871 a 1888	80
Quadro 9: Produção Estimada para a Mata (1905)	91
Quadro 10: Relação entre moradores e quantidade de itens registrados nos livros de indústria e profissão de São Paulo do Muriahé entre anos do período de 1889 a 1910.....	99
Quadro 11: Quantitativo de estabelecimentos comerciais existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	100
Quadro 12: Quantitativo de profissionais existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	103
Quadro 13: Quantitativo de benfeitorias existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	105
Quadro 14: Quantitativo de fábricas existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	106
Quadro 15: Quantitativo de imóveis para alugar ou alugados existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	108
Quadro 16: Quantitativo de outros elementos existentes na sede do município de São Paulo do Muriahé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910.....	109
Quadro 17: Relação entre os elementos presentes nos registros de indústria e profissão na sede de São Paulo do Muriahé que refletem as dinâmicas socioespaciais urbanas existentes entre 1889-1910.....	110

Quadro 18: Relação dos endereços de acordo com seus bairros, Muriaé, 1921.....	112
Quadro 19: Número de inventários e total da Riqueza por ano – 1889-1910.....	116
Quadro 20: Quantidade de sessões da Câmara Municipal ocorridas na cidade de São Paulo do Muriahé no período de 1889-1910.....	144
Quadro 21: Políticas de infraestrutura discutidas nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriahé entre os anos de 1889 a 1910.....	147

Lista de Mapas

Mapa 1: Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque São Paulo do Muriaé 1872..... 40

Sumário

Introdução	1
Capítulo I: Espaço, Território e Região: Um olhar analítico sobre a Zona da Mata mineira e São Paulo do Muriahé em finais do século XIX	11
1.1- Atribuições acerca do espaço geográfico da Zona da Mata	11
1.2- A Zona da Mata mineira e seu processo de ocupação: breves considerações.....	21
1.3- São Paulo do Muriahé em debate.....	30
Capítulo II: As dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas de São Paulo do Muriahé durante o período de 1870 a 1888	42
2.1- Atribuições em torno dos conceitos de rural e urbano, e o início da dinâmica espacial urbana de São Paulo do Muriahé.....	42
2.2- Uma análise sobre os tipos de investimentos da população de São Paulo do Muriahé até o ano da abolição da escravidão no país.....	48
2.3- O funcionamento da Câmara Municipal e as políticas de infraestrutura desenvolvidas em São Paulo do Muriahé até o ano anterior à Proclamação da República.....	72
Capítulo III: Do macro ao micro: breves considerações acerca dos contextos político econômico nacional e o de São Paulo do Muriahé entre os anos de 1889 a 1910	84
3.1- As dinâmicas presentes em âmbito nacional que influenciaram as de São Paulo do Muriahé nos anos finais do século XIX e início do XX.....	84
3.2- Permanências ou transformações? As formas de investimento monetário realizadas pelos moradores de São Paulo do Muriahé durante o período de 1889 a 1910.....	115
3.3- O processo de transformação do sistema político no país e as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais de São Paulo do Muriahé durante o período de 1889 a 1910.....	133
Considerações finais	155
Fontes	158
Bibliografia	165

Introdução

O objetivo central desta pesquisa é acompanhar o desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé) nos finais do século XIX e início do XX, mais precisamente de 1870 a 1910. O recorte temporal justifica-se pelo ano inicial corresponder à década em que os documentos utilizados no trabalho foram encontrados para análise, tanto no Paço da Câmara Municipal, quanto no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, ambos situados na cidade de Muriaé e o final por ser o período em que São Paulo do Muriahé passava por uma intensa produção cafeeira. Compreende-se que esse espaço sofreu transformações com chegada de migrantes, devido à crescente produção cafeeira no período analisado, o que levou, no período, às autoridades municipais a discutirem políticas de infraestrutura urbana para atender a essa demanda. Com a abolição da escravidão no país e com a modernização, a sociedade sofreu as mais variadas transformações. Dessa forma, a fim de buscar conseguir interpretar o passado “não como de fato aconteceu, mas de maneira provável”,¹ este trabalho contou com diversos tipos de fontes, entre elas; atas e resoluções da Câmara Municipal, inventários *post-mortem* e registros de indústrias e profissões, além de, a partir de 1905 novas tabelas de impostos e receitas orçamentárias anuais, pois, concorda-se que “para se construir a história (...) é necessária a união de vários métodos e artifícios, entre eles o papel do historiador e das fontes que ele utiliza”.²

Ao longo da pesquisa, o levantamento das fontes e a coleta dos dados constituíram de um processo longo e gradual, porém prazeroso, pois desde o início das análises se sabia que, a escrita da história não se constituía de uma tarefa fácil,³ e que esse processo passaria, no decorrer do período por momentos distintos, mas complementares, conforme mencionou Giovanni Levi,⁴ ao definir que o trabalho do historiador consiste em pesquisar, resumir e comunicar.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a importância das fontes para a pesquisa, destacando seus principais atributos, possibilidades, e a maneira como foram trabalhadas quantitativa e qualitativamente, mostrando que, o seu desenvolvimento, mesmo estando em vias distintas e sendo organizadas por autores diferentes, contribuem para

¹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriahé*. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888. Tese de Doutorado em (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.p. 15.

² FRAGA, *Um estudo sobre as condições sanitárias e saúde pública em Muriaé...* p. 14.

³ CARR, *Que é História...* p. 20.

⁴ LEVI, *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar...* p. 2.

explicações do passado e para construção da história de Muriaé nos finais do século XIX e início do XX. Entretanto, há lacunas existentes nas fontes selecionadas, devido à omissão de informações e detalhes referentes a cada tipo de documento, pois como destacou Érica da Silva Xavier,⁵ “as fontes são artefatos culturalmente construídos e repletos de intencionalidade pelos grupos que a originam”.

Acredita-se, que o documento seja peça fundamental para compreensão das dinâmicas históricas, porém se sabe, assim como enfatizou Carlos Bacellar,⁶ “que a elaboração de um documento não necessariamente significa que seguiram as normas de conteúdo informacional originalmente previstas”. Assim, dialogou-se com o pensamento de Jacques Le Goff,⁷ que, o “documento deve ser submetido a uma crítica mais radical”, para que se consiga extrair informações que eles próprios são incapazes de formular.

Outro fator relevante da pesquisa histórica é o método utilizado pelo historiador mediante as fontes as quais possui, pois segundo Luciano de Azambuja⁸

O método histórico regula as operações processuais da pesquisa histórica: heurística, formulação da pergunta histórica; crítica, aplicação da pergunta histórica à fonte e extração de informações; e por fim, a interpretação, a formação da resposta histórica. Nesse sentido, pesquisa é o percurso teórico e empírico que vai da pergunta à resposta.

Após um breve painel sobre a importância dos documentos e os cuidados quanto às metodologias a serem aplicadas na pesquisa histórica, serão divulgadas as fontes utilizadas no trabalho, bem como os métodos que foram adotados para o seu desenvolvimento.

Atas e resoluções da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé

Os primeiros documentos a serem levantados e analisados foram às atas e resoluções da Câmara Municipal. Com o objetivo de determinar suas informações e aspectos por uma abordagem qualitativa e quantitativa, o historiador tem encontrado nos registros municipais um campo fértil para a análise do desenvolvimento urbano dos municípios, pois por serem elaboradas pelas autoridades municipais, “constituem importante fonte de análise da dinâmica interna da sociedade”.⁹

Ao utilizá-las como fontes, constatou-se que esses documentos oferecem diversas informações como às datas das reuniões, autoridades presentes, leis criadas, requerimentos de

⁵ XAVIER, Érica da Silva. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. *Antíteses*. Londrina vol 3, n.6, pp. 1097-1112, jul./dez. 2010. p -1101.

⁶ BACELLAR, *O uso e mau uso dos arquivos...* p.44

⁷ LE GOFF, *História e Memória...* p. 468.

⁸ AZAMBUJA, *Crítica das fontes...* p. 4.

⁹ MARTINY, *Das presenças e ausências...* p.1.

pagamentos e de concessão de terrenos, além dos diversos projetos de infraestrutura que poderiam ser aprovados ou não, como calçamentos de ruas, abertura de estradas, construção ou reconstrução de pontes, escolas, entre outras questões da dinâmica municipal. Estes dados não são restritos apenas às questões mencionadas, mas também contribuem para a discussão de inúmeras questões que emergem no campo da História, como a História Política e Social.

Por meio dos temas das discussões realizadas nas sessões, foi possível perceber as principais políticas desenvolvidas ao longo dos anos, e, como consequência, as transformações socioespaciais e/ou sociopolíticas ocorridas num determinado período, influenciadas ou não, por fatores externos e internos, ou seja, estas fontes possuem informações que são de grande valia ao historiador.

Esses documentos se encontram disponíveis no Paço Municipal da cidade de Muriaé, (MG). O arquivo possui um completo acervo de livros, armazenados em pastas e envelopes, não numerados. O recorte estabelecido para a pesquisa se propôs a estudar os anos de 1870 a 1910, sendo analisado um total de 06 livros, com 539 atas. Abaixo, segue a relação dos livros de atas analisados.

Quadro 1: Relação dos livros de Atas da Câmara Municipal, São Paulo do Muriaé, 1871-1910

Livro n°1	Novembro de 1871 a Julho de 1873
Livro n°2	Janeiro de 1880 a Agosto de 1885
Livro n°3	Mai de 1888 a Setembro de 1890
Livro n°4	Dezembro de 1897 a Dezembro de 1900
Livro n°5	Março de 1901 a Dezembro de 1904
Livro n°6	Janeiro de 1905 a Dezembro de 1910

FONTE: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, anos de 1871 á 1910

Como se pode observar, apesar de terem sido utilizadas as atas da Câmara Municipal, abrangendo quase quatro décadas, existem algumas lacunas, ora temporais, ora em termo de informações anotadas. Como seria de esperar, algumas partes dos livros das atas se perderam com o tempo ou se encontram em dificuldade de acesso, resultando na falta quase total de informações para os anos de 1871 e 1897 e total para os de 1874 a 1879, 1886 a 1887 e 1891 a 1896. O que significa dizer que os anos de 1872-73, 80 a 85, 88 a 90 e 98 a 1910, ofereceram a possibilidade de interpretações cronológicas e diacrônicas mais seguras, não se pretendendo menosprezar os dados disponíveis para os anos de 1871 e 1897, pois cada fonte que ainda sobrevive tem de ser valorizada.¹⁰

¹⁰ LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, 2004. p. 69-96.

Mesmo com algumas lacunas, o banco de dados construído permite compreender quais eram as políticas adotadas pelas autoridades municipais frente às necessidades da população, formando um conjunto de informações que busca retratar vários aspectos da realidade do período em tela. Dessa forma, para o levantamento das informações contidas nos documentos, foi construído um banco de dados elaborado em planilha do Excel. Sendo quantificadas as discussões realizadas, além de também catalogados, a partir de 1905, os impostos criados e as verbas orçamentárias anuais, com o intuito de se perceber o surgimento de tributos relacionados a novos empreendimentos, assim como acompanhar o desenvolvimento ou não do município.

Após as considerações feitas sobre as riquezas de informações contidas nas atas camarárias e a sua importância para o desenvolvimento da pesquisa, vale ressaltar, como destacou Carina Martiny¹¹ que,

Três importantes aspectos precisam ser discutidos quando tomamos tais Atas como fontes de pesquisa histórica: seu caráter de fonte oficial; a necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e, a necessidade de uma análise que apreenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nelas está implícito.

Nessa perspectiva, também foram analisados outros documentos que nos ajudam na compreensão das dinâmicas socioespaciais do período e área em análise, como os inventários *post-mortem*, conforme demonstrado abaixo.

Inventários *post-mortem*, 1870-1910

O uso das informações contidas nos inventários *post-mortem* foi de grande valia para a pesquisa, pois “seu conjunto possibilita uma análise social mais ampla”.¹² Esses processos se encontram armazenados no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, envelopados em sacos plásticos, porém sem qualquer tipo de numeração e sem obedecer a uma cronologia temporal.

A partir da análise desses documentos, foi identificado o perfil econômico da sociedade em foco, pois os processos permitem conhecer a composição da riqueza dos indivíduos acumuladas durante sua vida. Ao primeiro contato com o inventário, encontram-se informações referentes aos responsáveis pela abertura do processo (inventariante), e o grau de parentesco que os une, visto que, na maioria das vezes era constituído pelo cônjuge, ou em algumas ocasiões pelo filho, genro, ou ainda parentes mais afastados, que assumiam as

¹¹MARTINY, (2008) Op. cit. p. 2.

¹² TEIXEIRA, *Inventários post mortem...* p. 65.

responsabilidades de informar os dados da pessoa falecida e de sua família, além de acompanhar se a partilha era feita nas formas da lei. No caso do processo ocorrer quando os filhos fossem menores e não existir ninguém com grau de parentesco para realizá-lo, o mais comum era nomear um advogado, que acumularia o cargo de tutor. Dessa forma, era possível saber, através do parentesco, se a riqueza continuava na mesma família, ou se o inventariante responsável pela manutenção do que foi acumulado, era uma pessoa fora do grupo familiar.

Posteriormente a esses elementos, nos deparamos com os bens propriamente ditos, que eram declarados e avaliados pelos herdeiros ou pelos louvados (pessoas encarregadas de avaliar os bens deixados pelo falecido), o que poderia levar a ideia de possíveis fraudes nas avaliações. Porém, como utiliza-se no trabalho uma metodologia parecida com a de outros já realizados na Zona da Mata mineira¹³ e nossa análise ser baseada em documentos encontrados aleatoriamente para o período recortado, compreende-se que se isto ocorreu não seriam casos isolados. Mas, sim, atitudes comuns, pelo menos à maioria, o que os inseria em um mesmo patamar de valores, eliminando esse problema.

Os bens propriamente ditos eram subdivididos em: bens móveis, escravos, semoventes, bens “raiz” ou imóveis, dívidas, títulos, ações, como se encontra descrito a seguir.

No grupo de bens móveis, há uma série de informações que favorece a noção da vida privada do indivíduo, como objetos profissionais e pessoais, móveis (móvelia), utensílios domésticos, joias, e outros. Devido à grande diversidade e pequena importância no montante da riqueza, tais itens não obtiveram grande expressão quando comparados aos outros.

No subgrupo escravos é apresentado o cativo, seguido na maioria das vezes de bastantes informações, como o exemplo a seguir, “... *1 Escravo de nome Joaquim da Nação, preto, 63 anos, casado, africano, com aptidão para trabalho inferior, roceiro...*”,¹⁴ sendo os recém-nascidos registrados juntamente com sua mãe e atribuídos a eles um valor.

O terceiro subgrupo é o de bens semoventes, no qual eram apresentados os animais que o inventariado possuía, sendo especialmente os bovinos e equinos com suas características descritas quanto a sua idade e suas condições de trabalho. Os demais já eram avaliados apenas sobre seu quantitativo.

O subgrupo bens “raiz” ou imóveis compreende as terras, casas, benfeitorias, cafezais, outras culturas produzidas e os terrenos urbanos ou rurais. As terras aparecem descritas com

¹³ ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Campinas, Campinas, 2001. p. 12.

¹⁴ Inventário de Mariana Candida de Souza, com data de abertura 06/04/1880, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

suas medidas, localização, valor por alqueire e o seu tipo de utilização, de maneira parecida quanto aos detalhes, são apresentadas a maioria das casas, destacado se serviam para morada ou se encontravam alugadas.

As benfeitorias ilustram a forma como a fazenda se encontrava equipada e o grau de capacidade produtiva que possuía, demonstrando também a existência de outros utensílios que caracterizariam a existência de outras funções como a produção de rapaduras, fubá e aguardente por exemplo. As outras culturas produzidas aparecem como diferentes possibilidades de lavouras dentro das fazendas, porém, possuíam uma pequena produção devido à pouca destinação de terras para o seu cultivo, visto que, à maioria era reservada para a produção cafeeira (apresentada nos inventários como cafezais), que apresentava um maior valor comercial, sendo à base da economia da cidade e região. Os terrenos também presentes no subgrupo possuíam pouca participação em relação aos outros bens, e eram encontrados principalmente em áreas urbanas, mas também podiam se fazer presentes nos distritos; dessa maneira foram considerados como rurais.

As dívidas formam outro subgrupo, e subdividem-se à análise em ativas e passivas, que se referem respectivamente ao que o inventariado tinha a receber, e ao que deveria ser pago aos credores. As dívidas passivas eram abatidas no monte-mor e, caso não obtivessem os recursos necessários para os pagamentos, a justiça determinava que fossem leiloados alguns bens a fim de se realizarem as devidas obrigações. Com observações feitas sobre as dívidas pode-se ter conhecimento se as relações de crédito ocorriam somente entre membros da cidade, ou se também eram realizadas com habitantes de outras cidades, o que não foi analisado com profundidade nessa pesquisa, mas pode servir de subsidio para pesquisas posteriores.

O último subgrupo de bens é caracterizado pela parte financeira do montante dos patrimônios, neles são encontrados os títulos, apólices, dotes, dinheiro e ações. Esses elementos ajudam a perceber se ocorriam investimentos dos inventariados em empresas locais que poderiam proporcionar uma modernização e um maior desenvolvimento urbano no município. Porém, também representavam pequenas participações se comparados a outros bens analisados. Talvez, isso tenha ocorrido pelo fato de a maioria dos inventários analisados não conterem grandes fortunas do município no período recortado e os indivíduos encontrarem-se com as atenções voltadas para o pleno desenvolvimento da cultura cafeeira.

Após a apresentação das informações analisadas nos inventários, é importante ressaltar que para se entender o perfil econômico da sociedade analisada, bem como a destinação de seus investimentos, foi feita a divisão dos bens em ativos e que foram quantificados em

períodos de dez anos mais ou menos, (1870-1880, 1881-1888, 1889-1900, 1901-1910), excetuando o período que se encerra no ano da abolição, que é um macro de nossa primeira parte de análise. Ao serem agregados, esses dados, além de favorecerem a constituição dos patrimônios no tempo, possibilitaram o entendimento e os investimentos realizados pelos indivíduos ao longo dos anos se encontravam voltados para o rural, ou urbano, e/ou se ocorreram transformações.

Em busca de se conseguir analisar os bens sem levar em conta os efeitos inflacionários ou deflacionários ocorridos no período, foi levada em conta a utilização de valores nominais, assim como fez Rita de Cássia Almico¹⁵ em seu trabalho sobre as transformações na riqueza pessoal de Juiz de Fora 1870/1914 para evidenciar a representação de um ativo no total do patrimônio em um período com a participação do mesmo em outro período.

Nesta pesquisa foram analisados um total de 195 inventários, sem critérios de distinção para análises quanto ao valor total das fortunas existentes, e também sem a consideração de possíveis perdas, como libertação de escravos, ou qualquer tipo de alteração no montante da riqueza do indivíduo ocorrida posteriormente à abertura do processo.

O confronto das informações presentes nos inventários com as das atas da Câmara Municipal permitiu o entendimento do perfil econômico dos habitantes e as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente aos interesses advindos da população. Nesse sentido, como ferramenta de auxílio, também foram analisados os registros de indústria e profissão da cidade, como demonstrado a seguir.

Registros de indústria e profissão 1889-1910

Os registros de indústrias e profissões são impostos municipais e foram utilizados como fontes complementares, contribuindo significativamente para perceber o desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé, pois recaíam sobre quem exercia ou explorava determinada indústria ou profissão, pessoa física ou jurídica, excluindo os seus empregados ou assalariados.¹⁶ Através desses registros dos tributos que eram pagos, foi possível verificar como a cidade se encontrava, identificando a presença das mais variadas características que compunham os setores primário, secundário e terciário na formação econômica do município.

¹⁵ ALMICO, (2001) Op. cit. p. 12.

¹⁶ Imposto de indústrias e profissões – Histórico e Evolução – Calculo sobre o Movimento Econômico dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais- Autorização Orçamentária. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/12435/11335>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

Esses documentos se encontram arquivados em bom estado de conservação no Paço da Câmara Municipal da cidade de Muriaé (MG) e são constituídos em ordem alfabética, dos nomes dos moradores que residiam na sede do município, os valores que eram cobrados sobre seus bens ou profissões utilizadas como fonte de lucro, a data da efetivação dos pagamentos, e multas cobradas em caso de atrasos. Foram analisados um total de 07 livros entre os anos de 1889 a 1910 com um total de 7.470 registros de habitantes. Abaixo segue a relação dos livros analisados.

Quadro 2: Relação dos livros de Registros de indústrias e profissões de São Paulo do Muriaé, 1889-1910

Nº Livro	Anos	Ordem alfabética de nomes dos moradores presente nos livros
Livro nº 1	1889	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 2	1892	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 3	1896	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 4	1898	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 5	1899	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 6	1905- 1907	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”
Livro nº 7	1908- 1910	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 á 1910

Como se observa no quadro acima, não foram encontradas informações para os anos de 1893 a 1895, 1897 e 1900 a 1904, além de falhas no conteúdo dos anos de 1908 a 1910, que contém registros somente até os moradores com a letra inicial “M”. Porém, é importante ressaltar, que, mesmo com a presença de algumas lacunas, através do banco de dados construído, foram extraídas diversas informações que contribuíram para o tema proposto, como a chegada dos mais variados profissionais na cidade e o crescimento no número de estabelecimentos comerciais e de imóveis disponíveis para alugar ou já alugados.

Em busca de realizar a extração das informações presentes nos documentos, foi necessário estabelecer alguns critérios para se criar um banco de dados. Assim, foram selecionados: estabelecimentos agrícolas ou comerciais; profissões; fábricas; imóveis para alugar ou alugados; benfeitorias; aforamentos e observações relatadas pelo escrivão como informações complementares. Cada critério foi analisado e quantificado, sendo que, nos livros que englobavam mais de um ano, foram considerados apenas os anos em que os registros apresentaram valor de cobrança em detrimento dos outros que não a apresentavam. Isso se justifica, uma vez que, se em um ano não existiram tributos e no período posterior ocorreu à cobrança, foi porque o elemento passou a existir no ano cobrado, porém inserido em um livro

com a presença de outros anos, ocorrendo esse fato com os anos de 1905 a 1907 e 1908 a 1910.

Não foram levados em consideração se os impostos que, depois de somados, foram pagos ou não, apenas suas descrições, que oferecem os subsídios necessários para a compreensão do crescimento das dinâmicas urbanas de São Paulo do Muriahé, nos períodos pós-abolição e Proclamação da República.

Após a demonstração das partes que constituem os livros de registros de indústrias e profissões e a apresentação dos métodos utilizados para inseri-los na pesquisa, com o intuito de sanar eventuais lacunas, buscou-se também analisar, como evidenciado abaixo, os impostos criados a partir de 1905, bem como as receitas orçamentárias anuais do município.

Tabelas de impostos e receitas orçamentárias municipais 1905-1910

Ainda como fontes complementares, foram utilizados, a partir de 1905, os novos impostos criados e as receitas orçamentárias anuais do município. Esses documentos se encontram presentes nas atas da Câmara Municipal, e a intenção de analisar essas fontes pormenorizadamente, foi de perceber a relação entre uma economia de caráter predominantemente rural, que possuía a cafeicultura como atividade principal, e as modificações no espaço urbano. Para o levantamento desses dados, foi utilizado o método quantitativo, com os dados avaliados ano a ano, o que possibilitou a criação de quadros e gráficos que foram utilizados no decorrer do trabalho.

Com as fontes documentais levantadas, organizadas e interpretadas, fez-se uma divisão entre elas, dividindo-as entre fontes principais e complementares. As fontes principais e base da pesquisa consistiram nas atas da Câmara Municipal, nos inventários *post-mortem*, e nos impostos sobre os registros de indústria e profissão. Os novos impostos e as receitas orçamentárias se encaixaram como fontes complementares.

A pesquisa está enquadrada no campo da História Regional, e estabeleceu um constante diálogo com a História Econômica, Demográfica e Urbana sobre como se realizou o processo de crescimento urbano de São Paulo do Muriahé, intimamente relacionado ao aumento populacional e ao perfil socioeconômico da sociedade, conforme será apresentado no decorrer do trabalho.

A estrutura assumida para a elaboração da dissertação consistiu nas seguintes divisões: no primeiro capítulo, foi inserida uma discussão entre os conceitos de espaço, território e região para entendermos as dinâmicas socioespaciais da Zona da Mata mineira ao longo do século XIX e início do XX. Em seguida, no mesmo capítulo, foram abordadas as questões

relativas à ocupação da região da Zona da Mata mineira, a partir das considerações realizadas por autores que tratam sobre essa temática. Posteriormente, foi feito um apanhado dos trabalhos que mencionam São Paulo do Muriaé até o ano de 1888, em busca de se evidenciar seu processo de ocupação e como se constituíam as dinâmicas agrárias, econômicas e territoriais da cidade.

No segundo capítulo, a princípio, foram debatidas as questões relacionadas aos conceitos de rural e urbano, em busca de evidenciar a evolução dos termos para se definir o que poderia ser entendido como campo ou cidade em São Paulo do Muriaé no período. Em seguida, por meio das análises dos inventários *post-mortem*, buscou-se entender para onde estavam direcionados os investimentos da população durante os anos de 1870-1888. Esses inventários foram divididos em períodos de 1870 a 1880 e 1881 a 1888, a fim de demonstrar as possíveis transformações ocorridas. Concomitante à análise dos inventários, também foram analisadas as atas da Câmara Municipal entre 1870 a 1888, para compreender as políticas adotadas pelas autoridades municipais frente ao perfil econômico da população local.

Para o último capítulo, pretendeu-se realizar uma abordagem acerca das dinâmicas presentes em nível macro no país e evidenciar os elementos que compunham São Paulo do Muriaé no período com base nas análises dos livros de registros de indústria e profissão. Em seguida, por meio da análise das fontes para os anos de 1889-1910, buscou-se compreender as principais transformações ocorridas nos investimentos dos moradores locais devido ao advento da abolição da escravidão, que proporcionou o aparecimento de formas de riquezas ligadas ao crescimento urbano. Por fim, procurou-se entender os fatores que desencadearam na alteração do sistema de governo do país em 1889 e quais as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente a um contexto de transformações nos setores político, econômico e social.

Capítulo I: Espaço, Território e Região: Um olhar analítico sobre a Zona da Mata mineira e São Paulo do Muriaé em finais do século XIX

1.1 Atribuições acerca do espaço geográfico da Zona da Mata

Localizada no sudeste de Minas Gerais entre os paralelos de 20° 15' e 22° 15' de latitude sul, a atual Zona da Mata mineira, definida pelo governo de Minas Gerais para fins de planejamento, representa em torno de 5% do território do estado. E tem seu nome atribuído em virtude da fisionomia da vegetação natural, hoje, praticamente inexistente em consequência do processo de ocupação,¹⁷ que se inicia de maneira efetiva tardiamente, somente nos finais do século XVIII, e início do século XIX.

Ao dialogar com o trabalho de José Joaquim da Rocha, que realizou uma análise da geografia histórica da Zona da Mata, no século XVIII, Patrício Aureliano Silva Carneiro e Ralfo Edmundo da Silva Matos¹⁸ mencionaram que, em termos de localização para o período citado, a Zona da Mata,

Abrangia os seguintes conjuntos com suas respectivas divisas: a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois estendia-se até os limites litigiosos na divisa entre as Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale da bacia do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba.

Caracterizada por conter solos moderadamente férteis, como será visto posteriormente, à futura região se mostrava propícia ao recebimento dos moradores das antigas áreas mineradoras do estado mineiro que saíram à procura de terras agricultáveis, devido à diminuição das jazidas auríferas.¹⁹ Desse modo, como serão discutidos alguns princípios que

¹⁷ VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, vol. 20, n. 1, 1958. pp. 3-79. p. 4-7.

¹⁸ CARNEIRO; MATOS, *Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata mineira...* p. 3. Os autores ressaltam que para detalhes da cartografia da área na época consultar os mapas das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, confeccionados em 1778, por José Joaquim Rocha. Referência na bibliografia.

¹⁹ LAMAS, *Conflitos agrários em Minas Gerais...* p. 24.

nortearão à ocupação do espaço recortado, previamente, compete esclarecer o que se entende pelos conceitos de espaço e território.

Partindo das considerações feitas por Claude Raffestin²⁰ de que “espaço e território não são termos equivalentes” e que “o espaço é anterior ao território”, para a definição do conceito de espaço, procurou-se observar as transformações ocorridas em sua concepção entre os principais pensadores da Geografia, desde a sua fase tradicional à crítica e humanista.

De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes,²¹ o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para vida, sendo seu domínio crucial na construção da história do homem. Segundo o autor, na formulação ratzeliana as populações que dispõem de melhor espaço vital estariam mais aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios. Na concepção do geógrafo estadunidense Richard Hartshorne,²² o espaço seria um conjunto de pontos que possuem existência entre si, estando a sua noção fortemente ligada a ideia de área, enquanto delimitação. Para o autor, o espaço seria somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade, onde a área em si própria estaria relacionada somente naquilo que elas os contêm em tais localizações.

Como se via na geografia tradicional,²³ o espaço era visto como um conceito abstrato que não existia em realidade. A partir dessa constatação, pretendeu-se dialogar com concepções mais recentes em busca de se perceber como esse conceito passou a ser compreendido com o passar dos anos. Para Luana Caroline Künast Polon,²⁴ essas abordagens e questionamentos são construtivos e fundamentais para possíveis modificações na forma pela qual o conceito é interpretado pelos autores.

Essas novas concepções ganharam impulso durante a década de 70 com a criação da Geografia crítica, que, baseada na dialética e no materialismo histórico passou a posicionar-se criticamente, tanto em relação à Geografia Tradicional e Pragmática quanto à realidade social e à ordem constituída. E entende o espaço geográfico como um produto social, um espaço social, “constituído de momentos, e de totalidades, mais ou menos abrangentes, que se articulam com a totalidade global, infinita”.²⁵

²⁰ RAFFESTIN, *Por uma geografia do poder...* p. 144.

²¹ MORAES, *Introdução...* p.21

²² HARTSHORNE, *The Nature of Geography...* p. 19.

²³ Denomina-se de geografia tradicional o conjunto de correntes do pensamento geográfico que caracterizou esta ciência entre aproximadamente 1870, quando a geografia institucionalizou-se nas universidades européias, e a década de 1950, quando surge a geografia teórica-quantitativa

²⁴ POLON, *Espaço Geográfico...* p. 1

²⁵ SILVA, *A não espacialidade e questão da terra...* p. 19.

Diferentemente das perspectivas tradicionais, Henri Lefebvre²⁶ ressaltou que “o espaço estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção”. Dito de outra forma, para o autor, ao mesmo tempo em que o homem modifica a natureza a partir de processos desenvolvidos e aprimorados historicamente, ele cria um espaço, para viver e cultivar suas crenças, ritos, mitos, valores e comportamentos.

Milton Almeida dos Santos²⁷ ao realizar suas atribuições acerca do conceito, foi enfático ao mencionar que o espaço geográfico “é formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”. Nesse sentido, Marcos Aurélio Saquet²⁸ ressaltou que a relação espaço-tempo deve ser elaborada de maneira dialética conforme o tempo histórico e das coexistências, considerando, o movimento as mudanças e permanências que “conjugam o processo histórico”.

Pode-se perceber que o espaço foi constantemente modificado de acordo com as relações humanas no decorrer dos anos. Logo, “não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal”.²⁹ Doreen Massey³⁰ também trabalha com tempo e espaço implicados um ao outro, sua proposta consistiu em construir a ideia de espaço pensado como produto de inter-relações, sempre em construção, aberto, inacabado, contemporaneidade dinâmica e heterogênea. De acordo com a autora, o tempo (passado, presente, futuro), é visto como dimensão social: da coexistência contemporânea.

Em estudos formados a partir da percepção de autores contemporâneos, Joice Aparecida Antonello Abrão,³¹ ao abordar as concepções de espaço geográfico e território, observou que o espaço é produzido social e historicamente, sendo diariamente reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem, que revelam as contradições e desigualdades sociais. Para a autora, ocorrem mudanças de maneira dialética, fruto de intencionalidades sociais, que são construídas de acordo com a evolução histórica e também da ciência e técnicas presentes.

Com relação à importância das técnicas utilizadas pelos homens ao longo dos anos para modificação do espaço, Milton Santos³² ressaltou que, a técnica é um conjunto de “instrumentos” revestidos por temporalidades próprias, que a sociedade desenvolve e utiliza

²⁶ LEFÉBVRE, *La Production de L' Espace...* p. 91-95

²⁷ SANTOS, *A Natureza do Espaço...* p. 106.

²⁸ SAQUET, *Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território...* p 35

²⁹ MOREIRA, *Pensar e ser em Geografia...* p. 143.

³⁰ MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política de Espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 22.

³¹ ABRÃO. *Concepções de Espaço Geográfico e Território*.

³² SANTOS; SILVEIRA, *O Brasil...* p. 24.

para alterar a natureza e criar o espaço geográfico. Segundo o autor, é através do uso das técnicas, em cada tempo e lugar, que o homem, por meio do trabalho, unifica tempo e espaço, criando “formas de fazer e regular a vida”.

Seguindo nessa linha de pensamento, Emilia Moreira³³ mencionou que, o processo de trabalho implica, numa relação, mediatizada pelos instrumentos de trabalho, entre o homem e a natureza e entre os homens e os próprios homens que tem como resultado a produção de um espaço específico, o espaço de vida das sociedades humanas. Como enfatizou Milton Santos:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço.³⁴

Pelo fato do conceito estar ligado às formas de produção, alguns autores mencionam sua estreita relação com a formação econômico-social. Visto por esse prisma, para Ruy Moreira³⁵, o espaço físico incorporado ao processo de produção e desenvolvimento de uma determinada formação econômico-social, nada mais é do que a própria formação econômico-social. Milton Santos³⁶ afirmou que não é possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço e “que modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes”. O autor estabeleceu, derivado do conceito de formação socioeconômica, o conceito de formação sócio-espacial ou, simplesmente, formação espacial. Nesse sentido Roberto Lobato Correa³⁷ esclareceu que,

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado; o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial.

Muitos outros aspectos relativos ao espaço concebido como produto social foram abordados, porém a finalidade dos aspectos selecionados é apenas fornecer um pequeno subsídio para demonstrar que o espaço produzido socialmente constitui o “resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.³⁸ Frente a essas indagações, o conceito foi visto no trabalho sob a ótica a ser organizada pelo

³³ MOREIRA, *O espaço enquanto produto do trabalho...* p. 38.

³⁴ SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado...* p. 88.

³⁵ MOREIRA, “*A Geografia serve para desvendar máscaras sociais*”... p. 37.

³⁶ SANTOS, *Sociedade e Espaço: Formação espacial como Teoria e como Método...* p. 3-5.

³⁷ CORRÊA, “*Espaço, um conceito chave da geografia*”... p. 26- 27.

³⁸ SANTOS (1996). Op. cit. p. 71.

homem de diferentes grupos que nele produziram, circularam, consumiram, lutaram, sonharam, enfim, viveram e fizeram a vida caminhar.

Perceberam-se essas perspectivas nas formas de ocupações ocorridas na Zona da Mata mineira, as quais podem ser dadas como exemplo de formação socioespacial, em que eram apropriadas partes do espaço para se produzir. Assim, por meio dessa concepção de espaço, compreendemos melhor o conceito de território que, segundo Claude Raffestin,³⁹ “se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, onde ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”, constituindo assim um lugar de relações sociais a partir da sua apropriação.

Seguindo nessa concepção, Márcio Freitas Eduardo⁴⁰ atentou que

O espaço, metaforicamente, constitui a matéria-prima do território, sendo esse uma apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por autores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades de territorializarem-se e viverem os produtos do(s) “processos” do(s) territórios, estão fortemente mescladas e intrisecadas ao poder.

Dessa forma, Marcos Saquet também afirmou que espaço e território não se encontram separados, “um está no outro”. O conceito de território se diferenciaria de espaço por três processos determinantes; as relações de poder numa compreensão multidimensional, as identidades simbólico-culturais mais específicos e os processos TDR (Territorialização, desterritorialização e reterritorização).⁴¹

Nesta mesma linha coaduna, Tiago Roberto Alves Teixeira,⁴² no intuito de realizar contribuições acerca do conceito, reafirmou que são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço (por meio de conflito ou não) formam os territórios, imprimindo neles suas características relacionais de acordo com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural.

Segundo Mariane de Oliveira Fernandes,⁴³ a origem da noção de território esteve vinculada estritamente à de território nacional, que se configurava a partir do domínio e

³⁹ RAFFESTIN (1993). Op. cit. p.143.

⁴⁰ EDUARDO, *Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional...* p. 178.

⁴¹ SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, 2009. p. 83.

⁴² TEIXEIRA; ANDRADE, *O conceito de território como categoria de análise...* p 75-78.

⁴³ FERNANDES, *Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade...* p 52.

supremacia de um grupo local/regional sobre outros, bem como da subordinação de sistemas locais de poder em torno dos Estados nacionais.

Em artigo sobre as concepções acerca do conceito, Marcos Aurélio Saquet, mencionou que, Jean Gottman,⁴⁴ ao tratar dos significados do conceito de território acrescentava que, em virtude de mudanças da natureza e do progresso tecnológico, “estes evoluíram consideravelmente desde a Antiguidade até o século XX”. De acordo com o autor, conforme a sociedade se re-organiza devido às relações sociais de domínio e controle, o significado de território altera-se e passa a ter um caráter concreto, material e político ideológico, ligado à noção de Estado.

Com relação ao entendimento do conceito em escala nacional associado à soberania do Estado, Marcelo José Lopes de Souza,⁴⁵ mencionou que, o conceito de território não deve ser reduzido somente a essa análise. Para o autor, territórios são construídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada área em âmbito local a um bloco internacional, e podem ter caráter permanente ou uma existência periódica, cíclica, dentro das mais diferentes escalas temporais: séculos, décadas, anos, meses e até dias.

Através das concepções mencionadas até o momento, concluiu-se que o conceito de território é produto de ações históricas multiescalares associadas às relações de poder, que se reorganizam conforme as relações sociais em determinados períodos.

Robert Sack,⁴⁶ ao sinalizar para uma abordagem múltipla do conceito, destacou o simultâneo papel das fronteiras na influência de uma ou mais pessoas sobre outras na definição da territorialidade humana como estratégia de dominação. Segundo o autor, a delimitação de uma área se torna território quando alguma pessoa a usa para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos, sendo que esta autoridade pode estar fora da área/território.

Dentro dessa perspectiva, o processo de colonização da Zona da Mata mineira, iniciado ainda no período colonial, evidenciou bem essa questão mencionada, pois demonstrava a prevalência de interesses de grupos sociais que se localizavam externamente em relação à região. Tal fato qualificara as relações entre metrópole e colônia, uma vez que o centro de comando nunca se encontrava na mesma área em que se realizaram as ações. E estava invariavelmente preocupada com a concretização de um processo que, apesar de

⁴⁴ GOOTMAN, Jean apud SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade, *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n.43, pp. 55-76, jan/jun. 2007. p. 58-59.

⁴⁵ SOUZA, *Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento...* p. 81.

⁴⁶ SACK, Robert, apud SAQUET, Marcos (2007). Op. cit. p. 65.

engendrado internamente, isso é, em terras colônias, atendia a interesses exógenos à realidade colonial.⁴⁷

Essas relações se fizeram presentes, pois, de acordo com Claude Raffestin⁴⁸ a integração de diferentes locais pode ocorrer devido a interações de ordem política, econômica, social e cultural. Conduzido por sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem ao espaço e constituem de algum modo o território que é comandado por um princípio hierárquico. Para o autor, esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, além de ainda permitir impor e manter várias ordens realizando a integração e a coesão dos territórios.

Por meio das considerações feitas, o conceito de território foi entendido no trabalho sob a ótica histórica, como uma determinada área apropriada por atores que através das relações de poder inseriram seus interesses econômicos, políticos e culturais.

Após este incurso sobre o conceito de território, foi possível compreender, com maior facilidade, as mudanças espaciais e territoriais ocasionadas pela ocupação da região analisada, entendendo que a Zona da Mata mineira em seu processo de ocupação passou por diversas transformações, sendo sempre palco de atores que territorializaram seus espaços, ao longo dos anos, através das relações de poder.

De forma a aproximar gradativamente do objeto de estudo e explicitar certos elementos que ajudaram nas investigações, foi pertinente fazer ainda algumas considerações sobre a noção de região e os fatores condicionantes à formação do estudo sobre a História Regional. Uma vez que, o presente trabalho se encontra inserido dentro desse campo analítico da ciência histórica. Dessa forma, por meio de um diálogo, será exposta a evolução do conceito, que, no decorrer dos anos, passou pelas mais diversas transformações.

Devedora da escola dos Annales e das novas correntes historiográficas do século XIX, a História Regional contribui ao escapar de ser uma mera comprovação da história geral, pois um dos argumentos mais utilizados para sua legitimação está relacionado à capacidade de apresentar características que vão contra a generalização do ponto de vista.⁴⁹ Nessa perspectiva, Janaína Amado,⁵⁰ esclareceu que:

⁴⁷ LAMAS (2013) Op. cit. p. 14-15.

⁴⁸ RAFFESTIN (1993) Op. cit. 150- 151.

⁴⁹ DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: *Anais do XI encontro estadual de História. Rio Grande do Sul*: Universidade Federal do Rio Grande, 2012, pp. 223- 235. Disponível em <http://www.eeh2012.anpuh->

Partindo desse quadro teórico, definem “região” como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.

No entender da professora Maria Yedda Leite Linhares,⁵¹ a história regional é um recorte a priori, não de caráter físico, mas estabelecido pelo historiador, não existindo manual, nem tão pouco subdivisões, podendo mudar de acordo com a época e local estudado. A autora se posicionou favoravelmente a essa categoria da ciência histórica por dois motivos que podem ser os responsáveis pela volta das atenções para a história regional, concebidas como história econômica e social por excelência. A primeira relacionada a importância do uso de dados base, podendo testar generalizações mais amplas. A segunda, devido ao fato destas fontes terem revelado a complexidade dos sistemas socioeconômicos.

Ao realizar atribuições acerca do conceito, Fabio Betioli Contel,⁵² ressaltou que, não são poucas as dificuldades associadas ao tratamento rigoroso do conceito de região, sobretudo pelo seu caráter multidisciplinar, que permite sua utilização em variadas ciências. “A imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo “região” seja utilizado largamente sem que seu conteúdo seja muito bem explicitado”,⁵³ sendo “escolhido com bases em critérios subjetivos, conforme a necessidade do pesquisador no momento, não atuando no sentido de qualificar adequadamente a realidade estudada devido à sua imprecisão”.⁵⁴

Diante dessas premissas, Paulo César da Costa Gomes,⁵⁵ após realizar uma breve reconstituição histórica em torno do conceito de região, mencionou que este possui implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial. De acordo com o autor, a geografia foi campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar para si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema.

Partindo dessas considerações, verificamos que o conceito emerge na geografia através dos estudos realizados por Friedrich Ratzel como *região natural*.⁵⁶ Nessa concepção, a existência das diferenciações regionais esteve vinculada ao poder que a natureza exercia

rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em 09 de fev. 2019. p. 2.

⁵⁰ AMADO, *História e Região...* p.13.

⁵¹ LINHARES, *História Agrária...* p. 166.

⁵² CONTEL, *Os conceitos de região e regionalização...* p. 447.

⁵³ BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986. p. 10.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 10.

⁵⁵ GOMES, *O conceito de região e sua discussão...* p. 52.

⁵⁶ FONSECA, *Em torno do conceito de região...* p. 90- 91

sobre o homem, a ponto de determinar seu comportamento. Nesse período “a região era um dado da geografia física, um dado da natureza” em praticamente todos os escritos sobre o assunto.⁵⁷

Por estar vinculada à concepção determinista, essa corrente de pensamento foi alvo de várias críticas encabeçadas pela corrente “possibilista” francesa de Vidal de La Blache. “Esta partia do princípio de que a natureza oferece possibilidades para que o homem, através de sua cultura e técnicas, interfira no meio, elaborando uma região geográfica”.⁵⁸ Como mostrou Meri Lourdes Bezzi⁵⁹ ao mencionar que “não era mais a região natural-física o objeto privilegiado da análise”, e, sim, as atribuições dos diferentes elementos naturais e culturais que em cada região geográfica se realizavam.

Para Antonio Ângelo Martins da Fonseca,⁶⁰ apesar das críticas realizadas, não ocorreram avanços significativos em termos teóricos e conceituais por parte da geografia Lablachiana, pois havia posturas comuns às duas ciências, como a base empirista, positiva e indutiva. Além dessas duas linhas de pensamento, Roberto Corrêa,⁶¹ mencionou que, recebeu atenção, a partir dos anos 40, através do geógrafo norte-americano Richard Hartshorne o método regional. De acordo com o autor, nessa visão do conceito, “a diferenciação de áreas não era vista a partir das relações entre homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra”.

Segundo Paulo Gomes,⁶² mesmo sendo considerado como o único capaz de integrar as ciências naturais as ciências humanas, o conceito de região nunca atribuiria uma cientificidade devido à sua análise consistir de observações idiográficas descritivas. O autor enfatizou que somente na década de 70, com o surgimento de uma corrente de pensamento crítico, a região passaria a ser vista como um produto real, construída dentro de um quadro territorial a partir de critérios externos à vida regional.

Dentro das prerrogativas mencionadas até o momento percebeu-se que, ao longo da história, o conceito região tomou novas formas e, conseqüentemente, novas funções foram delineadas no intuito de se (re) organizar o espaço geográfico. Nesse processo, a região pode também ser entendida por meio das relações mundiais existentes, como mencionou Milton Santos⁶³

⁵⁷ CLAVAL, *L'Évolution de la géographie humaine...* p. 63.

⁵⁸ CORRÊA, *Região e organização espacial...* p. 13.

⁵⁹ BEZZI, *Região: uma (re) visão historiográfica...* p. 65-66.

⁶⁰ FONSECA (1999) Op. cit. p. 91

⁶¹ CORRÊA (1986) Op. cit. p. 16- 17.

⁶² GOMES (2000). Op. cit. p. 62.

⁶³ SANTOS, *Categorias tradicionais, categorias atuais...* p. 46.

Estudar a região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição, a começar pelos atores hegemônicos. Haja vista que, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização

Para Paulo Gomes, nesse sentido, “a região passa a ser um meio e não mais um produto, já que a variabilidade das divisões e das possibilidades de critérios são quase infinitas, tudo depende da demonstração final, de saber onde se quer chegar”.⁶⁴ Conforme o autor, ao adotar essa abordagem, a região se torna fruto de uma classificação geral que divide o espaço de acordo com critérios ou variáveis arbitrárias, que possuem justificativa no julgamento de sua relevância para determinada explicação.

Na mesma linha de raciocínio, Ciro Flamarion Santana Cardoso,⁶⁵ ao tratar do conceito em seu trabalho, chamou a atenção para seu caráter múltiplo, ao mencionar que a “única maneira de usar com proveito a noção de região consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis, sem pretender que seja a única maneira “correta” de recortar o espaço e de definir blocos regionais”. Em outras palavras, o autor procurou enfatizar que caberá ao historiador adequar o conceito de região ao objetivo de seu trabalho.

Contrariando essas perspectivas, Horácio Sormani⁶⁶ enfatizou que o processo de divisão regional ocorre na medida em que se impõem certos traços que diferenciam umas regiões das outras, tanto pelas condições especiais presentes em sua gênese, como pelas modalidades que nelas assume a atividade produtiva. Na concepção do autor, a região não pode ser uma construção intelectual, arbitrária e formal, pois possui uma existência real objetiva, sendo, portanto passível de ser conceituada.

Alejandro Rofman⁶⁷ ao tratar sobre os métodos utilizados para diferenciação de regiões dentro de um território nacional atribuiu ser necessário expor as relações existentes entre a formação social nacional e formação social regional. Uma vez que acredita que cada “unidade regional se comporta como uma formação social inserida no esquema do sistema nacional, participando e compartilhando características com esse sistema, bem como apresentando aspectos específicos”. Segundo o autor, ao analisar a região, não se pode ignorar que ela é parte integrante do todo, ou seja, que uma região é um subespaço incluído num sistema nacional.

⁶⁴ GOMES (2000). Op. cit. p. 63.

⁶⁵ CARDOSO, *Agricultura, escravidão e Capitalismo...* p. 33

⁶⁶ SORMANI, Horácio, apud BREITBACH, Áurea (1986). Op. Cit. 86-90.

⁶⁷ ROFMAN, Alejandro, apud Áurea (1986). Op. Cit. p. 74-79.

Em seus estudos voltados para o conceito de região, Áurea Breitbach⁶⁸ salientou que este não se constitui de um conceito unívoco, uma vez que não comporta uma única forma de interpretação e não se aplica a diversos sujeitos de maneira totalmente idêntica. Para a autora, o conceito de região mais correto estaria vinculado às noções de relação, contradição e processo, expressos em um movimento em direção a uma realidade (que não é fixa nem transparente) no sentido de conseguir explicá-la no âmago de seu ser em movimento. Porém, devido às grandes indefinições existentes, a autora ressaltou que, a tarefa mais importante no momento seria em vez de ater-se unicamente ao nível teórico da questão, focar no exame das condições concretas de existência de uma região, averiguando seu surgimento, desenvolvimento e sua articulação com as demais e com o conjunto.

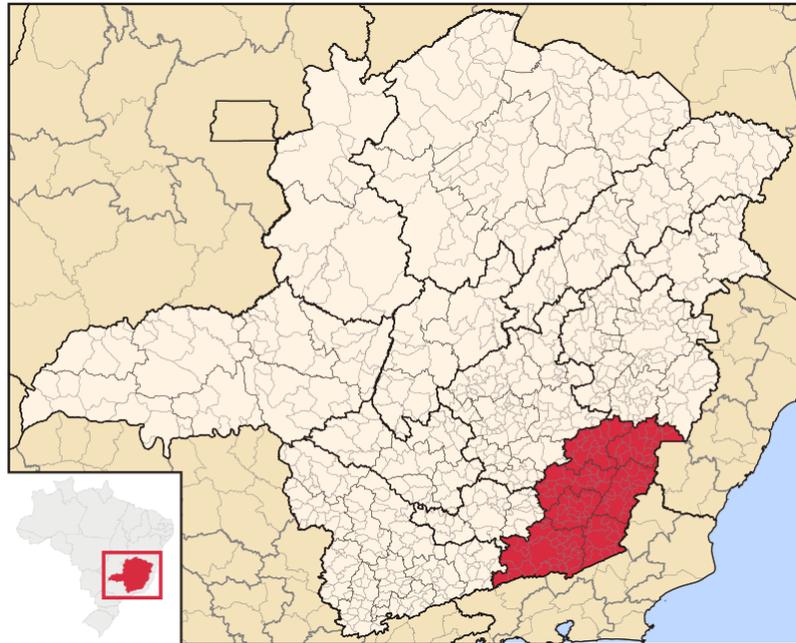
Após se analisar a complexidade do termo, ficou claro que, mesmo podendo adotar certos critérios para diferenciar uma região das outras, não podemos deixar de relacioná-la com seu contexto macro. Dessa forma, o conceito foi visto no trabalho como um subespaço delimitado a partir de determinados interesses, que possui peculiaridades próprias, dentro das características gerais do espaço macro, construídas através de relações de conflitos, interesses, e lutas de ações simbólicas.

Com o intuito de aproximar e caracterizar os conceitos ao objeto de análise, para uma melhor compreensão, mostrar-se-á a seguir alguns aspectos que evidenciam as diferenças regionais que se faziam presentes na Província de Minas Gerais e que contribuíram para o processo de ocupação da Zona da Mata mineira no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

⁶⁸ BREITBACH (1986). Op. cit. p. 111- 113.

1.2 A Zona da Mata mineira e seu processo de ocupação: breves considerações

Imagem 1- Região da Zona da Mata Mineira atualmente



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_da_Zona_da_Mata#/media/File:MinasGerais_Meso_ZonadaMata.svg Acesso em 04/01/2019.

Formada sob domínio da unidade geomorfológica dos planaltos cristalinos rebaixados, também denominados pela expressão “mares de morros”,⁶⁹ a Zona da Mata mineira possui como características de sua paisagem,⁷⁰ a presença de um relevo fortemente ondulado e montanhoso, com morros em meia-laranja,⁷¹ que se encontram presentes entre a Serra da Mantiqueira e seus prolongamentos (Serra dos Macacos, Serra São Sebastião e Serra do Brigadeiro), limites naturais entre os atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.⁷²

Em relação à dinâmica climática, a área em estudo é entendida como uma região de diversas variações, com a sazonalidade do clima podendo ser descrita em momentos distintos: entre os finais do mês de março até finais do mês setembro, geralmente os dias são caracterizados por temperaturas mais baixas, com ventos fracos e tempo seco. Nesse período

⁶⁹ AB' SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. p. 16.

⁷⁰ Entendemos a complexidade do conceito paisagem, nesse sentido, dentro dos limites do trabalho; buscamos compreender o termo paisagem como *ilimitados ecossistemas: relevos, clima, solo e vegetação*. Em outros termos, compreendemos paisagem como natureza, cultura: representações na paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 49-70.

⁷¹ NUNES; KER; SCHAEFER; FERNANDES FILHO; GOMES, *Relação solo-paisagem-material...* p. 346.

⁷² HALFELD; TSCHUDI, *A Província de Minas Gerais...* p. 68.

as médias de precipitação são reduzidas, secando córregos, riachos e diminuindo os níveis dos rios.

Durante os dias finais do mês de setembro aos iniciais de março, o período é marcado pelas estações da primavera e do verão. Nesses meses as temperaturas são elevadas e ocorre um aumento significativo do volume de água nos rios devido às chuvas que são abundantes e podem ultrapassar a frequência dos 300 milímetros. Desse modo, o clima é, portanto, tropical quente e úmido, com temperatura média anual de 23°C, que varia durante o ano, entre a média mínima de 15°C e média máxima de 38°C, podendo diminuir ou aumentar conforme a altitude dos locais.

Com relação ao solo, Orlando Valverde⁷³ em seus estudos sobre os aspectos físicos da Zona da Mata mineira mencionou que, os latossolos de coloração alaranjada, ou amarelada são predominantes na região. Segundo o autor, do ponto de vista da fertilidade, os solos da região apresentavam-se moderadamente férteis, sendo muito provavelmente ácidos, mas possuindo bom teor de húmus, proporcionado pela floresta.

Por apresentar as características físicas mencionadas, durante o período do descobrimento de ouro na capitania de Minas Gerais no século XVII, esta região era designada pelas autoridades da colônia e capitania como áreas proibidas ao povoamento com o intuito de manter uma barreira natural, a fim de evitar os descaminhos do ouro.⁷⁴

Habitada pelos índios Puris, Croatos e Coropós,⁷⁵ hostis a presença do agente colonizador, a atual Zona da Mata mineira também era denominada como Sertões do Leste.⁷⁶ Este termo, para Saint-Hilaire seria “uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e principalmente pela escassez da população”.⁷⁷ Nessa mesma linha coaduna, Ângelo Alves Carrara, em busca de determinar o uso da terminologia, também recorreu à questão demográfica e o definiu como uma região pouco povoada com a presença exclusivamente de índios.⁷⁸ Márcia Sueli Amantino, ao fazer contribuições junto do termo em Minas Gerais, enfatizou que, “este Sertão era ao mesmo tempo um estoque de índios aptos ao trabalho desde que escravizados, e um esconderijo perfeito para quilombolas ou tribos consideradas inimigas, provável fonte de ouro e espaço destinado à agricultura ou à pecuária”.⁷⁹

⁷³ VALVERDE (1958). Op. cit. p. 9-10.

⁷⁴ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 71.

⁷⁵ MERCADANTE, *Os sertões do leste...* p. 30- 32.

⁷⁶ LAMAS, *Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII...* p.1.

⁷⁷ SAINT- HILAIRE. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais...* p 20.

⁷⁸ CARRARA, *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)...* p. 47-49

⁷⁹ AMANTINO, *O Sertão Oeste em Minas Gerais...* p. 85.

Como se pode constatar, a província de Minas Gerais se desenvolveu de maneira heterogênea, enquanto no período aurífero a região central se encontrava em franco dinamismo econômico. Outras áreas como a Zona da Mata, por exemplo, encontravam-se como locais restritos ao povoamento, devidos às leis e aos perigos que se faziam presentes. Nesse sentido, o brasilianista John D Wirth afirmou que, a província de Minas Gerais deve ser entendida como um “mosaico” que se desenvolveu de maneira desarticulada,

É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões [...] cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costuma dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns.⁸⁰

Mesmo possuindo importância econômica em momentos distintos, percebeu-se que a área central mineradora apresentou importante influência para a ocupação da Zona da Mata mineira. Pois, conforme mencionou Vitória Fernanda Schettini de Andrade⁸¹ a ocupação dos sertões estava totalmente associada à ligação do Caminho Novo, sem vínculo algum com o Caminho Velho, este que se tornava cada vez mais perigoso devido ao ataque de piratas. Por meio do Caminho Novo, o trajeto entre Rio de Janeiro e Minas Gerais foi diminuído em vinte e cinco dias. Esta mudança de trajeto possibilitou aos negociantes dividir o percurso em etapas, podendo parar para descansar nas roças, próximo ao rio Paraibuna e na Cordilheira da Mantiqueira.⁸²

Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis⁸³ destacaram como o “povoamento no caminho que parte da cidade do Rio de Janeiro acontecia de maneira mais intensa em relação ao que partia de Paraty e passava por São Paulo”. Segundo os autores, o “aparecimento mais intenso das paragens no Caminho Novo ocorria pela própria diferença de volume comercial e de passageiros ocorridas nessa rota em relação ao de São Paulo”.

Nesse sentido, o caminho do Rio de Janeiro a Minas possuía dupla importância: servia ao viajante e servia aos sesmeiros que exploravam as terras ao seu redor.⁸⁴ Visto que, a diversificação da economia com cultivo de gêneros alimentícios para fornecer aos viajantes que passavam pelo local, desde cedo se mostrava bastante lucrativa, principalmente com a expansão do povoamento que fez com que tais atividades também se expandissem para

⁸⁰ WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação Brasileira 1889-1937*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

⁸¹ ANDRADE, *Batismo e apadrinhamentos de filhos de mães escravas...* p. 32.

⁸² VENÂNCIO, *Caminho Novo...* p. 183.

⁸³ GUIMARÃES; REIS, *Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)...* p. 93

⁸⁴ ANDRADE, *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco...* p. 22.

regiões de floresta próximas aos núcleos mineradores como apontado por Edna Maria Resende⁸⁵

Embora a cultura do milho fosse amplamente difundida, não se constituía em cultivo exclusivo. Os moradores do Caminho Novo também se ocupavam em plantar feijão, arroz, mandioca, algodão e até trigo. As fazendas contavam ainda com hortas e pomares, compostos principalmente por bananeiras, goiabeiras, marmeleiros, pessegueiros e “árvores de espinho”. A cana de açúcar também foi outra cultura bastante disseminada. Era utilizada pelos pequenos agricultores basicamente para a produção de aguardente e rapadura. Já a fabricação de açúcar era dispendiosa, requerendo a montagem de um engenho mais estruturado

De acordo com Fernando Lamas,⁸⁶ essa produção aparentemente conflitante com a economia extrativa foi, “ao mesmo tempo, complementar para a sociedade que se desenvolveu naquela área e essencial para a política mercantilista portuguesa, uma vez que proporcionou tantos lucros ou mais, que a economia mineradora”.

É importante ressaltar que, ao longo do Caminho Novo, além das roças que serviam de local de descanso e também de comércio devido à produção de atividades agrícolas e pastoris destinadas ao abastecimento das áreas mineradoras, foram criados, como medidas de regularização, “os registros, que seriam um tipo de posto fiscal, onde eram feitos o controle da entrada de mercadorias na região das minas, sendo também uma medida de tentar coibir os descaminhos do ouro”.⁸⁷

Ao percorrer o caminho em 1711, o jesuíta Andre João Antonil⁸⁸ mencionou, em sua obra, a existência de trinta estabelecimentos que ofereciam paradas para os viajantes, entre pousos, registros e sítios que se formaram ao longo do trajeto. Desse modo, concorda-se com Fernando Lamas quando ele mencionou que, esses assentamentos criados ao longo do percurso do Caminho Novo foram de importância ímpar para o processo de povoamento da Mata mineira, uma vez que alteravam o ambiente tanto para o sustento próprio quanto para a comercialização.⁸⁹

Com o advento da diminuição aurífera nos finais do século XVIII, o Caminho Novo sofreria uma modificação em relação ao seu fluxo original, e passaria a abrigar um movimento inverso, com a destinação de mercadorias produzidas no sul de minas e regiões

⁸⁵RESENDE, Edna Maria. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 2, n. 2, 2009. p. 129-130.

⁸⁶LAMAS, *Para além do ouro das Gerais...* p. 54

⁸⁷ SOARES, *Das Minas as Gerais...* p. 49.

⁸⁸ ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas...*

⁸⁹ LAMAS, *Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII...* p 1.

afins para o mercado carioca, devido à influência da corte de João VI⁹⁰ na cidade do Rio de Janeiro. Para Celso Furtado,⁹¹ com a decadência do ouro, a região passaria por uma longa fase de involução econômica e regressiria para uma economia baseada numa agropecuária de subsistência, conforme mencionou,

Uns poucos decênios foi suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência (...) dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.

Ao realizar contribuições acerca da temática, Roberto Borges Martins⁹² acrescentou que, a ideia de que a atividade exportadora era a única coisa que importava, consiste em uma enraizada distorção da historiografia econômica brasileira e representou, por muitos anos, o maior obstáculo para o conhecimento de Minas oitocentista. Pois, na concepção do autor, as regiões à margem do boom exportador são sumariamente excluídas como “decadentes” ou “estagnadas”. Nesse sentido, ressaltou que,

A ideia de que o apogeu da mineração foi seguido de atrofia econômica generalizada em Minas carece de fundamento. A economia mineira, mesmo na fase ascendente do "ciclo do ouro" apresentou tendência à diversificação, tendência essa que foi muito acentuada quando sobreveio a crise da mineração. Essa diversificação atingiu tanto a produção agrícola quanto a atividade manufatureira, e se baseava principalmente no mercado interno da região.⁹³

De acordo com Maria Yedda Leite Linhares,⁹⁴ a província de Minas não declinaria com a decadência aurífera e conseqüente diminuição da economia, pois apresentava uma economia diversificada e de subsistência, com modelos econômicos próprios, não concentrados na “plantation”. Reforçando a constatação feita pela autora, Clotilde Paiva⁹⁵ em sua tese de doutoramento, reafirmou que a queda da extração aurífera não acarretou na contração econômica da região, mas, sim, em uma transição da atividade nuclear anterior, a

⁹⁰LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1979. p. 58-60

⁹¹FURTADO, *Formação econômica do Brasil...* p. 85- 93.

⁹²MARTINS, *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX...* p. 2.

⁹³MARTINS, *A indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no século XIX...* p.77.

⁹⁴LINHARES, *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro...* p. 150.

⁹⁵PAIVA, *População e economias Minas Gerais do século XIX...* p. 42.

mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio.

Com a diminuição aurífera, no intuito de povoar a Zona da Mata mineira se multiplicaram as doações de sesmarias, que constituíam a forma oficial de distribuição de terras no Brasil até 1823.⁹⁶ Segundo Paulo Mercadante,⁹⁷ entre os anos de 1710 a 1822 foram concedidas mais de 6.642 cartas de sesmarias. Esses documentos representavam títulos legítimos de domínio, sendo documentos jurídicos da propriedade particular da terra, que faziam dos sesmeiros agentes ativos do processo de conquista territorial, devido à busca pelo seu próprio espaço moral e ampliação de sua autoridade no interior da sociedade civil.⁹⁸

Nesse sentido, percebeu-se que os princípios legais consagrados nesses documentos tornavam-se cada vez mais garantidores de um direito de propriedade individual funcionando como mecanismo de diferenciação social, visto que as “sesmarias foram concedidas com raríssimas exceções, aos “homens bons” ou aqueles que possuíam as qualidades validadas pelo pensamento do antigo regime português”.⁹⁹

Aos poucos a região teve seu processo de estruturação sendo formada através da lógica interna de retorno às atividades agropastoris, que ganhou impulso com a produção econômica oriunda da cafeicultura que penetrava na província via Caminho Novo devido à alta demanda e aumento do preço do café.¹⁰⁰ Segundo Luiz Fernando Saraiva,¹⁰¹ diferentemente das outras regiões mineiras, a formação da Mata mineira irá se dar em consonância com a expansão cafeeira que vinha ocorrendo no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, fazendo com que no decorrer do século XIX assumisse a supremacia econômica na província.

Mônica Ribeiro de Oliveira,¹⁰² ao estudar o sistema de transição para o sistema agrário-exportador, concluiu que, antes de uma mera extensão do sistema agrário fluminense, a cafeicultura mineira cresceu vinculada à acumulação endógena de capital mercantil na província. Modelo diferente do que o ocorrido no Rio de Janeiro, pela ausência de capitais de grosso trato nos primeiros investimentos e, de São Paulo, por transferir capitais anteriores ao cultivo de bens de subsistência ou exportação em atividades comerciais.

⁹⁶ OSÓRIO, *Terras devolutas e latifúndio...* p. 36

⁹⁷ MERCADANTE, *Os Sertões do Leste...* p. 38

⁹⁸ MOTA, *Sesmarias e propriedade titulada da terra...* p. 34.

⁹⁹ STRAFORINI, *A Invenção dos Caminhos Reais do Ouro...* p. 94.

¹⁰⁰ PAULA, *Região e regionalização...* p. 76.

¹⁰¹ SARAIVA, *O Império das Minas Gerais...* p. 108

¹⁰² OLIVEIRA, *Negócios de família...* p. 249.

A alta demanda internacional do produto determinando a oferta, requeria a contínua abertura de novas terras para o plantio. Diante dessa efervescência “a produção a partir de 1829-30 atingiu 81.000 arrobas, cabendo ao produto o primeiro lugar nas exportações mineiras, posição anteriormente ocupada pelo algodão”.¹⁰³ Esses números continuaram a crescer durante o período em estudo, o que fazia da região a principal produtora da rubiácea no estado, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1: Relação proporcional da produção cafeeira na Zona da Mata na produção do Estado de Minas Gerais (períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/1848	745.381	743.707	99,77
1850/1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

* Em arrobas

Fonte: PIRES, Anderson José. Capital Agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora- 1870/1930. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. p. 103.

Como podemos observar na tabela acima, o crescimento da produção na região se manteve contínuo durante os anos posteriores a década de trinta do século XIX e chegou a representar mais de 99% de toda produção mineira de café, durante os anos de 1847-1848 e 1850-1851. De acordo com Rita Almico,¹⁰⁴ entre os anos de 1870 e 1930, o café participou em cerca de 60% do total do valor das exportações em Minas Gerais, representando em 1890, 75% de toda receita do estado.

À medida que aumentava a produção da rubiácea, ocorria um vertiginoso aumento demográfico na região, visto que a produção se intensificava, quando havia pessoal disponível, ou seja, na medida em que se intensificava a utilização do solo, tornava-se mais elevado o índice demográfico, ou vice versa.¹⁰⁵ Conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 3: Crescimento demográfico da Zona da Mata, 1822/ 1890

ANO	POPULAÇÃO	ÍNDICE
1822	20.000	100
1872	250.000	1.250
1890	430.000	2.150

Fonte: SUZANO, L. Minas e o Bicentenário no Brasil, *apud* Pires. A. J. *opcit*, p. 37.

¹⁰³ LIMA, *Café e Indústria em Minas Gerais 1870- 1920...* p. 14.

¹⁰⁴ ALMICO (2001). *Op. cit.* p. 37.

¹⁰⁵ ANDRADE (2006). *Op. cit.* p. 46.

Após análise do quadro, percebeu-se que entre um intervalo de meio século a população teve seu índice aumentado em impressionantes 1.250 por cento, e permaneceu em vertiginoso crescimento até o ano de 1890, em função da expansão cafeeira que se efetivava nas áreas norte e nordeste da região da Mata.¹⁰⁶

Nessa perspectiva, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula¹⁰⁷ ao analisar a história da formação regional da Zona da Mata mineira mencionou que,

A economia cafeeira foi à responsável por configurar a Zona da Mata, à medida que estimulava a organização de fazendas, bem como os fluxos de força de trabalho, de matérias- primas e de insumos para o local em que cada operação se realizava; criava uma capital regional, que centralizava em seus espaço os meios de produção, circulação, consumo, controle e decisão; estimulava a modernização dos meio de comunicação e transporte, que contribuía também para a própria reprodução daquela economia; invertia seu capital excedente em outros setores da atividade produtiva e criava um sistema financeiro regional na virada do século XIX para o XX.

Assim, podemos compreender que a monocultura cafeeira possuiu significativa importância no processo de estruturação econômica na região, principalmente por representar as bases de um importante processo de divisão de trabalho e diversificação econômica. Atributos que permitiram que os excedentes gerados fossem convertidos, em sua maioria, para os novos setores da economia, especialmente aqueles de natureza urbano-industrial.

Entretanto, mesmo diante desses grandes avanços proporcionados pela lavoura cafeeira na Zona da Mata, não se pode ter o pensamento generalizado e acreditar que essa commodity¹⁰⁸ representava o único produto a ser cultivado nessa porção do território e que à região foi estruturada de maneira homogênea. Pois, como mencionou Irene Rezende Nogueira,¹⁰⁹ “devido à grande extensão territorial e à diversidade cultural, produtiva e até mesmo climática, estudar a Zona da Mata de forma homogênea é tarefa impossível”.

Ângelo Carrara¹¹⁰ enfatizou que, “estas importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a Zona da Mata como uma região com características homogêneas”. O autor no intuito de distinguir as sub-regiões da Zona da Mata, dialogou com o trabalho de Elza de Souza e apresentou três sub-regiões: Norte, Central e Sul.

¹⁰⁶ PIRES (1993). Op. cit. p. 39.

¹⁰⁷ PAULA, *História da formação regional da Zona da Mata...* p. 69.

¹⁰⁸ Ao realizar uma abordagem do processo da produção cafeeira no Brasil, Bruno Novelino Vittoretto, afirma que, o produto conformou-se como uma commodity ainda no século XIX, por já ser conhecida nos continentes europeu e asiático há séculos anteriores e por ter ganhado ainda mais espaço nas transações comerciais do período. In: VITTORETO, Bruno. N. *Café e o surgimento do mercado de commodities no século XIX. Educação Pública*, Rio de Janeiro, ISSN: 1984-6290, 2013

¹⁰⁹ REZENDE, *Negócios e participação política...* p. 246.

¹¹⁰ CARRARA, *Estruturas Agrárias e Capitalismo...* p. 10.

No que corresponderia à Zona da Mata norte, a autora estabelecia ainda uma diferença entre os municípios situados na margem direita (Aimorés, Resplendor, Inhapim), e aqueles situados na margem esquerda do rio Doce (Governador Valadares e Conselheiro Pena). Nos primeiros, a área média de propriedade era inferior a 60 hectares, 40% da sua área produtiva era dedicada à agricultura e neles era ainda muito importante a exploração de madeiras para lenha e carvão para a indústria siderúrgica. Cerca de 60% de seus territórios eram ocupados por propriedades rurais e 30% por de matas virgens. Já os segundos constituíam a autêntica zona de fronteira, onde apenas metade da área era ocupada por sítios e fazendas. Esta área compartilhava as estruturas com o Norte do Espírito Santo.

A zona da Mata central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, situava-se na isaritma de 60 hectares, isto é, a área média de propriedade era menor que esse valor. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupados por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região. Nesta sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares.

Na zona da Mata sul — vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba — as propriedades eram menos divididas. A área média era superior a 79 hectares, e possuía em média menos de 34 habitantes por km². Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont. Mais de dois terços desses municípios eram ocupados por pastagens.

A princípio, observa-se que, a sub-região norte apresentada na classificação, continha cidades da atual região do Vale do Rio Doce mineiro, evidenciando as diferenças quanto aos limites atuais da Zona da Mata. Além disso, percebeu-se também que, nessa subdivisão foram apresentadas, às posições geográficas dos municípios, assim como às características de suas estruturas fundiárias e às diferentes densidades demográficas. Pelo fato de São Paulo do Muriahé originar-se de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e às duas localidades estarem inseridos na parte centro leste do território, próximo aos municípios de Ubá, Ervália e outros. O município apresentou-se inserido, nessa classificação, na parte central.

De acordo com Anderson José Pires,¹¹¹ essas subdivisões são, “na verdade, partes de um conjunto orgânico, determinado pelo ritmo da expansão cafeeira que deixava atrás de si sua marca indelével na paisagem agrária e na dimensão física e espacial da economia e da sociedade da Mata mineira”. De fato, enquanto a cafeicultura já era desenvolvida, durante

¹¹¹ PIRES, Anderson José. *Commodity Chain e Evolução dos Padrões de Mercado*. In: ANDRADE, Vitória, Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs). *As Várias Faces de Minas: Traços locais e regionais*; Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017, pp. 158- 192. p. 164.

primeiras décadas do século XIX, na parte sul da região,¹¹² nas outras áreas, sua consolidação só irá ocorrer nos anos finais dos oitocentos, principalmente, com a chegada da ferrovia. No entanto, mesmo com essas características, por existirem outras culturas concomitantes a cafeeira, acredita-se que não se deve reduzir a análise de uma extensa porção do território somente ao desenvolvimento de uma produção agrícola.

Após a definição dos conceitos de espaço, território e região e uma síntese sobre o processo de ocupação na Zona da Mata mineira, no intuito de fornecer subsídios para a compreensão do processo de formação econômica de São Paulo do Muriaé, buscou-se a seguir, a partir de uma discussão historiográfica, entender as dinâmicas socioespaciais do município durante seu processo de estruturação político administrativa.

¹¹² TAUNAY, *História do café no Brasil...* p. 355.

1.3: São Paulo do Muriaé em debate

Localizado nos sertões leste da Mata mineira, São Paulo do Muriaé, antes mesmo da chegada do agente colonizador, teve seus primeiros sinais de transformação espacial com a instalação dos índios Puris e Coroados oriundos do litoral do Rio de Janeiro. Esses que se deslocaram para o sudeste de Minas Gerais, à medida que se processava a colonização do território fluminense.¹¹³ Definição confirmada pela historiadora Vitória Andrade em sua dissertação de mestrado, ao analisar os registros paroquiais do período de 1852-1888, da cidade de Muriaé, e constatar a presença de tais índios na administração de batismos e até mesmo de casamentos.¹¹⁴

A área onde se instalaria mais tarde o município, desde o último quartel do século XVIII, representava uma área de trânsito de negociantes oriundos de Campo-RJ, que percorriam o trajeto do rio Muriaé em batelões de fundo chato carregados de mercadorias e voltavam carregados com raízes medicinais, aves vivas entre outros produtos.¹¹⁵ Essas relações entre colonos e indígenas são marcadas por tensões que passavam por diversos desentendimentos sobre a propriedade agrária.¹¹⁶ Sendo que, em muitas vezes, para apropriação das terras indígenas, os agentes colonizadores recorriam à força, utilizando em muitos casos, do extermínio de nativos para atingir seus objetivos.

De acordo com Fernando Lamas,¹¹⁷ o avanço das autoridades sobre a área que compunha a região do vale do Rio Muriaé foi fruto de caráter militar, visto a presença de presídios e os conflitos que estavam se tornando agudos já nos primeiros anos século XIX (1808). Segundo o autor, os colonizadores, em busca de se aproximarem dos indígenas e facilitar os contatos, forneciam cachaça como forma de pagamento pela extração de poaia.¹¹⁸

Esse relacionamento baseado na exploração dos nativos foi mais evidente quando se analisou as descrições feitas pelo mineralogista Wilhelm Ludwig Eschwege¹¹⁹ que, ao passar pela área no período, mencionou que,

(...) empregam-se com os comerciantes de ipecacuanha indo junto com eles para matas lá ficando alguns meses. Apesar de enganados por esses comerciantes quase todos os anos, eles sempre caem de novo na armadilha e voltam a trabalhar para eles. Os comerciantes levam pouco alimento e

¹¹³ MERCADANTE (1973). Op. cit. p. 30-32.

¹¹⁴ ANDRADE (2006). Op. cit. p.32.

¹¹⁵ VERMELHO, *O município de Muriaé e seus Cursos d' água...* p 12-15.

¹¹⁶ ANDRADE (2012). Op.cit. p. 3

¹¹⁷ LAMAS (2013). Op. cit. p.132.

¹¹⁸ Ipecacuanha raiz medicinal também conhecida como poaia explorada nessa região em grande escala devido a aceitação não só no mercado brasileiro, mas também na Europa.

¹¹⁹ ESCHWEGE, *Jornal do Brasil...* p. 112.

aguardente, prometendo pagar ao final da viagem. Vão recebendo toda a ipecacuanha e dando aos índios, de vez em quando, somente um gole de aguardente, pela qual os índios são capazes de entregar qualquer coisa. Ao terminar a viagem os comerciantes costumam embriagar a todos e fugir com a ipecacuanha.

Diante dessas perspectivas, a ocupação efetiva da região que compreendia São Paulo do Muriaé, só ocorreu na primeira metade do século XIX, quando, em 1817, o então diretor geral dos índios, Guido Thomas Marlière, ficou responsável por fundar um estabelecimento para os índios Puris, no sertão do Muriaé, levantar uma Igreja para eles e demarcar suas terras, desde que fossem bastante para sua cultura e sustento.¹²⁰ Fato esse apontado por Josarlete Soares como passo fundamental para o crescimento do futuro município.

Recebendo arruamento e habitações de brasileiros, as aldeias caminharam a passos largos para se tornarem povoados brasileiros, evoluindo para as cidades atuais. Este é o caso de Muriaé, antigo arraial de São Paulo do Manoel Burgo, com núcleo inicial formado a partir de um aldeamento de índios Puris, criado em 1819.¹²¹

No decorrer dos anos, intensificaram-se as construções no Rosário e outros exploradores foram sendo atraídos para o local. A povoação nascente recebeu o nome de Quartel de Robinson Crusoe, dado por Guido Marlière, que para lá enviou João do Monte, mais um de seus subordinados.¹²² E se elevaria a condição de vila em 1855.

Ao tratar sobre as relações entre colonizadores e os nativos na região, Vitória Andrade¹²³ mencionou que, “a doação de parcela da terra para a sua cultura e estabelecimento familiar dos nativos foi um grande aliado para sua fixação. Alguns podiam tornar agregados das fazendas e ter sua morada própria”. Sheila Siqueira de Castro Faria,¹²⁴ atentou que, “este relacionamento entre as culturas indígena e branca possibilitou a sedentarização e a semi-sedentarização de alguns índios possibilitando maior convívio entre eles”.

Mesmo com essa impressão de divisão do espaço “amigavelmente”, “pouco ou nada se valeu para que o problema das terras dos índios fosse de fato resolvido, pois o apossamento, a compra, a grilagem e outras formas de ocupação foram empurrando esses nativos para áreas mais distantes”.¹²⁵

Na medida em que se analisam outros trabalhos realizados sobre a região, e se obtém ferramentas de apoio, constatou-se que, essas relações ocorridas entre brancos e indígenas na

¹²⁰ Revista do Arquivo Público Mineiro, vol II, 1817. p. 16.

¹²¹ SOARES (2009). Op. cit. p.107.

¹²² MERCADANTE (1973). Op.cit. p.50.

¹²³ ANDRADE, (2006). Op. cit. p 32

¹²⁴ FARIA, *A colônia em movimento...* p... 56.

¹²⁵ ANDRADE, *Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé...* p 79.

área estudada eram norteadas por interesses, que, posteriormente, gerariam conflitos pela terra,

Adverte-se que as disputas por terra e poder começam a se fazer presentes. Área de fronteira aberta, a Zona da Mata mineira experimentava alterações profundas, ocasionadas pela ocupação, em uma região que até então possuía uma vida tranquila, longe das efervescências das áreas mineradoras, iniciando-se na região um processo espacial particular, fruto da própria complexidade da base econômica¹²⁶.

Pode-se perceber que essas disputas por terras aconteceram à medida que os espaços foram sendo ocupados mais intensamente e, aos poucos, a “noção de riqueza foi ganhando um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais”.¹²⁷ Dessa forma, compreende-se que, os interesses entre colonizadores e nativos, no território geográfico compreendido mais especificamente como São Paulo do Muriahé e seu entorno, não ocorreram de maneira harmônica.

Por meio do discurso de se dizer superior, seja administrativamente e/ou religiosamente, a cultura branca se fazia dominante, e ocupava áreas que, até então, pertenciam aos índios Puris e Coroados. Nessa prevalência da autoridade de uns sobre os outros, “novas vilas, freguesias e paróquias foram criadas, formando uma intrincada rede de negociações que envolviam não só à população nativa e os colonos, como também representantes ligados ao governo provincial e eclesiástico”.¹²⁸

Contendo essas dinâmicas socioespaciais, no alvorecer dos oitocentos, consolidava-se no leste da Zona da Mata mineira à freguesia de São Paulo do Muriahé, possuidora de uma “imensa fronteira agrícola a ser desbravada, em meio a currais, colinas, serras e com um clima e maneira de viver, talvez parecido, mas não idêntico a outras regiões mineiras”.¹²⁹

No decorrer dos anos, a região se desenvolveu com uma paisagem totalmente diferente daquela inicial encontrada por seus desbravadores, com propriedades agrárias possuidoras de características peculiares às existentes em outras localidades da Zona da Mata mineira.

Nesse sentido, no intuito de se buscar evidenciar a estrutura fundiária da freguesia, abaixo foram adaptadas na tabela as informações presentes no trabalho realizado por Rômulo Garcia de Andrade, que analisou 892 registros paroquiais de terras de São Paulo do Muriahé entre os anos de 1854-1857, dos quais 807 constavam a área das propriedades.

¹²⁶ ANDRADE, (2012). Op. cit. p. 81.

¹²⁷ ANDRADE, (2012). Op. cit. p. 83.

¹²⁸ ANDRADE, (2012). Op. cit. p. 101.

¹²⁹ ANDRADE, (2011). Op. cit. p. 7.

Tabela 2: Composição fundiária de São Paulo do Muriaé (R.P.T), 1854-1857

Extensão	Número	%	Área (Alq)	%
Até 200 alq.	597	66,92	30.796,01	18,02
+ 200 alq.	210	23,54	140.095,03	81,97
Total declarado	807	90,46	170.891,04	99,99%
Indefinido	85	9,53	-	-
Total	892	99,99%	170.891,04	99,99%

Fonte: Andrade, Rômulo Garcia. Op. cit. p. 108. Adaptado pelo autor.

Na tabela acima, mesmo contendo dados incipientes para uma efetiva análise da composição fundiária de São Paulo de Muriaé, verificou-se que, dos 807 declarantes dos registros de terras, a grande maioria, 597 deles (66,92%), era constituída por proprietários com menos de 200 alqueires de terras que ocupavam apenas 30.796,01 alqueires (18,02%) do total da área declarada. Ao passo que, os 210 declarantes (23,54%), com propriedades com área igual ou superior a 200 alqueires detiveram 140.095,03 alqueires (81,97%) da área total declarada. Entendeu-se, portanto, a presença de uma grande quantidade de pequenas e médias propriedades, porém com uma estrutura fundiária, que se caracterizava pelo predomínio de grandes extensões de terras estarem sobre o domínio de uma pequena minoria da população, mesmo que, como nos ressaltou Rômulo Andrade,¹³⁰ a sua produtividade não ultrapassasse feições de pequeno produtor por não encontrar correspondência no que diz respeito à cafeicultura e posse de escravos.

Segundo Vitória Andrade,¹³¹ às pequenas e médias propriedades tinham a função de absorver o contingente populacional de escravos que existia na localidade no século XIX. De acordo com a autora, “não existiam na região grandes propriedades baseadas na “plantation”, pelo contrário, havia como característica um número reduzido de escravos e uma extensão de terras de tamanho pequeno a médio, com raras exceções”.

Luiz Fernando Saraiva,¹³² ao realizar contribuições acerca da temática, buscou comprovar a predominância da grande propriedade na região. Para isso, procurou relacionar o tamanho das propriedades existentes, o quantitativo de escravos por indivíduos, e a quantidade de pés de café, a partir de uma análise de 481 inventários *post-mortem*. Considerando como grande propriedade os possuidores de mais de 200 alqueires de terras, os detentores de mais de 50 escravos e/ou aqueles com mais de 160.000 pés de café. Dessa forma, o autor apresentou 38 processos que detinham 54,11% das terras totais disponíveis e enfatizou para 39 inventários possuidores de mais de 50 cativos, porém ressaltou a exclusão

¹³⁰ ANDRADE (1995). Op. Cit. p. 48.

¹³¹ ANDRADE (2006). Op. Cit. p 45.

¹³² SARAIVA, *Estrutura de Terras e Transição do trabalho em um grande centro cafeeiro...* p. 12.

de 4, sendo 2 por não possuírem cafezais e 2 por não possuírem a delimitação exata de terras, além do acréscimo de 6, por conterem mais de 160.000 pés de café.¹³³ Assim, esses 41 (de um total de 481) detinham 3.849 escravos ou 53,72% do total (que era de 7.164), ao mesmo tempo, 37,90% de todas as terras, ou 11.502 alqueires (de um total de 30.342,25), e também 10.847.453 pés de café, que representavam 64,71% do total de pés, que era de 16.761.748.¹³⁴

Ao se observar o trabalho realizado por Luiz Saraiva, compreendeu-se e valoriza-se a grande contribuição aos estudos da região matense. Contudo, percebeu-se que, mesmo o autor dividindo o termo grande propriedade nos âmbitos de quantitativo de terras e atividade econômica, nos quais analisou a quantidade de terras, escravos e café. Estes, não obtiveram médias superiores a 50%, simultaneamente, sendo preciso observar diferentes elementos para se conseguir atingir o esperado. Dessa forma, acredita-se que não se deve generalizar afirmações para toda a Zona da Mata mineira a partir de uma análise municipal, com a observação total de 481 inventários, devido as heterogêneas particulares presentes nas várias freguesias da região no período.

Anderson Pires,¹³⁵ em seu trabalho sobre a cafeicultura de Juiz de Fora, ressaltou que, nesse período, a atividade agroexportadora, apesar de incipiente, já constituía a atividade econômica mais importante do município, que, no momento, era o maior produtor da província de Minas Gerais. Em São Paulo do Muriaé, somente “a partir dos anos 70, e marcadamente na primeira metade dos 80, o café assumiria importância decisiva na vida muriaeense, atuando como grande fator mercantil”.¹³⁶ Quanto a essa consolidação em períodos distintos da cafeicultura na Zona da Mata mineira, Alcir Lenharo¹³⁷ atentou para a dinâmica “centrífuga” ocorrida na região com ocupação das regiões mais ao sul de Minas com o fim da atividade na região central que possibilitou a emancipação agrícola de maneira gradativa na região.

Com respeito à produção agrícola, de acordo com Ângelo Carrara,¹³⁸ “antes do café, a paisagem rural da região foi dominada até a década de 1840 pelas lavouras de milho, feijão, cana e alguns poucos arrozais”, sendo os plantios de café na área com início nos anos 30.¹³⁹ Para Roberto Borges Martins,¹⁴⁰ a economia de Minas Gerais no período era constituída por um sistema agrícola diversificado, baseado em roças, sítios e fazendas, onde a indústria do

¹³³ SARAIVA (2002). Op.Cit. p. 13.

¹³⁴ SARAIVA (2002). Op.Cit. p. 13.

¹³⁵ PIRES (1993). Op. Cit. p. 39.

¹³⁶ ANDRADE (2006). Op. Cit. p. 44.

¹³⁷ LENHARO (1979). Op. Cit. p. 33.

¹³⁸ CARRARA (1999). Op. Cit. p. 31.

¹³⁹ ANDRADE (1995). Op. Cit. 185

¹⁴⁰ MARTINS, *Minas e o tráfico de escravos no século XIX...* p.124.

café crescia sem pressionar outras atividades econômicas, mantendo a agricultura diversificada mesmo com o apogeu do café.

Essas prerrogativas relacionadas ao caminho percorrido pela produção agrícola no decorrer do século XIX na localidade foram mais bem evidenciadas no trabalho realizado por Jamila Aparecida Silva Câmara. A autora, em sua dissertação de mestrado, realizou uma pesquisa com base nos inventários presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros em Muriaé, onde analisou o quantitativo de terras e os produtos que foram cultivados durante o período compreendido entre os anos de 1850-1888 na freguesia. Para tal pesquisa, Jamila Câmara dividiu o recorte temporal em períodos de aproximadamente dez anos, e os analisou ano após ano. Nesse sentido, com o intuito de se compreender o desenvolvimento da produção agrícola em São Paulo do Muriaé até o predomínio da cultura cafeeira, no quadro abaixo foram adaptadas algumas informações que se encontram presentes no trabalho da autora.

Quadro 4: Demonstrativo de terras e das produções agrícolas encontrados nos inventários de São Paulo do Muriaé (1850-1888)

Período	Terras (em alqueires)	Cana (em alqueires)	Milho (em alqueires)	Outras culturas (arroz, feijão, laranja, etc.) em alqueires	Café (Pés)
1850- 1857	19.063	1.754	2.333	1.175	108.032
1858-1867	25.301	379	1.963	922	411.445
1868- 1877	25.389	472	574	336	1.327.079
1878- 1888	35.017	609	847	387	8.683.322

Fonte: CÂMARA, Jamila A. Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. p. 52-68. Adaptado pelo autor.

Mesmo tendo sido utilizado unidade de medidas diferentes com relação aos cultivos agrícolas que eram produzidos na freguesia, por meio da análise dos dados de Jamila Câmara, verificou-se que, nos primeiros anos analisados, as produções que mais se destacavam na freguesia eram referentes ao cultivo de milho e cana, seguidos pelas demais culturas, o plantio de café ainda se demonstrava incipiente se comparado aos outros cultivos. No decorrer do segundo período, é notável a diminuição de alqueires destinados às produções de cana e milho, as quais tiveram suas quedas acompanhadas pela produção de gêneros alimentícios e aumento significativo da produção cafeeira, que demonstrava um avanço no número de pés de café.

No recorte temporal referente aos anos de 1868-1877, percebeu-se uma regularidade na produção de cana e quedas referentes ao cultivo de gêneros alimentícios e, principalmente, do milho; nesse momento, a cultura cafeeira já se encontrava como principal concentradora de

recursos se comparada a outros produtos. No quarto período, constatou-se um relativo equilíbrio em relação aos demais gêneros que sofreram retração do decorrer dos anos, em consequência ao crescimento de investimentos voltados para produção cafeeira que se consolidava como principal produto agroexportador de São Paulo do Muriahé em finais do século XIX.

Diante da análise dos dados, observou-se que, São Paulo do Muriahé fugia à lógica colocada pela historiadora Ana Lanna¹⁴¹ de que com o monopólio do café em finais do século XIX, a diversificação das atividades se extinguiu a ponto de ser preciso importar produtos básicos de alimentação que geralmente exportava ou produzia. Na freguesia, percebeu-se que mesmo com o crescimento da cultura cafeeira, produziam-se outros produtos agrícolas, ainda que em menor quantidade. Não generalizando a ponto de afirmar que a freguesia se encontrava com autossuficiência de produtos alimentícios, apenas sendo explicitado que mesmo com o crescimento da produção cafeeira, outras culturas continuavam sendo produzidas e comercializadas.

Pelas propriedades das vizinhanças, alastravam-se os cafezais de forma retangular, cujos arbustos se alinhavam em fileiras paralelas segundo as linhas de maior declive. A Zona da Mata apresentava as terras mais apropriadas ao cultivo do café,¹⁴² porém jamais conheceu cafezais muito extensos, que se assemelhassem à paisagem de “mar de café” do planalto paulista,¹⁴³ mas sua produção aos poucos foi tomando forma de modo a competir com a concorrência fluminense.

Para Rômulo Andrade,¹⁴⁴ em São Paulo do Muriahé a máxima existente de pés de café por propriedade não ultrapassava o total de 50.000, sendo a média de anotações sobre pés de café por propriedades, de aproximadamente 21.300 pés. A vista dos inventários da freguesia, Vitória Andrade¹⁴⁵ afirmou que esses números encontrados pelo autor deveriam ser revistos, pois ela encontrou um inventário em que o proprietário possuía mais de 102 mil pés de café, 5.250 de café em coco, 600 arrobas de café novo e 300 arrobas de café em frutas. Também nos deparamos com o processo de Rosalina Theodora Alves da Silva, que possuía um total de 70 mil pés de café novos, além de 10 mil já velhos e 400 arrobas de café em coco

¹⁴¹ LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920. V *Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 1986. p. 102.

¹⁴² LIMA (1981). Op. cit. p. 18.

¹⁴³ Revista Brasileira de Geografia (1958). Op. cit. p. 30.

¹⁴⁴ ANDRADE (1995). Op. cit. p.41.

¹⁴⁵ ANDRADE (2006). Op. cit. p.45.

armazenados na tulha, o que provavelmente implicou em um aumento da produção por proprietário local do produto.¹⁴⁶

Outro fator fundamental para se entender a dinâmica do sistema agrário na região, consistiu em analisar o aumento do contingente de escravos da localidade, visto que o “sistema escravista era o sustentáculo dessa moldura econômica”.¹⁴⁷ sendo que “o trabalho escravo tinha o papel primordial na economia do período”.¹⁴⁸

De acordo com Emília Viotti da Costa,¹⁴⁹ o desenvolvimento das lavouras cafeeiras em Minas determinou uma redistribuição demográfica da população cativa, pois enquanto os municípios da tradicional área mineradora se despovoavam, o inverso sucedia nas zonas cafeeiras, com aumento da população escrava, até por volta de 1882-83.

Contrariando essas perspectivas, Roberto Martins,¹⁵⁰ afirmou que, a hipótese de uma transferência significativa de escravos da mineração para a lavoura cafeeira pode ser completamente descartada. Para o autor, desde o início do século XIX, várias décadas antes do setor cafeeiro assumir qualquer dimensão considerável, o contingente de escravos empregado na mineração já era irrisório.

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano¹⁵¹ mencionaram que as altas taxas de escravos em Minas Gerais, que vieram contribuir para a manutenção e ampliação dos planteis, foram em consequência da reprodução natural positiva, ou seja, à baixa exploração e um maior índice de mestiçagem poderiam explicar o imenso número de escravos.

“De modo geral, os pesquisadores reconhecem que o grande crescimento populacional do século XIX esteve diretamente ligado à dinâmica econômica”,¹⁵² e que a alta porcentagem de escravos na Província mineira esteve associada tanto às maciças importações de negros cativos, quanto à possibilidade de reprodução natural.¹⁵³

Diante dessas perspectivas, ao se buscar ter uma noção do quantitativo de escravos presentes em São Paulo do Muriaé e na Zona da Mata, foi apresentada a tabela a seguir.

¹⁴⁶ Inventário Rosalina Theodora Alves da Silva, datado de 20/10/1885, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé - (MG).

¹⁴⁷ ANDRADE (2006). Op. cit. p.40.

¹⁴⁸ LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil...* p. 15.

¹⁴⁹ COSTA, *Da Senzala à Colônia...* p. 62.

¹⁵⁰ MARTINS, *Minas Gerais, século XIX...* p. 183.

¹⁵¹ LUNA; CANO. *Economia escravista em Minas Gerais...* p. 10.

¹⁵² MARQUES, *Repensando a historiografia mineira...* p. 3.

¹⁵³ BOTELHO, *Família e escravarias...* p. 224.

Tabela 3: Recenseamento de 1872, São Paulo do Muriaé, Zona da Mata e Minas Gerais

Local	Pop. Total	Pop. Livre	%	Pop. Escrava	%
São Paulo do Muriaé	34.620	27.682	79,95	6.938	20,04
Zona da Mata	373.765	278.666	74,55	95.099	25,44
Minas Gerais	2.039.735	1.669.276	81,83	370.459	18,16

Fonte: ANDRADE (1995). Op. cit. p. 133- 156. Adaptado pelo autor

De acordo com o censo de 1872, analisado pelo historiador Rômulo Garcia de Andrade, a população escrava de São Paulo do Muriaé, contava com 6.938 indivíduos, e representava um total de 20,04% em relação a sua população total. É notável, que a composição da população existente na freguesia seguia aos padrões da Zona da Mata que possuía no período o maior quantitativo de escravos na província com o total de 95.099 almas.

Diante desse contexto, compreendeu-se que, em meados da segunda metade do século XIX, à medida que a cafeicultura se tornava a principal atividade agrícola da cidade e atraía novos trabalhadores para a sua produção – tanto escravos vindos do comércio interprovincial, quanto trabalhadores livres ou imigrantes - criavam-se os alicerces para o desenvolvimento econômico da freguesia.

Além das informações mencionadas, pode-se observar que a população de São Paulo do Muriaé contava com 34.620 almas. Isso representava um percentual de 9,26% da população total da Zona da Mata e 1,70% da província. Os homens livres somavam 27.682 na freguesia e representavam respectivamente 7,40% e 1,35% da população total da região e da Província.

Essa população presente em São Paulo do Muriaé se encontrava subdividida em torno dos distritos que o compunham, como se observa a seguir.

Quadro 5: Composição do município de São Paulo do Muriaé 1872

Freguesias	Denominação atual	Livre	Escravo	Total da população
São Paulo do Muriaé	Muriaé	2.887	857	3.744
N.S. Dores da Vitória*	Dores da Vitória	1.784	145	1.929
N.S. da Glória do Muriaé	Itamuri	3.715	918	4.633
São Francisco do Glória	São Francisco do Glória	3.167	336	3.503
Santa Luzia do Carangola	Carangola	4.135	819	4.954
Divino Espírito Santo**	Divino (de Carangola)	-	-	-
Sebastião da Cachoeira Alegre	Cachoeira Alegre	2.917	1.122	4.039

S. Fco de Assis do Capivara	Palma	1.853	902	2.755
S. Fco de Paula da Boa Família	Boa Família	2.450	379	2.829
S. Sebastião da Mata	Eugenópolis	2.706	570	3.276
N. S. Conceição dos Tombos do Carangola	Tombos	2.068	890	2.958
Total	-	27.682	6.938	34.620

(*) Curato/ (**) Curato não recenseado

Fonte: ANDRADE (1995). Op. cit. p. 132- 236. Adaptado pelo autor.

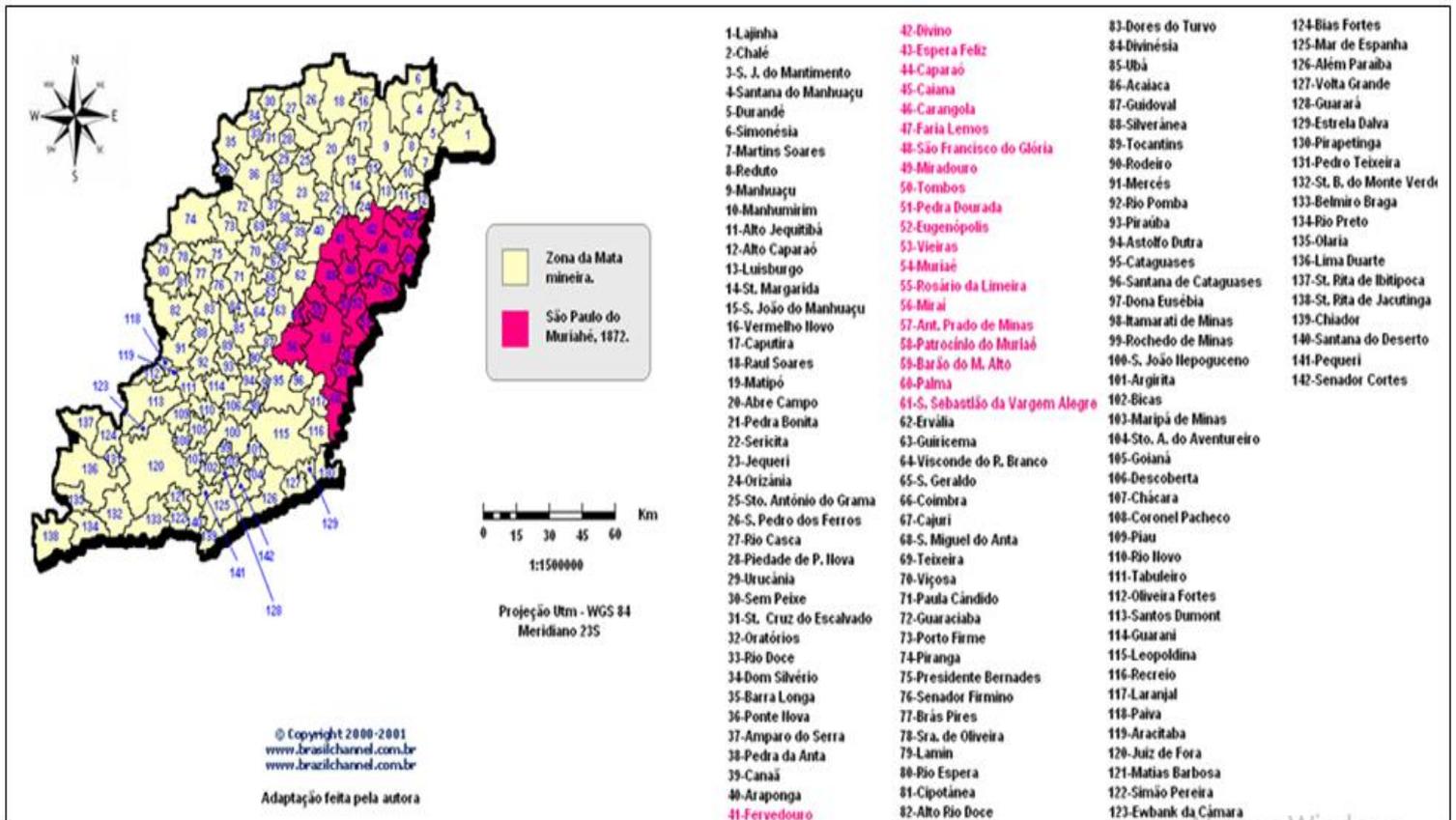
São Paulo do Muriaé despontava, na Zona da Mata, como o primeiro município em número de freguesias, com um total de 11, sendo o quinto Município em número geral de população com 34.620 habitantes, atrás somente de Ponte Nova (57.231), Leopoldina (41.886), Juiz de Fora (38.366) e Santa Rita do Turvo (37.096).¹⁵⁴

Com base nos dados apresentados no censo de 1872, Vitória Andrade desenvolveu um mapa correspondente ao território de São Paulo do Muriaé, em que foram inseridos todos os distritos que o compunham. No entanto, a historiadora atentou para o fato de que a área ocupada por São Paulo do Muriaé em 1872, não é igual ao apresentado nos municípios em sua formação atual, pois seus territórios distritais foram sendo subdivididos em várias outras cidades. É também mencionado pela autora, que o município de Mirai não foi eliminado em sua representação por estar, à época, incorporado ao distrito de Dores da Vitória. Além disso, o mapa indicou em tons diferenciados, às cidades de Palma e Caparaó, ambas por não pertencerem atualmente à microrregião de Muriaé, mas, sim, a Cataguases e Manhuaçu, respectivamente.

¹⁵⁴ ANDRADE (1995). Op. cit. p. 154.

Vale à pena ressaltar que nem todos os distritos foram recenseados na Zona da Mata, exclui-se na localidade em estudo o curato de Divino Espírito Santo, e em Juiz de Fora na Paróquia de Nossa Senhora da Glória, São Pedro D' Alcântara.

Mapa 1: Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque São Paulo do Muriaé 1872



Fonte: ANDRADE (2011). Op. cit. p. 67.

Outros dois censos foram realizados no período que compreende a pesquisa, o primeiro no ano de 1890 e outro em 1900 que só foi publicado em 1905. O de 1890 não considerou o desmembramento feito pela freguesia de Carangola em 1878, e analisou os mesmos distritos pertencentes a São Paulo do Muriaé no recenseamento de 1872, apontando para uma população de 50.189 habitantes. O que representa um aumento de 31% na região.¹⁵⁵

No censo realizado em 1900, foi levado em consideração o desmembramento feito pelo município de Carangola que levou consigo outras três freguesias, sendo inclusive recenseada com uma população equivalente a 32.290 almas. São Paulo do Muriaé, devido às perdas territoriais, apareceu com uma população total de 41.347 habitantes.¹⁵⁶

Ao levar em consideração o somatório das duas localidades, verificou-se que houve um crescimento populacional de mais de 100% na região em um período de apenas 28 anos. O que pode ser explicado como possível consequência do desenvolvimento econômico vivenciado no momento, fato que motivara os movimentos migratórios para área em estudo,

¹⁵⁵ BRAGA, Tiago de Castro. *Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: Os Garcia de Mattos na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017. p. 37.

¹⁵⁶ BRAGA (2017). Op. cit. p. 40.

que, a partir de 1886 passou a contar com um sistema interligado da Ferrovia Leopoldina Highway, possibilitando a pujante economia cafeeira que se consolidara.¹⁵⁷

O crescimento econômico de São Paulo do Muriaé e sua constituição mostraram-se como indissociáveis da estrutura e da dinâmica agroexportadora regional. Este crescimento econômico tem seu capital originado direta ou indiretamente no seu núcleo principal, ou seja, na acumulação do capital cafeeiro realizado na região. Essa acumulação vai implicar na diversificação setorial da economia agroexportadora, principalmente no urbano.

Diante dessas perspectivas, investigou-se a dinâmica econômica da população de São Paulo do Muriaé, procurando analisar as transformações ocorridas com a riqueza, associada não apenas ao espaço da produção cafeeira, mas, sobretudo, em relação às outras possibilidades de investimentos existentes na cidade que proporcionaram a essas pessoas exercerem a diversificação de suas fortunas ali mesmo, desenvolvendo, dessa forma, o espaço urbano da cidade.

Por ser uma cidade ainda pouco estudada pela historiografia, houve a necessidade de se apresentar as dinâmicas socioespaciais que se fizeram presentes na localidade no período. Nesse sentido, com o intuito de deixar claro o meio em que a pesquisa se encontra inserida, no capítulo a seguir, a princípio, foi levado em conta os conceitos de rural e urbano e as relações entre campo e cidade. Essa premissa foi realizada, para, através das informações presentes no censo de 1872, obter-se um diálogo com autores que abordaram o contexto macro em que o país e a província se encontravam inseridos em finais do século XIX, e evidenciar-se possíveis aproximações ou distanciamentos. Logo em seguida, para detectar os interesses socioeconômicos da sociedade de São Paulo do Muriaé, lançou-se mão da amostragem com a utilização dos inventários *post-mortem* para se obter uma noção dos ativos que concentravam as riquezas dos moradores locais. Após essas abordagens, no terceiro tópico, foi feita uma breve contextualização da autonomia atribuída às Câmaras Municipais pelo governo central e as políticas de infraestrutura desenvolvidas pelas autoridades municipais, frente aos interesses apresentados pelos moradores.

¹⁵⁷ BRAGA (2017). Op. cit. p.39.

Capítulo II: As dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas de São Paulo do Muriaé durante o período de 1870 a 1888

2.1- Atribuições em torno dos conceitos de rural e urbano, e o início da dinâmica espacial urbana de São Paulo do Muriaé

Por esta pesquisa estar voltada para a análise do desenvolvimento do urbano de São Paulo do Muriaé nos finais do século XIX e início do XX, faz-se necessário conhecer, mesmo que brevemente, noções dos conceitos de rural e urbano. Visto que, eles estão atrelados à formação da referida freguesia, bem como engendram importantes questões relacionadas à história dessa região.

Ao realizar atribuições sobre os conceitos em sua pesquisa sobre o rendimento rural e urbano, Patrícia de Melo Abrita Bastos,¹⁵⁸ ressaltou que, existem duas abordagens que definem o rural e o urbano, “a dicotômica que se refere ao campo como algo que se opõe a cidade e a de *continuum*, que enfatiza a aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana”. No entendimento de Roni Blume,¹⁵⁹ os primeiros debates e reflexões da corrente dicotômica eram embasados em estudos das diferenças entre comunidade e sociedade, de Ferdinand Tönnies.

Diferente deste, Douglas Sathler dos Reis¹⁶⁰ atentou para as de *continuum* que se “originaram a partir do processo de urbanização extensiva, incentivado principalmente pelo crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificados em vastas regiões do mundo no decorrer do século XX”.

As ideias de Pitirim Sorokin e Carle C. Zimmermann,¹⁶¹ de marcado caráter dicotômico, constituem uma referência fundamental na discussão da temática rural-urbano. Apresentadas sob forte impacto das mudanças provocadas pela expansão do sistema capitalista na década de 30 do século XX, os autores defenderam que, a construção de uma definição sociológica desses universos requer uma combinação de vários traços. Ou seja, deve ser uma definição composta, reconhecendo a dificuldade de se proceder a uma classificação do mundo rural e do mundo urbano a partir de uma única característica. Segundo os autores,

¹⁵⁸ BASTOS, Patrícia de Melo Abrita. *Ensaio sobre o rendimento rural e urbano*, 1981- 2007. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. p. 18.

¹⁵⁹ BLUME, *Território e ruralidade...* p. 18.

¹⁶⁰ REIS, *O Rural e o Urbano no Brasil...* p. 4.

¹⁶¹ SOROKIN; ZIMMERMANN; GALPIN, *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano...*p. 220-224.

as diferenças fundamentais entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem, econômica, espacial, social e cultural, consideradas a partir de oito traços:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Indo de encontro a essas perspectivas e contribuindo para a formação do pensamento, Bernard Kayser,¹⁶² procurou ultrapassar a pura descrição de características e propôs uma análise da ruralidade evitando compreender o rural em relação ao urbano. Assim, o autor definiu o rural como “forma específica de relação da sociedade com o espaço que apresenta um caráter dominante: a sua inscrição local”.

Para Marta Inez Medeiros Marques, entender o rural através de sua inscrição local esvazia a noção de sociedade rural e impede que a população rural seja pensada como um conjunto social,¹⁶³ “dificultando a construção de projetos coletivos entre unidades rurais situadas em torno de uma pequena cidade, apesar de estas unidades estarem inegavelmente abertas a influências externas via uma diversidade de redes de comunicação que as ligam diretamente às grandes cidades”.¹⁶⁴

Ao analisar as concepções acerca do conceito, Aldo Solari,¹⁶⁵ mencionou que, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: “a produção de alimentos através da criação de plantas e animais, vinculado a diferença ambiental e à própria atividade econômica que lhe é peculiar e realizada ao ar livre”. Segundo o autor, o meio rural seria também mais arreado às técnicas, sendo que, nas atividades rurais, lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados.

É importante ressaltar que, no período em que a pesquisa se encontra inserida (finais do século XIX e início do XX), apesar de já existirem indícios que apontam para a existência de um espaço *continuum* rural-urbano, diversos autores realizaram reflexões sobre um mundo com visíveis contrastes entre às realidades rural e urbana. Portanto, deve-se deixar claro que várias características presentes nestas definições referem-se, exclusivamente, a uma realidade pertencente ao período em que se encontra a pesquisa.

¹⁶² KAYSER, Bernard. *La renais sancerurale: sociologie des campagnes dumo de occidental*. Paris: Armand Colin. 1990. p. 155-156.

¹⁶³ MARQUES, *O conceito do espaço rural em questão...* p. 102.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 102.

¹⁶⁵ SOLARI, *O Objeto da Sociologia Rural...* p. 44.

Em busca de tornar explícito o que será entendido como rural e urbano em São Paulo do Muriahé, no período compreendido entre os anos de 1870 a 1910, buscou-se, por meio das informações presentes no censo realizado em 1872, algumas características existentes na sociedade da freguesia para que se possa definir as áreas que serão consideradas como urbana e rural.

Por ser o local onde as questões burocráticas, executivas e administrativas estavam localizadas e por representar a sede da cidade, São Paulo do Muriahé foi considerado como área urbana do município, sendo os outros dez distritos que o compunham rurais. Segundo as informações presentes no recenseamento de 1872, o quantitativo de pessoas que habitavam a sede do município era de 3.744 pessoas, sendo 2.887 livres e 857 escravos, o que representava 10,81% da população total da freguesia.

Dessa população mencionada, a cidade contava com a maioria de sua população presente em atividades voltadas para as áreas rurais, pois, dos 1.917 habitantes que declararam profissão, 1.402 se descreveram como lavradores, 6 como profissionais liberais (advogados, médicos, farmacêuticos ou professores), 2 capitalistas, 16 envolvidos na indústria e comércio. Além de, 296 em atividades manuais e mecânicas, 33 criados e/ou jornaleiros¹⁶⁶ e 162 voltados para serviços domésticos. O que nos leva a propor que, dentro do quantitativo presente no censo, apenas aqueles com profissões relacionadas aos setores secundário e terciário da economia habitavam efetivamente a sede do município. Enquanto que, os lavradores, pertencentes as atividades ligadas ao setor primário, mesmo residindo nas áreas rurais devido a atividade econômica exercida, também podiam possuir residências na área urbana cidade. Habitando-as nos fins de semana, ou às alugavam, visto à dificuldade de deslocamento entre as áreas no período, o que gerava um grande empecilho para possíveis migrações pendulares.

A partir dessa perspectiva, atividades e bens que possam estar relacionados ao setor primário da economia como a produção agropecuária, a posse de terras e as benfeitorias serão compreendidas como rurais. A construção de casas, aquisição de terrenos, títulos, e outros que possam estar relacionados ao setor secundário e terciário, serão entendidos como bens urbanos. Salvo exceções, pois muitos dos elementos citados poderiam existir em ambos os meios.

A princípio, pode ser que não se compreenda o motivo da escolha da sede do município a ser considerada como urbana, devido à pequena porcentagem de habitantes e a

¹⁶⁶ Lembrando que jornaleiro nesse caso, não é o profissional que vende jornal, mas o que é pago por uma jornada de trabalho, uma espécie de “bico” (caso de 6% dos escravos, contra 4%).

maioria deles se encontrarem direcionados às atividades rurais. Para justificar essa escolha, recorreu-se à historiografia para elucidar o panorama presente na sociedade de Minas Gerais no período. Dessa forma, o trabalho realizado por Alexandre Mendes Cunha,¹⁶⁷ que procurou observar os relatos dos viajantes que percorreram várias cidades da Província no período, como o de Auguste Saint-Hilaire, para descrever as peculiares existentes na área, constituiu uma importante ferramenta de auxílio. O viajante constatou em seus relatos o reduzido número de pessoas que residiam nas localidades de menor porte durante a semana, devido ao trabalho que realizavam nas fazendas, conforme destacou em uma parte,

Durante a semana à maioria das casas ficavam fechadas, seus donos só ali apareciam aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permaneciam nas cidades, nos dias de semana, os artesãos- alguns dos quais bastante habilidosos- as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas.

Essa ideia relacionada à influência religiosa para a presença de pessoas nas áreas urbanas, segundo Josarlete Soares,¹⁶⁸ deve ter um olhar cuidadoso, uma vez que, durante todo o período colonial e mesmo durante o Império, Estado e Igreja Católica mantiveram-se unidos. Sendo a interferência da Igreja na implantação dos assentamentos humanos e na própria paisagem urbana significativa, tanto por meio da legislação eclesiástica quanto através da influência imediata que ela exerceu a partir de seu patrimônio construído.¹⁶⁹

Ao estudar as implicações da união entre Estado e Igreja para a formação dos núcleos urbanos, Murillo Marx¹⁷⁰ destacou, sobretudo, as imprecisões entre o espaço sagrado, o espaço público e o espaço privado e suas consequências sobre a conformação do meio urbano. Na concepção do autor, o papel da Igreja no período foi um fator fundamental e forneceu muitas pistas sobre o processo de ocupação e fixação dos habitantes nas formações urbanas no território brasileiro, sendo que às vagas determinações civis, contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano.

Nesse sentido, Sergio da Mata,¹⁷¹ ao procurar verificar de que maneira espaço e religião interagiram e, de que modo, os aspectos relativos ao catolicismo popular e suas representações configuraram-se como fatores determinantes para o processo de fixação dos primeiros assentos urbanos, ou proto-urbanos (como ele próprio sugere). Em Minas, nos séculos XVIII e XIX, afirmou que, o espaço, devido ao forte simbolismo que a religião representava, recebeu e materializou aspectos rituais e de visão do mundo, que contribuiriam

¹⁶⁷ CUNHA, *Paisagem e População...* p. 4-5.

¹⁶⁸ SOARES (2009). Op. cit. 34

¹⁶⁹ Ibidem. p. 34.

¹⁷⁰ MARX, *Cidade no Brasil...* p. 17.

¹⁷¹ MATA, *Chão de Deus...* p. 304.

para a manutenção da influência religiosa sobre a vida social e também sobre a paisagem urbana.

Diante dessas atribuições, realizados pelos historiadores, outro fator que contribuiu para considerarmos a sede do município de São Paulo do Muriaé como área urbana, relaciona-se ao fato de ser nessa porção do território, que se encontrava inserida a principal matriz da região, o que proporcionava, como visto, certo dinamismo àquela área, mesmo que em apenas alguns determinados dias da semana.

No entanto, São Paulo do Muriaé não se constituía de uma realidade autônoma, pois interagiu com o meio circundante, o campo, e com outras cidades. No decorrer de sua formação e desenvolvimento, a cidade abrigou diferenciações relativas ao volume e aos vários tipos de serviços e produtos comercializados, às atividades político-administrativas e ao tamanho demográfico. Tais diferenciações determinaram uma série de relações entre os diferentes núcleos, que configuraram uma estrutura de fluxos de mercadorias, de capitais e de pessoas que caracterizava sua incipiente formação urbana. Dessa forma, comunga-se com a assertiva de Fernanda Borges de Moraes,¹⁷² segundo a qual:

O crescimento urbano (...) não está relacionada apenas ao aumento demográfico e econômico, mas também implica em uma série de transformações e articulações expressas na organização do espaço regional e nas relações de dependência e hierarquia que conformam um sistema integrado de maior amplitude.

Compreende-se, assim, como ressaltou Milton Santos,¹⁷³ que é o caráter de centralidade do núcleo urbano o responsável pela coordenação e direção das diferentes atividades do espaço que se organizam ao seu redor. Sendo os diferentes graus de centralidade entre o núcleo, materializados, principalmente, pela qualidade e quantidade de bens e serviços que oferecem, determinando a hierarquia urbana e a conformação de suas áreas de influência, que se apresentam como agentes fundamentais de estruturação e organização do espaço.

Nesse processo de inter-relação, acredita-se que os fatores econômicos, políticos e culturais agiram e interagiram conjuntamente com os elementos do meio natural, deixando suas marcas sobre a fisionomia do território. Partiu-se assim do entendimento de que a área urbana de São Paulo do Muriaé refletia e reforçava as características sociais e econômicas da região, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade. Visto que, “em termos fisionômicos

¹⁷² MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 162.

¹⁷³ SANTOS, *A cidade como centro de região...* p. 12.

campo e cidade são realidades distintas inegáveis, mas as suas definições socioespaciais devem ser consideradas com outros parâmetros”.¹⁷⁴

Diante dessas perspectivas, no intuito de entender as relações existentes entre esses espaços na localidade em estudo, abaixo, foram demonstradas as formas de riqueza e os principais ativos concentradores de investimentos da população até o ano da abolição da escravidão no país. Posteriormente, foi também evidenciado as principais políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente aos interesses dos habitantes. Essas análises irão, certamente, contribuir para o entendimento das questões socioeconômicas e sociopolíticas que se faziam presentes na freguesia no período.

¹⁷⁴ SUZUKI, *Campo e cidade no Brasil...* p. 146.

2.2- Uma análise sobre os tipos de investimentos da população de São Paulo do Muriaé até o ano da abolição da escravidão no país

Para elaboração dessa parte do trabalho foi realizada uma análise sobre os inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros na cidade de Muriaé. A partir de observações nas informações presentes neles, pôde-se ter uma noção do perfil socioeconômico da sociedade analisada. Esses documentos analisados, representam a totalidade encontrada na Comarca local para o período, que, possivelmente, devido à falta de organização ou mesmo a transferência de uma média de 300 inventários para o Arquivo do Tribunal de Justiça na capital mineira, fez com que vários documentos se perdessem ou extraviassem ao longo dos anos.

Segundo Marília Patta Ramos,¹⁷⁵ a quantificação tem sido bem sucedida na realização de diversas pesquisas e, ainda mais hoje, com o auxílio dos recursos de informática. A utilização desse método para a análise histórica passou a ser estimulado a partir do crescimento da escola francesa dos *Annales*, ainda na primeira metade do século XX.¹⁷⁶ De acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira,¹⁷⁷ essa transformação analítica se deu a partir da descentralização da Europa como potência central no aspecto econômico e cultural. Bem como como o avanço de contínuas crises econômicas, incluindo a grande depressão de 1929. Sendo ampliada a utilização desse método analítico para além dos índices e dados econômicos, ocasionando grandes contribuições no campo da História demográfica e social.¹⁷⁸

No entanto, para os autores, não se trata apenas de ‘enaltecer’ o método quantitativo. A seriação das análises, apesar de contribuir para um maior detalhamento da história, pode, em muitos casos, reduzir a homogeneidade dos números e omitir casos específicos em determinado contexto. Trata-se de um sistema analítico passível de critério como qualquer outro, no qual o pesquisador deve delimitar seu alcance.¹⁷⁹

¹⁷⁵ RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: Lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. *Mediações*, Londrina, n. 1, pp. 55- 65, 2013. p. 57.

¹⁷⁶ BARROS, A *História serial e a História quantitativa no movimento dos Annales...* p. 205.

¹⁷⁷ LINHARES; TEIXEIRA, *História da Agricultura Brasileira...* p. 102.

¹⁷⁸ BARROS (2012). Op. Cit, p. 214.

¹⁷⁹ LINHARES; TEIXEIRA (1981). Op. Cit. p. 104- 105.

Em busca de evidenciar as fontes passíveis de seriação que proporcionaram uma estreita parceria entre os campos da História, Econômica, Demográfica e Social, José D' Assunção Barros¹⁸⁰ esclareceu que,

Não é todo o tipo de documento que se presta à quantificação ou à serialização, mas podem ser mencionadas entre as diversas fontes que se abrem a estas abordagens as listas de preços, os documentos contábeis, os documentos do fisco, os balanços financeiros, a documentação de compra e venda, os registros de alfândega, os arquivos notariais e paroquiais, os documentos do censo, a documentação judicial, as fontes cartoriais como os testamentos, certidões de nascimento e casamento, os registros de imóvel, o estabelecimento de firmas. Também os objetos de cultura material poderiam se beneficiar de uma abordagem serial (embora não quantitativa), e ainda outros tipos de fontes, como os anúncios de um periódico ou os processos criminais. Um historiador pode serializar perfeitamente imagens (pinturas, fotografias), letras de música censuradas por um regime repressivo, e assim por diante.

Diante dessas perspectivas, os inventários *post-mortem*, devido a sua cobertura universal - que possibilita o estudo individual e coletivo num determinado período - com a análise serial e cronológica, acabam por oferecer a constatação de sua significativa importância no estudo da História Econômica e Demográfica. Pois, proporcionam, ao mesmo tempo, o entendimento do perfil socioeconômico de uma determinada sociedade e ainda fornecem subsídios para a averiguação da estrutura e da dinâmica das aludidas populações pretéritas.¹⁸¹

Ao analisar as etapas do trabalho exigido para que a demografia histórica pudesse aparecer como uma “disciplina madura”, Iraci Del Nero da Costa,¹⁸² ressaltou a importância do rompimento ocorrido, com o que Fernand Braudel¹⁸³ chamou de “explicação imperialista, unilateral, da realidade social” (Exemplo de atitude exclusivista típica das ciências jovens). O autor ao buscar reforçar seu pensamento, realizou um diálogo com o trabalho do economista e demógrafo Ernest Wagemann,¹⁸⁴ o qual defendia a ideia de que a população comanda a economia e, por decorrência, a demografia comanda a história econômica conforme propôs,

Uma das teses preferidas da economia política de vulgarização, é que o crescimento populacional moderno deve ser atribuído ao sucesso do capitalismo em rápida expansão. Sem dúvida, aqueles que sustentam o contrário têm mais razão ainda, ou seja, que os progressos técnicos e econômicos dos séculos XIX e XX devem ser atribuídos ao rápido aumento populacional.

¹⁸⁰ BARROS (2012). Op. Cit, p. 205.

¹⁸¹ COSTA, *Demografia Histórica...* p. 218.

¹⁸² Ibidem, pág. 219.

¹⁸³ BRAUDEL, *La História y las Ciencias Sociales...* p. 43.

¹⁸⁴ WAGEMANN, *La población en el destino de los pueblos...* p. 27.

Após a breve exposição do pensamento de autores que ressaltaram à interação entre as categorias econômica e demográfica na ciência histórica, serão avaliados os investimentos realizados pelos moradores de São Paulo do Muriahé durante toda sua vida. Alguns direcionam seus investimentos somente para sua produção agrícola e outros decidiam investir em áreas urbanas.

Em busca de se conseguir refletir sobre às dinâmicas socioeconômicas presentes na sociedade de São Paulo do Muriahé, não se descartou os inventários que possuíam dívidas passivas superiores ao valor total de seus bens. Esse tipo de inventário nos interessou, pois, tem-se como tema central de nossa pesquisa entender o desenvolvimento urbano da cidade, dessa forma, muitas vezes, o indivíduo mesmo estando endividado, poderia possuir algum imóvel, trazendo assim contribuição ao que precisamos. Assim, para o primeiro período (1870-1888), são 83 inventários distribuídos nos anos conforme o quadro a seguir.

Quadro 6: Quantitativo de inventários analisados: São Paulo do Muriahé, 1870-1888

Ano	Quantidade
1870	5
1871	2
1872	0
1873	2
1874	5
1875	6
1876	6
1877	3
1878	9
1879	5
1880	7
1881	4
1882	1
1883	8
1884	9
1885	7
1886	0
1887	1
1888	3
Total	83

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros 1870-1888.

Como se observou no quadro acima, não foram encontrados documentos referentes aos anos de 1872 e 1886, porém este fator, certamente não prejudicará essa pesquisa, por serem anos com diferenças superiores a um decênio e existirem dados, tanto nos anos

anteriores, quanto nos posteriores, o que contribuiu para o entendimento do restante das décadas.

Com essa primeira macro periodização, pode-se perceber como a economia regional possuía efeitos sobre as riquezas da localidade estudada. O primeiro período (1870/1888) cobriu as duas décadas finais de vigência da escravidão, o que contribuirá para o entendimento do perfil da riqueza na região agrícola da Zona da Mata, a qual estava fundada, principalmente, na produção agrícola e na propriedade latifundiária. A partir disso, alcançar-se-á os resultados relativos às políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais da freguesia em direção ao final do período. Pretende-se chegar, dessa maneira, no corpo desse texto, ao entendimento da dinâmica social de acordo com os processos que estavam ocorrendo em nível nacional.

Para análise dos inventários, levou-se em consideração os valores nominais, pois representam a saída encontrada para eliminar-se o problema das variações inflacionárias. Assim, a natureza da fonte buscada limita a percepção da evolução de cada fortuna individual. Ela é apenas retratada na morte do indivíduo, ainda que represente uma trajetória de décadas de acumulação. Ademais, o efeito de diacronia que é buscada obtém-se pela comparação do peso relativo dos itens no interior do conjunto patrimonial. Na medida em que tratamos com valores nominais, isso minimiza também alterações, que podem ser importantes, no preço relativo dos ativos.¹⁸⁵

Para traçar um perfil dos inventários *post-mortem* analisados, começaremos por destacar os primeiros informes do documento: estado civil, residência, grau de parentesco com o inventariante e atividade exercida. Classificou-os, de acordo com o meio onde viviam e tinham a sua principal atividade, rural ou urbana.

Os inventários foram agregados por ano, o que se denomina riqueza do ano, representando a soma do total de todas as riquezas daquele ano, e essas, por sua vez, agregadas em períodos de mais ou menos 10 anos (1870-1880; 1881- 1888), excetuando o período em que se encerrou a escravidão no Brasil (1888), que é o marco da primeira parte da análise.

Depois de agregados, estes ativos foram analisados de acordo com sua participação no montante da riqueza do período. Foi utilizada uma tabela e gráficos gerais de todos os ativos no período, como também, gráficos de cada um dos ativos, sendo que, quando necessário, comparados os dois ou mais ativos dentro de um mesmo período.

¹⁸⁵ Ver metodologia de Rita de Cássia Almico. Op. Cit. p. 60-61.

Os ativos encontrados foram subdivididos da seguinte maneira: 1) Escravos, 2) Cafés (cafezais e café colhido), 3) animais (equinos, suínos, bovinos e caprinos) 4) Terras, 5) Casas, 6) benfeitorias (moinho, engenho, paiol, tulha, etc.), 7) objetos pessoais (instrumentos profissionais, utensílios, prata, ouro, móveis e outros), 8) títulos (títulos, dinheiro, dotes, apólices e ações), 9) dívidas ativas, 10) terrenos e 11) alimentos (mantimentos, outros tipos de cultura e roças).

O perfil dos inventariados de nossa mostra pode ser entendido pelos dados apresentados a seguir. De um total de 83 inventários no período em questão, 47 são do sexo masculino, 32 do sexo feminino e 4 são inventários que continham o casal como inventariado, o que perfaz um total de 56,62% de homens, 38,55% de mulheres e 4,82% de casais. Dentro desse total 64, no momento da morte, eram casados (77,10%), 17 viúvos (20,48%), e apenas 2 eram solteiros (2,40%).

Em relação às residências, 48 (57,83%) pertenciam à zona rural, 21 (25,30%) à urbana e 14 (16,86%) de localidade indefinida devido à precariedade do documento que impossibilitou a leitura, e também a caligrafia do escrivão. Essas residências foram classificadas, de acordo com a localidade mencionada no processo, considerando os distritos como área rural, e apenas os que constavam a freguesia sede, como urbana. Percebeu-se nesses dados, uma sociedade majoritariamente agrária, construída por indivíduos que levavam suas vidas no mundo rural.

A maioria da população de São Paulo do Muriahé, sendo residente em áreas rurais, não fugia à regra das características da província e do país em geral, pois segundo Milton Santos,¹⁸⁶ “o índice de urbanização no Brasil pouco se alterou entre o fim do período colonial até o fim do século XIX, e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920” (passando de 6,8% a 10,7%).

Entre os oitenta e três inventariados, 60 (72,28%) possuíam o ativo escravo entre seus bens e 23 (27,71%) não tinham a presença desse ativo. O número total de escravos presentes nos inventários é de 807. A média de posse de cativos para o total de inventariados que os possuem entre seus bens é, portanto, de 13,45 para cada indivíduo. Entretanto, dos 48 inventariados identificados como residentes do mundo rural, 34 (trinta e quatro) deles (70,83%) eram possuidores de escravos, com um total de 443, o que leva a uma média de 13,02 escravos para cada proprietário rural. Nos 21 inventariados identificados como residentes da zona urbana, 14 (catorze) possuíam cativos, com um total de 157, resultando em

¹⁸⁶ SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2013. p. 21-22.

uma média de 11,21 para cada proprietário. Os outros 207 escravos pertenciam aos 12 moradores que não tiveram sua localidade identificada, dando uma média de 17,25 para cada senhor. Desse modo, dos que não possuem cativos, 14 estão no campo, 7 na cidade, e 2 fazem parte do grupo que não foi possível identificar sua localidade.

Como observado anteriormente, a Zona da Mata detinha a maioria da população escrava da província de Minas Gerais em 1872. Com o passar dos anos, esse quadro não se alterou, percebeu-se isso ao se observar o relatório da Província de Minas Gerais de 1886, que apresentou à população escrava nos quinze principais municípios cafeeiros da região.

Tabela 4: População Escrava dos 15 principais municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira (1886)

P	Município	População Escrava	%
1°	Juiz de Fora	20.905	20,57
2°	Mar de Espanha	11.777	11,59
3°	Leopoldina	10.905	10,73
4°	Ubá	8.656	8,52
5°	Além Paraíba	8.029	7,90
6°	Pomba	6.029	5,93
7°	Rio Preto	5.410	5,32
8°	Muriaé	5.326	5,24
9°	Cataguases	4.955	4,87
10°	Ponte Nova	4.732	4,65
11°	São João Nepomuceno	4.125	4,06
12°	Rio Novo	3.662	3,60
13°	Viçosa	3.042	2,99
14°	Carangola	2.127	2,09
15°	Rio Branco	1.908	1,87
/	Total	101.588	100

Fonte: Relatório da Presidência de Minas Gerais- 1886, in LIMA, J.H. Op. Cit p. 21-22.

Com relação à produção agrícola, os inventários que apresentaram algum cultivo produzido são em número 70 (84,33%), sendo que, 48 (68,57%) possuíam apenas a produção da rubiácea em suas terras, 21 (30%) detinham de uma produção diversificada e apenas 1 (1,42%) baseava sua produção em produtos que não abrangiam o café. Desses 70, 52 (74,28%) possuíam escravos com suas produções agropastoris e 18 (25,71%) não possuíam cativos entre seus bens. O número de escravos para os que detinham de alguma produção agrícola perfazia um total de 738 almas, o que significa dizer que, 91,44% dos escravos inventariados se encontravam atrelados a pessoas que possuíam alguma produção agrícola, podendo os cativos estarem ligados ou não as produções agrícolas direta ou indiretamente. Sobraram então, 69 escravos, o que não representa que eles não estariam inseridos nas

dinâmicas agropastoris da cidade, pois muitas vezes poderiam ser alugados para trabalhos nas propriedades, como apontou Rômulo Andrade¹⁸⁷ em seu trabalho.

Dos outros 13 (15,66%) inventários que não trabalhavam com roças e nem com café, 6 (46,15%) possuíam terras e tinham suas atividades voltadas para criação de animais, aluguéis de pastos, e ainda, terras ocupadas por matas virgens e capoeiras, com um total de 224,5 alqueires (3,40%) de terras. A média de propriedade para esses moradores é de 37,41 alqueires para cada um. Os 7 (53,84%) restantes eram moradores da zona urbana e não possuíam significativas porções de terras. No entanto, apresentavam bens que levam a entender que exerciam atividades diversificadas, que podiam estar voltadas para consumo próprio ou constituir uma pequena atividade econômica, como transporte de mercadorias, fabricação de aguardente, rapaduras, produção de fubá, tecidos, entre outros.

Como se observou no inventário datado de 20 de dezembro de 1878, pertencente a Antônio Augusto Borges de Abrantes,¹⁸⁸ cônjuge de Maria Clara Vasconcelos Abrantes, e pai de nove filhos, que possuía entre seus bens a posse de “1 sorte de 8 alqueires de terras”, três casas de vivenda na cidade, quatro cativos, quatro semoventes, sendo três equinos e um bovino. Além de benfeitorias como; uma máquina de costura tocada a mão, uma máquina de costura tocada no pé, uma máquina de costura de fazer vestido e um moinho de ferro americano para fubá. É importante destacar que, o inventariado não possuía nenhuma dívida ativa ou passiva.

Assim como o documento explicitado, dos outros 6 (seis) que possuíam características parecidas apenas 1 (um) possuía a presença de dívidas ativas e passivas, o que nos levou a entender que, a maioria das atividades praticadas com o uso das benfeitorias poderiam estar voltadas majoritariamente para o consumo próprio. Isso, devido à ausência da presença dos ativos mencionados que podem ser utilizados como demonstrativo das práticas comerciais no período. O total de alqueires presentes nos inventários do período era de 6.595, sendo o total de 70, os possuidores de terras em seus inventários, com média de 94,21 alqueires para cada proprietário.

Na distribuição de riqueza em períodos de mais ou menos 10 anos, percebeu-se a grande concentração de riqueza da região. Entre os 50 inventários que compreenderam o período de 1870-1880, apenas 8 inventários detiveram 51,94% da riqueza do período. Destes, o primeiro, com data de abertura em 22 de agosto de 1870, teve a soma do seu Monte-mor em

¹⁸⁷ ANDRADE (1995). Op. Cit. 105.

¹⁸⁸ Inventário de Antônio Augusto Borges de Abrantes, disponível no Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

95:929\$710, o que representava 10,22% da riqueza do período, que era de 937:855\$799, sendo pertencente a João Francisco de Cerqueira.¹⁸⁹ Este, tinha a parte mais valiosa de sua riqueza composta pela soma do valor das dívidas ativas, sozinho, o ativo apresentava um total de 44:682\$350 (quarenta e quatro contos, seiscentos oitenta e dois mil, trezentos e cinquenta reis), o que representava 4,76% da riqueza do período, e 46,57% do total da riqueza do inventariante. Outro ativo significativo em sua acumulação eram seus 31 cativos, que, juntos, somavam 24:600\$000, correspondendo a 2,62% e 25,64% da riqueza total do período e dos seus bens, respectivamente. Sua propriedade rural somava um total de 206 alqueires de terras, o que fez com que João Francisco Cerqueira ficasse entre os quatro maiores proprietários de terras de nossa mostra do período. Atrás somente de José Antonio Penna¹⁹⁰ (03/11/1876) que detinha de 430 alqueires, Antonia Carolina do Sacramento¹⁹¹ (21/03/1873) com 380 e Maria Magdalena de Jesus¹⁹² (28/07/1870) com 335,5. Os outros 7 inventariados, que juntos com o mencionado, somavam mais de 50% da riqueza do recorte, apresentavam fortunas de respectivamente 6,90%, 6,57%, 6,23%, 5,70%, 5,69%, 5,62% e 5,01%, do total e quando somados resultavam em 487:090\$384 dos 937:855\$799 do período.

Essa concentração de riqueza, apareceu de forma mais nítida quando foram analisados os 33 processos correspondentes os anos de 1881 a 1888. Sendo observado que, apenas 3 inventários possuíam 60,98% das riquezas do período. Acredita-se que isso ocorreu pelo fato do ano de 1883 conter o mais rico inventário coletado na somatória dos dois períodos, que é o do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, esposo de segunda núpcias de Eudóxia Augusta Canêdo e pai de dez filhos, sendo quatro de primeiras núpcias e seis de segunda núpcias.

O Monte-mor do Desembargador era no total de 482:555\$977, o que sozinho representava 45,03% das riquezas do período em análise, que tinha o total de 1.070:771\$612 e 24,02% do recorte temporal compreendido entre os anos de 1870 a 1888, que totalizava 2.008:657\$411. Com essa fortuna fora dos padrões normais para a freguesia, o documento constou de um total de 498 alqueires de terras divididas em nove propriedades, com 103 escravos (101 residentes na freguesia muriaeense e 2 residentes em Barbacena), café, cana-de-açúcar, arroz, milho, capados, garrotes, bestas, seleiros, casas de vivendas, olarias, aparatos de uma banda de música, etc.

¹⁸⁹ Inventário de João Francisco de Cerqueira, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

¹⁹⁰ Inventário de José Antonio Penna, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

¹⁹¹ Antonia Carolina do Sacramento, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

¹⁹² Maria Magdalena de Jesus, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

Ainda no documento se observou alguns dos investimentos realizados pelo Desembargador, como o grande capital presente no Banco do Brasil 1:160\$000, Companhia de Seguros 760\$000, Apólice de Seguros (RJ) 2:510\$000 e Tesouraria da Fazenda 2:165\$900. Os quais, somados, totalizam 6:595\$900 (1,36%), outro ativo de grande relevância, consistia no gigantesco número de dívidas ativas existentes, cerca de 283:888\$797 (58,83%). Capital este emprestado para, filhos, padres, negociantes da corte, médicos locais, dentre outros e nenhuma dívida passiva, o que evidencia que o Desembargador era realmente um investidor estável da região.¹⁹³

Com o intuito de ressaltar a enorme riqueza do Desembargador Antônio Canêdo, foi confrontado seu processo com o que representava a segunda maior fortuna dos períodos, o inventário datado de 28 de junho de 1884 de Antonio José de Oliveira Lomeu,¹⁹⁴ cônjuge de D. Maria Antonia Lomeu, e pai de treze filhos. Grande detentor de terras possuía um total de 269 alqueires, distribuídos em suas nove propriedades, nas quais se dedicava ao cultivo do café, estando no processo um total de 106 mil pés e também ao cultivo de frutas, mas esse em menor proporção. Sendo que, o valor total desse cultivo não ultrapassara 50\$000 reis. Entre seus outros bens, encontram-se bovinos, equinos, moinhos, monjolos, paióis, engenhos, casas na cidade, 62 escravos, etc. Chamou a atenção não se encontrar no processo nenhuma dívida ativa e passiva, o que pode representar que, contrariamente ao anterior, Antônio José Lomeu não realizava investimentos em empresas financeiras, ou concedia empréstimos a particulares. Seu Monte-mor somava 118:198\$000, sendo mais de quatro vezes menor ao apresentado pelo Desembargador Canêdo, o que demonstra que realmente eram raras grandes fortunas na freguesia no período.

Ao confrontar o trabalho de Rita Almico,¹⁹⁵ que analisou as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora, verificou-se grandes divergências entre as maiores riquezas entre as duas freguesias em anos quase idênticos. A autora, ao evidenciar a maior fortuna encontrada em seus 1918 inventários analisados, destacou o documento sob o número de 629, caixa 79b do ano 1875 da Baronesa de Três Ilhas D. Maria da Conceição Monteiro da Silva. Esta, possuía uma riqueza equivalente a 1:298:121\$600, que era superior a vários totais de riqueza anuais, de anos do mesmo período. Comparada à maior riqueza de São Paulo do Muriaé representada pelo Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, constatou-se que a

¹⁹³ Inventário do Desembargador Antônio Augusto Canêdo, disponível no Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros, Muriaé-MG.

¹⁹⁴ Inventário de Antônio José de Oliveira Lomeu, disponível no Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros, Muriaé-MG.

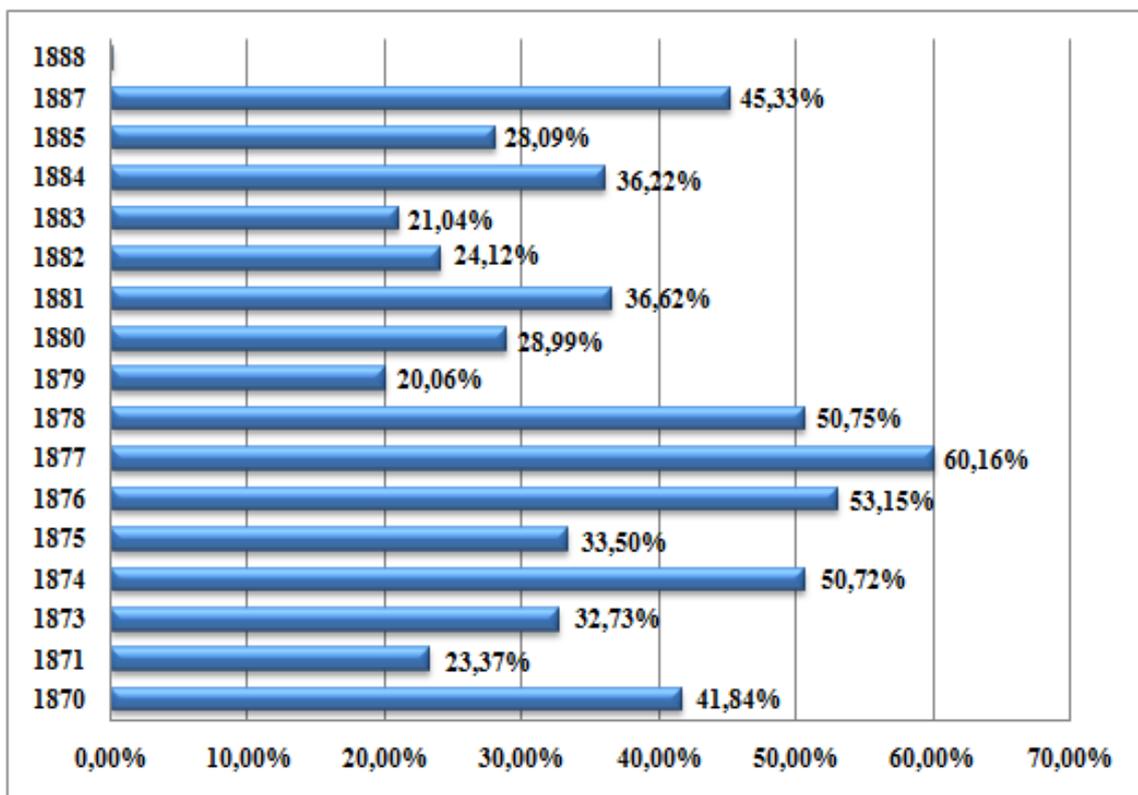
¹⁹⁵ ALMICO (2001). Op. Cit. p. 68.

riqueza da Baronesa era quase três vezes maior do que a do Desembargador, demonstrando às grandes disparidades presentes na Zona da Mata mineira no período, sobretudo pelo desenvolvimento da cafeicultura ter ocorrido, a princípio, em áreas mais ao sul, onde se encontra inserido Juiz de Fora.

Do outro lado dessa pirâmide monetária, foram encontrados, em meio aos 83 processos analisados, 3 onde as dívidas passivas superavam o total acumulado apresentado em seu monte-mor, sendo 1 no ano de 1880 e 2 em 1883. Entre os bens analisados, havia 20.000 pés de café, diversos tipos de animais, casas, benfeitorias, entre outros. Esses 3 indivíduos representam apenas 3,62% presentes da análise e nos mostram que as relações de crédito eram constantes na freguesia que ainda não possuía um sistema bancário.

Diante desses fatos ligados aos pontos extremos da hierarquia monetária da população presente em São Paulo do Muriaé, para entender o perfil econômico dos habitantes da cidade, analisaram-se ano a ano as participações dos bens nas riquezas dos moradores do município. Posteriormente, foram agregadas todas as médias de participações em um gráfico. O primeiro grupo foi formado pelos escravos, acompanhado sucessivamente pelos outros bens presentes nos inventários como se pode observar adiante.

Gráfico 1: Média de participação do ativo escravo no montante das riquezas de São Paulo do Muriaé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

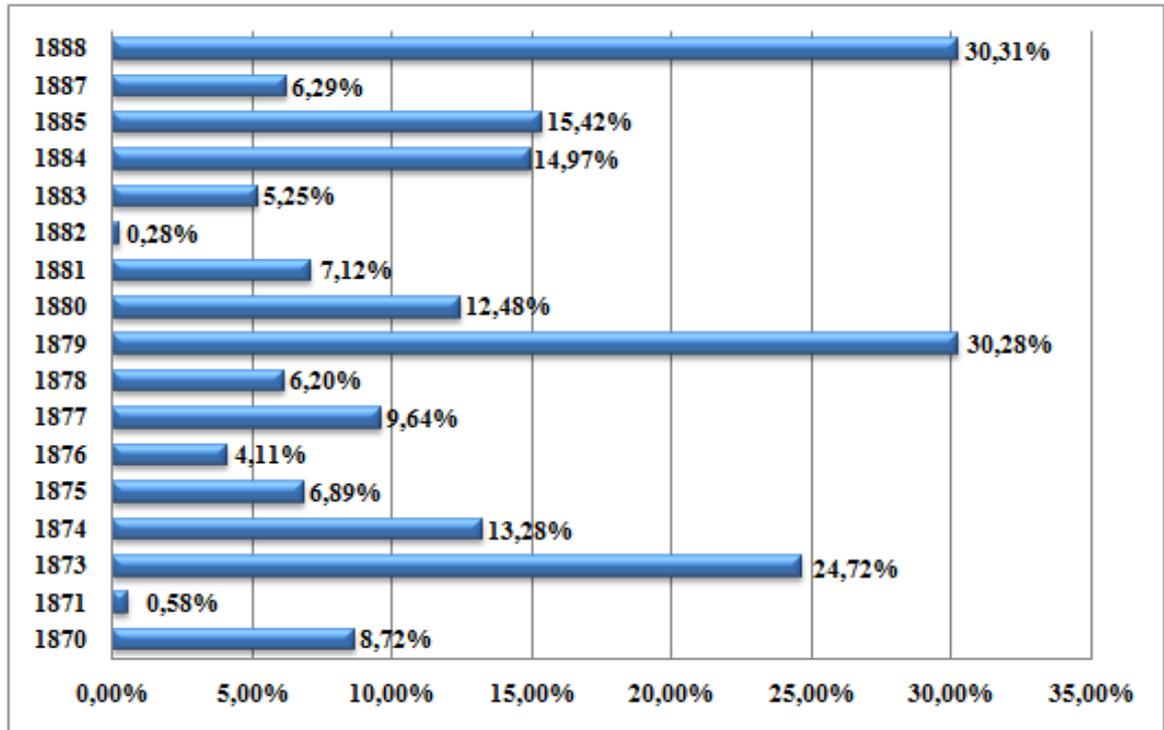
Pode-se perceber pelos dados constantes no gráfico que, o ativo escravo sempre se manteve com médias altas com relação à participação no montante da riqueza da população analisada. Mesmo não sendo característicos da cidade enormes plantéis de escravos, os cativos como já mencionado, formavam a base da economia cafeeira agroexportadora de Minas Gerais que se intensificava nos finais do século XIX. Eles aparecem muitas vezes nos inventários com destaque para suas características físicas, que acarretavam em alternância de valores, o que pode servir de subsídio para uma futura pesquisa.

Desses escravos analisados, 447 pertenciam a 38 proprietários no período, de 1870-1880 e 360, no período seguinte, de 1881 até 1888, com um total de 22 proprietários de cativos. Resultando em médias de 11,68 e 16,36, respectivamente. O ativo continuou com grande representação, até mesmo no ano anterior a abolição da escravidão, demonstrando as condições da economia do período, que necessitava de mão de obra para seu pleno funcionamento. Além do pouco interesse da população muriaeense em realizar investimentos com mão de obra assalariada, como ocorria no oeste paulista.¹⁹⁶

Em seguida, o ativo café aparecia avaliado nos inventários tanto como café colhido armazenado em sacas ou em arrobas, como pés de café novos ou velhos. Os cafezais vinham com idade, localização, valor e, às vezes, eram avaliados nos pés com a designação “café pendente”, o que representava estarem prontos para colheita e posterior venda. Encontrou-se um total de 1.066.000 pés distribuídos entre os 69 inventários que possuíam o ativo entre seus bens. Esse quantitativo regular ocorreu devido à cultura se encontrar em fase de consolidação no período em análise, visto que a freguesia viria a se tornar umas das principais produtoras da rubiácea, ainda em finais do século XIX, quando sua maior média de participação foi encontrada no ano de 1888, com o total de 30,31%.

¹⁹⁶ LIMA (1981). Op. cit. p. 98

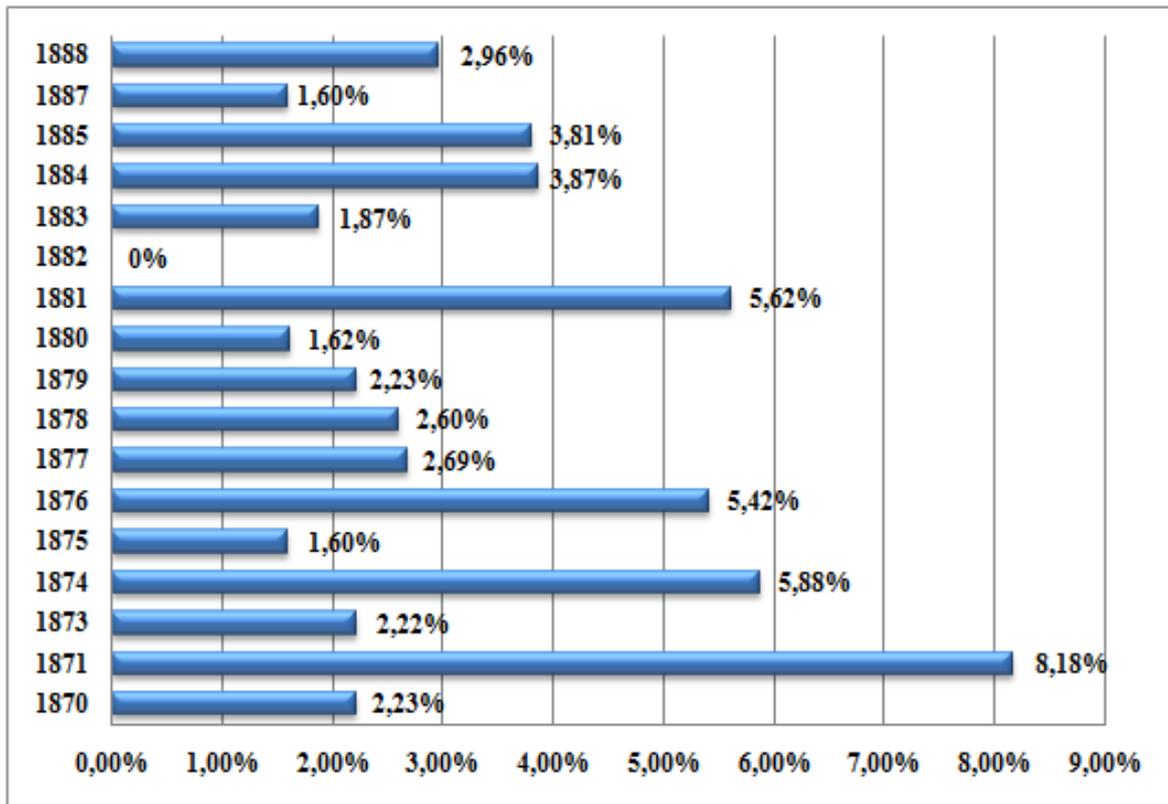
Gráfico 2: Média de participação do ativo café no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Após o ativo café, eram apresentados os animais pertencentes aos inventariados, com definição de espécie, quantidade e valor. Esses ativos sempre obtiveram poucas médias de participação nas riquezas, sendo o máximo alcançado em 1871 com 8,18%. Os animais mais comuns eram bestas, mulas, jumentos, burros, cabras, cabritos, cavalos, porcos, carneiros, cabritos, e gados que também tinham suas divisões como bois de carro, touro, novilhas, bezerros, vacas com crias, paridas, e de leite. Cada um possuía um valor relativo às suas características. No ano de 1882 o ativo apareceu zerado devido ao fato de ter sido encontrado apenas um inventário para análise, o qual não possuía animais entre seus bens. Acredita-se que, o fato em si, não é significativo para atrapalhar a análise desse ativo, pois mesmos nos anos em que vários processos foram analisados, o ativo possuía pequenas participações.

Gráfico 3: Média de participação do ativo animal no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888

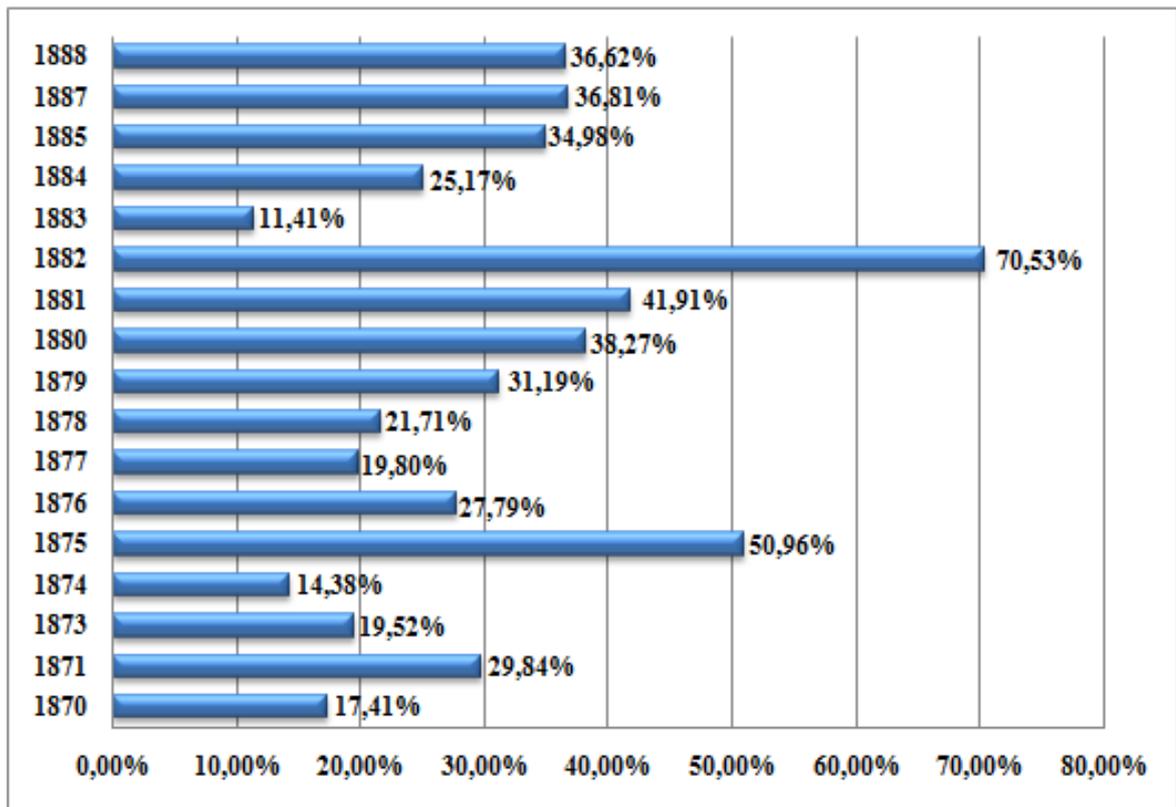


Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

As terras aparecem nos processos com a área total, o valor por alqueires, sua localização e muitas descritas com suas características, se cobertas por matas virgens, capoeiras, pastos, entre outros. Esse ativo sempre se mostrou com grandes participações nos totais das riquezas, sendo um total de 3.392,5 alqueires pertencentes a 41 proprietários entre os anos de 1870 a 1880 e 3.202,5 alqueires, a 30 moradores de 1881 a 1888. O que correspondia às médias de 82,74 e 106,75 alqueires para cada indivíduo nos períodos, respectivamente. No processo do casal Lucas Antonio Vieira e D. Theodora Maria de Assunção¹⁹⁷ datado de 09 de agosto de 1882 foi encontrado o total de 500 alqueires de terras em uma só propriedade, correspondendo à maior extensão de terras presente nos inventários analisados do período. Nesse processo, constara como bens do casal, 1 casa de morada, moinho, monjolo, paiol, um cafezal velho sem especificação da totalidade de pés e a posse de 10 escravos. O levou a crer que, provavelmente, existiram mais atividades de trabalho na propriedade, pela sua dimensão. Por ser o único documento encontrado nesse ano, este apareceu com a maior representação do ativo nas riquezas com 70,53%.

¹⁹⁷ Inventário do casal Lucas Antonio Vieira e D Theodora Maria de Assunção de 1882, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé- MG.

Gráfico 4: Média de participação do ativo terras no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888

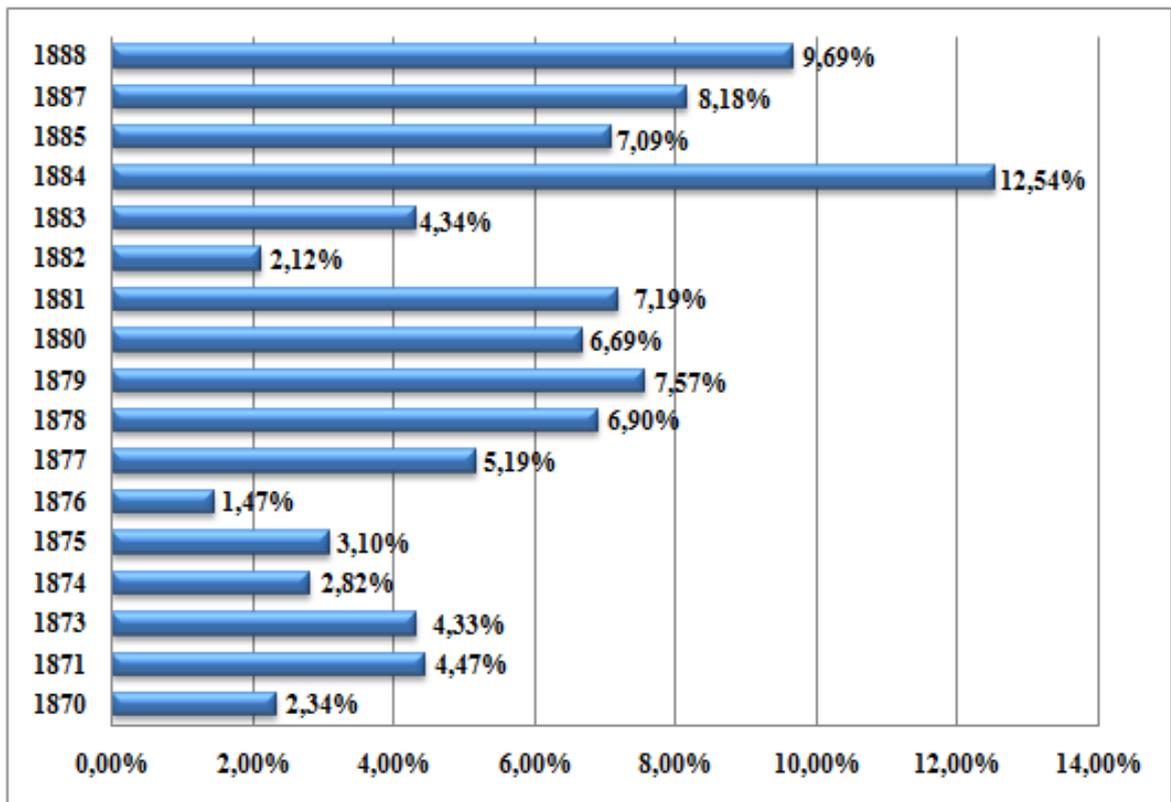


Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

As casas eram descritas nos processos de modo a evidenciar seu estado de manutenção, se conservadas, ou deterioradas, sendo apresentadas como de morada, de vivenda ou se destinadas a empregados ou para negócio. Eram expostos, o número de cômodos, o tipo de construção, se térreas, cobertas por telhas, assoalhadas, chalets, sobrados ou “meia água”. Em alguns casos, apareciam também a sua localização, quando rural, na maioria das vezes, aparecia o nome da propriedade e a localidade onde estava situada.

Infelizmente, nos inventários dos moradores da área urbana não estão, em todos, registrados o endereço, o que poderia auxiliar para analisar as áreas que obtiveram um maior crescimento urbano em detrimento de outras. Sendo demonstrado somente o tamanho, o número de cômodos, pavimentos, portas, janelas, e o nome dos seus confrontantes. Se o inventariado tivesse exercido a profissão de comerciante, eram detalhados todos os produtos existentes em seu negócio e seus respectivos valores, juntamente com seus fornecedores e devedores. Os produtos existentes nos comércios, quando agregados, foram para o grupo objetos pessoais. Esse ativo sempre obteve pouca influência no total de bens, ultrapassando os 10% somente no ano de 1884, quando sua participação chegou aos 12,54%.

Gráfico 5: Média de participação do ativo casas no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888

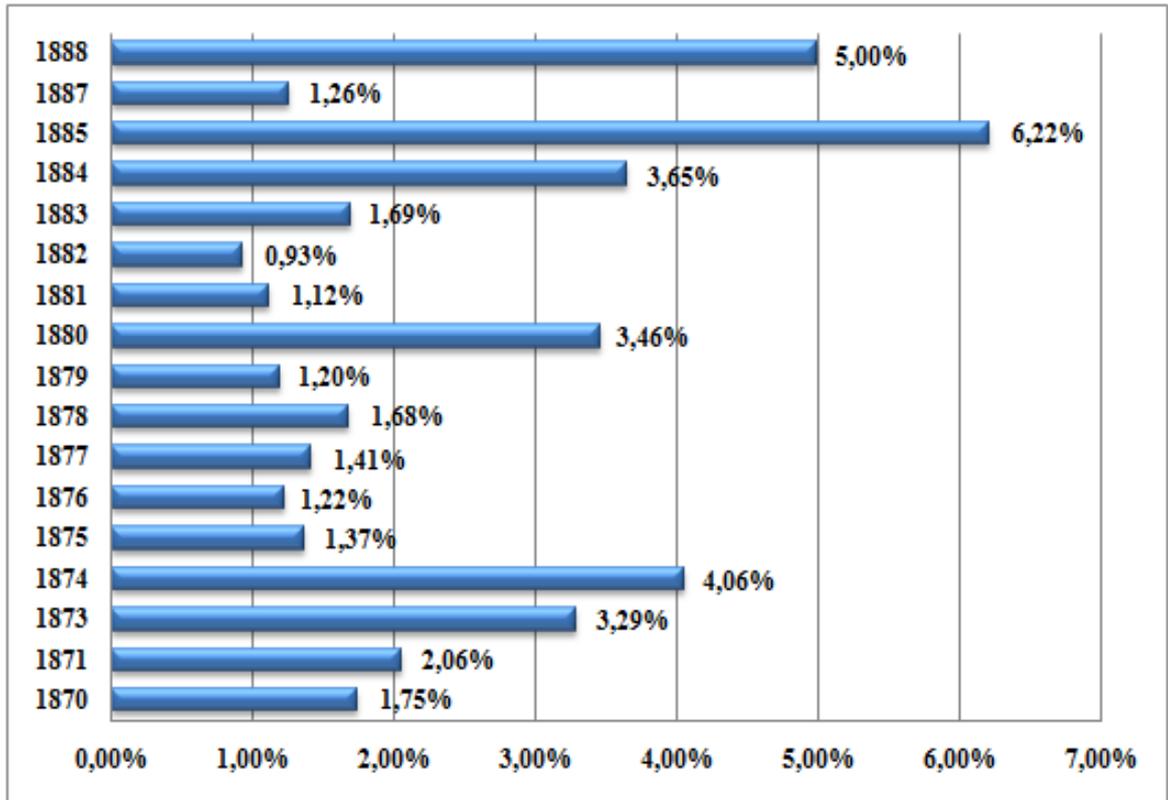


Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Em seguida, têm-se as benfeitorias, que podiam ser, senzalas, moinhos, monjolos, paióis, ranchos, tapumes, alambiques, tulhas, engenhocas (para moer a cana, milho, ou café), engenhos, telhas, carros de boi. Todos esses equipamentos mais comuns presentes em áreas rurais. Pelos itens encontrados, constatou-se que a utilização de aparelhos modernos como máquinas de beneficiamento de café e arados não tinham forte presença na localidade. Dessa forma, concorda-se com Rômulo Andrade quando mencionou que a produção de São Paulo do Muriahé, para o período em tela, encontrava-se baseada em sistema agrário de reprodução simples, com baixos investimentos em técnicas agrícolas.¹⁹⁸ Pois se observou que, definitivamente, a modernização dos mecanismos utilizados pelos moradores da freguesia não acontecia durante o período

¹⁹⁸ ANDRADE (1995). Op. Cit. p. 43.

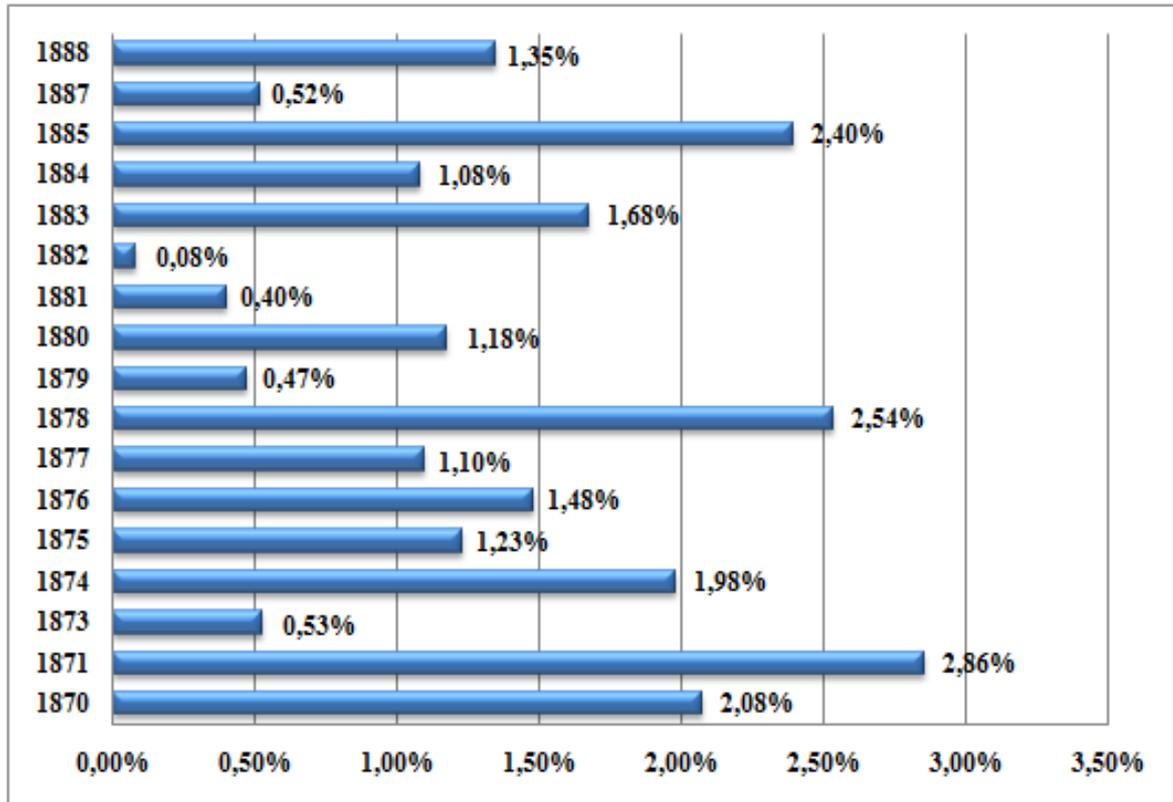
. Gráfico 6: Média de participação do ativo benfeitorias no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Nos objetos pessoais há materiais que dão noção da vida privada dos moradores, pois permitem observar os equipamentos que compunham suas moradias como; móveis (mobília), utensílios, instrumentos profissionais, joias, e outros, sendo que todos possuíam seu valor, e eram especificados quanto aos seus tipos. Os percentuais relativos a essa categoria sempre foram pequenos, não ultrapassando os 3% da riqueza dos anos. Isso ocorreu pelo fato de apenas 17 (20,41%) moradores terem apresentado objetos de valores significativos entre seus bens, como ouro e joias, sendo 10 indivíduos no período entre 1870-1880 e 7 em 1881-1888.

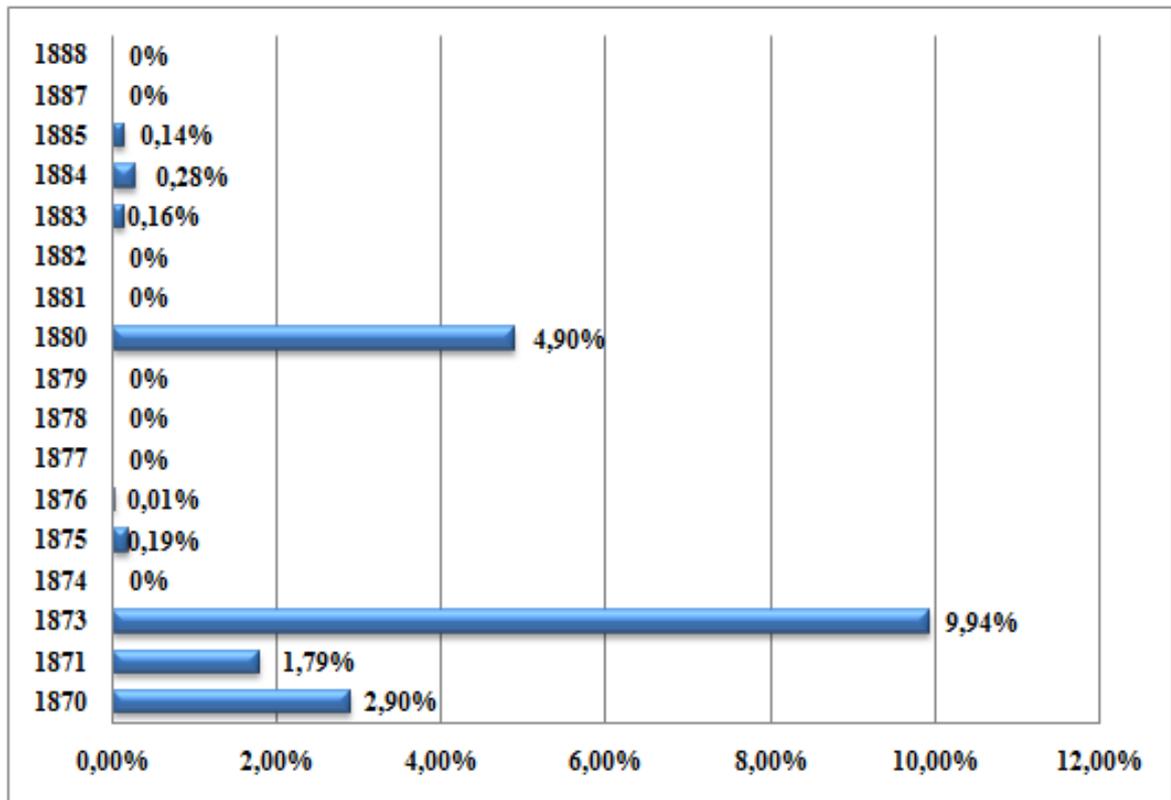
Gráfico 7: Média de participação do ativo objetos pessoais no montante das riquezas de São Paulo do Muriaé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Outro tipo de riqueza que foi encontrada nos inventários é o que se denominou de títulos. Nessa categoria, encontram-se inseridos títulos da dívida pública, dinheiro, ações de empresas, dotes e apólices. Esses itens foram englobados no mesmo tópico, devido às suas pequenas participações nos montantes da riqueza, visto que, à exceção do inventário do Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo, não era muito comum aos moradores da freguesia realizar investimentos em empresas, ou comprarem títulos da dívida pública do Estado. Ficam claras essas características quando se observam as baixas médias de participações do ativo nos montantes das riquezas, estando inexistente durante os anos de 1874, 77, 78, 79, 81, 82, 87 e 88, sendo a maior média encontrada no ano de 1873, no inventário de Antonia Carolina do Sacramento, moradora do distrito de São Sebastião da Cachoeira Alegre que havia deixado como dote aos seus três filhos cinco escravos que totalizam 6:000\$000, representando um total de 9,94% da média do ano.

Gráfico 8: Média de participação do ativo títulos no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888

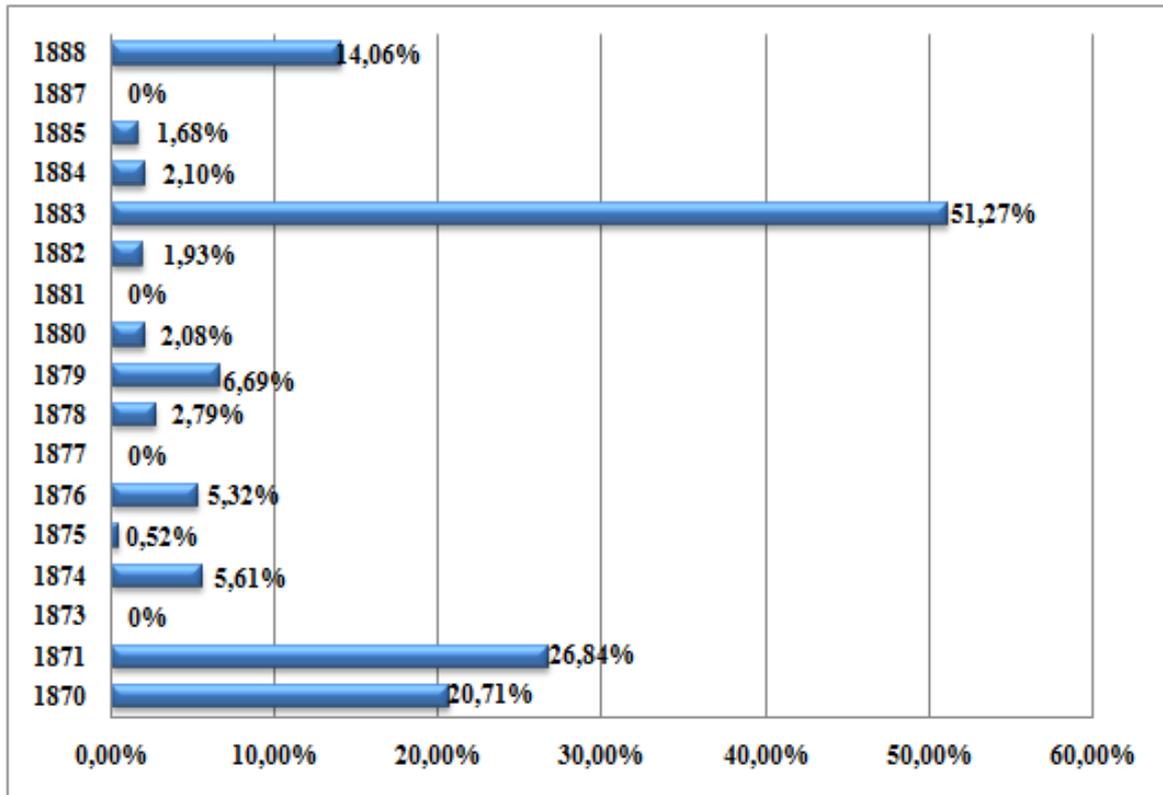


Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

As dívidas ativas que nos inventários se encontravam em seção anterior ou posterior as passivas formam outro ativo analisado. Logicamente, as dívidas passivas não entram na soma do montante das riquezas individuais, seus valores eram abatidos no momento da partilha dos bens do inventariado, e, caso os bens não fossem suficientes para efetuar o pagamento aos credores, os mesmos eram leiloados para realizarem os pagamentos no final do processo.

Nessa categoria, apareciam o nome do credor ou devedor, o valor do débito ou crédito, os juros, e o prazo que fora estipulado para realizar o pagamento, sendo perceptível o tipo de relação pessoal e econômica que ligava essas pessoas, no que diz respeito aos empréstimos pessoais. Suas médias variavam bastante no decorrer dos anos e, devido ao inventário que constituía, conforme foi visto anteriormente, à maior fortuna da freguesia estar presente no ano de 1883, e ele possuir, como característica, um expressivo valor de dívidas ativas na composição de seus bens, o percentual no ano se encontrou elevado com 51,27%. No entanto, à exceção do ano de 1883 os percentuais do ativo dívidas ativas sempre foram medianos ou baixos.

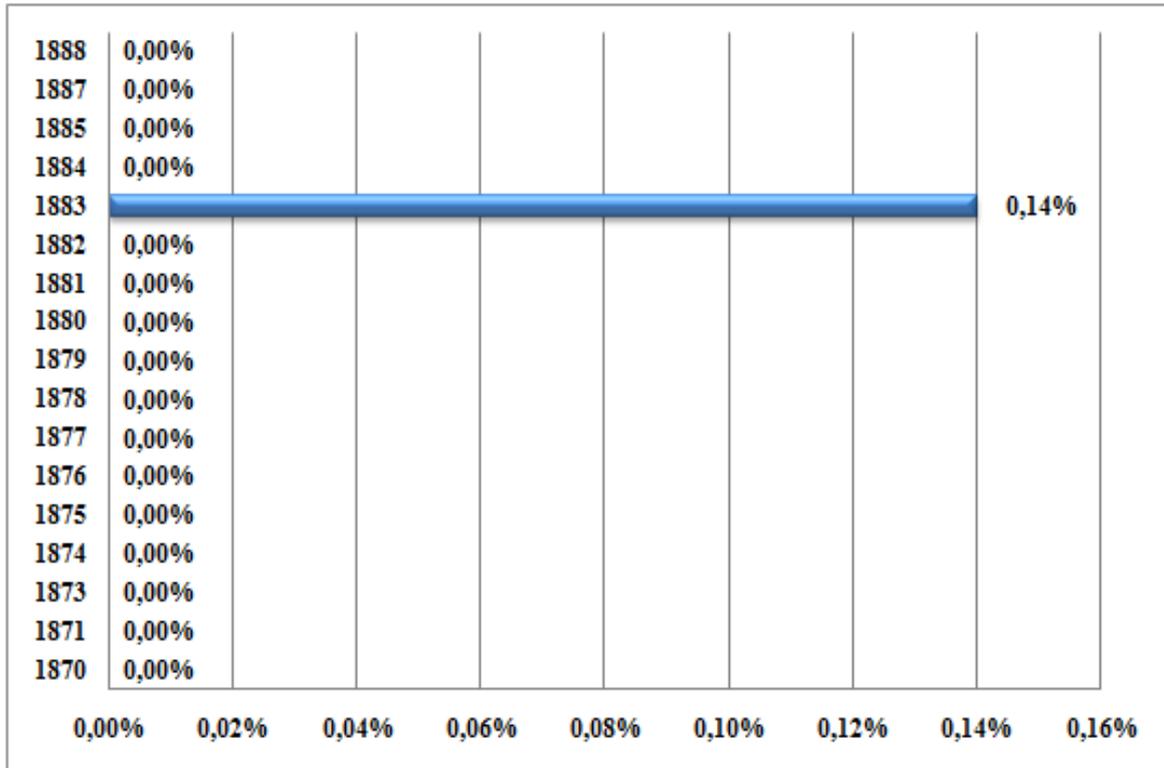
Gráfico 9: Média de participação do ativo dívidas ativas no montante das riquezas de São Paulo do Muriaé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Os terrenos, mesmo com apenas um ano de participação e com pequena significância na riqueza dos inventariados, também consistiam em investimentos que eram realizados pelos indivíduos da localidade, podendo estar localizados em áreas rurais ou urbanas. Quando urbanos, eram descritos como posses, junto com suas dimensões e seus respectivos confrontantes. Na zona rural, referiam-se a pastos que eram alugados para outrem. Esses ativos apareceram em maiores proporções após a virada do século, como abordaremos adiante.

Gráfico 10: Média de participação do ativo terreno no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888

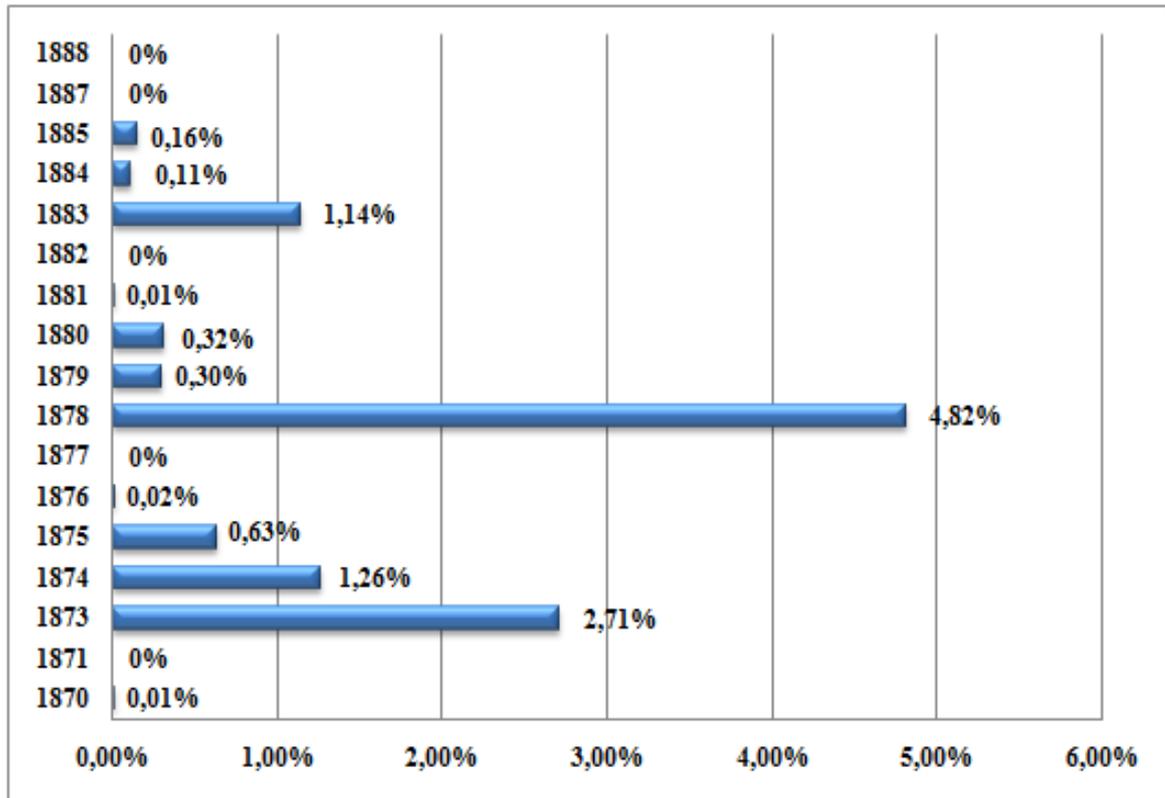


Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

O último ativo observado como integrante das riquezas pessoais foi o que se denominou de “alimentos”. Essa categoria se referia ao cultivo praticado de gêneros agrícolas além do café, e apareciam descritos como mantimentos e roças, dos quais os mais comuns eram o milho, a cana-de-açúcar, o feijão, o arroz, e outros, que, após a colheita, recebiam o valor para venda. As roças foram encontradas com indicação de quantidade, valor e localização, sendo apresentadas da seguinte forma: “100 alqueires de arroz no valor de 200\$000”.¹⁹⁹ Esse ativo apresentava pouca expressão na participação total da riqueza, sendo seus percentuais tímidos em comparação com os outros ativos, apresentando as médias de 1,18% e 0,62% para o primeiro e segundo períodos, respectivamente.

¹⁹⁹ Inventário de Matheus José Alves da Silveira, disponível no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-MG.

Gráfico 11: Média de participação do ativo alimento no montante das riquezas de São Paulo do Muriahé no período de 1870-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1870-1888.

Após a análise da representação de cada ativo separadamente, no intuito de se realizar comparações entre os ativos, compreender o perfil populacional local e as possíveis alterações entre os dois períodos analisados, foram agregadas todas as médias em uma única tabela. Em seguida, optou-se por inserir as informações em gráficos, para que fossem determinados quais os ativos possuíam as maiores médias. Os quais, obviamente, eram os mais valorizados, bem como aqueles que não possuíam grande relevância nos investimentos realizados pela população, obtendo baixas médias.

Tabela 5: Médias de participação dos ativos no total da riqueza inventariada de São Paulo do Muriaé, 1870-1888

Ativos	Média 1870/1880	Média 1881/1888	Média 1870/1888
Escravos	43,35%	25,17%	33,63%
Terras	25,68%	23,05%	24,28%
Café	9,88%	9,69%	9,76%
Dívida Ativa	7,29%	27,62%	18,18%
Casas	3,88%	6,65%	5,36%
Animais	3,10%	2,81%	2,94%
Benfeitorias	2,10%	2,70%	2,42%
Títulos	1,83%	0,14%	0,92%
Objetos	1,70%	1,47%	1,57%
Alimentos	1,18%	0,62%	0,89%
Terrenos	0%	0,07%	0,04%
Total	99,99%	99,99%	99,99%

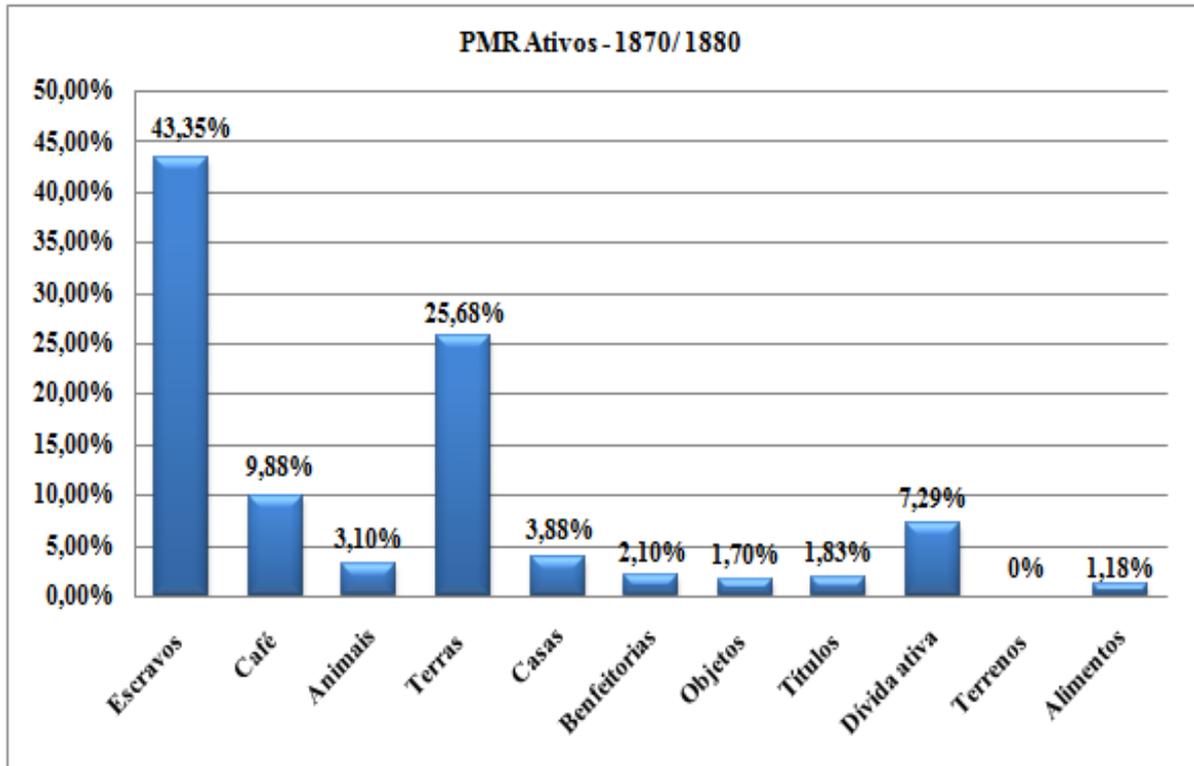
Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros 1870-1888.

Diante das informações presentes na tabela acima, pôde-se observar que, no período entre 1870-1880, o ativo escravo representava o maior concentrador de riquezas dos moradores da freguesia com uma significativa participação de 43,35%. De acordo com Vitória Andrade,²⁰⁰ esses cativos representavam uma fonte de investimento segura, com alto valor agregado que levava os moradores a realizarem essa aplicação considerada como tradicional.

Logo em seguida, vem o ativo terras com 25,68%, e, em terceiro, o ativo café com 9,88% dos investimentos realizados, que, no período, começava a intensificar sua produção, em detrimento aos outros cultivos que apresentaram somente 1,18%. Entre os outros itens que constituíam as riquezas, deparou-se com as dívidas ativas com 7,29% e as pequenas participações de benfeitorias, animais, objetos, títulos e nenhuma participação do ativo terreno nesse primeiro período. Para melhor visualização essas informações foram inseridas em um gráfico, como pode ser observar a seguir.

²⁰⁰ANDRADE (2011). Op. Cit. p. 115.

Gráfico 12: Médias de participação dos ativos no montante da riqueza: São Paulo do Muriaé no período de 1870-1880



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros 1870-1880.

No período entre 1881-1888, verificou-se um aumento significativo na presença das dívidas ativas nas médias de participação das riquezas, sendo impulsionadas principalmente pelo inventário do Desembargador Canêdo, no ano de 1883. Ele, havia realizado empréstimos para 58 pessoas particulares, com uma média de 4:894\$617 para cada indivíduo, com um montante total de 283:887\$797. A necessidade de crédito no período se fazia constante, principalmente, através de particulares possuidores de grandes fortunas que realizavam empréstimos com juros a outros, visto que, agências bancárias ainda demorariam anos para se instalarem na cidade.

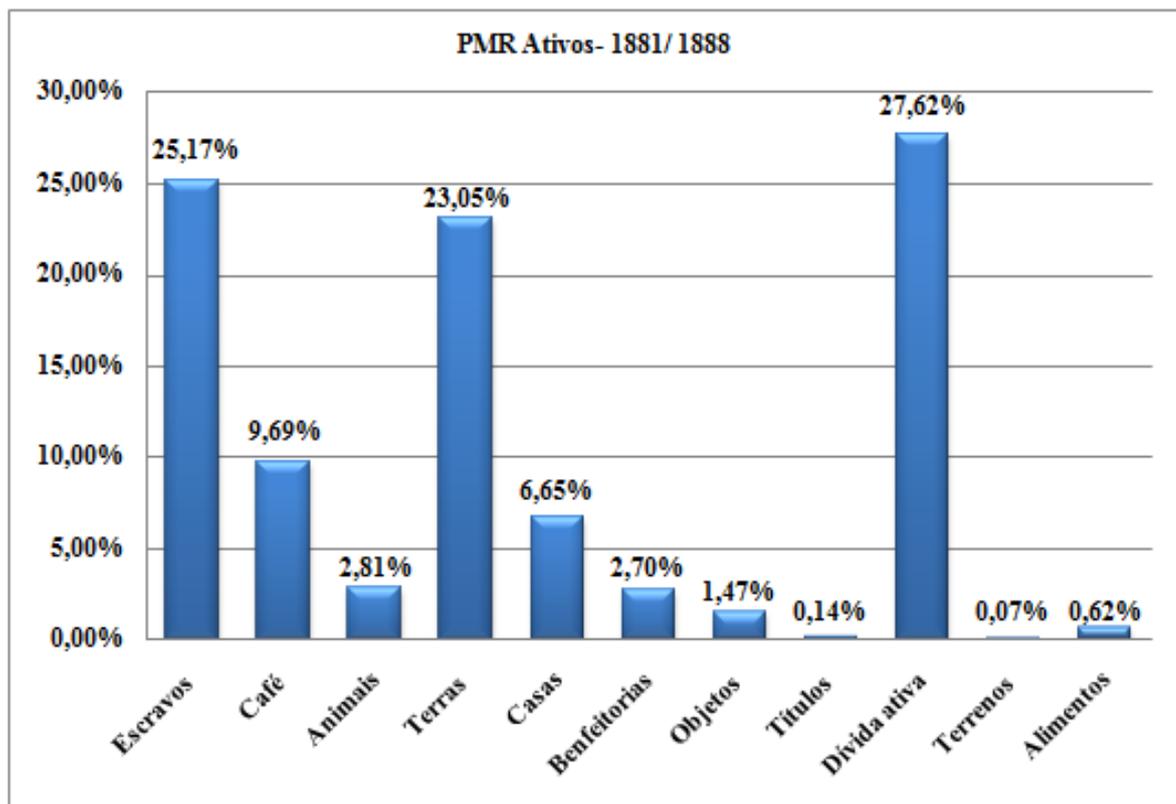
Outro ativo que continuou com presença entre os principais do período foi o ativo escravo com 25,17%, especialmente, por ainda constituir a principal mão de obra da época. No entanto, observou-se que seus percentuais diminuiriam no decorrer dos anos. Isso devido aos vários movimentos pró-abolição que aconteciam no país no período. A possibilidade de ocorrer abolição era tamanha, que, durante a década de 80, foi encaminhado um ofício pela presidência da Província à Câmara Municipal da cidade, no dia 12 de novembro de 1883, para que fosse realizado a introdução de colonos nas terras, em substituição aos braços escravos

que tendiam a desaparecer.²⁰¹ Situação que levava à grande parte dos moradores da freguesia terem a convicção de que o processo de abolição da escravatura era apenas uma questão de tempo, não realizando, assim, investimentos nesse ativo pelo risco de perderem capitais.

Após o ativo escravo, aparecia o ativo terras (23,05%) que se tornavam cada vez mais necessárias com a crescente produção cafeeira no município, que tinha seu ativo vindo logo em seguida com 9,69% dos investimentos voltados para seu cultivo. Esse que, cada vez mais se encontrava consolidado na freguesia, principalmente, quando o comparamos com os outros cultivos que representavam apenas 0,62% dos investimentos.

Os outros ativos analisados apresentaram pequenas variações em suas médias, e continuaram com pouca representatividade nas participações da riqueza, dando a entender, que o perfil econômico dos moradores de São Paulo do Muriahé, permaneceria no mesmo ritmo até os anos finais da escravidão.

Gráfico 13: Médias de participação dos ativos no montante da riqueza: São Paulo do Muriahé no período de 1881-1888



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros 1881-1888.

Diante dessa análise, concluiu-se que, nesse primeiro período compreendido entre os anos de 1870-1888, o perfil socioeconômico dos habitantes de São Paulo do Muriahé estava voltado, predominantemente, para o meio rural com os ativos, escravos, terras, café, e dívidas

²⁰¹ Ata de 12/11/1883. Livro 2, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

ativas entre os principais, que, juntos, representavam 86,20% dos investimentos entre os anos de 1870-1880 e 85,53% do período de 1881-1888. Nesse sentido, é importante frisar que, mesmo sendo os ativos considerados como riquezas tradicionais, os que predominaram durante o primeiro recorte temporal, isso não significa dizer que não houve progresso durante esses anos. Mas, sim que, o desenvolvimento, nesse período, condizia com investimentos em ativos que atendessem às necessidades daquela sociedade. Além de que, principalmente, o investimento no ativo escravo, fazia com que aumentassem as produções, gerando assim, cada vez mais, excedentes monetários para os proprietários. Em outras palavras, pode-se dizer que a força do trabalho escravo foi fundamental para geração de riquezas.

A partir dessas perspectivas, pode-se afirmar que o trabalho dialogou com o trabalho efetuado por Rita Almico referente às transformações da riqueza de Juiz de Fora. Em um recorte temporal igual ao abordado nessa parte do trabalho, a autora observou que,

Numa sociedade cuja economia tem como principal produto o café, que tem neste período o início de seu apogeu na cidade e em toda uma região, ocupando cada vez maiores proporções de terras cultiváveis, derrubando matas virgens para a lavoura cafeeira ser implementada, a forma de trabalho predominante é o braço escravo, e a necessidade de crédito é primordial para a reprodução das unidades produtivas, é perfeitamente compreensível que esses ativos supracitados ocupem as primeiras posições na composição das fortunas da época.²⁰²

Por se localizarem na Zona da Mata mineira, São Paulo do Muriaé e Juiz de Fora possuíam dinâmicas econômicas parecidas, com sociedades que, majoritariamente, concentravam seus investimentos no desenvolvimento da cultura cafeeira, fazendo da região a principal produtora de café em Minas Gerais durante o século XIX.²⁰³

Concomitante à análise do perfil socioeconômico da freguesia, averiguaram-se as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente aos interesses da população que, como foi observado, encontrava-se em franco processo de crescimento demográfico, e destinava seus investimentos, predominantemente, para o meio rural, o que demandava serviços de infraestrutura suficientes para atender às suas necessidades.

²⁰² ALMICO (2001). Op. Cit. p. 92.

²⁰³ PIRES (1993). Op. Cit. p. 96.

2.3– O funcionamento da Câmara Municipal e as políticas de infraestrutura desenvolvidas em São Paulo do Muriaé até o ano anterior a Proclamação da República

Com o intuito de evidenciar as políticas públicas desenvolvidas pelas autoridades municipais, frente ao perfil socioeconômico da freguesia apresentado no tópico anterior, foi realizada uma minuciosa análise das atas da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, no período compreendido entre 1870 a 1888. Esses documentos produzidos pelos integrantes das Câmaras apresentaram diversas possibilidades de trabalho para o historiador enquanto documento histórico. Pode-se mencionar a sua utilização como importante fonte documental em muitas pesquisas recentes, tais como a de Fábio Kühn,²⁰⁴ que através das “atas e registros da Câmara estabelecida em Viamão”, conseguiu “entender a vida política setecentista e identificar quem era a elite política local”.

“As Câmaras Municipais constituíam parte do aparelho administrativo do Império Lusitano transplantado para o Brasil com o intuito de garantir a boa administração das vilas e cidades que eram fundadas”.²⁰⁵ Para definir a composição dessas edilidades municipais, ocorreram no Senado, em 01 de junho de 1827, duas discussões em torno do “Projeto de lei sobre Municipalidades”, ficando decidido o número de cinco vereadores para as vilas e sete para as cidades.²⁰⁶ Esse número de autoridades municipais para a administração das localidades foi logo redefinido pela lei de 1º de outubro de 1828, sendo estabelecido em seu Título I: “Art. 1º. As Camaras das cidades se comporão de nove membros, e as das villas de sete, e de um secretario”.²⁰⁷ Compreendendo que São Paulo do Muriaé foi elevado a condição de cidade no ano de 1865,²⁰⁸ entendemos que estamos diante dos primeiros documentos que foram elaborados pelas autoridades municipais da freguesia.

²⁰⁴ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p 17.

²⁰⁵ MARTINY (2008). Op. Cit. p. 1.

²⁰⁶ FLORINDO, *Roupas Velhas ou Novas...* p. 117.

²⁰⁷ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

²⁰⁸ Elevado à condição de cidade com a denominação de São Paulo do Muriaé, pela Lei Provincial n.º 12.57, de 25-10-1865. Ao dialogar com Christian Topalov, Stella Lille e outros, Rubenilson Brandão Teixeira, em artigo publicado realiza a distinção entre os termos de vila e cidade e busca elencar os elementos que cada área deveria conter para se enquadrar em determinada categoria. De acordo com o autor, do período colonial até o ano de 1938, o termo vila fazia referência a uma pequena comunidade urbana dotada de certa autonomia política na esfera municipal que deveria conter em sua dimensão político-administrativa um governo local, casa da Câmara, cadeia e pelourinho na praça central. Ainda segundo o autor, a cidade não continha grandes diferenças da vila, já que os elementos que deveriam existir nela eram os mesmos que na vila, porém recebia o título de cidade pelo

Segundo Carina Martiny,²⁰⁹ a fim de garantir que o controle da corte se estendesse ao âmbito municipal, o Estado Monárquico do Brasil, antes e durante e depois das regências, realizou medidas para limitar o poder das municipalidades, como: a legislação de 1828, a Reforma do Código do Processo Criminal (1841), e a posterior reforma da Guarda Nacional (1850). Essas medidas representavam formas para que as organizações municipais passassem a estar diretamente subordinadas ao controle do poder central, através dos Presidentes Provinciais.

Nessa mesma linha coaduna, Maria de Fátima Silva Gouvêa,²¹⁰ mencionou que, a pouca autonomia das organizações municipais foi acentuada, dentre outras medidas, devido à aprovação da Emenda Constitucional em 12 de agosto de 1834, que estabelecia a criação de Assembleias Legislativas Provinciais. Segundo a autora, após esse ano, as Câmaras “tinham permissão apenas de mandar petições para o governo provincial sobre as necessidades de seus municípios e informações para a confecção de seus orçamentos anuais”.

Miriam Dolhnikoff,²¹¹ ao dissertar sobre as Câmaras Municipais em seu trabalho sobre as origens do federalismo no Brasil, afirmou, assim como Maria Gouvêa que estas, mais notadamente a partir da promulgação do Ato adicional, ficaram submetidas ao governo provincial, que procurava regulamentar as finanças e as posturas municipais. De acordo com a autora, os deputados provinciais “viam-se como uma elite letrada”, e, portanto, cabia aos mesmos conduzir “as elites locais nos trâmites do funcionamento do estado”. Ou seja, as autoridades locais não eram vistas por parte considerável da elite nacional como pessoas capazes de gerir adequadamente os negócios municipais.

O Ato adicional de 1834 teria dado às Províncias a liberdade que precisavam para reger os assuntos internos, sendo a Assembleia Legislativa Provincial responsável por legislar sobre os municípios no que se refere às atribuições, número de funcionários e sua delimitação de atuação. De acordo com Aureliano Cândido Tavares Bastos,²¹² essas atribuições às Províncias permaneceriam até a instituição, em 1840, da Lei de Interpretação do Ato

fato de que toda sede de município deveria ser uma cidade. Em concepção parecida, Maria Helena de Paula e Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida ao recorrerem também à literatura produzida, enfatizam que o fator diferenciador entre as vilas e cidades seria o limite territorial urbanizado, uma vez que não se observa nas definições a menção a qualquer outra motivação. In: TEXEIRA, Rubenilson Brazão. Natal, vila ou cidade? *Mercator*, Fortaleza, v.18, pp.1-14, 2018 e PAULA, Maria. H; ALMEIDA, Mayara. A. R de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, n.5, pp. 153-167, 2016. p.159.

²⁰⁹ MARTINY (2008). Op. Cit. p. 6.

²¹⁰ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 113.

²¹¹ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial...* p. 204.

²¹² BASTOS, *A Província...* p. 146- 157.

Adicional de 1834, que direcionou essas responsabilidades ao poder central, permitindo às Assembleias apenas fixar o número de pessoas a trabalhar nos municípios e “dividir as circunscrições administrativas”. No entender do autor, instituir leis centrais que organizassem todos os municípios do Brasil era um ato despótico do governo central, que feria a autonomia das províncias e não resolveria os problemas locais. Em sua concepção, cada localidade teria dilemas e questões próprias que precisariam de leis específicas para serem resolvidas, portanto, a legislação dos municípios deveria ficar sob responsabilidade da Assembleia Legislativa Provincial.

Para Glauber Miranda Florindo,²¹³ outro ponto que pode ser visto como parte do ideal centralizador do governo consistia na forma indireta de como as eleições municipais eram realizadas para que se escolhessem os representantes que iriam compor as câmaras municipais. Segundo o autor, “havia temor em se promulgar uma lei que poderia tornar as localidades, através das Câmaras Municipais, suficientemente autônomas para, de algum modo, se colocarem em oposição ao Governo Central dentro dos novos limites estabelecidos para ele”.

Williams Andrade de Souza,²¹⁴ embora tenha concordado que a legislação, a partir de 1829, esvaziou as municipalidades de suas atribuições judiciárias, políticas e econômicas. Ressaltou que, por outro lado, “elencou para elas uma gama de importantes funções, imbuindo-se de uma concepção civilizadora, que as possibilitavam também outros caminhos de intervenção e exercício do poder”. De acordo com o autor, esse processo deve ser entendido como um tipo de organização das práticas e costumes, pois o Império precisava de instituições que legitimassem esse ideal, que seria consolidado por meio da racionalização e burocratização da máquina administrativa. Era conveniente, portanto, organizar e criar instituições que, adotando as normas do Império, estivessem pautadas nestes “princípios de governabilidade, inspirados na cientificidade, uma vez que, assim, encaminharia a sociedade sob a contenção e urbanidade dos atos e se contribuiria para a ordem e a civilização”.²¹⁵

Nessa perspectiva, Juliana Teixeira Souza,²¹⁶ ao buscar compreender a autoridade e a capacidade de intervenção governativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, durante o segundo Reinado, afirmou que, embora a jurisdição instaurada a partir do início do Império tenha reduzido “a capacidade de intervenção governativa da instituição camarária, não resultou em perda de poder e prestígio da vereança”. Mesmo estando submetida a um rígido

²¹³ FLORINDO (2018). Op. Cit. p. 121.

²¹⁴ SOUZA, *Administração, nomartização e civilidade...* p. 54.

²¹⁵ SOUZA (2012). Op. Cit. 42.

²¹⁶ SOUZA, *A autoridade municipal na Corte imperial...* p. 21.

controle exercido pelo presidente da província e pelo Governo Geral as Câmaras Municipais ainda contavam com inúmeros deveres a cumprir como:

Cuidar do centro urbano, alinhamento, limpeza, iluminação, conservação, reparos de muralhas, prisões, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações.²¹⁷

Para Carina Martiny,²¹⁸ o campo de ação dessas instituições administrativas era muito maior do que seu poder em âmbito local, pois “definia os impostos a serem pagos pelos exportadores do município, organizava os espaços de diferenciação entre público e privado, determinava normas de comportamento público e de organização dos locais, e nomeava funcionários”. A autora procurou demonstrar que as Câmaras Municipais, mesmo tendo seus limites decretados pela forte influência da Assembleia Legislativa, ainda dispunham de certo grau de autonomia que lhe permitiam ampliar sua esfera de ação.

Diante das atribuições delegadas às Câmaras Municipais no Período Imperial, pode-se perceber que, embora com poderes e recursos limitados, devido à grande dependência da Assembleia Provincial, a Câmara era fundamental na medida em que atuava como mediadora dos assuntos de interesse municipal, criando medidas para atender às necessidades dos moradores.

Em busca de entender a atuação das autoridades municipais frente à dinâmica local, e, conseqüentemente se compreender o início do desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé, em nossa primeira amostragem, foram analisadas todas as atas disponíveis no Paço municipal de Muriaé (MG), entre os anos de 1870 a 1888, perfazendo um total de 251 documentos, distribuídos conforme o quadro a seguir.

Quadro 7: Quantidade de Sessões da Câmara Municipal ocorridas na Freguesia de São Paulo do Muriaé no período 1871- 1888

Ano	Período	Total de Sessões	Sessões discutidas	Sessões adiadas
1871	06/11/1871 - 11/11/1871	6	6	0
1872	09/01/1872 - 18/11/1872	26	21	5
1873	07/01/1873 - 21/07/1873	17	16	1
1880	09/01/1880 - 15/12/1880	24	16	8
1881	11/01/1881 - 14/11/1881	34	22	12
1882	21/02/1882 - 06/11/1882	23	14	9
1883	07/01/1883 - 16/12/1883	38	23	15
1884	04/01/1884 - 05/12/1884	39	17	22

²¹⁷ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Art 66 §1º.

²¹⁸ MARTINY (2008). Op. Cit. p. 7.

1885	02/01/1885 - 19/08/1885	20	14	6
1888	01/05/1888 - 29/12/1888	24	13	11
/	Total	251	162	89

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, 1871 a 1888

Diante do quadro exposto, percebeu-se uma pequena média de reunião por mês variando entre uma ou duas, visto que, o ano de 1884, que contou com maior número de sessões, foi também o que contou com maior número de adiamentos por falta de número legal de participantes para proceder às discussões. Sendo do total de 251 sessões, 162 (64,54%) concretizadas e 89 (35,45%) adiadas. De acordo com o título II, artigo 25 da lei que definia o regulamento das Câmaras Municipais de 1828,²¹⁹ “As Camaras farão em cada anno quatro sessões ordinarias de três em três mezes, no tempo que ellas marcarem, e durarão os dias que forem necessários, nunca menos de seis”. Sendo complementada pelo artigo 26, o qual mencionava que “ocorrendo algum negócio urgente, e que não admitta demora, o Presidente poderá convocar a Camara extraordinariamente”.

Levanta-se a hipótese de que essas ausências nas reuniões por parte das autoridades municipais podem ter ocorrido devido a fatores como: a grande extensão do município, problemas familiares, epidemias, e às possíveis viagens realizadas para fora da cidade. Além de se acreditar também que, muitas vezes, as sessões eram abertas apenas para se cumprir o quantitativo obrigatório imposto pela lei, pois constatou-se que, dessas 89 sessões adiadas, em 18 (20,22%) constaram apenas as presenças do presidente e do secretário, o qual era o responsável por descrever os fatos ocorridos nas reuniões.

Quando o número de vereadores reunidos totalizava cinco, eram dadas por iniciadas as sessões, que precisavam seguir o regimento imposto pela lei, conforme se pode observar nos artigos abaixo,

Art. 29. No dia marcado para principio de cada uma das sessões ordinarias, se reunirão os Vereadores ás 9 horas da manhã na casa da Camara, e ahi, a portas abertas, havendo assentos para os espectadores, que concorrerem diariamente, o Presidente assentado no tampo da mesa, tendo aos lados os Vereadores, assentados sem distincção, nem precedencia, dará principio á sessão pelas palavras - Abre-se a sessão -.

Art. 30. As sessões durarão cada dia, praticadas as mesmas formalidades, o tempo que fôr necessario para a discussão, e propostas das materias, que nellas devem, e podem ter lugar; não excedendo porém o de 4 horas. Termina-se a sessão pelas palavras do Presidente: - Fecha-se a sessão.

Art. 31. Aberta a sessão, o Presidente declarará a materia da discussão, manterá a ordem nella, dando a palavra ao que primeiro a pedir, e fazendo observar a decencia, e civilidade entre os Vereadores e espectadores.

²¹⁹ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Título II, Art 25 e 26.

Art. 33. Qualquer dos Vereadores, e o Presidente póde propôr, e discutir o que lhe parecer conveniente ao desempenho das suas attribuições, e o fará por escripto com assignatura, e data.

Art. 34. Tendo fallado os Vereadores que quizerem sobre a materia, o Presidente a porá á votação, dando tambem o seu voto por ultimo, e o que a maioria decidir se tomará como resolução.

Art. 35. O Secretario, que estará junto á mesa, lavrará a acta, declarando nella os objectos expostos á discussão, as propostas, e emendas, que se apresentaram, e por quem; a final decisão, e os nomes dos que votaram pró, e contra; e esta acta será assignada pelo Presidente, e todos os Vereadores presentes.²²⁰

É notório que todos os vereadores possuíam o direito de apresentar suas propostas, que poderiam ser aprovadas ou não pela maioria das outras autoridades que se fizessem presentes. Muitas vezes, acontecia dos próprios moradores, de maneira conjunta, encaminharem petições a um vereador que as apresentava nas sessões para que fossem direcionadas às respectivas comissões de análise e posterior votação. Conforme podemos analisar em uma parte dos assuntos tratados na sessão de 11 de novembro de 1871, “Foi ultimamente lido uma representação de diversos cidadãos do districto de Santa Rita do Gloria, pedindo permissão para abrirem uma estrada: forão todos os requerimentos remetidos a respectiva comissão”.²²¹

Para conseguir atender a todos os distritos que compunham a cidade, a Câmara deveria nomear um ou mais fiscais e suplentes para cada distrito, os quais tinham como função, “encaminhar solicitação dos moradores, executar as ordens da edilidade e dar parte em cada reunião do estado da sua administração, e de tudo quanto julgarem conveniente”. Aqueles fiscais e suplentes que causassem prejuízos à Câmara por negligência, eram multados na quantia de 10\$000 a 30\$000 sendo demandados perante os juízes de paz, caso recusassem a pagar.²²²

A Câmara também deveria nomear um procurador para se conseguir arrecadar e aplicar as rendas, e multas destinadas às despesas do Conselho. Demandar perante os juízes de paz a execução das posturas e a imposição das penas aos contraventores. Defender os direitos da Câmara perante as justiças ordinárias e dar conta da receita e despesa todos os trimestres no início das sessões. Esse procurador receberia 6% de tudo que arrecadasse, porém, se o rendimento fosse superior ao trabalho, a Câmara convencionaria uma gratificação merecida.²²³

²²⁰ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Título II, Artigos 29 a 35.

²²¹ Ata de 11/11/ 1871. Livro 1, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

²²² BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Título V, Art 83,84, 85 e 86.

²²³ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Título V, Art 80, 81.

De acordo com Carina Martiny,²²⁴ “o fato de a Câmara poder nomear funcionários constituía peça-chave para garantir o controle da política local, uma vez que assim permitiria a criação, manutenção e ampliação das redes clientelares, baseadas na troca de favores”. Nesse sentido, Richard Graham²²⁵ acrescentou em seu trabalho que, “a política do Brasil no século XIX, ao mesmo tempo em que servia aos interesses da elite, buscava proporcionar um padrão através de favores para medir e controlar o comportamento da classe dominada”.

Ao analisar o desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX, Cibélia Renata da Silva Pires²²⁶ apontou para forte presença das redes clientelares na ainda vila no período. Segundo a autora “toda ação política, de eleições até nomeações para cargos públicos, vinha desse tipo de organização, em que as relações sociais estavam pautadas pelas trocas de favores, benefícios por obediência, lealdade e uma forte hierarquia social”. Na concepção de Cibélia Pires, em regiões mais afastadas da capital e com grande concentração fundiária como Piracicaba, essas relações se davam com maior naturalidade e aceitação, demonstrando que cada indivíduo possuía um lugar bem definido e fixo na sociedade.

Além das relações clientelísticas, a religião também possuía uma forte influência na política do século XIX. Considerada através do título I, Art. 5º da constituição de 1824 como a religião oficial do império, a religião católica possuía ampla influência na organização social dos brasileiros. Pois, “nascia-se dentro da igreja com os registros feitos pelo batismo, casava-se no seio da igreja, porque os enlaces fora dela não tinham valor jurídico, e também se morria dentro dela, porque os acatólicos não podiam ser enterrados nos cemitérios administrados pelos católicos”.²²⁷ Esses vínculos firmavam uma colaboração entre o poder político e eclesiástico, de forma que cabia ao Estado o “compromisso de esforçar-se pela difusão da fé católica em seus territórios, ao passo que a hierarquia eclesiástica trabalharia pelo sucesso de seus projetos, mantendo sólidos os vínculos sociais da nação”.²²⁸

Por meio da documentação analisada, percebeu-se que essas relações se faziam presentes na localidade em estudo, conforme podemos observar abaixo em uma parte da discussão referente à reunião de 23 de outubro de 1888, que mostrava recursos sendo direcionados à cidade para auxílio às obras realizadas na matriz,²²⁹

²²⁴ MARTINY (2008). Op. Cit. p. 7.

²²⁵ GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. *Publicações Braudel Papers*, 15. ed, p.1-14, 2003. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf> Acesso em: 16 janeiro. 2019. p. 2.

²²⁶ PIRES, *O Desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX...* p. 2.

²²⁷ KITAGAWA, *O contexto religioso cristão do Brasil no século XIX...* p. 4.

²²⁸ ALTOÉ, *O Altar e o Trono...* p. 13.

²²⁹ Ata de 23/10/1888. Livro 3. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

Foi lida uma ordem da Directoria de Fazenda da Província a Recebedoria deste Municipio, da quantia de 1:940\$000, auxilio votado pela Assembléa Provincial para as obras da Igreja Matriz desta Cidade; a Câmara deliberou mandar receber esta quantia pelo seu procurador, o qual entrará com a mesma para o cofre da municipalidade, avisando immediatamente a comissão encarregada das obras da Igreja Matriz supra referida para resgatalá dispondo desse documento.

Outras sete discussões em torno de auxílios, construção, ou reconstrução das paróquias presentes no território de São Paulo do Muriaé, foram realizadas durante o período de 1870 a 1888. Por não representar o objeto de pesquisa, não se aprofundou na temática a ponto de afirmar se existiu, ou não, influência dos religiosos em medidas tomadas pelas autoridades municipais. Contudo, com essa demonstração, procurou-se, ainda que sucintamente, expor nossa contribuição para o entendimento dos vínculos entre Estado e Igreja católica, que pode servir de subsídio para outras futuras pesquisas.

Mesmo com essas relações coloniais conservadoras ainda se fazendo presentes no âmbito político administrativo do Império brasileiro. Daiane Silveira Rossi e Beatriz Teixeira Weber²³⁰ apontaram para o ideal civilizador que se difundia pela elite dominante do país no período. De acordo com as autoras, “ao longo do século XIX, a ideia de que a civilidade era o marco da sociedade moderna, foi sendo disseminado pela elite dirigente, que procurava romper com a ordem colonial para transformar elementos que pudessem congregar uma sociedade que visava a se modernizar”.

Nesse sentido, Luiz Otávio Ferreira²³¹ advertiu, em seu trabalho, para o fato de que, em finais do século XVIII a início do XX, “a higiene tornou-se um paradigma dominante quando o assunto em questão era o processo civilizador”. No entendimento do autor, as sociedades científicas brasileiras no século XIX não estiveram à frente do movimento higienista de ampla repercussão política e mobilização social, mas tais princípios refletiram-se na legislação e administração local, como as posturas e as Câmaras Municipais.

Ao refletir sobre essas dinâmicas dentro de um processo que envolvia ideais civilizatórios ligados aos saberes científicos, percebeu-se nas ações desenvolvidas pelos vereadores do município, vários elementos que iam ao encontro desses discursos. A preocupação com a salubridade da cidade era clara, visto que entre as atas analisadas observou-se a criação de leis que proibiam os animais de vagarem nas ruas do município sob pena de multa de 50\$000 por cabeça aos proprietários.²³² Além das menções que eram feitas à

²³⁰ ROSSI, Daiane Silveira; WEBER, Beatriz Teixeira. Legislação Imperial e câmaras municipais: saúde e higiene (Santa Maria/ RS, século XIX). *SciELO*, São Paulo, v.34, n. 3, pp. 120-144, 2015. p.124.

²³¹ FERREIRA, *Uma interpretação higienista do Brasil Imperial*. p. 208.

²³² Ata de 10/04/1872. Livro 1, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

limpeza dos locais públicos, depósitos para lixo, proibição de águas paradas, e as diversas petições encaminhadas ao governo provincial para deliberação de recursos para construção de um novo cemitério, devido aos existentes na cidade não conterem espaços para novos sepultamentos, e prejudicarem a saúde da população, conforme constara em uma parte da reunião do dia 08/01/1883:²³³

Obtendo a palavra o senhor Vereador Manoel Corrêa do Prado, fez ver a Camara a necessidade de fazer-se um novo Cemiterio visto como os actuaes prejudicão a saúde Publica, embora os illustres Vereadores que o deixarão funcionar tenham deliberado o aumento do Cemiterio que se acha por de trás da Caza do Dezembargador Canêdo, elle entendia que se nomeasse uma comissão para examinar um lugar mais próprio para fazer se o novo Cemiterio, e encaminhar um requerimento a tesouraria provincial, tendo-se em vista o pouco fundo que existe no Cofre da municipalidade, e indicava para membros da comissão os senhores Doutor Antonio Dias Pinto Aleixo, AntonioMurins Robert, José Dias Carneiro, e Luis Antonio de Magalhaes Portilho. Em discussão foi aprovada.

Diante desse contexto sociopolítico, com o intuito de compreender as medidas adotadas pelas autoridades municipais frente às necessidades da população, foram quantificadas as políticas de infraestrutura desenvolvidas no período, conforme serão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 8: Políticas de infraestrutura discutidas nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriaé entre os anos de 1871 a 1888

Ano	Pontes (construção, reconstrução e consertos)	Calçamentos, alinhamentos, desaterros e nivelamentos	Esgoto	Água	Concessão de terrenos	Estradas (abertura e manutenção)	Criação de escolas
1871	2	-	1	-	3	2	-
1872	10	8	1	1	2	5	-
1873	6	6	1	-	2	4	-
1880	12	4	2	5	1	-	-
1881	17	7	8	-	4	5	1
1882	2	1	1	-	-	4	-
1883	7	4	-	-	1	4	-
1884	3	2	1	1	1	1	-
1885	7	1	-	-	3	2	-
1888	7	-	-	2	1	1	-
Total	73	33	15	9	18	28	1

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, 1871 a 1888.

Verificou-se, após a análise do quadro, que, das 177 discussões realizadas, 73 (41,24%) estavam relacionadas a construções e consertos de pontes, 28 (15,81%) à

²³³ Ata de 08/01/1883. Livro 2, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

manutenção e abertura de estradas e 75 (42,37%) voltadas para os interesses urbanos como: calçamentos, concessão de terrenos, e serviços de água e esgoto, além de 1 (0,57%) relativa à construção de escolas.

Há a predominância de discussões voltadas para o espaço rural em relação ao espaço urbano, que representavam cerca de 57,06% contra 42,94% deste último. Ao dialogarmos com o trabalho realizado por Tiago Braga,²³⁴ podemos reafirmar que essas discussões não fugiam à realidade da cidade no período, pois o autor, ao analisar a profissão de votantes qualificados no ano de 1876, verificou que a maioria dos moradores do município possuía estrita relação à área rural, sendo que a profissão de lavrador se constituía como a maior, englobando 71,70% dos indivíduos.

Com relação ao tema pertinente às pontes que obteve o maior número de discussões ao longo dos anos, verificou-se que, dos 73 projetos apresentados, 43 (58,90%) estavam atrelados à construção, 16 (21,91%) a consertos, 6 (8,22%) a reconstruções e 8 (10,95%) a outros serviços de manutenção. Desses, 55 (75,34%) foram aprovados, e 18 (24,65%) rejeitados. Compreendeu-se que, com a produção cafeeira se tornando a principal cultura a ser produzida na freguesia, era imperioso que os moradores solicitassem melhores condições para o escoamento da produção, que, a princípio, era realizado com o uso das tropas, por não existir estradas suficientes para drenar o excedente produzido.²³⁵

Nesse sentido, pode-se observar que as estradas também representavam uma grande preocupação das autoridades do município, com 28 projetos apresentados no decorrer dos anos, sendo 22 (78,54%) relacionados à criação de novos caminhos e 6 (21,42%) relativos à manutenção desses trajetos, dos quais 19 (67,85%) foram aprovados e 9 (32,14%) reprovados.

Por meio da análise do quadro, também se pode constatar que são deliberados, no período, os primeiros serviços de infraestrutura urbana no município. Neles aparecem, com número relativamente mediano, as questões ligadas ao decoro e arruamento da cidade, nas quais, das 33 discussões realizadas em torno da temática, 13 (39,39%) estavam voltadas para o calçamento das ruas, 8 (24,24%) a desaterros a serem feitos, 6 (18,18%) a alinhamentos e 6 (18,18%) a nivelamentos, com um total de 21 (63,63%) projetos aprovados e 12 (36,36%) reprovados.

Os pedidos de concessões de terrenos na área urbana da cidade constituem outro assunto que apareceu em número razoável dentro dos debates realizados na edilidade municipal. Entre as 18 solicitações feitas pelos moradores, 8 (44,44%) foram concedidas e 10

²³⁴ BRAGA (2017). Op. cit. p. 35.

²³⁵ ANDRADE (2006). Op. cit. p. 46.

(55,55%) foram negadas. Esses números ajudam a entender que não havia o interesse das autoridades municipais no período em povoar a área urbana do município, visto que novas habitações dentro do perímetro urbano gerariam gastos com infraestrutura, conforme previa o artigo 71 da lei de atribuições das Câmaras municipais,²³⁶ o que poderia interromper os investimentos destinados às áreas rurais.

Outros projetos, com pequenos números de discussões realizadas pelos vereadores do município, que também puderam ser constatados, são aqueles ligados ao saneamento básico, como o fornecimento de água potável aos moradores e serviços de destinação do esgoto. Dentre os 24 projetos apresentados em torno dessas temáticas 15 (62,49%) foram aprovados e 9 (37,50%) reprovados. É importante ressaltar que, os projetos envolvendo esses itens giravam em torno de obras simples, como construção de bueiros, esgotamento de ruas e edificação de chafarizes.

A criação de escolas, apareceu em nossa análise com apenas 1 (uma) discussão empregada a seu respeito. Tratava-se de um pedido feito pelo vereador João de Souza Vianna a Assembleia Provincial no dia 16/06/1888, conforme podemos observar abaixo,

Pedindo a palavra o Vereador Vianna disse que: Na qualidade, não só de vereador como de Inspector Municipal da Instituição Pública, requeria que por intermédio desta Câmara e do Inspector geral da Instituição pública, que se solicite da Assembleia Provincial a quantia de 5:000\$000 reis para construção de um prédio nesta cidade para Escola publica, único obstáculo de há muito tempo não haver aqui ensino público. Em discussão foi approved pela Camara.²³⁷

Constatando que o primeiro grupo escolar público em Muriaé só viria a existir no início do século XX, pode-se afirmar que o projeto não foi realizado. De acordo com o censo de 1872, entre os 34.620 habitantes de São Paulo do Muriahé, 31.783, ou 91,80% entre livres e escravos, eram analfabetos.²³⁸ Esses números mostram que, mesmo sendo garantida à gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos brasileiros pelo artigo 179 da Constituição de 1824,²³⁹ a educação básica não era, de fato, um problema ou uma questão que sensibilizasse os vereadores do município no período.

²³⁶ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Op. Cit. Título III, Art 71.

²³⁷ Ata de 16/06/1888. Livro 3, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

²³⁸ ANDRADE (1995). Op. cit. p. 132- 236.

²³⁹BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de Março de 1824). Artigo 179 dispõe da inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, § XXXIII. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

Ao se analisar o trabalho realizado por Ana Carolina Braga e Francisco José Carvalho Mazzeu,²⁴⁰ percebe-se que essa pouca importância dada para alfabetização da população não consistia em um problema exclusivo para a sociedade de São Paulo do Muriahé. Os autores mencionaram que, devido à insuficiência de recursos econômicos, metodológicos e de pessoal, a educação brasileira no período apresentava um enorme déficit em sua qualidade e quantidade, fazendo com que o atendimento à população fosse muito limitado.

Após a análise sobre as políticas de infraestrutura desenvolvidas pelas autoridades municipais, compreendeu-se que, em uma sociedade que tem a maioria de sua concentração de riqueza voltada para sua produção agrícola, as políticas públicas não poderiam estar relacionadas, em maior número, a outros temas que não fossem dos interesses dessa população. Assim, nesse primeiro momento, constatou-se que a sociedade de São Paulo do Muriahé não fugia da realidade do Império, que possuía suas bases econômicas voltadas para a agricultura, mão de obra escrava e latifúndios,²⁴¹ muito embora existissem outras formas de trabalho, de cultivo e de propriedade agrária, levando ao desenvolvimento de políticas que atendessem essas necessidades.

De acordo com Rômulo Andrade, a economia de São Paulo do Muriahé baseada no cultivo de café só se consolidou após 1886, com a inauguração da ferrovia Leopoldina Highway, passando a existir melhores condições de escoamento do produto para o Rio de Janeiro. Diante dessa perspectiva, no próximo capítulo, serão abordadas as possíveis modificações ocorridas no contexto socioeconômico dos moradores da cidade no período compreendido entre 1889 a 1910. Uma vez que, o perfil econômico da população se alteraria devido a um de seus principais ativos de riqueza, desaparecer, com a abolição da escravidão em 1888, além de serem introduzidas novas dinâmicas políticas à Câmara Municipal da cidade, devido a reforma legislativa ocorrida com a Proclamação da República em 1889.

²⁴⁰ BRAGA; MAZZEU, *O Analfabetismo no Brasil...* p. 31.

²⁴¹ ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia do Brasil Império, 1822-1889*. Departamento de Economia Puc. Rio de Janeiro. 2001. p 5-8.

Capítulo III: Do macro ao micro: breves considerações acerca do contexto político-econômico nacional e o de São Paulo do Muriaé entre os anos de 1889 a 1910

3.1- As dinâmicas presentes em âmbito nacional que influenciaram as de São Paulo do Muriaé nos anos finais do século XIX e início do XX

Com a finalidade de compreender as transformações ocorridas no Brasil nos âmbitos político, econômico e social, entre os anos finais do século XIX e os iniciais do XX e como essas alterações influenciaram, significativamente, a sociedade de São Paulo do Muriaé. No decorrer dessa sessão do trabalho, serão expostas contribuições de alguns autores que se dedicaram a estudos do período em nível macro, como também divulgadas algumas características existentes na cidade no período e as modificações ocorridas no decorrer dos anos.

Dentre os autores mencionados, pode-se citar os trabalhos de Edgard Carone, Jorge Nagle, Heitor Ferreira Lima e o desenvolvido por Annibal Villanova Villela em parceria com Wilson Suzigan. A utilização desses estudos permitiu interpretar melhor as dinâmicas ocorridas até o final do primeiro decênio da República Velha, marco final do recorte temporal proposto, pois representam análises críticas dos pensamentos econômicos existentes e das medidas que eram tomadas pelos governantes.

Toda ideia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico, estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizeram selecionar tal ideia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Portanto, pensar a História do pensamento econômico é, antes de tudo, pensar as ideias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre economia e a realidade brasileira.²⁴²

Diante dessa perspectiva, entendeu-se que, para se conseguir realizar uma análise econômica, deve-se, a princípio, refletir sobre os interesses políticos que norteavam o desenvolvimento das ações governamentais. Tem-se no trabalho de Heitor Ferreira Lima uma aproximação e explicação deste pensamento no Brasil do período, pois ao realizar uma análise das discussões parlamentares ocorridas nos anos finais do período Imperial em uma parte de

²⁴² CONSENTINO, Daniel do Val. História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica: 13º Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: Faculdade de Economia. (Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/daniel-do-val-cosentino.pdf>> Acesso em 10/05/2019. p. 1.

seu trabalho, o autor mencionou que “existia no país um grande pensamento fisiocrata,²⁴³ mercantilista, e uma influência do liberalismo econômico com a correspondente inclinação para o livre-câmbio, sendo escolhido pelas exportações dos produtos agrícolas e importações dos artigos manufaturados”.²⁴⁴ Em outras palavras, Heitor Lima buscou externar que existia no Brasil uma “defesa aberta dos fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e importações dos artigos manufaturados que favorecia o grande comércio importador de produtos industrializados”.

Pode-se entender o pensamento fisiocrata existente no período, devido à grande herança herdada do país em se extrair dos meios naturais suas riquezas socioeconômicas e pela economia no Império, sobretudo no Segundo Reinado, de acordo com Annibal Villela e Wilson Suzigan, ser extremamente dependente da agricultura, que tinha nas culturas de café no Centro-Sul do país, na produção de cana-de-açúcar no Nordeste e na extração de borracha nativa no Norte suas atividades mais importantes, que, na maior parte destinavam-se à exportação, de cujo valor total vinha representando, em média, cerca de 80 por cento.²⁴⁵

Ao realizar uma análise do setor econômico do período, Jorge Nagle²⁴⁶ acrescentou que “a concepção de que o destino brasileiro estava ligado ao meio rural foi obra dos grupos cujos interesses estavam comprometidos com o setor da economia agrícola, de base exportadora”. Sendo que, estes grupos defendiam o “postulado de que o desenvolvimento econômico deveria ser feito por meio dos produtos da terra”, o que atrapalhava o interesse no desenvolvimento manufatureiro, e urbano, fazendo com que o último fosse visto como “condição moderníssima da evolução social” ou “uma emanção do poder longínquo”. Uma vez que, como enfatizado por Oliveira Vianna,²⁴⁷ a identidade do brasileiro seria oriunda do campo, conforme propôs que;

Toda a história do brasileiro é a história de um povo agrícola, a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial.

²⁴³ Doutrina econômica e filosófica do século XVIII que se baseia no conhecimento e no respeito às leis naturais, considera a terra como única fonte de riqueza e defende o liberalismo econômico.

²⁴⁴ LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Ed.Nacional, 1978. p.89.

²⁴⁵ VILLELA; SUZIGAN, *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945...* p. 9.

²⁴⁶ NAGLE, *Educação e Sociedade na Primeira República...* p. 16.

²⁴⁷ VIANNA, Oliveira, apud Santos, Milton (2013). Op. cit. p. 19.

Desse modo, a maioria da sociedade brasileira no Segundo Reinado fundara-se numa estrutura agrário escravocrata, ferrenhamente defendido pelos conservadores,²⁴⁸ pois “era a agricultura que, por meio do comércio exterior, gerava os recursos em moeda estrangeira necessários para o consumo e formação de capital da economia, como também para o pagamento da dívida externa, que já consumia, em média, quase todo o saldo anual da balança comercial”.²⁴⁹

Mesmo possuindo no campo os alicerces da estrutura econômica, os espaços do país não se desenvolviam de forma homogênea, devido à diversidade dos produtos produzidos que tinham seus preços condicionados às variações do mercado externo. Com a contínua expansão da produção cafeeira que, entre “1875 e 1880, levou o país a uma posição hegemônica no comércio internacional por representar 50% da produção mundial”.²⁵⁰ Além de possuir perspectiva de ampliação da plantação devido à contínua elevação dos preços médios por saca no comércio internacional, que saltariam de 1,32 libras no decênio de 1841-1850, para 2,54 libras entre 1881-1890.²⁵¹ No século XIX, ocorreu no Brasil, a transferência do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro²⁵², principalmente pela “ultrapassagem, a partir de 1831-40, das rendas de exportação do café em relação a do açúcar”²⁵³ e o progressivo aumento da produção nos estados da região Sudeste, que só teria uma pequena alteração entre os anos finais da primeira década da República, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6: Produção Exportável De Café das Principais Regiões Produtoras (1.000 sacas)

Média anual	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Soma	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1876/80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881/90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891/1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901/10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100

²⁴⁸ LIMA (1978). Op. Cit. p. 92.

²⁴⁹ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 9

²⁵⁰ LIMA (1978). Op. Cit. p. 119.

²⁵¹ LIMA (1978). Op. Cit. p. 119.

²⁵² Segundo João Luís Fragoso, mesmo essa afirmação contendo uma parcela de razão, a dinâmica econômica do país no século XIX não pode ser limitada a *plantation* açucareira e/ou cafeeira. De acordo com o autor, juntamente com as culturas para a exportação coexistiam relações pré-capitalistas de produção que apontam para a existência de um significativo mercado interno no período. Este que, na concepção do autor, somado às demais relações decorrentes dos mecanismos de reprodução da agroexportação, criava um amplo espaço para acumulações endógenas de capital. In: FRAGOSO, *Economia Brasileira no século XIX...* p. 145.

²⁵³ FRAGOSO (2000). Op. Cit. p.145.

1911/20	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921/30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

Fonte: (SP, RJ e MG) TAUNAY A de E e FRAGA, C C; (ES) ROCHA E COSSETTI. *Apud* PIRES, A J, Op. Cit. p. 90.

Verificou-se nela que - à exceção dos dois primeiros períodos que apresentam a Província e depois estado do Rio de Janeiro como principal produtor do país - o estado de São Paulo sempre manteve regularidade de crescimento da produção, alcançando, a partir de 1891, o status de principal produtor de café do país. Mantendo-se assim, até o final da República Velha. Minas Gerais que, à exceção do período de 1911/20, sustentou o crescimento da produção e se consolidou como segundo maior estado produtor a partir do período de 1891/1900. O Rio de Janeiro, com sucessivas quedas, a partir dos primeiros anos após a Proclamação da República, acabou sendo ultrapassado em volume pela crescente produção capixaba. Esta que aumentou à sua taxa de participação no total em 3,9%, saltando de 3,3% em 1876/80 para 7,2% em 1921/30.

Outra informação que se pode extrair após a análise da tabela, constitui no fato da produção cafeeira, à exceção do estado do Rio de Janeiro, não ter sofrido significativas alterações negativas, mesmo com a abolição da escravidão em 1888 e Proclamação da República em 1889. Uma vez que, o volume total, a exceção da pequena alteração negativa entre os períodos de 1901/10-1911/20, (na qual preferimos interpretar como manutenção do volume, em vez de retrocesso), sempre apresentara crescimento, saltando de um volume de 3.803 em 1876/80 para 16.731 sacas em 1921/30, levando a entender que possíveis mudanças no município de São Paulo do Muriaé podem ter sido ocorridas além da produção cafeeira e não em substituição desta.

Ao realizar uma análise dos documentos parlamentares referentes à valorização do preço do café nos primeiros anos da República, mais precisamente entre os anos de 1895 a 1906, Edgard Carone²⁵⁴ mencionou que, o contínuo aumento da produção e dos preços do café sofreram pequena retenção na crise mundial de 1892-1893. A qual repercutiu nos Estados Unidos, a partir do ano seguinte, fazendo com que o valor médio por saca da rubiácea declinasse de 4,09 libras em 1893, para 2,91 em 1896 e 1,48 em 1899. Esses preços, segundo o autor, não eram suficientes para custear a produção, porém essa cultura continuava a aumentar por causa das plantações existentes.

²⁵⁴ CARONE, Edgard. *A Primeira República: Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

O crescimento do plantio da rubiácea, impulsionado, principalmente, pelas grandes produções existentes, as perspectivas de melhoria das variações do mercado externo, e a forte influência dos grandes fazendeiros nas ações parlamentares, fez com que o café continuasse durante um longo período a representar a principal commodity de exportação brasileira, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

**Tabela 7: Brasil, principais produtos de exportação, 1889-1913
(em Percentagens)**

Períodos	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couro/ Peles	Outros	Total
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4	4,8	100
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2	100
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4	100

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, pp.1379-80; Brasil em números, 1960, p.88. *Apud*, VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. Op. cit. p. 50. Adaptado pelo autor.

Para que ocorresse a contínua predominância do café como principal produto nas exportações brasileiras, destacaram-se duas intervenções federais realizadas no período. A primeira consistiu no fornecimento de recursos financeiros aos fazendeiros após o fim da utilização da mão de obra escrava em 1888, visto que os senhores “passaram a necessitar de recursos líquidos para financiar a produção e pagar hipotecas antes garantidas por escravos e propriedades”. Para sanar o problema, o governo criou através de acordos com diversos bancos, caixas de empréstimos agrícolas, em que o próprio governo entrava com metade do capital.²⁵⁵ A segunda medida adotada, aconteceu após a indigesta relação entre a previsão de safra recorde de café no país para o ano agrícola de 1906-07, e os baixos preços do produto em âmbito internacional, que tinham voltado a cair, fatores que levaram à criação do Convênio de Taubaté, o qual, em linhas gerais,

Foi um acordo firmado no início de 1906, no último ano do governo Rodrigo Alves (1902-1906), pelos presidentes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na cidade de Taubaté (SP), com o objetivo de por em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano.²⁵⁶

²⁵⁵ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 10.

²⁵⁶ ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. 2014. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 01/06/2019.

Segundo Annibal Villela e Wilson Suzigan,²⁵⁷ com a assinatura do decreto que garantia aos produtores de que em quaisquer que fossem as condições do comércio internacional, o preço do café seria sempre sustentado, o governo iniciava uma política que, em longo prazo, traria sérios prejuízos ao crescimento da economia brasileira. Na concepção dos autores, o excessivo dimensionamento da capacidade de produção do setor café em prejuízo dos investimentos nos demais setores resultava de uma distorção do mecanismo de mercado como orientador dos investimentos.

Diferentemente desses autores, Jorge Nagle²⁵⁸ ao realizar uma análise do setor econômico do país na Primeira República, ressaltou que, até certo momento, praticamente inexistiam alternativas de organização da atividade econômica, além da opção de investir cada vez mais na produção do café. De acordo com o autor, a expansão da lavoura cafeeira processou-se em uma época em que apenas no comércio exterior se encontrava a possibilidade de realizar alguma atividade econômica de importância, já que o mercado interno apenas começava a se expandir.

Em meio a essas perspectivas, percebeu-se que, às crises ocorridas no Brasil no período tinham características próprias, sendo muitas vezes ocasionadas pela propagação das contrações de negócios nos países industriais e outras vezes provocadas pelas próprias crises do café, ou em outras culturas difundidas no território, o que repercutia sobre as exportações e créditos externos do país, redundando em depressões internas, agravadas pelas fraquezas econômicas, como a própria dependência, em relação ao exterior e da atividade interna.

Convém salientar também que, “o plano de valorização do café não produziu resultados práticos até 1908. Mas, a partir de 1909, o preço do café passou a aumentar significativamente. A relação de trocas e a capacidade de importar da economia tiveram, então, um extraordinário aumento”.²⁵⁹ No entender de Annibal Villela e Wilson Suzigan, esses acontecimentos que permitiram “os altos níveis de formação de capital no setor industrial, principalmente no período de 1910-1913”.²⁶⁰

Após evidenciar a importância de Minas Gerais na produção cafeeira do país e mencionar, mesmo que de forma breve, a importância das intervenções federais para manutenção dos preços do produto ao longo de períodos de recessão. É importante enfatizar que, o sistema agrícola adotado no estado mineiro foi responsável não somente pela devastação da Mata Atlântica, mas também por estimular o desenvolvimento material da

²⁵⁷ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 43-44.

²⁵⁸ NAGLE (1976). Op. Cit. p. 13.

²⁵⁹ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 113.

²⁶⁰ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 114.

região e gerar inúmeros efeitos em cadeia. Esses, sentidos, tanto nos setores de fornecimento de insumos como também naqueles utilizados pela produção, como o desenvolvimento das vias terrestres e consequente instalação de ferrovias.

De acordo com Peter Blasenheim,²⁶¹ a Zona da Mata mineira, região onde se concentrava a quase totalidade da produção cafeeira do estado, detinha, aproximadamente, 60% do total da rede ferroviária de 1066 km em 1884. Ao buscar explicitar os motivos relacionados à expansão ferroviária da referida área, o autor evidenciou relatos de fazendeiros locais que atribuíam o atraso econômico à situação miserável em que se encontravam as vias terrestres da região. Ademais, acrescentou também que, com o estímulo dado pelo governo provincial por meio de subsídios aos investidores para construção de ferrovias, ocorrera uma alteração na situação econômica ao final da década de 1870. Pois, quando a parte Sul e o Centro da Mata são interligados pela linha férrea à cidade do Rio de Janeiro as exportações de café têm seu quantitativo quase que dobrado entre os anos de 1875 e 1880.

Com incipiente produção cafeeira se comparada com as outras cidades ao sul da Zona da Mata no período. Mas, com grande possibilidade de expansão do cultivo devido às terras disponíveis, as autoridades municipais de São Paulo do Muriaé, desde os primeiros anos da década de 70 do século XIX, já demonstravam o interesse em instalar na cidade um ramal da estrada de ferro Leopoldina Highway. Uma vez que, o escoamento dos produtos, principalmente o do café, a início era muito dificultado, sendo realizado majoritariamente por meio das tropas de burros.²⁶²

Buscando solucionar o problema, foi enviado pelo então presidente da Câmara da cidade, Dr. Miguel Eugênio Monteiro de Barros, no ano de 1873, um ofício de reivindicação ao então ex-deputado, e homem de grande influência, seu parente Antônio Augusto Monteiro de Barros. Este, em resposta afirmara que, “não só por sua parte terá todo o esforço para o Ramal vir a esta cidade, conforme me entendendo com o engenheiro chefe, este prometeu fazer seguir o dito ramal até esta cidade...”.²⁶³

Mesmo com toda a preocupação de instalar rapidamente na cidade um ramal da ferrovia, é preciso salientar que os transportes na região se desenvolveram vagarosamente, porque o governo provincial não possuía meios de financiar grandes projetos de construção e a iniciativa privada ainda faltava no início do Império.²⁶⁴ Assim, somente em 1877, os trilhos chegaram a Leopoldina, em 1879 em Ubá e, em 1886, ocorreu à inauguração da Estrada de

²⁶¹ BLASENHEIM, *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove...* p. 82.

²⁶² ANDRADE (2006). Op. Cit. 46.

²⁶³ Ata de 17/03/1873 – Livro 02, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

²⁶⁴ BLASENHEIM. Op. Cit. 84.

Ferro Leopoldina Highway em Muriaé. Fato que possibilitou o aumento da produtividade. Em um curto período de tempo, a cidade se destacaria como um dos principais polos de desenvolvimento da região,²⁶⁵ conforme se observa no quadro elaborado por João Heraldo Lima após a análise do relatório feito por Carlos Prates, então Inspetor de Indústria, Minas e Colonização, que havia percorrido os municípios da região no período.

Quadro 9: Produção Estimada para a Mata (1905)

Municípios	Arrobas
Muriaé	1.500.000
Cataguases	810.000
Ponte Nova	750.000
Ubá	718.000
Carangola	700.000
Juiz de Fora	585.000
Além Paraíba	573.000
Leopoldina	500.000
São João Nepomuceno	371.000
Rio Novo	350.000
Pomba	340.000
Guarará	317.000
Mar de Espanha	315.000
Rio Branco	262.000
São Manuel	200.000
Palma	191.000
Viçosa	38.000
Rio Preto	36.000

Fonte: Relatório A Lavoura e indústria da Zona da Mata-1906, in LIMA, J.H. Op. Cit p. 36.

Após observação do quadro acima, percebeu-se que a produção cafeeira de São Paulo do Muriaé assumiu a liderança entre os outros municípios produtores da Zona da Mata mineira nos primeiros anos do século XX. Sua produção quase que dobrava a quantidade em arrobas produzida por Cataguases, segundo maior produtor com 810.000. Ao buscar compreender a redução da produção em Juiz de Fora, antiga principal produtora da rubiácea na região. E, que no momento se encontrava apenas na sexta posição, com 585.000 arrobas produzidas, quase que a terça parte da produção de São Paulo do Muriaé, Anderson Pires mencionou que, “a diminuição seria em decorrência da tendência de redução na parte sul da Mata, caracterizada pelo esgotamento do seu principal fator estrutural, os solos”.²⁶⁶

Outro ponto observado pelo autor, que também pode ser entendido como um dos fatores para justificar a significativa redução da produção juizforana, estava relacionado ao

²⁶⁵ ANDRADE (2006). Op. Cit. 48.

²⁶⁶ PIRES (2017). Op. cit. p. 165-166.

momento em que o então secretário de estado da agricultura passara pela região coletando os dados dos fazendeiros. Visto que, (como já observado anteriormente no trabalho) à cafeicultura em âmbito geral, no ano de 1905, sofria uma de suas piores crises de superprodução, e o estado de Minas negociava sua participação no Convênio de Taubaté, fazendo com que, a avaliação de Carlos Prates, segundo o autor, ficasse tendenciosa. Para reforçar sua ideia, o autor destacou o comentário realizado em um dos jornais de Juiz de Fora no período; “Eis aí porque os nossos agricultores pintaram com as mais carregadas cores o estado da lavoura cafeeira: para pedirem proteção e crédito (...)! De fato, quem basear apenas nos cálculos dos srs fazendeiros, convencer-se-á de que a lavoura da Mata está perdida (...)”.²⁶⁷ Ao se analisar por esse prisma, acredita-se que a produção, não só de Juiz de Fora, mas também de todos os outros municípios da região, na verdade, poderia ser muito maior do que os números apresentados.

Ao realizar uma análise do progresso em nível macro, Heitor Lima²⁶⁸ correlacionou o adiantamento econômico, cultural e social do país com a “explosão” da produção cafeeira e sua vigorosa conotação comercial. Segundo o autor, o desenvolvimento da produção cafeeira impulsionou o comércio interno e externo, incrementou a construção ferroviária provocando a imigração, e deu nascimento a bancos, companhias de seguro, telégrafo e outros. Fatores que proporcionaram um surto industrial, desenvolvendo, com isso, as classes médias urbanas, resultando em transformações nos costumes sociais e familiares.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Annibal Villela e Wilson Suzigan²⁶⁹ enfatizaram que, a mola propulsora do surto industrial ocorrido no país, a partir da República, foi à própria monocultura do café, pois gerou poupanças que os fazendeiros investiram não só em infraestrutura, mas também em atividades industriais substitutivas de manufaturas importadas. Buscando comprovar suas concepções os autores realizaram um diálogo com a obra de Warren Kempton Dean sobre o desenvolvimento industrial de São Paulo e acrescentaram que, antes de 1900, a maioria das fábricas de tecidos de algodão, no estado, havia sido fundada pelos próprios fazendeiros, que possuíam fábricas de fundições, serrarias, cervejarias, usinas de açúcar, fábricas de vidro e etc.

Particularmente, entendeu-se que, a conotação do desenvolvimento da região Centro-Sul do país, em especial o da região Sudeste, tão enfatizada pelos autores, não deve ser generalizada, a ponto de se pensar toda a nação com as mesmas características econômicas e

²⁶⁷ Jornal do Commercio, 21/03/1906 apud PIRES (2017). Op. Cit. p. 165.

²⁶⁸ LIMA (1978). Op. Cit. p. 91.

²⁶⁹ VILLELA; SUZIGAN (1975). Op. Cit. p. 105.

sociais. Compreendeu-se que, além da produção cafeeira, existiam no país outras formas de cultivo, trabalho e de propriedade agrária que também elencavam as mesmas ou outras formas de riqueza e desenvolvimento.

No entanto, São Paulo do Muriaé, por se fazer presente em um dos estados da região Sudeste, acabava por possuir vários dos elementos citados pelos autores, o que impulsionaria sua economia no decorrer dos anos. Dessa forma, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira alavancado pela instalação da ferrovia (que provocou um melhor escoamento do produto), ocorreu, concomitantemente, uma invariável reflexão no crescimento populacional da cidade. Este, aumentado em 13,83% apenas uma década, passando de 41.347 habitantes, em 1900, para 47.985, em 1910.²⁷⁰

O acréscimo populacional, naturalmente, gerou demandas que acarretaram no aumento do número de estabelecimentos comerciais, e ainda de outros serviços e atividades tipicamente urbanas que, apesar de serem distintos da cafeicultura, foram também importantes para o processo de reprodução da economia agroexportadora. Ao prefaciá-la, uma análise para Juiz de Fora, Rita Almico afirmou que, “o capital acumulado graças à atividade cafeeira possibilitou grandes investimentos industriais e comerciais na região, demonstrando a diversificação da economia local e a formação de riquezas pessoais”.²⁷¹ Para ressaltar sua ideia, a autora realizou uma análise das dinâmicas espaciais urbanas do município e constatou o constante crescimento no número de estabelecimentos comerciais e de serviços, principalmente a partir da década de 70 do século XIX. Esses que apresentaram um significativo aumento de 66,23% em um curto espaço de tempo, passando de 153 em 1870 para 231 em 1877. Além dos estabelecimentos comerciais, a autora também deu ênfase ao setor de serviços, que já no período apresentava 48 profissionais, sendo divididos em: capitalistas, advogados, médicos, pintores, dentistas, padres, vidraceiros, modistas e retratistas.

Assim como Juiz de Fora, São Paulo do Muriaé, mesmo que em um período distinto, devido às diferentes datas relacionadas ao início do povoamento, plantio do café, instalação de estrada de ferro, elevação de vila à cidade, e a outras questões, também presenciou a intensificação de suas dinâmicas espaciais urbanas.

²⁷⁰ Vale lembrar que o Censo de 1910 foi cancelado, porém esses dados são oriundos de uma série de estatísticas realizadas pela equipe do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) para retratar as “marchas e contramarchas” de um século em que a industrialização e a democracia se consolidam no Brasil. Tendo como referência: Directoria geral de estatística: População do Brazil por Municípios e Estados (1907-1912). IBGE. Disponível em <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf>. Acesso em 05/06/2019.

²⁷¹ ALMICO, (2001). Op. cit. p. 51.

Desse modo, se em Juiz de Fora a década de 70 obteve bastante notoriedade, em Muriaé, o decênio de 90 e os primeiros anos do século XX irão corresponder às primeiras significativas transformações em seu espaço urbano, (essas que continuarão ocorrendo no passar dos anos). Uma vez que, entre os anos de 1889-1892 a cidade, em sua sede, teve um aumento de 700% nos números de estabelecimentos comerciais e/ou fabris, e de profissionais, passando de 43 para 301 respectivamente, sendo os estabelecimentos, saltando de 31 para 228 e o número de profissionais de 8 para 73, simultaneamente.²⁷²

A cidade crescia substancialmente, entre comércios e fábricas existentes em 1892,²⁷³ havia: 54 negócios de gêneros alimentícios, 48 de secos e molhados, 8 de fazenda, 7 de ferragens e louças, 5 na estrada, 17 diversos, 11 vendas de fumo, 3 de querosene, 7 alfaiatarias, 6 hotéis, 4 padarias, 3 açougues, 3 olarias, 3 quiosques, 2 casas de bilhar, 2 armarinhos, 2 farmácias, 2 botequins, 2 casas de bilhetes de loteria, 2 estabelecimentos de venda de drogas permitidas, 1 casa de joias, 3 oficinas de ferreiro, 3 de fogueteiro, 3 de ourives, 3 de barbeiro, 3 de sapateiro, 2 de typografia, 2 de seleiro, 2 de caldeireiro, 2 de marceneiro, além de 12 fábricas de aguardente e 1 (uma) de macarrão. Os muriaeenses presenciavam, em sua cidade, a diversificação de estabelecimentos que, aos poucos, os abriam uma grande possibilidade de consumo, sem que para isso precisassem recorrer ao Rio de Janeiro ou a outro local de comércio.

Entre os profissionais, estes se dividiam em: 24 compradores de café, 21 mascates, 9 advogados, 5 médicos, 2 tabeliães, 1 dentista, 1 retratista, 1 procurador, 1 secretário da Câmara, 1 escrivão de órfãos, 1 de paz, 1 de coletoria, 1 de jury, 1 fiscal, 1 agrimensor, 1 consertador de chapéus e 1 coletor.²⁷⁴

Além dos elementos mencionados, também existiam na cidade alguns utensílios de seus moradores que devem ser ressaltados, como: 95 engenhos de rapaduras, 1 engenho de serra para serrar madeira, 9 engenhos de café, 1 de cana e 3 máquinas de limpar café a vapor.²⁷⁵ A existência dessas ferramentas serviu de evidência, mesmo que em pequena escala, para ilustrar a intensificação das dinâmicas de produção desenvolvidas na localidade, demonstrando o interesse da população de não ficar extremamente dependente de suas commodities, manufaturando seus produtos.

O deslocamento de mercadorias e de pessoas no interior do município, quando não realizados nos lombos das tropas eram feitos em veículos para os devidos fins, sendo

²⁷²Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livro 2 de indústrias e profissões, ano de 1892.

²⁷³ Ibidem

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

expedidas, em 1892, 44 licenças para circulação de veículos; sendo 42 carros de aluguel e 2 carroças, ambos movidos por animais.²⁷⁶ Para o descanso dos animais e dos tropeiros, que muitas vezes percorriam longas distâncias em um mesmo dia, a cidade possuía pastos, ranchos, hotéis e casas que podiam ser alugados pelos transeuntes por determinados períodos.

Para chegar as constatações dos elementos que compunham a área urbana de São Paulo do Muriaé no período, foram realizadas análises dos livros de registros de indústria e profissão da sede do município. Esses representavam impostos criados em âmbito federal, para que as localidades tivessem uma modalidade de auferir renda a partir da cobrança de tributos, os quais recaíam sobre aqueles moradores que exerciam ou exploravam determinada indústria ou profissão, pessoa física ou jurídica, excluindo os seus empregados ou assalariados.²⁷⁷ Após serem recolhidos, os recursos eram somados juntos com outras rendas e entravam nas receitas orçamentárias municipais dos anos vindouros para utilizações nas mais diversas áreas do município, conforme será visto posteriormente no trabalho. Além dos elementos mencionados o tributo também abrangia as benfeitorias, os estabelecimentos agrícolas, os negócios, os aforamentos e os imóveis alugados ou disponíveis para alugar, ou seja, tudo que poderia gerar lucro para o proprietário, só não sendo cobrado em casos em que próprio proprietário requeria a baixa de um respectivo bem por não utilização.

Em uma breve explanação relacionando as primeiras discussões e alterações em torno da criação das referidas taxas em âmbito nacional, percebeu-se que, inicialmente, o imposto foi criado pela Lei nº 1507 de 26 de Setembro de 1867 para substituir os referentes a lojas, casas de modas e móveis, despachantes, corretores, agentes de leilões e outros gêneros fabricados no estrangeiro, sendo composto por taxas fixas e proporcionais. Entretanto, para entrar em funcionamento o § 3º do art. 11 da referida lei determinava que fosse aguardado e aprovado a expedição do regulamento que definiria a arrecadação. Enquanto isso não fosse realizado, o governo poderia sujeitar aos impostos das lojas que foram estabelecidos pelo Alvará de 20 de Outubro de 1842.²⁷⁸

Em 15 de julho de 1874, o então Conselheiro de Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho Ministros, Ministro, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal Nacional, Visconde do Rio Branco, usando da autorização conferida

²⁷⁶ Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livro 2 de indústrias e profissões, ano de 1892.

²⁷⁷ Imposto de indústrias e profissões – Histórico e Evolução – Cálculo sobre o Movimento Econômico dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais- Autorização Orçamentária. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/12435/11335>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

²⁷⁸ BRASIL. Lei n.1507, de 26 de setembro de 1867. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192555-da-regulamento-para-a-arrecadacao-do-imposto-sobre-industrias-e-profissoes.html>. Acesso em 22 de jun.2019.

pela legislação competente deu regulamento para arrecadação do imposto de indústrias e profissões pelo decreto n° 5.690.²⁷⁹ Contudo, o mesmo ainda passaria por algumas alterações, até à sua regulamentação final e assinatura, pela princesa Imperial Regente que substituiu o pai, Isabel Bragança, do decreto n° 9.870 de 22 de fevereiro de 1888 para começar a vigorar a partir de 1° de janeiro de 1889.²⁸⁰

Ao analisar a longa tramitação do tributo nas instâncias parlamentares superiores até a assinatura para entrada em vigor em 1889, constatou-se o caráter burocrático e pouco eficiente do aparelho estatal Imperial. O que dificultava e atrasava projetos que poderiam gerar arrecadações para investimentos em diversos setores da sociedade. Segundo Fernando Uricoechea, isso ocorria devido a três fatores;

A atuação das próprias agências burocráticas centrais que pressionavam no sentido de progressiva racionalização na administração pública, o forte impacto racionalizador, na economia e na sociedade, produzido pela máquina do café e por último, em virtude da Guerra do Paraguai (1864-1870), que incitou a administração central a uma racionalização compulsória dos recursos e finanças nacionais, diante do conflito sem precedentes e de grandes proporções.²⁸¹

Com proclamação da República em novembro de 1889, o tributo continuou a existir até ser incorporado à Carta Magna de 1891 e atribuído, por meio do art. 9°, §4°, para responsabilidade dos estados,²⁸² que não podiam alterar ou variar as tarifas em detrimento a outros estados. Assim como, de município para município, sendo estes, os responsáveis por fixar as taxas, regular as cobranças, etc. Mas nunca alterar a conceituação visada pelo texto constitucional.²⁸³ Com autonomia garantida pelo título III, art. 68 da nova Constituição Federal,²⁸⁴ os municípios adquiriam respaldo para contratação de funcionários para se locomoverem nos espaços das localidades sedes e nos distritos no intuito de realizarem a cobrança do referido imposto, conforme se observou no lançamento do relatório do fiscal geral da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé na ata da reunião do dia 07 de janeiro de 1889,

Serão lançados na acta da presente sessão os seguintes relatórios: O abaixo assignado do Fiscal deste Municipio, em cumprimento de seu dever

²⁷⁹ BRASIL. Decreto n° 5.690 de 15 de julho de 1874. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5690-15-julho-1874-550413-publicacaooriginal-66366-pe.html>>. Acesso em 21 de jun.2019.

²⁸⁰ BRASIL, *Diário Oficial das leis federais...* Decreto n° 9.870 de 22 de fevereiro de 1888.

²⁸¹ URICOECHEA, *O minotauro imperial...* p. 332.

²⁸² BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891...* Título primeiro, art. 9°, §4° de 24 de fev de 1891.

²⁸³ Imposto de indústrias e profissões. Op. cit. p. 419.

²⁸⁴ BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Op. cit. Título III. Art 68.

apresenta o relatório seguinte: 1º Corri todas as Freguesias deste Municipio, tirei o arrolamento de todos os negociantes e já affixei nesta Cidade, dos que aqui residem, para pagarem os devidos impostos, e já mandei affixar o mesmo arrolamento em todas as Freguesias, as que tem Fiscal, e onde não houver, irei affixar.²⁸⁵

A partir da análise dos impostos sobre os registros de indústria e profissão se consegue ter noção do desenvolvimento do número de estabelecimentos comerciais instalados na cidade e também da chegada de profissionais que eram atraídos para a então grande produtora de café da Zona da Mata mineira, posto que, ambos eram notificados para pagamento dos tributos. Conforme observado anteriormente, São Paulo do Muriaé em 1889 apresentaria 31 estabelecimentos entre comércios e/ou fábricas e 8 profissionais atuantes. No entanto, acredita-se que este quantitativo seria maior, pois ao observar as discussões das autoridades municipais do período percebeu-se alguns fragmentos que comprometem as análises feitas pelo fiscal. A primeira, ocorreu na reunião do dia 22 de janeiro de 1889, dias após o início das referidas cobranças, em que foram debatidos meios para correta aferição dos estabelecimentos, em que,

Por indicação do mesmo Vereador, aprovado pela Camara, ficou o Snhr Presidente autorizado a mandar vir cadernos de talhões para os Fiscaes de cada districto deste Municipio, evitando assim o boato que corre de alguns Fiscaes receberem quantias em pagamento de impostos e não fazem entrega das mesmas; sobre o que, o Snhr Presidente já deu principio aos meios precisos para o descobrimento de tal abuso. Em discussão, foi approvedo.

Somente a questão destacada não poderia servir de base para se acreditar que poderiam conter mais estabelecimentos na sede do município, porque se tratava de um problema em âmbito geral, que atingia a todos os fiscais de todos os distritos, além da sede. Contudo, outros dois acontecimentos ocorridos, em posteriores reuniões camarárias, efetivam o raciocínio, o primeiro fundamentou-se em um abaixo assinado apresentado pela população, na reunião de 30 de janeiro de 1890, pedindo a conservação do emprego do Fiscal geral da cidade. Solicitação que teve como efetivação a ciência de todos os vereadores e, em seguida, o arquivamento como despacho.²⁸⁶ Já o segundo excerto, consistia na indicação feita e atendida pelo intendente Dr. João Chrysóstomo Leopoldino de Magalhães para que fosse demitido o referido fiscal geral, com a justificativa de “este ser quase analfabeto”²⁸⁷ e que para o seu lugar fosse nomeado o ex-procurador municipal o cidadão Luiz Antonio de Magalhães Portilho.

²⁸⁵ Ata de 07/01/1889 – Livro 03, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

²⁸⁶ Ata de 30/01/1890 – Livro 03, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

²⁸⁷ Ata de 14/03/1890 – Livro 03, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

Acredita-se que a demissão poderia estar relacionada a negligência do fiscal de suas funções, estando ele deixando de realizar as anotações e cobranças necessárias, ou até mesmo tomando para si algumas quantias, como mencionado nos boatos, levanta-se essas hipóteses pela diferença quantitativa de registros após sua demissão.

As taxas, variavam de acordo com a natureza, a importância comercial das praças onde se encontravam e os lugares em que eram exercidas. Quanto aos estabelecimentos industriais, a tarifa era baseada levando em consideração o número de operários, as máquinas, os utensílios e os outros meios de produção, não excedendo o valor de 2:000\$000,²⁸⁸ sabendo que, a quota proporcional teria por base o valor locativo do prédio ou local que serviria para o exercício ou função, não excedendo o volume de 20%.²⁸⁹

Ao analisar o trabalho realizado por Luiz Carlos Bresser-Pereira chamou-nos atenção outro ponto que contribuiu para a suspeita de terem ocorridos erros nas primeiras anotações realizadas pelo fiscal. Para averiguar a burocracia na construção do Estado brasileiro, o autor ao estabelecer um diálogo entre autores como José Murilo de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Joaquim Nabuco e outros, elucidou que, no Brasil do período Imperial até o fim da República Velha somente, excepcionalmente, houve um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses.²⁹⁰ Na concepção do autor, com o aumento, ainda que modesto, do aparelho do Estado, funcionários de origens sociais modestas, muitas vezes semianalfabetos eram contratados para atendimento de interesses e manutenção de uma numerosa dependência de classes, fazendo com que os critérios administrativos se tornassem pessoais, e que a preocupação com a máquina estatal fosse nula.²⁹¹ Desse modo, correlacionando às questões mencionadas, acredita-se que a admissão do novo fiscal em São Paulo do Muriahé pode ter sido concretizada para efetivação dos serviços a serem realizados, mas também com o intuito de se criar ou manter relações sociais de dependência.

Em meio às colocações constatou-se que, após a demissão e contratação de outro indivíduo para vaga de fiscalizador da sede do município o número de registros aumentou significativamente no decorrer dos anos. Para se obter esta constatação foram analisados sete livros de impostos sobre os registros de indústria e profissão referentes aos anos de 1889, 1892, 1896, 1898, 1899 e 1905 a 1910.

²⁸⁸ BRASIL, *Diário Oficial das leis federais...* Decreto nº 9.870 de 22 de fevereiro de 1888. Op. cit. art. 2º.

²⁸⁹ BRASIL. *Diário Oficial das leis federais...* Lei n.1507, de 26 de setembro de 1867. Op.cit. art. 11.

²⁹⁰ PEREIRA, *Burocracia pública na construção do Brasil...* p. 39.

²⁹¹ PEREIRA (2008). Op. cit. p. 40.

Nesses livros, encontraram-se os nomes dos moradores notificados em ordem alfabética, ao lado, o tipo de elemento que a pessoa possuía seguido da taxa equivalente que deveria ser paga junto a autoridade municipal e a data da efetivação do pagamento. Em todos os distritos que, junto à sede integravam a cidade de São Paulo do Muriaé, havia fiscais contratados pela Câmara Municipal que deveriam andar pela localidade a que a edilidade o destinasse para realizar a fixação de editais para a cobrança do imposto.

Após ter o capital arrecadado ou não, como forma de controle e registro de suas ações, as informações deveriam ser anotadas nos livros em que o fiscalizador possuía. Como o trabalho foi direcionado para o desenvolvimento do urbano de São Paulo do Muriaé, que teve nessa pesquisa a sede classificada como área urbana, analisou-se somente os livros dessa parte do município. Os quais, continham um quantitativo diferente de itens registrados a cada ano, pois como observado na elaboração da lei, um elemento poderia ter a cobrança efetivada em um ano e no outro não.

Quadro 10: Relação entre moradores e quantidade de itens registrados nos livros de indústria e profissão de São Paulo do Muriaé entre anos do período de 1889 a 1910

Anos	Ordem alfabética de nomes dos moradores presente nos livros	Nº de habitantes que realizaram os registros.	Total de itens registrados
1889	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	35	72
1892	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	350	644
1896	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	512	680
1898	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	683	950
1899	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	739	961
1905	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1180
1906	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1126
1907	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1248
1908	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	823
1909	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	1021
1910	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	909

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910

Conforme observado no quadro acima, não foram encontradas todas as informações referentes aos anos de 1908 a 1910, devido ao fato dos livros só conterem os nomes dos moradores até os que começam com a inicial “M”. No entanto, como nessa parte do trabalho buscou-se apenas ter uma noção das dinâmicas socioespaciais que constituíam o espaço urbano do município no período, acredita-se que essas ausências não possam trazer significativas perdas de informações a ponto de comprometer a análise.

Entre os outros dados presentes no quadro, percebeu-se que o número de habitantes que realizavam os registros manteve um significativo aumento até o ano de 1905, estabilizando-se em 1907 e depois em 1908 até 1910. As informações existentes entre os recortes temporais de 1905-1907 e 1908-1910 se encontram em dois livros, sendo que cada um deles engloba um dos respectivos períodos. Juntamente com as informações mencionadas, percebeu-se também que, o total de itens registrados manteve sucessivos aumentos no decorrer dos anos, à exceção dos anos de 1906 e 1910, que apresentaram, respectivamente, quedas de 4,57% e 10,96% com relação aos respectivos anos anteriores.

Para conseguir efetivar a proposta de ter uma noção do desenvolvimento das dinâmicas existentes na sede do município, os itens encontrados nesses livros foram somados ano a ano e separados em categorias como: estabelecimentos comerciais, imóveis para alugar ou alugadas, benfeitorias, profissionais e outros. Em seguida, para uma melhor elucidação, montou-se quadros com os referidos dados subdivididos e as alterações ocorridas em seus totais no decorrer dos anos.

A primeira categoria observada foi a dos estabelecimentos comerciais, que muitas vezes, no decorrer dos anos, tinham suas denominações alteradas, podendo apresentar em determinado período o quantitativo zerado. Isso não significava que eles tinham deixado de existir, apenas podendo ter tido seus dados transferidos para uma outra denominação no ano em que apareceu zerada. Para melhor compreensão quantitativa, recomenda-se uma análise da soma total de cada ano.

Quadro 11: Quantitativo de estabelecimentos comerciais existentes na sede do município de São Paulo do Muriaé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910

Estabelecimentos comerciais	1889	1892	1896	1898	1899	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Açougue	0	3	0	2	2	4	6	8	3	3	3
Armarinho	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Armazém	0	0	16	7	4	0	0	0	0	0	0
Botequim	0	2	0	1	0	8	6	8	1	1	1
Casa de bilhar	0	2	1	2	6	2	2	3	1	1	1
Casa de joias	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa de legumes e frutas	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0
Casa de pensão	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Chalet	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0
Colchoaria	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0

Confeitaria	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Depósito de cal	0	0	0	2	1	0	0	0	0	2	0
Farmácia	1	2	2	3	3	4	4	4	4	4	4
Hotel	1	6	4	4	5	4	4	4	3	2	3
Negócios entre: de fazenda, ferragens, gêneros alimentícios, louças ou secos e molhados.	16	135	98	84	78	70	70	72	55	55	60
Negócio na estrada	8	5	0	18	15	18	18	19	9	8	10
Oficina de barbeiro	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de ferreiro	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de foguetes	0	3	3	2	2	0	0	0	0	0	0
Oficina de caldeireiro	0	2	4	4	6	6	6	6	3	3	3
Oficina de colcheiro	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de marceneiro	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de ourives	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de sapateiro	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oficina de seleiro	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Oficina de tipografia	0	2	0	1	1	2	2	2	2	2	1
Padaria	0	4	8	5	4	5	5	6	7	7	8
Quiosque	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relojoaria	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0
Venda de fumo e querosene	0	14	0	0	0	2	2	2	0	0	0
Venda de drogas permitidas	0	2	5	6	10	4	4	4	3	2	1
Total de registros	31	204	166	142	143	135	135	144	93	92	97

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910

A partir da análise do quadro acima, percebeu-se que a categoria denominada “negócios”, que muitas vezes aparecem descritos nos livros acompanhados do nome de alguns dos produtos que eram comercializados no estabelecimento, sempre se apresentam em maior número quando comparado aos outros itens. A decisão de agrupar às diversas designações de negócios encontradas em um único elemento justifica-se por entender que as anotações podiam variar de ano a ano ou de acordo com os fiscais que as fossem realizar. Porém as características dos produtos comercializados continuavam sendo as mesmas.

Notou-se também que, a cidade, no decorrer dos anos, teve uma diversificação de seus estabelecimentos comerciais, passando de apenas cinco tipos em 1889 para quinze em 1907, consequência, sobretudo, das novas demandas que surgiam e das especialidades dos novos

moradores que se deslocavam para a localidade e optavam por instituir novos estabelecimentos.

Analisando quantitativamente, observou-se que, o ano de 1892, mesmo apresentando um menor número de habitantes que realizaram os registros, em comparação aos anos posteriores, foi o que mais teve estabelecimentos comerciais. Acredita-se que as políticas de proteção alfandegária e crédito fácil desenvolvidas pelo poder central com o plano do Encilhamento²⁹², desde o ano de 1888, buscando o desenvolvimento do país,²⁹³ possam ter tido significativa influência na conotação espacial presenciada na cidade no período. Pois, entendeu-se que, muitos proprietários, em 1892, possam ter instalado seu estabelecimento após ter adquirido capital junto aos bancos, os quais haviam sido liberados pelo governo para fornecer empréstimos às pessoas que apresentassem a intenção de criar empresas, fábricas, indústrias e/ou estabelecimentos comerciais.

Em trabalho desenvolvido sobre o Encilhamento e a economia de Juiz de Fora, Marcus Antônio Croce,²⁹⁴ ao analisar as instituições financeiras que compunham à principal cidade da Mata, nos anos finais do século XX, apresentou um fragmento que reforçara a ideia apresentada. De acordo com o autor, o gerente do Banco de Crédito Rural de Minas, dias após a abertura da instituição, em 1889, ao iniciar suas atividades, em um período em que o governo garantiria aos bancos os empréstimos que fossem concedidos,²⁹⁵ realizava visitas a cavalo pelo interior de toda região, negociando ações e oferecendo empréstimos do Credireal com diversos agentes agrários. Ademais, também utilizara-se de seu jornal o “Diário de

²⁹² De acordo com Annibal Villela e Wilson Suzigan o Encilhamento representou uma importante medida político-econômica adotada através da execução da lei bancária de 1888, a qual decretava que os direitos de emissão dos bancos fossem imediatamente utilizados. Segundo os autores, o governo com o intuito de estimular a industrialização e a modernização do país, concedeu empréstimos àqueles que apresentassem planos para o estabelecimento de fábricas, indústrias e novos tipos de comércio no país provocando um aumento do papel-moeda sendo emitindo muito acima das necessidades. A consequência das grandes injeções de papel moeda na economia foi a grande inflação que ocasionou em uma crise que ganhou o mesmo nome da política desenvolvida. Para Edgard Carone, desde 1888 com os Gabinetes de João Alfredo e Ouro Preto, a situação financeira do país era próspera e o Império alargava o crédito. Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda no período da República, daria continuidade a este desenvolvimento, com a política do Encilhamento, apesar do hiato da mudança de regime. Na concepção do autor, para vencer os déficits advindos da nova política tributária – pela qual os Estados ficavam com a maior parte da renda – Rui Barbosa criara os bancos emissores e a cobrança da taxa-ouro. Estes elementos representam proteção alfandegária e crédito fácil. O resultado é a proliferação assombrosa de sociedades anônimas, fábricas, estabelecimentos rurais, empresas comerciais, bancos, etc e a alta inflação vivida durante o período. Definições retiradas de VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. p. 13-15 e CARONE, Edgard. *A Primeira República: Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 168.

²⁹³ CARONE (1969). Op. cit. p. 168.

²⁹⁴ CROCE, *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora...* p. 12-13.

²⁹⁵ Ver também o Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888 – Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2490:catid=28&Itemid=23. Acesso em 10 de setembro de 2019.

Comprador/ Mercador de café	0	24	17	8	9	17	19	18	12	12	15
Consertador de chapéus	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Construtor	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0
Dentista	0	1	0	1	2	2	2	2	6	6	6
Empreiteiro de obras	0	0	3	2	3	0	0	0	0	0	0
Engenheiro civil	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Escrivão da coletoria	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escrivão de júri	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escrivão de órfãos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escrivão de paz	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferrador	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreiro	2	0	0	6	6	6	7	7	4	4	4
Fiscal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda Livros	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Marceneiro	0	0	1	5	3	7	7	6	2	2	2
Mascate	2	21	13	4	1	3	3	4	3	3	3
Médico	0	5	3	4	4	4	4	4	1	1	1
Mercador de Aguardente	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Mercador de Cal	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Sapateiro	1	0	5	6	5	6	6	6	6	6	5
Ourives consertador	0	0	3	2	2	3	3	3	3	3	3
Pedreiro	0	0	0	0	0	8	7	7	0	3	4
Procurador da Câmara	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relojoeiro	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Retratista	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1
Secretário da Câmara	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seleiro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serralheiro	0	0	2	3	2	0	0	0	1	1	5
Solicitador	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Tabelião	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Vendedor de bilhetes de loteria	0	2	0	4	3	0	0	0	2	2	2
Vendedor de quinquilharias	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de registros	12	76	74	64	65	99	101	98	64	67	71

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910

Observando as informações apresentadas, percebeu-se que, assim como ocorrera com os estabelecimentos comerciais, à medida que os anos se passavam, aumentava a diversidade de profissionais, saltando de sete tipos, em 1889, para vinte e um, em 1906. Além desse

critério, é notável o aumento dos totais gerais que chegaram a crescer 841,66%, tendo o ponto máximo o ano de 1906 com 101 na sede da cidade. Profissionais diretamente ligados ao principal produto agrícola do município no período, o café, sempre se apresentavam com médias elevadas e constantes em comparação com os demais, demonstrando o intenso comércio da rubiácea.

Outra categoria presente nos livros são as benfeitorias, que muitas vezes, eram descritas acompanhadas do valor referente ao total de seu imposto, o qual deveria ser pago e, às vezes, podiam aparecer sem essa descrição. Assim, na contagem, foram consideradas como existentes no período, as que apareceram acompanhadas do referido valor de seu tributo, e os anos posteriores em que essa apareceu descrita, mesmo estando sem a soma do imposto ao lado, pois se entendeu que, o proprietário ainda mantinha o domínio do bem, porém poderia ter pedido isenção da taxa em determinado ano por não a utilizá-la.

A análise sobre as benfeitorias revelou o quão técnico era o processo produtivo na sede da cidade e os principais produtos que passavam ou não pelo emprego de maquinaria, conforme se observa a seguir.

Quadro 13: Quantitativo de benfeitorias existentes na sede do município de São Paulo do Muriaé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910

Benfeitorias	1889	1892	1896	1898	1899	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Carro de aluguel	0	39	34	31	24	31	32	37	29	34	30
Carro de serviços na lavoura	0	3	0	84	97	0	0	0	0	51	12
Carroça	0	2	8	9	10	10	11	12	17	5	8
Engenho de café movido a água	1	9	1	0	1	6	4	6	3	3	3
Engenho de cana	1	1	0	76	84	140	140	158	125	142	131
Engenho de rapadura	0	95	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenheiro de serra (para serrar madeira)	1	1	1	1	1	2	2	2	0	1	1
Máquina de café a vapor	0	3	18	20	18	17	17	19	17	18	17
Moinho	0	0	0	16	12	40	39	39	4	111	34
Moinho de fubá	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Pasto de aluguel	0	1	7	4	6	2	3	4	3	3	3
Rancho	0	3	2	6	4	8	8	11	8	8	6
Total de registros	3	157	72	247	257	256	256	288	206	376	245

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

A partir da análise do quadro, observou-se uma variação nos totais das benfeitorias em funcionamento ao longo do período, sendo resultado da venda e compra desses utensílios entre os próprios moradores, no interior da sede do município, ou então da intensificação da

aquisição de diferentes aparelhos pelos moradores para diferentes usos. Outro fator que se destacou, foi o grande número de engenhos de cana encontrados, sendo em número maior, quando comparado aos necessários para a utilização na transformação ou beneficiamento do principal produto agrícola da cidade no período, o café. Demonstrando-nos que a produção de cana continuou a existir ao longo dos anos, mesmo que fosse para consumo próprio ou comércio de seus derivados no interior do município.

Levando em consideração os tipos de benfeitorias utilizadas e seus respectivos somatórios gerais, percebeu-se que a modernização dos aparatos utilizados pelos moradores em suas respectivas produções começava, mesmo que em passos lentos, a se desenvolver. Havia investimento em equipamentos que, em anos anteriores, só se faziam presentes nos grandes centros do país, ou em países industrializados, como as máquinas de café a vapor e os engenhos de café movidos a água. Estes que proporcionavam uma melhoria de qualidade em grandes quantidades de café.

De acordo com Luiz Cláudio Moises Ribeiro²⁹⁶, na medida em que o café se tornava o principal produto exportável brasileiro, técnicas de outros tempos ficavam incompatíveis com os novos padrões de consumo, no que dizia respeito tanto à qualidade quanto a quantidade de café produzido. Assim, o autor enfatizou que os grandes terreiros de secagem, os pilões manuais, os monjolos, os ripes e os carretões puxados por bois ficavam cada vez mais distantes das exigências de um produto capaz de disputar, no mercado mundial, com o chá, o chocolate, e outros gêneros de consumo popular. Fazendo com que, nos mais variados locais produtores da rubiácea no país, existissem investimentos em materiais modernos, mesmo que em um pequeno número de fazendeiros.

Por não ocorrer de forma contínua e simultânea, percebeu-se que as maquinarias modernas introduzidas em determinadas propriedades compactuavam com práticas rudimentares de produção. O imposto sobre o registro de indústria e profissão, pago por João Ambrosio Ribeiro²⁹⁷, no ano de 1892, exemplificou bem a questão. O proprietário teria de realizar pagamento de 115\$000 referentes aos impostos sobre: 1 máquina de limpar café a vapor, 2 engenhos de rapaduras, 1 carro de serviços na lavoura, 1 carro de aluguel e por ter exercido a profissão de comprador de café. Essas benfeitorias para o melhoramento da produção demonstram que a modernidade não precisava estar atrelada ao urbano, mas que ela

²⁹⁶ RIBEIRO, Luiz Cláudio Moises. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *Scielo*, São Paulo, v.12, n.1, pp.121-165, jan-jun. 2006. p. 124.

²⁹⁷ Registro de João Ambrosio Ribeiro presente no Livro 2 referente aos registros de indústrias e profissões. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

poderia surgir independente dos locais, sendo introduzida de acordo com as necessidades de cada sociedade.

Acredita-se que a análise de anos posteriores a 1910, quando já existirem na cidade elementos como energia elétrica e aparelhos financiadores de investimentos como as agências bancárias, possam ter aumentado o número de proprietários com o acesso as novas tecnologias gerando, conseqüentemente, a ampliação do melhoramento da produção, tanto qualitativa quanto quantitativamente.

Após as benfeitorias, outra categoria também existente nos livros e que retratam bem as dinâmicas socioespaciais da sede do município, são as fábricas, que, muitas vezes, eram descritas nas anotações junto ao nome dos produtos que elas produziam. Como também inseridas de forma generalizada, sem a especificação. Nessa análise, notaram-se as primeiras fábricas existentes na sede, como também o desenvolvimento quantitativo delas no decorrer dos anos, sempre estando ciente que a anotação de todas, dependia das ações de um agente fiscalizador.

Quadro 14: Quantitativo de fábricas existentes na sede do município de São Paulo do Muriaé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910

Fábricas	1889	1892	1896	1898	1899	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Alfaiataria	0	7	5	8	8	12	12	12	7	9	11
Fábricas	0	0	1	0	0	3	3	6	2	3	3
Fábrica de aguardente	0	12	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Fábrica de bebidas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Fábrica de rapadura	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Fábrica de massas	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Indústria de agricultura inferior a 5:000\$000	0	0	0	0	0	17	15	15	1	1	2
Indústria de agricultura superior a 5:000\$000	0	0	0	0	0	3	3	3	0	0	0
Olaria	0	3	4	6	7	6	6	7	6	8	8
Total de registros	0	23	33	15	16	42	39	43	16	21	24

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

De acordo com as informações presentes no quadro, observou-se que as diferentes denominações escolhidas pelos fiscais ao longo dos anos em suas anotações fizeram com que alguns elementos tivessem variações no decorrer do período, porém aqueles que se mantiveram com a mesma nomenclatura mantiveram médias constantes, como no caso das fábricas de alfaiataria e as olarias. Outro ponto importante de ressaltar corresponde ao uso da denominação “Indústria de agricultura”, a qual poderia ser inferior ou superior a 5:000\$000. Nesse caso, observou-se que elas começam a se fazer presentes a partir de 1905, ano em que,

às fábricas com denominações específicas relacionadas a alimentos e bebidas deixaram de existir. Desse modo, acredita-se que essas “indústrias de agricultura” correspondiam às mesmas fábricas que antes possuíam escrituração específica, mas com denominação alterada e sendo avaliado seu valor total.

Com relação às categorias dos estabelecimentos fabris, percebeu-se a existência de pouca diversidade, sendo as existentes relacionadas aos ramos, alimentício, têxtil, de alvenaria e de bebidas. Segundo João Heraldo Lima, esses ramos, exceto o de alvenaria, caracterizavam a indústria mineira até a primeira década do século XX, sendo detentores de elevados números de pequenos estabelecimentos escassamente capitalizados e com poucos operários.²⁹⁸ Ao buscar justificar os motivos relacionados às características mencionadas, o autor afirmou que isso ocorria pelo fato da cafeicultura, em Minas, ter se desenvolvido sob larga predominância de capitais médios, em que, esses capitais, de reduzido porte, desempenhariam de modo geral, apenas funções estritamente agrárias, não transbordando para fora das plantações.²⁹⁹

Mesmo observando que São Paulo do Muriaé, ao menos em sua sede, possuía a predominância de fábricas com as mesmas características mencionadas por João Lima, discordou-se do autor com relação aos motivos relacionados. O estado de Minas, principalmente na região da Zona da Mata, a produção cafeeira tinha como possibilidade “transbordar” para fora de suas plantações e gerar o desenvolvimento industrial. O trabalho desenvolvido por Rita Almico ilustrou bem a questão mencionada, pois a autora ao dissertar sobre o crescimento industrial de Juiz de Fora enfatizou que esse, tinha seu capital originado direta ou indiretamente da acumulação do capital cafeeiro realizado na região.³⁰⁰ Para confirmar sua proposta, Rita Almico acrescentou que, o aparelhamento bancário ocorrido na cidade no período, com a chegada do Banco Territorial e Mercantil de Minas em 1887, e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889, deram suporte para que boas partes dos recursos não escoassem para o Rio de Janeiro, caracterizando a retenção e os investimentos na própria esfera produtiva.

Dessa forma, São Paulo do Muriaé por ainda no período não ter presenciado a chegada de um aparelhamento bancário que possibilitasse maior retenção de capital e investimentos por parte de particulares em ações de empresas, teve o seu crescimento e diversificação industrial em ritmo mais lento, quando comparado ao ocorrido em Juiz de Fora.

²⁹⁸ LIMA (1981). Op. Cit. p. 68.

²⁹⁹ LIMA (1981). Op. Cit. p. 61.

³⁰⁰ ALMICO, (2001). Op. cit. p. 50.

Sendo que, para que ocorresse um desenvolvimento industrial na cidade, seria preciso incentivos oriundos do poder público, conforme será analisado posteriormente no trabalho.

Adiante aos estabelecimentos fabris, apareceram nos livros, os imóveis, que foram subdivididos em: casas ou prédios³⁰¹ disponíveis para alugar ou alugados, sobrados e prédios parte alugados e parte não alugados. Justifica-se a entrada dessa categoria nos registros, pois eles representavam elementos que também podiam gerar ganhos monetários para seus proprietários por meio do capital que era captado com os alugueis, mesmo não representando indústria ou profissão. Lembrando que não eram realizadas cobranças daqueles destinados à moradia própria.

Quadro 15: Quantitativo de imóveis para alugar ou alugados existentes na sede do município de São Paulo do Muriaé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910

Imóveis	1889	1892	1896	1898	1899	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Casas disponíveis para se alugar	14	0	0	59	14	0	0	1	0	0	0
Casas alugadas	0	100	0	31	7	0	2	2	0	0	0
Prédios disponíveis para se alugar	0	0	147	188	252	383	380	394	265	277	283
Prédios alugados	0	0	161	196	192	197	201	207	140	142	144
Prédios parte alugado e parte não alugado	0	0	9	0	2	0	0	0	0	0	0
Sobrados	0	0	6	2	2	0	0	0	0	0	0
Total de registros	14	100	323	476	469	580	583	604	405	419	427

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

Conforme se observou no quadro acima, o quantitativo de imóveis destinados para locação mantém um contínuo crescimento no decorrer dos anos, saindo de apenas 14 registros, em 1889, para 604 em 1907, representando um considerável aumento percentual de 4.314,28% em um período de apenas dezoito anos. Levando em consideração que a cidade ainda não contava com uma aparelhagem bancária que poderia auxiliar os seus moradores, principalmente, os produtores de café, com investimentos em ações de empresas ou em indústrias locais gerando o crescimento de ambas as categorias. E, que, investimentos na construção ou aquisição de imóveis representavam uma maneira segura de aplicar o capital gerado pela produção cafeeira, sem riscos de perdas, acredita-se que esta categoria poderia ser a responsável pela retenção e transferência de capital entre o setor agrário para o urbano. No

³⁰¹ O significado da palavra prédio no século XX, de acordo com dicionário priberam, faz referência a um imóvel urbano. Conforme se pode observar em: <<https://dicionario.priberam.org/pr%C3%A9dio>>. Acesso em 02 de jul 2019.

entanto, as questões relacionadas às transformações de riqueza na cidade no período, ainda serão debatidas posteriormente no trabalho.

A categoria denominada “outros” obteve essa designação por englobar elementos ou atividades que também se faziam presentes no espaço urbano da cidade no período, mas que não se engradavam dentro das características das categorias citadas, como: aforamentos de terrenos, aferições, cartórios, licenças para edificações, lotes de animais e tropas, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 16: Quantitativo de outros elementos existentes na sede do município de São Paulo do Muriaé de acordo com os registros de indústria e profissão: 1889-1910

Outros	1889	1892	1896	1898	1899	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Aforamentos	0	23	12	0	2	56	0	58	27	32	31
Aferições	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartório	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença para edificação	0	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lote de animais	0	5	0	2	2	0	0	0	1	0	1
Tropas	0	0	0	4	7	12	12	13	11	14	13
Total de registros	12	84	12	6	11	68	12	71	39	46	45

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

Entre os elementos presentes no quadro acima, destacou-se o número de aforamentos da sede do município que variava de ano para ano, com alguns apresentando quantitativos elevados como o ano de 1907 com 58, representando incentivos, por parte do poder municipal para habitação na sede, com pagamento de foro anual. Entre as outras características presentes nessa categoria, percebeu-se a constante presença das tropas e a sempre disponibilidade de animais em lotes para locação, demonstrando a intensa mobilidade ocorrida na cidade, principalmente, devido ao intenso comércio da produção cafeeira que tinha como destino os portos no Rio de Janeiro para exportação.

Após serem apresentadas as características pormenorizadas de cada categoria, como forma de se obter uma visão de forma simultânea, que permita compreender o desenvolvimento urbano ocorrido através das ações e dinâmicas desenvolvidas na sede do município e as alterações ocorridas, foram agregados os registros de todas as categorias de forma generalizada em um único quadro.

Quadro 17: Relação entre os elementos presentes nos registros de indústria e profissão na sede de São Paulo do Muriaé que refletem as dinâmicas socioespaciais urbanas existentes entre 1889-1910

Anos	Estabelecimentos comerciais	Profissionais	Benfeitorias	Fábricas	Imóveis	Outros
1889	31	12	3	0	14	12
1892	204	76	157	23	100	84
1896	166	74	72	33	323	12
1898	142	64	247	15	476	6
1899	143	65	257	16	469	11
1905	135	99	256	42	580	68
1906	135	101	256	39	583	12
1907	144	98	288	43	604	71
1908	93	64	206	16	405	39
1909	92	67	376	21	419	46
1910	97	71	245	24	427	45

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

À medida que se passavam os anos, a cidade presenciava o surgimento de novas conotações, tanto em seu espaço urbano quanto em relação a modernização das ferramentas de trabalho e profissionais atuantes. Aos poucos, novos estabelecimentos comerciais surgiam, fábricas eram instaladas e mais imóveis urbanos eram construídos, conjuntamente a esses fatores, investia-se em benfeitorias e variados profissionais vinham atuar na cidade. Além da contínua sequência de aforamentos, licenças para edificação e demais elementos.

A utilização dos registros de indústria e profissão para tal análise permitiu significativos subsídios para se conseguir ter uma visão ampla das transformações ocorridas ao longo dos anos na sede do município. Contudo, acredita-se que, além dos itens verificados, a cidade ainda contaria com mais elementos em seu espaço urbano.

Maria do Carmo Salazar Martins em artigo realizado em parceria com Maurício Antônio de Castro Lima e Helenice Carvalho Cruz da Silva, sobre a população de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, período próximo ao analisado nesta parte do trabalho, ressaltou que a prática estatística da época deixava muito a desejar. Além de serem poucas, às vezes em que as ordens passadas eram cumpridas com rigor necessário, sendo que quando eram, nem sempre obedeciam a uma padronização estatística, resultando em informações incompletas ou confusas.³⁰²

³⁰² MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências*. In: Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 2013, pp.1-25. Disponível em:

Outros pontos acrescentados pelos autores consistem nas imprecisões dos limites geográficos municipais do período, que poderiam levar a interpretações nem sempre condizentes com a realidade, como também, o fato de não se perder de vista que o sujeito construtor das fontes era parte integrante daquela realidade, não podendo ser dissociado dela. Sendo este indivíduo portador de interesses, ambições, desejos, motivações e outros, estando sujeito a erros e imprecisões, que podiam comprometer a efetiva análise.

Na busca da identificação de outras categorias, além das mencionadas, e que também caracterizavam o espaço urbano do município, ou então representavam algumas das demandas que surgiam com a chegada de novos moradores, chamou a atenção dois anúncios presentes no jornal O Muriahé de 16 de janeiro de 1896, onde, na parte reservada para instrução,

Chamamos a atenção dos nossos leitores para o anuncio que em outra secção faz a exma. sra. d. Ambrosina Ignacia de Oliveira Cardoso. Esta distinta senhora, virtuosa esposa do nosso amigo sr. Antonio Cardoso, propõe-se a fundar nesta cidade um instituto de educação, instrução que vem preencher uma lacuna por todos notada em o meio muriaheense. Sob a sua exclusiva direção serão lecionadas as matérias constantes do curso primário e, por uma mensalidade bastante módica, ensinará também trabalhos de agulha, em lã, seda, etc.³⁰³

Conjuntamente com o primeiro anúncio, abaixo se encontrava,

O conhecido e provector educador. sr. Hans Stibich pretende abrir nesta cidade em começos de fevereiro próximo, um estabelecimento de instrução primária e secundária, modelado pelo ensino de Gynnasio Nacional. A competência provada e a illustração do sr. Stibich são as melhores garantias para o bom êxito desse empreendimento, de cuja realização depende essencialmente a grandeza e prosperidade da zona tão vasta do Muriahé.³⁰⁴

A existência de anúncios com ofertas para o ensino privado demonstrara a necessidade do empreendimento na cidade, sendo que, o primeiro grupo escolar público instalado na sede do município só viria a ser inaugurado, em 07 de agosto de 1912, com a denominação de Grupo Escolar Silveira Brum. Enquanto não existia o grupo escolar, as atividades de ensino que existiam na cidade, desde o ano de 1855 - ministradas por Modesto José de Souza, Constantino José Pinto e Padre Antônio Caetano da Fonseca -³⁰⁵ eram realizadas em fazendas ou em casas cedidas na área urbana por moradores do município.

<<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D05.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2019... p. 3.

³⁰³ O Muriahé, 16 de janeiro de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824771&PagFis=2&Pesq=instru%c3%a7%c3%a3o>. Acesso em 09 de jul. 2019.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ FARIA, *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. 1995... p.76.

No tocante à imprensa a cidade, aos poucos, presenciou o surgimento de novos noticiários, contando em 1910 com a presença de 9 jornais em circulação,³⁰⁶ sendo; “O Muriahé” (1890), “Alto Muriaé” (1890), “O Condor” (1898), “Echo Municipal” (1891), “A Sentinela” (1902), “O Radical” (1903), “Gazeta Liberal” (1908), “Raio X” (1910), e “O Brinquedo” (1910). Entre os temas enfocados, esses variavam em noticiários, humorísticos, de entretenimento e outros. Por meio dos jornais que estão em arquivos locais, pode-se compreender um pouco da vida cotidiana da cidade, e os mais variados eventos ocorridos no período, representando importante ferramenta para pesquisas históricas.

Com relação às ruas, a ainda vila, em 1861, possuía nove, as quais tiveram na sessão da Câmara Municipal do dia 04 de Outubro do mesmo ano, presidida pelo senhor Cônego Honório Fulgino de Magalhães, a decisão de serem nomeadas, sendo; Rua da Ponte (Porto), Formosa (Cel. Pereira Sobrinho), Boa Vista (Avenida Comendador Freitas), São Francisco (Pascoal Bernardino), Direita (Cel. Marciano Rodrigues), São Paulo (Barão do Monte Alto), Nova (Artur Bernardes), Armação (Getúlio Vargas), Olaria e Largo das Dores (Praça João Pinheiro).

Dando um salto no tempo, e extrapolando o recorte proposto para analisar o crescimento urbano da cidade, em 1921 o município possuía, mesmo que de forma incipiente, uma estruturação urbana, com mais que o dobro de ruas se comparado a 1861, sendo praticamente todas organizadas em bairros. Ademais, contava com o surgimento de praças, avenidas e outros, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 18: Relação dos endereços de acordo com seus bairros, Muriaé, 1921.

Bairro	Endereço	Denominação atual
Barra	Rua Antônio Tibúrcio	Rua. Dr. Lídio Bandeira de Melo
	Rua Beira Rio	Rua Farmacêutico Álvaro de Castro
	Rua da Conceição	Rua Benedito Valadares
	Rua da Ponte	Rua Gil Moreira
	Rua Fluminense	Rua Oswaldo Cruz
	Rua São João	Rua Getúlio Vargas
	Rua Vargem	Avenida Monteiro de Castro
Armação	Avenida Constantino Pinto	Continua com a mesma denominação
	Rua São Sebastião	Continua com a mesma denominação
	Rua Santa Rita	Continua com a mesma denominação
	Beco da Armação	Rua Abílio Alves de Matos ou Vila Kátia
Centro	Rua. Cel. Domiciliano	Continua com a mesma denominação
	Rua Municipal	Rua Presidente Arthur Bernardes
	Rua Barão do Monte Alto	Continua com a mesma denominação
	Rua Desembargador Canêdo	Rua Dr. Afonso Canêdo

³⁰⁶ FARIA (1995). Op.cit. p. 63-64.

	Rua Dr. Alves Pequeno	Continua com a mesma denominação
	Rua São Pedro	Rua São Pedro
	Praça João Pinheiro	Continua com a mesma denominação
	Praça Rio Branco	Praça Cel. Pacheco de Medeiros
	Rua da Estação	Rua Paschoal Bernardino
	Avenida Comendador Freitas	Continua com a mesma denominação
	Avenida Cel. Pereira Sobrinho	Continua com a mesma denominação
	Largo do Rosário	Praça Dr. Evaristo P. Carvalho
	Largo São Pedro	Praça São Paulo
	Avenida Soares	Rua. Dr. Antônio Canêdo
	Rua Beira-Linha	Rua Dr. Newton Rodrigues
	Rua do Rosário	Rua Cel. Marciano Rodrigues
	Rua Gusman	Rua Adolfo Gusman
Porto	Bairro do Porto	
Não identificadas	Avenida Hespanhola, Becco, Largo Santo Antônio	

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Relatório de inspeção sanitária de 1921. Livros diversos 1914-1921. In: FRAGA (2016). Op. Cit. p. 137. Adaptado pelo autor.

A partir da análise do quadro acima, observou-se que a cidade, em 1921, contava com 19 ruas, 5 avenidas, 3 largos, 2 praças e 2 becos, estando todos divididos em seus respectivos bairros. No entanto, ao verificar com atenção a fonte analisada e os critérios levados em consideração para referida averiguação, percebeu-se que a cidade, no período, possuía uma maior quantidade de casas, vias terrestres e, conseqüentemente, maior extensão territorial. O então engenheiro Demétrio Antunes,³⁰⁷ responsável pela elaboração do relatório de inspeção sanitária, que serviu de base para o diagnóstico feito por Edilane Aparecida Fraga, em sua dissertação de mestrado, mencionou, logo no início de seu texto que faltava um determinado número de casas na contagem do relatório. A ausência era devido ao estado físico as quais elas se encontravam, que em sua opinião, não podiam ser consideradas “casas” e tinham de ser demolidas,³⁰⁸ levando-nos a crer que, juntamente a essas casas não quantificadas também poderiam existir outras ruas, largos ou becos.

A união das informações presentes no relatório elaborado pelo engenheiro, caso sejam somadas a outras fontes que existem na cidade, podem servir de base para a realização de um mapeamento geográfico de São Paulo do Muriaé no período, com a localização dos estabelecimentos comerciais, igrejas, prédios, e outros. Entretanto em possíveis pesquisas posteriores.

³⁰⁷ Engenheiro responsável pela elaboração do relatório de inspeção sanitária e pelas visitas feitas às casas de Muriaé.

³⁰⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Relatório de Inspeção Sanitária de 1921. Livros diversos 1914-1921. p. s/n. *apud* FRAGA (2016). Op. Cit. p. 67.

Com as análises realizadas a partir de diferentes tipos de documentos, pode se ter noção das dinâmicas e mobilidades espaciais presentes em âmbito nacional no período como também as de São Paulo do Muriaé, tendo ficado claro que, a cidade, ao menos em sua sede, presenciava uma intensificação de suas atividades. Novos habitantes chegavam, novas demandas surgiam, o ensino começava a ser difundido e investimentos começavam a ser realizados. Com o intuito de complementar a averiguação realizada e se conseguir obter mais subsídios para efetivação da proposta do trabalho, a seguir, serão analisadas as transformações ou permanências nas formas dos investimentos realizados pelos moradores de São Paulo do Muriaé. Esses que poderiam estar destinados tanto para o meio rural quanto para o urbano.

3.2- Permanências ou transformações? As formas de investimento monetário realizadas pelos moradores de São Paulo do Muriaé durante o período de 1889 a 1910

Conjuntamente às análises realizadas no tópico anterior, o objetivo central dessa parte do trabalho consiste em entender o comportamento dos agentes econômicos e quais os investimentos realizados pelos moradores de São Paulo do Muriaé, em um período posterior à abolição da escravidão. Uma vez que, um dos principais concentradores de aplicações monetárias da região deixou de existir e, pela lógica, os investimentos tinham de ser remanejados para outro destino. Com a modernização proporcionada graças à atividade cafeeira na sociedade brasileira de então, novas formas de diversificação de investimentos iam surgindo como ferramentas, transportes, máquinas para beneficiamento do café, engenhos e outros. Desse modo, a partir desses investimentos, espera-se diagnosticar, de modo geral, se o grupo de indivíduos presentes no município diversificou suas formas de riqueza numa espécie de acompanhamento das transformações que vinham ocorrendo na sociedade de forma estrutural ou se ainda permaneciam os mesmos padrões.

Os ativos que compunham a riqueza dos indivíduos, nesse período compreendido entre 1889 a 1910, à exceção dos escravos que deixaram de existir devido à abolição em 1888, não diferem dos encontrados no período anteriormente estudado (1870-1888). Sendo esses apresentados da seguinte forma: 1) Café (cafezais novos ou velhos, e café colhido); 2) animais; 3) terras; 4) casas (rurais e/ou urbanas); 5) benfeitorias; 6) objetos pessoais (móveis, mobília, armas, ouro, prata, utensílios, ferramentas profissionais, entre outros); 7) títulos (títulos, dinheiro, dotes, apólices); 8) dívidas ativas, 9) terrenos e 10) alimentos (culturas além do café, mantimentos em estoque e roças).

Com o intuito de realizar considerações acerca da forma de distribuição da riqueza entre os inventariados e, posteriormente, apresentarem-se as características relacionadas ao perfil dos processos de nossa mostra como sexo, estado civil e residência se urbana ou rural, serão apresentados, no quadro a seguir, o número de inventários e o total da riqueza por ano do período. Após a apresentação dos temas mencionados, serão explicitados às concentrações de riquezas existentes no município e realizadas comparações com a principal cidade da região, Juiz de Fora. Em seguida, em um gráfico, foi colocada a participação de cada ativo no montante da riqueza durante todo o recorte temporal analisado e demonstrado em uma tabela as percentagens dos ativos pormenorizadas em cada ano. Após as atribuições mencionadas, foram ainda, agregadas às médias em dois subperíodos de mais ou menos dez anos, 1889-

1900 e 1901-1910 para possíveis observações e comparações com o período anterior, pois compreende-se, como já salientou Zélia Cardoso de Mello, que “investigar as transformações da riqueza significa produzir informes adicionais que permitem compreender o modo como se deu a transição de uma economia”.³⁰⁹

Quadro 19: Número de inventários e total da Riqueza por ano – 1889-1910

Ano	Quantidade	Total da riqueza
1889	4	47:911\$000
1890	2	90:300\$101
1891	1	3:713\$000
1892	4	72:108\$500
1893	6	12:664\$944
1894	11	158:811\$404
1895	5	82:236\$510
1896	2	5:673\$000
1897	4	36:693\$000
1898	6	37:648\$500
1899	10	162:039\$400
1900	4	57:293\$000
1901	4	19.088\$000
1902	3	35:555\$000
1903	4	18:976\$660
1904	10	65:556\$850
1905	12	58:457\$100
1906	5	63:002\$240
1907	6	18:358\$990
1908	4	17:989\$000
1909	2	6:217\$684
1910	3	7:641\$000

*em contos de reis

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé, 1889-1910

Para estruturação do quadro acima, todos os processos que apresentaram dívidas passivas tiveram às mesmas descontadas de seus somatórios totais, sendo que, dos 112 inventários analisados 13 ou 11,60% deles as possuíam. Apenas um apresentou débitos maiores que seu patrimônio total, ficando seu somatório excluído do quadro, mas não das análises posteriores, devido aos bens presentes no processo. Essas dívidas muitas vezes estavam relacionadas a empréstimos com particulares, uso do crédito em comércios locais ou em consultas com profissionais, sendo que, em algumas negociações, como forma de garantir

³⁰⁹ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza São Paulo, 1845–1895*. Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1985... p. 66.

pagamentos eram hipotecados imóveis que podiam ser cedidos em caso de não liquidação da dívida pelo titular ou, com sua morte, pelos herdeiros.

Devido a não existência de aparelhagem bancária na cidade no período, dívidas relacionadas a empréstimos cedidos por agências a moradores eram praticamente inexistentes, sendo detectada apenas uma, no ano de 1890, que envolvia um morador com o Banco do Brasil, que possuía sede na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando que essas relações financeiras podiam ser realizadas em outras praças, mesmo que distantes. Desse modo, convém salientar a necessidade de pesquisas que apontem as relações de crédito existentes na localidade, sendo essa uma importante lacuna que se encontra em aberto na historiografia local.

No período que vai de 1889 a 1910, são analisados 112 inventários, que nesses 21 anos nos darão uma percepção do perfil socioeconômico dos cidadãos muriaeenses no período. Desses, 62 eram do sexo masculino, 47 do feminino e 3 possuíam o casal inventariado de forma conjunta, totalizando respectivamente 55,35%, 41,96% e 2,69%

Com relação à residência dos indivíduos, nesse recorte, devido às melhores condições em que se encontram os documentos não houve problemas com identificação de suas localidades sendo 67 pertencentes ao mundo rural e 45 ao urbano. O que significa dizer que 59,82% viviam no campo e 40,17% levavam suas vidas na cidade. Isso representara um crescimento de 14,87% de moradores da área urbana em comparação ao período anterior, ao mesmo tempo em que os níveis de moradores da zona rural praticamente não se alteram, permanecendo sendo à maioria deles.

Do geral, 74 eram casados no momento da morte, representando 66,07% do total, 14 eram viúvos (12,5%), 3 eram solteiros (2,67%) e 21 não tinham declaração de seu estado civil, (18,75% do total).

Entre os produtos agrícolas produzidos, assim como no período anterior, o café continuava predominante, estando presente entre os bens de 94 inventariados, ou 83,92% do total de documentos para o recorte. Desses, 57 ou 60,63% moravam no campo e 37 ou 39,36% eram moradores urbanos, que juntos apresentaram um quantitativo total de 1.450.263 pés.

Com relação aos moradores urbanos que continham quantitativos do produto, é importante destacar que, muitas das vezes, esses moradores possuíam residência na cidade, o que os caracterizavam como moradores urbanos, mas também possuíam propriedades em alguns distritos. Ou, até mesmo, fazendas próximas a sede, onde se era cultivado o produto, conforme se observou no inventário datado de, 21 de outubro de 1905, de Miguel Eugenio

Monteiro de Castro,³¹⁰ cônjuge de segunda núpcia de Esther Avellar Monteiro de Castro, pai de cinco filhos, sendo dois do primeiro e três do segundo casamento, em que, entre outras informações presentes em seu processo, foi apontado como residente de São Paulo do Muriaé. Dentre seus bens, no processo constavam, 15 alqueires de terras na fazenda do “Prata”, próximo ao distrito do Glória, que fazia divisa com Francisco Vicente e José Bento Vasquez. Além de outra propriedade existente com 8 alqueires, na fazenda São João do Glória, a qual tinha como divisas as propriedades de Manoel Martins Fagundes e Joaquim Teixeira Ribeiro. Em cada uma das fazendas, Miguel Castro possuía 15.000 pés de café e 1 (uma) casa, sendo na fazenda denominada do “Prata”. Essa caracterizada por ser assoalhada e coberta de telhas e na outra propriedade por também ser assoalhada, porém coberta por “taboinhas”, que estaria em mau estado. Além dessas casas, o indivíduo ainda possuía mais duas na cidade, sendo a primeira denominada como de morada, estando assoalhada, forrada e coberta por telhas e, a segunda, pequena, com armação para negócio, que, provavelmente deveria ser alugada. Entre os outros bens não houve especificação quanto às suas localizações, sendo estes: 16 porcos, 10 leitões, 4 bois, 1 vaca, 1 bezerro, 1 besta, 1 carro para bois, 1 alambique, 1 moinho, 1 engenho para cana, e objetos pessoais como, mesas, cadeiras, camas, criados mudos, lavatórios, estantes, tachos e até mesmo 1 revólver e 1 espingarda.

Com relação à posse de terras, 99 inventários possuíam esse ativo como um de seus componentes da riqueza, perfazendo um total de 88,39%, desses 39 (39,39%) eram moradores urbanos que seguiam o exemplo colocado no parágrafo anterior e 60 (60,60%) proprietários rurais. O somatório total é igual a 2.979 alqueires de terras, sendo a maioria com propriedades abaixo de 100 alqueires, e apenas 5 com quantitativo igual ou superior, mais nenhum acima de 200 alqueires, os 16 maiores proprietários (com propriedade acima de 50 alqueires) detinham 1.511 alqueires. Ou seja, 50,72% das terras inventariadas entre 1889 a 1910 estavam sob a posse de somente 14,28% proprietários. Desses, o maior possuidor de terras era Berlamina Antônia da Silveira, que possuía 187 alqueires de terras no distrito de Patrocínio,³¹¹ e o menor era de Antonio Mendes dos Reis³¹² com 1/2 alqueire de terra, com inventário datado do dia 01 de outubro de 1893.

A produção de alimentos e de outros gêneros era realizada por 10 moradores (8,92%), sendo que, 9, encontravam-se no meio rural e também produziam café. Apenas um tinha sua

³¹⁰ Inventário Miguel Eugenio Monteiro de Castro, datado de 21/10/1905, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

³¹¹ Inventário Berlamina Antônia da Silveira, datado de 18/03/1904, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

³¹² Inventário de Antonio Mendes dos Reis datado de 01/10/1893, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

residência detectada como urbana, sendo referente à Antônia Rosa de Jesus³¹³, datado de 10 de agosto de 1896, a qual, pelos mantimentos encontrados em seu processo, percebeu-se que a inventariada realizava serviços de compra e venda de produtos no interior do município e não que os produtos eram cultivados e colhidos. Isso se justificou, pois, entre os bens estavam: 18 kg de peras, 50 rapaduras, 2 sacos de arroz, 2 de milho, 1 e ½ de cana, 1 de farinha e 14 latas de banha, sem a presença de benfeitorias para a transformação desses mantimentos, mas apenas de 1 máquina de costura e uma de fazer palito. O que demonstrara que, esse tipo de comércio, também poderia ser realizado de forma autônoma, sem registro para pagamento de imposto, uma vez que, o nome da inventariada não se encontrava nos livros de registro de indústria e profissão da sede da cidade.

Entre os inventariados, 17 não continham nenhum tipo de produto agrícola entre seus bens, significando que 15,17% praticavam outra atividade além da produção agrícola, desses, 9 (52,94%) eram residentes de áreas rurais e 8 (47,05%) da área urbana. Dentre as atividades econômicas desses moradores, notou-se que, entre os classificados como de área rural 6 possuíam casas construídas além da que utilizavam como morada, na sede do município, ou no distrito em que estava localizado, indicando que poderiam utilizá-las para locação.

2 (dois) possuíam apenas terras, destinando-as para pastos com a presença de capoeiras e matas virgens e 1 (um) praticava a usura, ou seja, empréstimo de dinheiro a juros, visto a grande presença de dívidas ativas em seu processo. Com relação aos moradores urbanos, 5 (cinco) também apresentavam mais de uma residência em seus documentos, 2 (dois) possuíam equipamentos para trabalho têxtil, como máquinas de costura e tear e 1 (um) detinha de quantidades em ouro e prata sobre seu domínio, que poderia ser o suficiente para sobrevivência durante determinado período.

Dos cafeicultores, somente 19 (dezenove) não possuíam animais entre seus bens, sendo que, os demais, contavam com os mais variados tipos; bois, vacas, garrotes, bezerros, cavalos, éguas, jumentos, mulas, burros, bestas, cabritos, cabras e etc. Do total de inventários, 74 registram a presença desses animais entre rurais e urbanos, demonstrando a importância do ativo, seja como atividade lucrativa (para venda), seja para manutenção da fazenda ou transporte, correspondendo a um total de 66,07% dos inventariados.

Assim como foi visto na parte anterior, à riqueza muriaeense no período que vai de 1889 a 1910 continuava concentrada nas mãos de poucos. Serão citados alguns exemplos de

³¹³ Inventário de Antonia Rosa de Jesus datado de 10/08/1896, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

indivíduos que retratavam bem a concentração existente entre o pequeno grupo da população analisada.

Dos 112 inventários observados, o somatório da riqueza de 11 correspondia a 50,86% da riqueza total do período, o que significa dizer que, apenas 9,82% dos inventariados possuíam a riqueza equivalente aos outros 90,18% ou 101 indivíduos. Entre os onze maiores, apenas 5 possuíam fortuna superior a 50:000\$000 (cinquenta contos de reis), quantia elevada para os padrões da cidade na época. Desses, somente o inventário datado de 27 de julho de 1899 de Antônio Laviola,³¹⁴ residente urbano, cônjuge de Guilhermina Laviola e pai de sete filhos apresentava um montante superior a cem mil contos de reis, com um somatório total de 101.790\$000 (cento e um contos, setecentos e noventa mil reis), com bens que se encontravam distribuídos tanto no meio rural quanto no meio urbano. Entre esses bens, o inventariado possuía três propriedades que juntas totalizavam 30 e 1/2 alqueires de terras, sendo a de maior extensão apresentada, tendo 25 alqueires em mato e pasto em áreas próximas ao distrito do “Glória”. A segunda maior, tinha 4 alqueires e estava localizada próxima a sede, na parte denominada “Armação”, (que futuramente se transformaria em um bairro da cidade) e, a outra, com 1 e ½ alqueire de terras no local denominado “Socego”. Nessas propriedades, mesmo sem a especificação de qual seriam, encontravam-se outros bens como; equinos, bovinos, quatro mil pés de café, engenho a vapor, ventilador, descascador para beneficiamento da rubiácea, moinho, carro de bois, mobílias, ferragens, calçados, roupas, arreios, chapéus de sol e etc.

Ainda no documento, havia a inexistência de dívidas ativas e passivas, estando a riqueza do inventariado concentrada em seus 22 imóveis, que juntos representavam 89:850\$000 contos de reis ou 88,26% de seu somatório, com predominância dos urbanos que totalizavam 20 (vinte) em detrimento dos 2 (dois) rurais. À maioria das residências localizadas na cidade se encontravam alugadas ou disponíveis para locação, seja para pessoas físicas ou jurídicas, o que evidenciava o deslocamento de investimentos para áreas urbanas, que conseqüentemente geraria o crescimento urbano do município.

Após ser analisado o inventário da localidade com maior riqueza para o período, novamente, ao se confrontar as informações com as existentes para a cidade de Juiz de Fora, as quais estão presentes no trabalho elaborado por Rita Almico,³¹⁵ constatou-se a permanência

³¹⁴ Inventário de Antonio Laviola datado de 27/07/1899, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

³¹⁵ ALMICO (2001). Op. Cit. p. 104-105.

de grandes divergências entre os valores das maiores riquezas dos municípios e também dos principais tipos de investimentos em anos próximos.

Segundo a autora, o inventário sob o número 1462, com abertura em 1896 pertencente a João José Vieira possuía fortuna equivalente a 2:543:044\$974, sendo mais de vinte vezes superior ao de Antônio Laviola para Muriaé. Entre os investimentos realizados pelo juizforano a autora enfatizou a concentração, principalmente, em ações, apólices, títulos e dinheiro, com mais de mil contos de reis em apólices, mais ou menos setenta contos em ações. Além de títulos, especialmente, no Banco de Crédito Rural de Minas Gerais, e de dinheiro depositado na mesma agência. Esses dados demonstraram que as disparidades econômicas dos municípios da Zona da Mata mineira persistiam. O desenvolvimento da cafeicultura primeiramente em áreas mais ao sul, onde se localiza Juiz de Fora, possibilitou a chegada de elementos na cidade como a aparelhagem bancária, que, com o passar dos anos, ofereceram uma maior diversidade e rentabilidade de aplicações aos moradores. Investimentos que são nítidos nas principais diferenças nas formas de aplicação realizadas entre os dois possuidores das maiores fortunas.

Outro exemplo que ilustrou bem o período em questão, foi o inventário datado de, 07 de junho de 1890, de Maria Ferreira Rodrigues,³¹⁶ cônjuge de Antônio Tibúrcio Rodrigues e mãe de cinco filhos. O Monte Mor desse processo era de 84:177\$101, que estava dividido em, 34,05% na produção cafeeira, 22,92% em dívida ativa, 11,87% na produção de milho, outro gênero agrícola também cultivado. Além de 10,17% em imóveis, 9,50% em terras e menores participações dos outros ativos como; 7,03% em benfeitorias, 2,96% de animais e 1,49% em objetos pessoais. Diferentemente do inventário de Antonio Laviola, que foi anteriormente elucidado, percebeu-se que, a concentração de riqueza da moradora se encontrava predominantemente alocada no meio rural, tendo como principal ativo o café, que em número de pés, chegava a totalizar 165 mil, estando distribuídos em parte de seus oitenta alqueires de terras ao lado dos destinados à produção do milho.

Outro ativo de importante relevância são as dívidas ativas distribuídas entre dezessete particulares, demonstrando às relações de crédito presentes entre alguns indivíduos da cidade. Os imóveis que também apareceram com significativa participação no montante geral, eram 33 no total, contudo devido à fonte, nesse ano, não apresentaram especificações, se urbanos ou rurais, o indicativo foi agrupado sem diferenciação e, desse modo, calculado sua média de

³¹⁶ Inventário de Maria Ferreira Rodrigues Maria Ferreira Rodrigues datado de 07/06/1890, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

participação no montante da riqueza. Logo em seguida, foram expostos os outros ativos com menores participações na riqueza da inventariada.

Ao se constatar a lacuna presente na fonte, acredita-se que, embora pudessem existir instituições em diferentes períodos, que atribuísem critérios previamente estabelecidos para elaboração de determinados documentos, a vontade humana podia intervir nas características das informações que eram apresentadas, acarretando em excessos ou ausências dos dados exigidos. Esses acontecimentos exigem do pesquisador a utilização de metodologias que permitam compreender as contradições e/ou oscilações existentes nos documentos para reconstrução e entendimento dos inúmeros fatos e fenômenos que aconteceram no passado.³¹⁷

Paulo Afonso Lovera Marmentini, ao mencionar as dificuldades de se trabalhar com inventários *post-mortem* e arrolamentos, fez questão de enfatizar as várias informações que podem não estar presente nos processos ou falhas capazes de ocorrer com intencionalidades ou não, sendo que,

1) bens existiam, mas não eram listados pelo escrivão, incluindo-os no valor final do lote; 2) não possuíam esses bens; e 3) possuíam os bens, mas eram sonegados na tentativa de diminuir o valor final designado pelo avaliador, reduzindo, assim, o valor do imposto a ser pago. Essa última é algo que realmente deve ser levado em consideração, tendo em vista que, ao descobrir como funcionavam os trâmites da Justiça, o indivíduo que se sentia lesado com a cobrança, provavelmente, tentava burlar o processo em algum ponto. Assim, a omissão no processo de certos bens que sabidamente possuíam valor comercial na época (especialmente ferramentas e carroças) devia, em alguns casos, ter ligação com a sonegação.³¹⁸

Dessa forma, atentando para o fato de que os inventários são representações de documentos elaborados por pessoas de épocas e grupos sociais diferentes, e que à produção destes indivíduos poderiam estar permeadas por intencionalidades determinantes, seja pelas possibilidades do cargo ocupado ou pela própria inserção social. Posteriormente, quando viermos a expor gráficos ou tabelas com o ativo “casa” que representava os imóveis, estes, devido à delimitação existente, estarão, assim como na parte anterior, agrupados sem distinção quanto à localização, se em ambiente rural ou urbano. No entanto, por meio das interpretações dos outros ativos que serão conjuntamente realizadas, poder-se-á ter noção de suas destinações.

Retomando a exposição de processos que demonstravam as concentrações de riquezas existentes no período e à diversidade quanto aos tipos de investimentos, constatou-se no

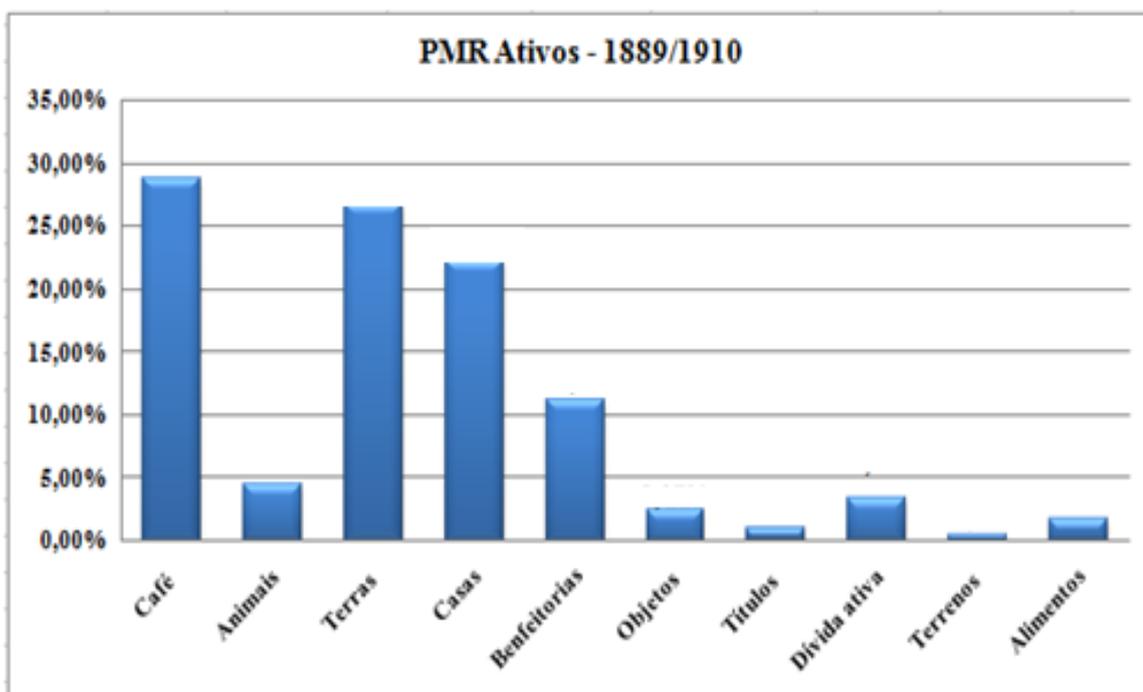
³¹⁷ RODRIGUEZ, Margarida Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal ; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Orgs). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados: Editora UFGD 2010, pp. 35-49... p. 36.

³¹⁸ MARMENTINI, *Possibilidades de pesquisa no Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU)*... p. 191.

inventário de Francisco Corrêa Sobrinho,³¹⁹ datado de 28 de setembro de 1894, a fortuna de 60:742\$000 contos de reis. Cônjuge de Umbilina Antonia da Silva, pai de sete filhos e residente do distrito de Patrocínio, sua riqueza se encontrava distribuída em terras, imóveis, cafezais e produção de outros gêneros alimentícios, sem a presença de dívidas tanto ativas, quanto passivas. Seus principais concentradores de riquezas eram os cafezais e as terras, somente nesses ativos, encontrava-se a importância de 48:150\$000 ou 79,26% do total, cujos discriminados são iguais a 45.500 pés de café, que estavam distribuídos em seus 58 alqueires de terras.

As fortunas que foram destacadas, juntas apresentaram uma soma total de 246:709\$101 ou 22,88% do total para todo o período, e dentre algumas características comuns de seus bens, notou-se a presença em maior ou menor quantidade de terras, café e casas. Desse modo, em busca de compreender, na totalidade, os ativos que tinham participação na riqueza em todo o período, a seguir, segundo metodologia já explicitada anteriormente, foi evidenciado um gráfico e uma tabela para melhor visualização das aplicações, que possibilitarão melhores interpretações.

Gráfico 14: Participação no Montante da Riqueza- Ativos (1889-1910)



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros 1889-1910.

Pelo trabalho abranger características que representam alicerces para construção do entendimento acerca das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento econômico e as

³¹⁹ Inventário de Francisco Corrêa Sobrinho, datado de 28 de setembro de 1894, presente no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, Muriaé-(MG).

transformações nos investimentos em uma cidade que está localizada na Zona da Mata mineira, abaixo, assim como em outros trabalhos desenvolvidos para região,³²⁰ optou-se por destacar em negrito os principais ativos de cada ano. Dessa forma, os 10 (dez) ativos presentes no período compreendido de 1889-1910 - 22 (vinte e dois) anos no total - distribuíram-se da forma apresentada a seguir.

³²⁰ Ver metodologia utilizada por Rita de Cássia Almico. Op. Cit. p. 110-111.

Tabela 8: Participação dos Ativos no total da Riqueza-1889-1910

ANOS	CAFÉ	ANIMAIS	TERRAS	CASAS	BENFEIT.	OBJETOS	TÍTULOS	DÍVIDA ATIVA	TERRENOS	ALIMENTOS
1889	44,46	2,86	34,97	9,91	5,14	0,75	0	0	0	1,9
1890	41,23	2,54	17,85	8,93	7,98	0,88	0	13,56	0	7,02
1891	12,16	13,02	65,15	3,26	3,32	3,08	0	0	0	0
1892	38,13	3,15	32,44	14,24	2,81	2,73	6,49	0	0	0
1893	43,29	1,51	39,13	12,96	1,18	1,92	0	0	0	0
1894	40,87	4,50	27,81	19,97	3,45	1,16	0,09	1,56	0,28	0,30
1895	13,32	3,30	31,66	39,73	2,54	1,65	1,58	4,32	0	1,89
1896	38,25	2,64	15,86	14,10	9,26	13,98	0	0	0	5,90
1897	13,07	5,11	28,27	45,13	6,76	1,52	0	0	0	0,13
1898	19,42	2,34	49,35	17,45	9,20	2,10	0	0	0	0,13
1899	15,82	3,95	9,80	38,37	23,87	3,28	0	4,78	0,12	0
1900	19,02	5,76	17,22	25,55	29,81	2,33	0,30	0	0	0
1901	44,44	3,59	21,11	22,74	5,39	2,72	0	0	0	0
1902	18,41	2,90	16,03	23,77	35,48	1,56	0	1,68	0,16	0
1903	34,76	2,45	34,97	16,86	9,42	1,53	0	0	0	0
1904	24,74	5,57	36,29	20,41	5,51	1,89	0	5,58	0	0
1905	26,81	8,84	31,72	19,05	5,63	2,27	0,12	4,01	0	1,54
1906	17,58	1,53	34,90	26,51	15,44	3,51	0	0,52	0	0
1907	32,45	3,59	31,34	7,52	23,38	1,71	0	0	0	0
1908	31,32	4,59	39,17	16,14	8,18	0,59	0	0	0	0
1909	47,94	3,12	37,02	7,67	4,24	0	0	0	0	0
1910	27,88	5,26	44,43	14,64	7,58	0,2	0	0	0	0

Fonte: Inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé (MG).

Se nos períodos anteriores - 1870-1880 e 1881-1888 - os escravos, as terras e o café representavam os principais ativos na participação do montante da riqueza, surgindo com significativo crescimento no último período as dívidas ativas, (principalmente em 1883). No pós-abolição tinha-se um quadro que apresentara algumas divergências. Fora a ausência do ativo escravo nesse período de 22 anos, alguns ativos, que não apresentaram significativa participação nos períodos analisados no capítulo anterior, começaram a surgir com elevada importância na riqueza desse período.

Em todos os anos, o café apareceu entre os três ativos de maior participação na riqueza, sendo em 9 (nove) o principal, ou o de maior participação. Esses números, somados às informações de que o café tinha diminuído sua participação nos montantes da riqueza dos moradores de Juiz de Fora, se comparado ao período de 1870-1888,³²¹ ajudaram a compreender a ultrapassagem da produção cafeeira do município, ao da principal cidade da Mata mineira. Conforme propunha o Inspetor de Indústria, Minas e Colonização, Carlos Prattes³²² no ano de 1905, em uma das partes de seu relatório “A Lavoura e Indústria da Zona da Mata”, em que afirmava após percorrer todos os municípios da região, que São Paulo do Muriaé era o mais importante da Mata sob o ponto de vista agrícola, que tinha o café como cultura predominante.

Compreendendo que as terras representavam a base para estruturação da lavoura cafeeira, entendeu-se a aparição delas, em 19 anos, entre os principais ativos e em 8 como o de maior participação. As casas, conjuntamente com o café, e as terras formavam o grupo dos maiores ativos, estando também, em 19 anos, entre os principais, e em 3 como maior ativo na composição da riqueza. O que demonstrara o significativo aumento do investimento nesse ativo em relação ao período anterior, quando, em nenhum dos anos havia tido representação parecida. O fim da escravidão que, aos poucos, fez com que o trabalho de meeiro e/ou de parceria³²³ na região se difundisse,³²⁴ em que os donos de terras cediam uma casa de morada para os trabalhadores livres ou imigrantes, denominados colonos,³²⁵ que chegavam para

³²¹ ALMICO (2001). Op. Cit. p. 112.

³²² PRATES, *A Lavoura e Indústria da Zona da Mata...* p.18.

³²³ O trabalho de parceria ou meeiro ocorria através de um pacto oral entre proprietário e trabalhador, em que este trabalhava na terra do proprietário e pagava por isso partindo com base em parte da colheita, que podia ser feito de 50% a 50% para cada, ou em outras porcentagens, conforme estabelecido em acordo. Essa definição foi retirada de GARCIA; GARCIA, *A proteção ao trabalhador em contratos de arrendamento e parceria rural utilizados para ocultar vínculo de emprego...* p. 275-276.

³²⁴ LIMA (1981). Op. Cit. p. 101. SARAIVA, *A transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira...* p. 115.

³²⁵ Colono era um trabalhador que vivia na colônia da fazenda, designação dada a um agrupamento de casas em que eram estabelecidos aos trabalhadores ou imigrantes. Em outras palavras o colono era um trabalhador

trabalhar nas lavouras de café. E, a intensificação das dinâmicas urbanas que demonstravam o crescimento da urbanização ocorrida na cidade foram, certamente, os responsáveis por esse crescimento do ativo. Benfeitorias e animais, ativos que não estiveram presentes entre os principais do período anterior aumentaram às suas participações estando entre os três principais ativos em 4 e 1 ano, respectivamente, sendo que, no caso das benfeitorias, em 1900 e 1902, estas aparecem como aplicação de maior participação na riqueza no ano.

Dentre os outros ativos, à exceção das dívidas ativas, que, no período anterior, apresentara médias regulares de participação no decorrer dos anos, chegando a ter média correspondente a de principal concentradora de investimentos, durante recorte temporal de 1881-1888. Agora, aparecera somente no ano de 1890 entre os três ativos com maiores médias e em 14 anos não se teve participação dela, não se observando outras alterações significativas. Os títulos, categoria que englobava títulos de dívida, dinheiro, dotes, apólices e ações, assim como no período anterior, apresentaram pequenas participações ou estiveram zerados, sendo que, nos cinco anos em que aparecem (1892, 1894, 1895, 1900 e 1905) corresponderam a quantias em dinheiro ou ouro e prata que alguns habitantes possuíam. Adiante, como se percebeu, não era comum aos moradores do município realizarem investimentos em ações de empresas, ou comprarem títulos de dívida devido, entre outras razões, a falta de agências bancárias na localidade que poderiam orientá-los quanto a esses investimentos.

Diferentemente do período anterior, em que apareceram somente em um ano (1893), mas também com contínua pequena participação, os terrenos, no recorte enfocado, apareceram em três anos (1894, 1899 e 1902) com médias que não ultrapassam 1% dos quantitativos totais. Os alimentos também não aumentaram seus percentuais de participação e muito menos o número de vezes, aparecendo em 8 (oito) anos, com média total que não ultrapassava os 7,5% dos investimentos. Este ativo, mesmo com quantitativos zerados, a partir de 1906, demonstrou que continuava a existir no município, tendo em vista o expressivo número de engenhos de cana na sede da cidade a partir de 1905, como visto na sessão anterior. Por fim, os objetos pessoais, que continuaram com baixas participações, assim como nos períodos anteriores.

De 1889 até 1910, os ativos trocavam de posição e de importância, de acordo com sua maior participação na riqueza. Em 1889, café, terras e casas foram os três principais ativos, nessa ordem de importância, com 44,46%, 34,97% e 9,91%, respectivamente. Esse ano

familiar, residente nas fazendas, que vendia sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção. GARCIA; GARCIA (2017). Op. Cit. p. 275-276.

manteve, de certa forma, o movimento dos ativos do período anterior. No ano seguinte, 1890, as dívidas ativas (13,56%), por uma pequena diferença de 4,63%, substituíram as casas entre os ativos de maior importância, permanecendo o café (41,23%) e as terras (17,85) como os maiores. O ano de 1891, por apresentar apenas 1 inventário, foi o único em que o ativo animais apareceu entre os maiores, sendo composto por terras (65,15%), animais (13,02%) e café (12,16%). Nos três anos consecutivos, 1892, 1893 e 1894 predominara a tríade café, terras e casas, ativos em que sempre um figurava entre os maiores dos anos do período, sendo nesses três anos, o café tendo participado com 38,13%, 43,29% e 40,87%, as terras com 32,44%, 39,13% e 27,81% e as casas com 14,24%, 12,96% e 19,97%, respectivamente.

O quadriênio posterior a 1894 repetiu os ativos presentes nos três anos anteriores, mudando somente à ordem de importância, sendo em 1895, casas 39,73%, terras 31,66 e café 13,32, em 1896, café 38,25, terras 15,86 e casas 14,10, em 1897, casas 45,13%, terras 28,27% e café 13,07% e em 1898, terras 49,35%, café 19,42% e casas 17,45%. Essas informações reforçaram a ideia já mencionada, em partes anteriores do trabalho, que São Paulo do Muriaé nos anos iniciais do século XX, apresentou-se como principal produtor de café da Zona da Mata, pois como se observou, em anos finais do século anterior, às condições para tal fato iam sendo construídas. O biênio posterior foi caracterizado pela ausência do ativo terras entre os principais, que, nesses anos, foi substituído pelas benfeitorias, aparecendo em 1899, casas 38,37%, benfeitorias 23,87% e café 15,82 e em 1900 benfeitorias 29,81%, casas 25,55% e café 19,02%.

O ano de 1901, que marcou o início do século XX, teve de volta o ativo café 44,44%, como de maior participação, seguido pelas casas com 22,74% e terras com 21,11%. As benfeitorias reaparecem em 1902, e como principal ativo com 35,48%, seguido por 23,77% das casas e 18,41% do café. De 1903 a 1906 os três ativos que se encontraram com predominância nos anos finais do século anterior, terras, café e casas voltaram a representar os principais, alterando apenas a forma, no último dos anos, sendo em 1903, terras 34,97%, café 34,76% e casas 16,86%, em 1904, terras 36,29%, café 24,74% e casas 20,41%, em 1905 terras 34,90%, café 26,81 e casas 19,05% e em 1906, terras 34,90%, casas 26,51% e café 17,58%. O ano de 1907 teve como característica o retorno do ativo benfeitorias entre os principais aparecendo com 23,38%, atrás do café com 32,45% e das terras 31,34%. O triênio final teve o retorno dos ativos que mais apareceram nos anos, sendo constituído, o ano de 1908 por terras 39,17%, café 31,32% e casas 16,14%, o de 1909 por café 47,94%, terras 37,02% e casas 7,67% e, por fim, o ano de 1910 por terras 44,43%, café 27,88% e casas 14,64%.

De modo a compreender a participação dos ativos por períodos, a seguir, eles foram separados em grupos, tendo suas participações nas riquezas somadas ano a ano, como já explicitado anteriormente. Fizeram-se tabelas com todos esses ativos e com as médias de participação no período total (1889-1910), como também nos subperíodos, a saber, 1889-1900 e 1901-1910.

Tabela 9: Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos)

Ativos	1889-1900	1901-1910	1889-1910
Terras	24,41	32,00	26,68
Café	29,42	27,05	28,74
Dívida ativa	3,98	2,00	3,39
Casas	23,60	19,02	22,26
Benfeitorias	10,47	13,17	11,28
Títulos	0,76	0,02	0,54
Animais	3,71	4,42	3,92
Objetos pessoais	1,93	2,04	1,97
Terrenos	0,08	0,01	0,06
Alimentos	1,63	0,27	1,15
Total	99,99	99,99	99,99

Fonte: Inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé (MG).

Tabela 10: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1889-1910

Terras	Café	Dívida ativa	Casas	Benf.	Títulos	Animais	Objetos	Terrenos	Alimentos
26,68	28,74	3,39	22,26	11,28	0,54	3,92	1,97	0,06	1,15

Fonte: Inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé (MG).

Tabela 11: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1889-1900

Terras	Café	Dívida ativa	Casas	Benf.	Títulos	Animais	Objetos	Terrenos	Alimentos
24,41	29,42	3,98	23,60	10,47	0,76	3,71	1,93	0,08	1,63

Fonte: Inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé (MG).

Tabela 12: Médias de Participação dos ativos no montante da riqueza do período 1901-1910

Terras	Café	Dívida ativa	Casas	Benf.	Títulos	Animais	Objetos	Terrenos	Alimentos
32,00	27,05	2,00	19,02	13,17	0,02	4,42	2,04	0,01	0,27

Fonte: Inventários *post-mortem* presentes no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros- Muriaé (MG).

Entre o intervalo temporal de 1889 até 1900, o principal ativo com participação na riqueza, em média, foi o café. Esse ativo, em médias, até o presente subperíodo só obteve crescimento, saindo de 9,88% no primeiro de (1870-1888) para 9,69% no segundo (1881-1888) e 29,42% nos anos que englobam o final do século XIX. Um pouco paradoxalmente, o ativo apresentou uma pequena queda de 2,37% em sua participação no montante da riqueza do último subperíodo, indo para 27,05%, no entanto, esse percentual continuava elevado, correspondendo a segunda maior média entre os anos de 1901 a 1910.

Terras e casas são os outros dois grupos de bens mais importantes no montante total da riqueza de 1889 até 1900, com médias respectivamente de 24,41% e 23,60%. O aparecimento das terras entre os principais ativos do período não causou estranheza, pois desde o primeiro subperíodo (1870-1880), essas sempre se apresentaram com médias elevadas e passaram a representar o ativo mais expressivo entre os anos do último subperíodo. Foi possível inferir, com as informações apresentadas que, os moradores continuavam a investir na aquisição de terras que representava um investimento que abria possibilidades para diversificação econômica, com a possibilidade do cultivo de variados gêneros agrícolas. Ademais, também significava um patrimônio seguro, sem riscos de perdas monetárias significativas, devido à sua pouca desvalorização.

O aumento mais expressivo ocorreu com o ativo “casas”, que apresentou um crescimento de 254,88% se comparado ao subperíodo anterior (1881-1888) em que apareceu com percentual de 6,65% na participação e que agora passava a estar entre os três maiores, com 23,60% e continuaria com essa relevância no último subperíodo com uma média um pouco menor de 19,02%. Outro ativo que também teve alteração significativa foi o das benfeitorias, este ativo, caracterizado nos dois primeiros subperíodos (1870-1880 e 1881-1888) por médias que não alcançavam os 3%, obteve um crescimento de mais de 300% em suas médias no decorrer dos anos passando para 10,47% e 13,17% nos dois últimos recortes temporais, respectivamente.

Casas e benfeitorias serão os ativos que vão figurar entre os de maior importância no período posterior à abolição da escravidão, ao lado das terras e do café, irão substituir de fato as dívidas ativas. Uma vez que, as terras e o café continuariam como os de maior importância. Pareceu, portanto, que ao mesmo tempo em que os moradores buscavam formas para aumentar a produção e conseqüentemente ter um maior lucro, também procuravam formas mais seguras para preservação das rendas conquistadas, assim, em vez de se optar por empréstimos a juros a particulares, que fez com que a participação da dívida ativa diminuísse, investiam-se em patrimônios seguros que podiam também gerar capital dependendo da atividade que lhe fosse empregada.

Grandes fortunas eram raras na cidade, não sendo encontrada nenhuma no último período ao menos parecida a encontrada no período anterior - do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo - que possuía quase 500 contos de reis em patrimônio, em que grande parte estava destinada à dívida ativa. Entendendo que o ativo mencionado poderia estar relacionado aos possuidores de grandes fortunas que, muitas vezes, emprestavam recursos monetários a juros para controle social, percebeu-se que a falta de organização dos documentos no Fórum em Muriaé e a transferência de muitos para capital do estado como já citado no trabalho, geraram empecilhos para afirmações mais seguras. No entanto, levando em consideração a busca por uma noção geral do perfil socioeconômico para compreensão das mudanças que poderiam acarretar em crescimento urbano, se levará em consideração as interpretações relacionadas às permanências e modificações dos ativos, pois se entende que se atribuiu a maioria da população e não apenas a alguns. A partir das considerações realizadas, compreendeu-se melhor a diminuição das dívidas ativas em comparação ao subperíodo anterior (1881-1888) em que apareceram com 27,62% da média e, agora, nos dois últimos, não ultrapassaram os 4%, apresentando 3,98% nos últimos anos do século XIX e 2% na primeira década do XX.

Com relação aos outros ativos, estes, praticamente não apresentaram mudanças significativas entre os períodos, continuando com pequenas médias, sendo os títulos que no subperíodo anterior (1881-1888) apresentara 0,14% e que, no primeiro dessa análise (1889-1900), permaneceu com percentual que não alcançava 1%, com 0,76% e, no último, 1901-1910 0,02%. Assim como os títulos, teve também o ativo “terrenos”, que também continuou com médias semelhantes, e com pouca variação, apresentando crescimento de 0,01% entre o subperíodo anterior, em que apareceu com 0,07% e média de apenas 0,01% entre os primeiros anos do século XX. Objetos e animais embora estivessem entre os ativos com presença mais recorrente entre os inventariados e possuísem médias superiores aos títulos e terrenos,

também não apresentavam médias elevadas e nem grandes alterações se comparados com o subperíodo anterior e posterior, sendo que a média do ativo animal nesse primeiro recorte temporal (3,71%) pouco se alterou em comparação ao anterior (2,81%) e posterior a esse analisado (4,42). Da mesma forma encontraram-se os objetos, que, entre os anos de 1881 a 1888 apareceram com 1,47%, no primeiro subperíodo dessa análise com 1,93% e no último com 2,04%. Outro ativo que continuava com pequenas médias e variações é o de alimentos, que apresentara pequeno aumento de média no primeiro subperíodo dessa análise, saindo de 0,62% no anterior para 1,63%, mas retornando para participação que não chegava a 1% no último, com apenas 0,27%. Esse ativo, por mais que possa aparecer zerado em médias de alguns anos, nunca deixou de existir, pois cultivos poderiam ser realizados em pequenas quantidades entre os pés de café para consumo próprio, não sendo muitas vezes avaliados pelos responsáveis pela escrituração dos processos, mas mostrando que poderiam existir devido às ferramentas que os moradores possuíam como engenhos de cana, moinhos para fazer fubá, mandioca e etc.

Se comparado o subperíodo de 1889-1900 com o período total estudado no capítulo anterior (1870-1888), pode se externar as seguintes considerações. Com relação aos três maiores ativos, alterou-se alguns de seus elementos e outro permanece, ou seja, se no período anterior escravos, terras e dívidas ativas eram os principais componentes da riqueza, no período em questão, eles deram lugar para café, terras e casas. As dívidas ativas tiveram significativa baixa de 18,18% para 3,98%. O café e as casas, ativos que não estavam entre os principais apresentaram elevado crescimento, com o café tendo sua média alterada de 9,76% para 29,42% e as casas de 5,36% para 23,60% (aumentos de 301,43% e 445,28%, respectivamente), as terras outro ativo presente como os principais apresentou pequena variação positiva e se manteve entre os maiores.

A comparação entre os subperíodos de 1889-1900 e 1901-1910 é mais simples, já que esses dois períodos possuem os mesmos ativos como os principais estando diferente apenas a hierarquia em que se encontram. Sendo que, as terras passaram a ser o ativo de maior média de investimento com 32,00%, o café caiu para segunda posição com 27,05% e as casas permaneceram em terceiro, só que nesse recorte com 19,02%. Entre os outros ativos, benfeitorias, animais e objetos obtiveram pequenos aumentos em suas participações, ao mesmo tempo em que dívida ativa, títulos, terrenos e alimentos apresentaram quedas, contudo, sem grandes variações em suas posições.

As alterações ou permanências nos investimentos dos moradores observadas vão ao encontro dos fatos demonstrados até o presente momento do trabalho e reforçam a ideia de

que, ao mesmo tempo em que o município despontava como principal produtor de café da região, as atividades ligadas ao urbano, que automaticamente acarretariam em sua expansão, aumentavam. Em uma clara transferência, mesmo que muito incipiente, como explicitado, de recursos de um espaço para o outro, principalmente com o aumento da participação do ativo “casas” e as demonstrações de indivíduos que as construíram na área urbana, com o intuito de as alugarem para moradia ou comércio devido ao aumento populacional ocorrido que gerava inúmeras demandas. Esse início de investimentos realizados por proprietários rurais na área urbana no período, segundo Raquel Rolnik,³²⁶ ocorrera por causa dos altos e baixos na economia cafeeira que influía decisivamente na definição de imóveis urbanos como estratégia para diversificação dos investimentos, pois suas hipotecas, desde 1900, passaram a ser aceitas por parte dos bancos como garantia de empréstimos a fazendeiros de café e também porque representavam, na concepção da autora, o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico poderia ocasionar em perdas significativas.

No intuito de compreender as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente a esse novo modelo de investimento por parte dos moradores e das atividades que aos poucos começavam a ser desenvolvidas na cidade, a seguir, a princípio, será exposto um breve diálogo historiográfico acerca dos movimentos que culminaram na instauração da República no país. Este novo sistema que conseqüentemente alterou os regulamentos destinados as edilidades locais por meio da nova Constituição de 1891. Em seguida, como o trabalho tem por objetivo analisar o crescimento urbano do município, será exposto o resultado da análise das atas que compreendem o período de 1889 a 1910, com a intenção de se averiguar as modificações realizadas ou não no espaço geográfico da cidade pelo poder público frente à intensificação do aumento populacional e da presença de novos elementos que o integrara.

³²⁶ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1997... p. 25.

3.3- O processo de transformação do sistema político do país e as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais de São Paulo do Muriaé durante o período de 1889 a 1910

Para analisar as políticas desenvolvidas pelas autoridades municipais, no período compreendido entre 1889 a 1910, foi preciso que, a princípio, fosse feita uma breve contextualização em nível macro para compreensão dos motivos que levaram a transformação ocorrida no sistema de governo do país que, em 1889 se transformou em República. A abordagem justifica-se pelo fato de buscar compreender os ideias e interesses sociopolíticos presentes nas resoluções da Constituição de 1891, que alteravam vários artigos da Carta Magna anterior. Em seguida, como forma de aproximar o macro ao micro e entender as dinâmicas que circundavam os interesses políticos municipais e os projetos desenvolvidos, por meio da análise de 288 atas da Câmara Municipal do período e informações presentes nas revistas de historiografia local foi evidenciado a forma como se deu a transição política na cidade. Posteriormente, assim como feito na sessão anterior, foram expostas, de maneira quantitativa, as discussões camarárias relacionadas à infraestrutura do município, bem como destacado outras atreladas às questões do cotidiano.

A historiografia que analisou os desdobramentos que culminaram na mudança do sistema de governo no país em 1889 veio passando por uma importante revisão no decorrer dos anos, principalmente com o número crescente de estudos realizados acerca da temática no país. Segundo Emília Viotti da Costa,³²⁷ a vertente tradicional construída pelos historiadores, a partir da utilização de documentos testemunhais que interligava o fim do Império as crises, religiosa, abolicionista, e militar³²⁸ possuía pouca objetividade, não passando de interpretações meramente superficiais e que, em alguns casos, ainda se repetem. Para a autora, os acontecimentos descritos pelos cronistas não se preocupavam em realizar uma análise objetiva dos casos, que eram diversos e contraditórios, pois, raramente dispunham da perspectiva necessária para a compreensão do processo, não indo, em geral, além dos fatos mais conhecidos.

³²⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6ª. Ed. São Paulo: Unesp, 1999... p. 447-450.

³²⁸ Os acontecimentos citados fazem referência à prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco, que teria incompatibilizado a Coroa com extensas camadas da população, a abolição vista como a responsável por indispor os fazendeiros com a Monarquia, levando-os a aderir as ideias republicanas e a questão dos militares estarem descontentes com o tratamento que lhes dispensava o governo, o que segundo a historiografia tradicional teria o levado a tramar o golpe de 15 de novembro que derrubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país.

Ao abordar os novos meios de análise desenvolvidos para o estudo, Emília Viotti destacou o fato das novas correntes de pesquisa optarem por deixar em segundo plano os personagens e episódios que tanto pareciam impressionar os cronistas. De acordo com a autora, essa nova vertente, procura explicar o movimento como resultante da inadequação do quadro institucional existente no país devido à nova realidade social e econômica que se instalava progressivamente a partir de 1870. Desse modo, ao averiguar a composição das fontes nos estudos contemporâneos, detectou-se que, muitos deles, para compreensão do processo de transformação ocorrido na sociedade e dos agentes que foram aderindo ao movimento republicano. As interpretações são baseadas, principalmente, por meio da análise de elementos como; o manifesto republicano ocorrido no Rio de Janeiro em 1870, discursos e projetos apresentados por deputados e entidades apoiadores da mudança realizados na Câmara e a atuação da imprensa republicana nos diversos estados da nação. Acredita-se que, por meio de um debate historiográfico, entre os variados trabalhos, consiga-se compreender melhor os anseios de mudanças desejados pelos opositores do sistema Monárquico, bem como os desdobramentos ocorridos, levando-nos posteriormente a interligar ao panorama de São Paulo do Muriaé no período.

Indo ao encontro do colocado por Emília Viotti, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi,³²⁹ mencionou que, a partir da década de 70, o país se encontrava no início de um período de modernização, termo que, de acordo com James Amorim Araújo,³³⁰ podia ser entendido como conjunto de mudanças sociais e políticas que acompanham a industrialização. Esta, que em quase sua totalidade, iniciou-se no país devido a investimentos realizados no setor graças à acumulação de capital oriundo da agricultura³³¹ e que pôde ser percebida através do crescimento no número de estabelecimentos industriais no país que passa de 63 no quinquênio de 1875-79 para 248 entre 1885-89, sendo acompanhado da evolução do capital empregado no setor que se modificou de 23.150 para 247.121 mil contos, respectivamente.³³²

Outro fator que contribuiu para constatação do surgimento de pensamentos modernizantes, contrários a estrutura agrário escravocrata da maioria do país, consistiu na

³²⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*, Niterói, s/n, pp.137-161, 2011... p.138.

³³⁰ ARAÚJO, *Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA...* p. 15.

³³¹ VILLELA; SUZIGAN (1975), Op. Cit. p. 9.

³³² Recenseamento Geral do Brasil de 1920, vol. V, 1ª parte, p. LXIX. Apud. Lima (1978). Op. Cit. 103.

representação encaminhada ao governo pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional³³³ em 05 de julho de 1877 que dentre outras medidas,

Solicitava proteção razoável, através de tarifas alfandegárias, a várias indústrias, como a de tecidos, de curtumes e calçados, de chapéus, de construção naval, de fundição de ferro, de produtos químicos e outras; isenção absoluta dos direitos de exportação dos artefatos da indústria nacional; preferência pelos órgãos da administração geral, provincial e municipal dos produtos da indústria nacional e de um edifício próprio para exposição nacional.³³⁴

A solicitação do ramo industrial ao governo por maior autonomia e políticas comerciais favoráveis para o setor, pode ser entendida como o resultado de uma construção que foi processada durante vários anos. Desde 1844, quando foi realizada a reforma alfandegária que representou a primeira medida protecionista do país, que perdurou até a década de 60, já existia uma preocupação industrialista por parte dos habitantes e de alguns dos membros do regime³³⁵, conforme pode ser observado no relatório do ministro Alves Branco realizado naquele ano, onde mencionara que,

“Uma nação não pode fundar todas as suas esperanças na lavoura, na produção de matérias brutas, nos mercados estrangeiros. Um povo sem manufaturas fica sempre na dependência de outros povos. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura e a lavoura interna é a mais segura e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros devem ser considerados como auxiliares para uma e outra e jamais como principais. (...) Não pretendo que o Brasil se faça manufatureiro em um dia ou em um ano, porque seria insensato e impossível. Pretendo que o Brasil entre pouco a pouco nessa carreira, para que um dia nos possamos ver na circunstância de provermo-nos daquilo que precisamos”.³³⁶

A exposição de fragmentos que buscam interligar algumas das características presentes nos diversos âmbitos que compunham o Estado brasileiro no período, segundo Mônica Silveira Brito,³³⁷ representa a forma ideal para compreender o processo de modernização no Brasil, que deve considerar a indissociável imbricação entre o econômico e o político. De acordo com a autora, “o processo de modernização tem sido considerado conversador porque teria permitido a transição, sem ruptura radical com relações aos

³³³ Segundo Patrícia Regina Corrêa Barreto, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 19 de outubro de 1827, foi criada com espírito de Ilustração sendo composta por cientistas, letrados, políticos, e homens ligados ao mundo dos negócios, que propunha explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e transformação do país com o melhoramento e prosperidade da indústria no Império do Brasil. In: BARRETO, *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens...* p.1.

³³⁴ LIMA (1978). Op.Cit. 103.

³³⁵ LIMA (1978). Op.Cit. 104.

³³⁶ Parte do Relatório sobre a reforma alfandegária elaborada pelo Ministro Alves Branco em 1844. In. LIMA (1978). Op.Cit. 100.

³³⁷ BRITO, *Modernização e Tradição...* p.26.

interesses dominantes, de uma sociedade agrária escravista, para uma sociedade urbano-industrial”.

Conjuntamente com a nova concepção política e econômica que surgia no decorrer dos anos, à medida que a sociedade se modificava, adquiria também, em alguns setores, um panorama intelectual mais diversificado em relação ao passado, com estudantes da Escola de Direito de São Paulo e a de Recife tendo acesso às experiências de mudanças sucedidas na Europa. Destacavam-se às ocorridas na França, que passava, desde 1871, pelo período da *Belle Époque*. De forma instantânea e espalhada, surgiram no país, indivíduos com novas ideias que compartilhavam de opiniões opostas às vigentes pelo Governo Imperial no período. Tendo, por isso, culminado, em 1870, a um grupo composto por 15 advogados, 9 médicos, 9 negociantes/capitalistas e fazendeiros, 8 políticos, 8 jornalistas, 5 engenheiros, 3 servidores públicos, 2 professores e 10 sem informação da atuação a elaborarem o Manifesto Republicano de 1870.³³⁸ Este, foi publicado no Jornal “A República”, que tinha circulação na cidade do Rio de Janeiro e, em sua íntegra, trazia diversas críticas ao sistema monárquico, principalmente, ao poder Moderador.

O quarto poder era criticado não pela sua adoção, mas pelo controle por ele exercido sobre os demais poderes, não havendo representação nacional, liberdade individual e nem livre manifestação da vontade dos cidadãos, ou seja, ele tornava nula a democracia.³³⁹ Entre as outras críticas presentes no documento, Cláudia Viscardi mencionou que, os alvos de maior condenação eram; o falseamento das instituições democráticas, a proliferação da corrupção e os favoritismos pessoais. Características que acarretavam no não funcionamento das liberdades civis e políticas, previstas na Constituição de 1824. Mesmo com todas as críticas realizadas, a autora acrescentou que,

O que se pretendia – e de fato é a única proposta concreta existente no manifesto – era a convocação de uma assembleia constituinte para que fosse dada ao País uma nova Carta Magna. Ou seja, o que se almejava era a realização de uma mudança institucional de cunho reformista, que se daria a partir de três prerrogativas: o convencimento pela palavra, a revolução moral e a implementação de mudanças nos procedimentos legais.³⁴⁰

Segundo Maria Tereza Chaves Mello,³⁴¹ desde 1869, o Partido Liberal insistia no apelo por reformas, pois na concepção de seus membros a imagem passada pelo governo e a sua atuação, causara sentimentos de inadequação temporal, de atraso e insatisfação. No entanto, de acordo com a autora, as expectativas que eram criadas pela efetivação das

³³⁸ VISCARDI (2011), Op. Cit. p. 145.

³³⁹ VISCARDI (2011). Op. Cit. p. 147.

³⁴⁰ Ibidem. p. 148.

³⁴¹ MELLO, *A Modernidade Republicana...* p. 17.

propostas, logo se transformaram em frustrações devido à lentidão das poucas medidas tomadas, pela desfiguração de propostas mais consistentes quando levadas à discussão e à decisão dos parlamentares, sendo aos poucos generalizada a impressão de que reformas eram impossíveis com a monarquia.

Ao analisar os temas e as estratégias presentes no Manifesto de 1870, Cláudia Viscardi destacou a omissão de alguns problemas mais sérios da nação que podiam ser vistos como manifestações de conservadorismo, como a questão servil e a laicização do Estado. Segundo a autora, para um movimento que ainda não era portador de um consenso comum e que dava seus primeiros passos, convinha agregar o maior número de adeptos, abrindo mão, como estratégia de conquista desse espaço, de tocar em questões controversas, que poderia afastar do movimento uma parcela de grande influência.

Para difusão de um pensamento baseado nas concepções da única referência presente no manifesto, Léon Gambetta, este, advogado e político francês, de fortes vinculações republicanas e com destacada participação na consolidação da III República Francesa,³⁴² acreditava-se que, com o convencimento, poderia se atingir o objetivo de aprovar uma nova Constituição, que mudaria a forma de governo, por isso, houve por parte de seus membros um grande e contínuo investimento em propaganda contra o então regime vigente.

Na concepção de Maria Mello,³⁴³ a propaganda em lato-senso em periódicos favoráveis a alteração do sistema constituía uma das ferramentas com fundamental importância na busca pela mudança da concepção do pensamento da população no período, principalmente por estabelecer uma relação dicotômica entre os termos de República e Monarquia, conforme explicitou que,

À monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro.

Para que se chegasse ao conhecimento do maior número de habitantes possível, visto que, a maioria da população no período era analfabeta. Além das publicações em texto nos jornais, os republicanos também buscavam difundir a ideia de progresso com a República por meio de repetidas e exaustivas imagens ilustrativas em revistas e até mesmo em espaços dos jornais. Ao descrever uma dessas imagens, Maria Mello citou que, para ilustração das

³⁴² VISCARDI (2011). Op. Cit. p. 149.

³⁴³ MELLO (2008). Op. Cit. p. 16.

reformas que se encontravam emperradas, era desenhado o imperador sobre um caracol e, do Parlamento, desenhava-se uma tartaruga, enquanto os políticos se arrastavam em cima de burros ou caranguejos.³⁴⁴

A busca pela propaganda pode ser justificada quando se considera que a manipulação do imaginário social foi particularmente importante em momentos de mudança política e social e, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Na concepção de José Murilo de Carvalho,³⁴⁵ “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político e por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e esperanças de um povo”. De acordo com o autor, é através desse imaginário que as sociedades definem suas identidades, objetivos, inimigos, e organizam seu passado, presente e futuro.

Enquanto a propaganda contrária ao regime Imperial era, na medida dos anos, cada vez mais difundida, um dos trunfos da propaganda monárquica brasileira, em fins da década de 80, segundo Maria Mello, sofria um esvaziamento, já que essa era caracterizada por opor a estabilidade, paz e o progresso do Brasil Monárquico com a anarquia e a barbárie das repúblicas sul-americanas. Uma vez que, de acordo com a autora, naquele momento diversos países vizinhos já tinham encontrado estabilidade institucional, sendo que, alguns, até se apresentavam adiantados em relação ao Império brasileiro, com maior progresso material, ampla população educada e maior adesão as “ideias avançadas”.³⁴⁶ Nenhum desses acontecimentos, segundo a autora, passava despercebido pela imprensa, que explicitava os eventos ocorridos como forma de dar credibilidade àquela formação administrativa.

Além das comparações e das maneiras atribuídas para difusão de seus ideais os republicanos “no esforço de escapar do estigma de desordeiros ou revolucionários, utópicos ou *outsiders*,³⁴⁷ buscavam na história nacional a legitimação de suas propostas”.³⁴⁸ Para esse fim, de acordo com Cláudia Viscardi,³⁴⁹ acabavam por fazer interpretações muito enviesadas dos acontecimentos que os precederam, propagando que a nação havia sido traída após a independência de 1822, pois segundo a autora, consentiam que apenas a forma havia sido mudada com a substituição de um governante pelo outro. Mas a essência do regime de dominação colonial fora mantida, sendo difundido então que, a implantação da República era o único meio que funcionaria como a real libertação do Brasil do jugo português.

³⁴⁴ Ibidem. p. 28.

³⁴⁵ CARVALHO, A *formação das almas...* p. 10.

³⁴⁶ MELLO (2008). Op. Cit. p. 16-17.

³⁴⁷ Outsiders- Palavra, estranho em inglês.

³⁴⁸ VISCARDI (2011). Op. Cit. p. 146.

³⁴⁹ Ibidem. p. 146.

Junto a esse panorama da imprensa republicana, o país teve, no dia 13 de maio de 1888 a abolição da escravidão decretada através da assinatura da lei Áurea pela princesa Izabel Bragança. A questão abolicionista mesmo não sendo explicitamente defendida pelos republicanos com medo da perda de apoio político, sempre representou um dos anseios da maioria dos membros do movimento. Estes, possuíam o intuito de reformular a concepção de identidade nacional.

Segundo José Murilo³⁵⁰, a medida abolicionista tomada pela Monarquia atendia a necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a necessidade econômica de atrair mão de obra livre para as regiões cafeeiras. Para o autor, os abolicionistas mais lúcidos e os reformistas monárquicos tinham proposto medidas como a reforma agrária e a educação aos libertos, porém, no curto período entre a abolição e a República nada havia sido feito, pois o governo imperial teve de gastar quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização.

Diferentemente do que propõe a historiografia tradicional, a qual menciona que a abolição da escravidão provocou a queda da Monarquia, Emília Viotti ressaltou que o acontecimento em si veio dar fim numa estrutura colonial de produção que, a custo se mantinha perante as novas condições surgidas no país, a partir de 1850.³⁵¹ Para autora, continuavam apegados ao trabalho escravo apenas a classe senhorial ligada ao modo tradicional de produção. Esta, incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia, mas que, tradicionalmente, serviam de suporte ao Trono, podendo assim, apenas ter precipitado o fim da Monarquia, mas não a justificar. Uma vez que, se tiveram casos de fazendeiros que aderiam ao movimento republicano por vingança, foram casos isolados, que não são suficientes para explicar o fim do Império.³⁵²

Em sua obra intitulada *“Da Monarquia à República: momentos decisivos”*, a autora buscou desmistificar outros acontecimentos que, segundo ela, junto com a questão abolicionista se tornaram convencionais pela história tradicional para a explicação do fim do período Monárquico no Brasil. Entre esses, foram destacados, os excessos de poder do Imperador Dom Pedro II, a questão religiosa e o descontentamento dos militares com Imperador, após a Guerra do Paraguai. Sobre o primeiro, a autora, após realizar uma análise do funcionamento concreto do mecanismo público do Império, considerou que, mesmo com a

³⁵⁰ CARVALHO (1999). Op. Cit. p. 23-24.

³⁵¹ COSTA (1999). Op. Cit. p. 455.

³⁵² Ibidem. p. 455.

Carta Constitucional dando amplos poderes ao Imperador, este de fato nunca os exerceu como rei absoluto. As oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no senado, nos ministérios, no quadro do funcionalismo e das forças armadas que, de fato, controlavam a política do Império, tomando suas próprias decisões, sem muitas vezes realizarem algum tipo de consulta.³⁵³

O sistema político do país sendo controlado indiretamente pelas oligarquias e característico pela centralização, segundo José Murilo, fazia com que a população urbana formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes “vissem” o governo imperial como limitador das oportunidades de trabalho.³⁵⁴ Sendo consentido, pela maioria, que a solução só poderia ser mesmo o sistema federativo, o que piorava ainda mais a opinião pública sobre o governo e aumentava a força do movimento republicano.

Com relação à questão religiosa e a militar, Emilía Viotti³⁵⁵ ressaltou que, a primeira não contribuiu de modo preponderante para a queda da Monarquia, apenas serviu para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado. Na concepção da autora, para que houvesse uma significativa influência no acontecimento, era preciso que a nação fosse profundamente clerical, com a Monarquia se configurando como inimiga da igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero.

Sobre a participação militar no evento, a autora mencionou que, desde a Guerra do Paraguai, se difundia a ideia de que aos militares cabiam a salvação da pátria e que, dentro dos quartéis, cada vez mais se difundia pensamentos positivistas que serviriam, em parte à adesão de membros do exército no movimento. Na percepção da autora, mesmo o exército não agindo coeso e unânime, a adesão de uma facção de oficiais mais ou menos importantes, às ideias republicanas, foi decisiva para a Proclamação da República.³⁵⁶

Diante do contexto de profundas transformações no país e a forte influência da mídia republicana movimentando e alvoroçando a opinião pública, principalmente na capital federal. Com a propagação de ideias opostas ao regime Imperial, Emília Viotti³⁵⁷, destacou a busca realizada, pelo então 1º ministro do Império, Ouro Preto, em 11 de junho de 1889, para o atender aos inúmeros pedidos de reformas solicitados pelos liberais e republicanos ao longo

³⁵³ Ibidem. p. 461.

³⁵⁴ CARVALHO (1999). Op. Cit. p. 28-29.

³⁵⁵ COSTA (1999). Op. Cit. p. 455-457.

³⁵⁶ Ibidem. p. 484.

³⁵⁷ Ibidem. p. 488-489.

dos anos. Ações que foram realizadas por meio do encaminhamento de reformas a Câmara de deputados, pois, segundo a autora, o ministro entendera que, a melhor maneira de anular o movimento seria satisfazer às suas reivindicações. No entanto, as medidas apresentadas acabaram sendo negadas, visto a incapacidade da monarquia dominante em aceitar as mudanças em elementos que atingiam suas bases de domínio. Essa situação levou o Primeiro ministro a dissolver a Câmara, em 17 de junho de 1889, dando um claro sinal de que o regime já se encontrava enfraquecido e perto de ser alterado.

A mudança seria imposta sob a forma de golpe militar no dia 15 de novembro de 1889, e ficaria contida dentro dos limites e interesses dos grupos que integravam o movimento. Estes, que realizariam apenas as modificações institucionais necessárias à ascensão ao poder e à realização de políticas econômicas e administrativas propícia aos seus interesses. Sendo que, as condições de vida dos trabalhadores rurais continuariam as mesmas, além da permanência do sistema de produção, o caráter colonial da economia e a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.³⁵⁸

Segundo José Murilo, outra característica que após a Proclamação da República não se alteraria se refere à excessiva dependência do Estado pelos brasileiros. De acordo com o autor, essa característica se tornaria o principal alvo de discussões intelectuais acerca do entendimento da organização da sociedade brasileira no período. Acredita-se que até que a cultura política republicana se tornasse dominante, muitos anos teriam de se passar com implantação gradativa ao longo dos anos de diversas alterações nos elementos que constituíam o Estado para que a sociedade se adaptasse ao novo modelo de governo.

Diante do contexto, entendeu-se que a implantação do novo sistema de governo no país seria o resultado das profundas transformações que vinham se processando por uma parte da sociedade brasileira, desde o período do Primeiro Reinado e que sofreram uma intensificação, a partir do início da segunda metade do século XIX. À medida que as cidades se modernizavam com o processo de industrialização e urbanização, novas demandas surgiam e, cada vez mais, o edifício monárquico se tornava ameaçado. Isto, devido a insistência desse em optar por políticas que não mais atendiam aos novos ideais e interesses que caracterizavam uma elite parlamentar que ansiava por reformas e opunha-se aos setores estacionários e retrógrados apoiadores e apoiados da Monarquia, resultando na tomada de poder pelos militares em 1889.

³⁵⁸ COSTA (1999). Op. Cit. p. 489-490.

Proclamada a República, automaticamente paravam de vigorar os artigos e as normas presentes na Constituição de 1824 e o país, durante o período de transição até a promulgação da Carta Magna de 1891, passava a se direcionar por meio dos onze artigos elaborados pelo Governo Provisório. Como também por decretos que iam sendo expedidos no decorrer dos dias/meses pelo poder central/federal. O primeiro artigo do Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889, previa a alteração da forma de governo da nação brasileira para República Federativa.³⁵⁹ Esta que, de acordo com o segundo artigo reuniria, pelo laço da federação, às Províncias que passariam a ser denominadas de estados, que juntos formariam os Estados Unidos do Brasil.³⁶⁰

Para assumir o governo dos Estados decretava-se que,

Emquanto, pelos meios regulares, não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e os novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores, delegados do Governo Provisorio.³⁶¹

Assim como o Governo Provisório indicaria quais seriam os governadores dos estados, estes tinham a função de direcionar os integrantes dos governos municipais, mas enquanto isso não fosse feito, as Câmaras deveriam ser dissolvidas. À demora para estruturação do novo sistema no país serve para reafirmar que, mesmo com a mudança vivida pela sociedade no período, o ato de transformação do sistema não teria sido de fato pensado, planejado, ou representara o anseio da maioria da população. Mas, sim, realizado de forma desorganizada, a partir do descontentamento com regime Imperial de alguns dos membros que o compunha e ansiavam por reformas.

Frente a essas concepções, foi promulgada, em 24 de fevereiro de 1891, à nova Constituição do país, que foi elaborada com manifesta influência da Constituição Norte-Americana, da Constituição da República Argentina e Constituição Federal da Suíça.³⁶² Dentre as normas estabelecidas pela nova Carta Magna destacavam-se algumas que representavam a definitiva ruptura com o passado Imperial, como: a igualdade de todos os habitantes perante as leis³⁶³ e a separação entre Estado e Igreja, estando decretado que nenhum culto ou igreja gozaria de subvenção oficial, nem teria relações de dependência ou

³⁵⁹ BRASIL. Art.1º do Decreto nº1, de 15 de Novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

³⁶⁰ Ibidem. Art.2º.

³⁶¹ Ibidem. Art.4º.

³⁶² SILVA, Eduardo Moraes Lameu. Um estudo acerca da constituição de 1891. *Athenas*, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, v.1, n.5, pp. 138-159... p. 141.

³⁶³ BRASIL. Constituição Federal de 1891, Título IV, secção II. Art.72 §2º.

aliança com o Governo da União, ou o dos Estados.³⁶⁴ Outra característica de destaque, referia-se à busca em proporcionar autonomia aos governos municipais, conforme previa o único artigo do título referente aos municípios, o qual apontava que, “os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.³⁶⁵

Diante do contexto de transformações no país, as autoridades municipais de São Paulo do Murihaé tomaram ciência da mudança do sistema de governo de forma oficial somente três dias após a sua ocorrência, em uma reunião convocada de forma extraordinária no dia 18 de Novembro de 1889. Nessa reunião, o então Presidente da Câmara realizou a leitura do telegrama enviado pelo Governo Interino do Estado de Minas Gerais anunciando a alteração que tinha ocorrido no país e descrevera as recomendações que deveriam ser seguidas pelos vereadores durante o período de transição. Como resposta ao Governo Estadual, o Presidente da Câmara enviou a ele um manifesto patriótico em que expunha conhecimento do fato e mencionava que acataria as novas normas estabelecidas.³⁶⁶

Durante os meses do ano de 1889 até a notícia da Proclamação da República em novembro, haviam sido realizadas na cidade 17 (dezessete) convocações pelo Presidente da Câmara às outras autoridades municipais para comparecimento nas reuniões camarárias. Dessas, apenas 10 (58,82%) tinham sido concretizadas e as outras 7 (41,17%) canceladas por falta de quórum. O intervalo de maior duração entre uma reunião e outra ocorrera entre os dias 22 de julho de 1889 a 18 de novembro do mesmo ano, período correspondente a diferença entre o dia em que a Câmara havia sido notificada da dissolução da Câmara dos deputados a do anúncio da República. Demonstrando que, a instabilidade vivida em âmbito nacional provocara insegurança entre os vereadores do município, afetando diretamente o andamento das políticas públicas.

Após a reunião, em que foi divulgado, aos membros da Câmara, o novo sistema de governo do país, outras seis reuniões foram anunciadas, contudo, não se efetivaram por falta de comparecimento dos vereadores.³⁶⁷ Estes, tinham consciência de que a edilidade municipal, a qualquer momento, seria dissolvida e eles teriam de dar lugar a um conjunto de membros simpáticos à causa republicana que, mais cedo ou tarde, seriam nomeados para dirigirem o município.

³⁶⁴ Ibidem. § 7º.

³⁶⁵ BRASIL. Constituição Federal de 1891, Título III, secção III. Art.68.

³⁶⁶ Ata de 18/11/1889. Livro nº 3, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁶⁷ Atas referentes às reuniões dos dias 28 e 29 de novembro de 1889 e 07, 10, 18 e 27 de janeiro de 1890. Livro 3. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

Apenas em 28 de janeiro de 1890, com os quatro novos membros sendo nomeados por meio de ofícios encaminhados pelo governador, que as reuniões camarárias voltariam a acontecer na cidade com a instalação da intendência municipal.³⁶⁸ Por ter ficado meses sem atuação, a Câmara possuía diversos projetos e resoluções sem a determinada averiguação. Diante desse excerto, entre os primeiros atos administrativos dos novos agentes municipais, destacaram-se a busca pela resolução das pendências existentes, a indicação para que fossem pagas todas as dívidas de responsabilidade da extinta edilidade, desde que essas fossem provadas por documentos legais, e também para que se dessem continuidade às obras paralisadas do município.³⁶⁹

Na medida em que o sistema republicano se consolidara no país, o funcionamento da edilidade municipal retornava a normalidade, com reuniões periódicas entre seus membros para gestão administrativa das questões que envolviam a cidade. Desse modo, a exceção de uma pequena lacuna temporal entre os anos de 1891 a 1896, devido à falta de documentos disponíveis no Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Buscou-se analisar a totalidade de atas disponíveis para averiguação, até o ano de 1910, sendo um total de 288 documentos com quantitativos de reuniões distribuídas ao longo dos anos conforme se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 20: Quantidade de sessões da Câmara Municipal ocorridas na cidade de São Paulo do Muriaé no período de 1889-1910

Ano	Período	Total de sessões	Sessões discutidas	Sessões adiadas
1889	04/01/1889 - 29/11/1889	20	12	8
1890	07/01/1890 - 02/09/1890	24	13	11
1897	24/12/1897 - 27/12/1897	3	3	0
1898	01/01/1898 - 17/12/1898	27	25	2
1899	09/01/1899 - 13/12/1899	23	20	3
1900	15/01/1900 - 15/12/1900	26	23	3
1901	01/03/1901 - 04/12/1901	19	12	7
1902	02/01/1902 - 01/10/1902	18	17	1
1903	02/01/1903 - 01/10/1903	16	9	7
1904	23/12/1904 - 30/12/1904	3	3	0
1905	01/01/1905 - 01/12/1905	29	21	8
1906	02/01/1906 - 24/09/1906	10	9	1
1907	02/01/1907 - 31/12/1907	17	11	6
1908	01/01/1908 - 16/12/1908	18	15	3

³⁶⁸ Intendência municipal seria uma espécie de Câmara Municipal, onde eram debatidas propostas para resolução de diversas questões administrativas municipais.

³⁶⁹ Ata de 28/01/1890. Livro 3, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

1909	02/01/1909 - 03/11/1909	15	11	4
1910	03/01/1910 - 07/12/1910	20	9	11
\	Total	288	213	75

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livro de atas, 1889 a 1910.

Conforme observado no quadro acima, o número de convocações para reuniões ao longo do período e as médias de sessões efetivadas sofreu variações de ano para ano, sendo o ano de 1905, apresentando-se como o de maior número de convocações, 29, em que 21 ou 72,41% tiveram suas sessões discutidas e 8 ou 27,58% adiadas devido a não presença de número suficiente de vereadores para compor a sessão. Os anos de 1897 e 1904 representaram os de menor número de chamadas, com apenas 3, as quais todas foram concretizadas.

O quantitativo de convocações para as reuniões, bem como a sua efetivação, além dos motivos já mencionados envolvendo as particularidades de cada vereador - como; distância da residência devido à grande extensão do município, viagens, problemas familiares e possíveis doenças - tinham muito a ver também com o ambiente político presente em cada ano. Foi colocada essa questão, pois há uma elevada porcentagem de adiamentos em sessões no ano da mudança do sistema de governo no país (40%), assim como no ano posterior (45,83%), e em 1910 (55%), quando o então Presidente da Câmara acumulava o cargo de deputado Estadual.

Com relação aos anos de 1897 e 1904, que são caracterizados por conterem apenas três discussões, o primeiro se justifica devido à falta de documentos disponíveis. O segundo estava associado ao não comparecimento do presidente da Câmara, que, em finais de 1903 havia se mudado para a cidade do Rio de Janeiro, deixando a edilidade antes do término de seu mandato que se encerraria em 1904, sendo as sessões existentes presididas por um vereador opositor que ficou encarregado de reunir cidadãos para realização de novas eleições para o ano de 1905. As lacunas existentes nas fontes demonstraram a necessidade de mais estudos voltados para a temática na região, em um período em que a sociedade, em geral, iniciara um momento de profundas transformações administrativas decorrentes da mudança de sistema de governo do país.

Com maior autonomia prevista na Constituição de 1891, os representantes da Câmara Municipal detinham de maior liberdade para resolução de assuntos internos e criação de meios para diminuir a extrema dependência monetária do poder estadual, com a criação de impostos. Mas a falta de um regimento norteador específico como o de 1828, fazia com que seus novos membros continuassem a seguir a maioria dos procedimentos que tinham sido estabelecidos no passado. Os governadores republicanos, na busca por maior apoio político, nomearam, juntamente com os novos membros que iriam compor a edilidade, algum cidadão

que já tinha exercido a função anteriormente,³⁷⁰ mesmo que esse fosse contrário ao novo sistema. Desse modo, a intensidade das reuniões da Câmara continuava de acordo com os projetos que eram apresentados pelos vereadores, assim como a análise de petições feitas pelos munícipes ou fiscais e medidas encaminhadas pelo governador do estado.

Não somente algumas das dinâmicas administrativas permaneceriam entre as características da edilidade no período republicano, mas também o desenvolvimento de algumas políticas que deveriam ser extintas com a promulgação das novas normas previstas na Carta Magna de 1891, principalmente a com relação à Igreja. Composta pela maioria de membros seguidores do catolicismo, a Câmara Municipal continuou a destinar recursos financeiros às matrizes católicas que compunham a cidade. Constatou-se esse fato, logo nos primeiros dias após o retorno das atividades administrativas, quando na reunião de 03 de fevereiro de 1890, a edilidade já deliberara um auxílio de 200 mil reis para concretização das obras da principal Matriz da cidade, com a qual a Câmara já havia gastado mais de 400 mil reis em anos anteriores.³⁷¹ Além do auxílio mencionado, a edilidade ainda destinaria 2:000\$000 contos de reis para construção de uma matriz no distrito de Dores da Vitória em 02 de julho de 1900,³⁷² 200 mil reis para obras na matriz do distrito de Limeira no dia 02 de janeiro de 1903,³⁷³ 500 mil reis para reformas na paróquia do distrito de Boa Família em 20 de janeiro de 1907³⁷⁴ e 1:000\$000 contos de reis para construção de outra matriz na sede do município em 05 de janeiro de 1907.³⁷⁵

Esses acontecimentos reforçam a ideia de que a modernidade liberal proposta pelo sistema republicano ainda era vista com desconfiança por parte de seus membros, que, ao mesmo tempo em que compartilhavam dos novos valores, ainda carregavam em suas atitudes o peso das relações paternalistas que havia fundamentado, durante séculos, a cultura política monárquica brasileira.³⁷⁶

As relações clientelistas, caracterizadas segundo Richard Graham,³⁷⁷ pela troca de benefícios e/ou empregos por votos, representavam outro aspecto que persistiu tendo presença

³⁷⁰ MARTINY, Carina. O saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro (na transição do Império para República). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. pp. 1-15. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030474_ARQUIVO_ANPUH2011CarinaMartiny2011_ANPUH.pdf>. Acesso em 22 de agosto. 2019. p. 4.*

³⁷¹ Ata de 16/06/1888. Livro 3, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁷² Ata de 02/07/1900. Livro 4, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁷³ Ata de 02/01/1903. Livro 5, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁷⁴ Ata de 20/01/1907. Livro 6, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁷⁵ Ata de 05/01/1907. Livro 6, Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁷⁶ VISCARDI, (2011), Op. Cit. 160.

³⁷⁷ GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX...* p. 35.

na cidade após a mudança do sistema de governo no país, principalmente em um momento da história em que a Câmara detinha de maior autonomia. A utilização do mesmo termo para o período Republicano foi explicado por Alexandre Mendes Cunha³⁷⁸ quando, após concordar com a caracterização feita por Graham, em seu artigo sobre a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira, mencionou que, as relações clientelísticas baseadas nas relações de dependência, de fato possuíam longa duração devido à maior pluralidade de casos e por serem formadas por um número infinito de condicionantes ao longo do tempo. Em outras palavras, o autor procurou evidenciar que as relações clientelísticas mudavam, ao longo do tempo, para deixarem iguais as relações sociais assimétricas que estão (e são) na sua própria origem.

Por se buscar apenas elucidar, de forma breve, algumas das características que não se alteraram na cidade com a Proclamação da República, não se entrou a fundo nas diversas discussões existentes acerca dos termos utilizados por autores como Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho, André Atila Fertig e outros, para classificação da relação entre os setores político e social ao longo do período em questão.

Diante dessa premissa, mesmo acreditando que na maioria das vezes as trocas de favores ocorriam de maneira informal, isto é, sem registro da ação, detectou-se junto à documentação analisada alguns fragmentos que corroboram para a ideia da permanência das relações clientelares na cidade. Entre eles, pode-se citar uma construção de ponte com recursos da Câmara sobre o Rio Glória na fazenda de um particular em 06 de março de 1899,³⁷⁹ a concessão a uma petição de um indivíduo para criação do cargo de Inspetor literário municipal, o qual o mesmo o assumiria em 02 de outubro de 1899³⁸⁰ e quatro suspensões da cobrança de impostos a diferentes cidadãos entre as datas de 16/01/1900,³⁸¹ 01/04/1905, 01/05/1905 e 01/04/1910.³⁸²

Não só de continuidades às práticas clientelares eram caracterizadas as ações dos membros da edilidade municipal no período republicano. Com o aumento populacional da cidade atrelado à intensificação das atividades na área urbana, mas com a contínua característica de investimentos da população no meio rural, cada vez mais aumentavam às demandas por serviços públicos de infraestrutura. Fossem para tornar mais salubre e próspera a comunidade presente no urbano, ou a residente no rural. Diante desse contexto, para

³⁷⁸ CUNHA, *Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares...* p. 232.

³⁷⁹ Ata de 06/03/1899. Livro 4. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸⁰ Ata de 02/10/1899. Livro 4. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸¹ Ata de 16/01/1900. Livro 4. Paço da Câmara Municipal de Muriaé

³⁸² Atas de 01/04/1905, 01/05/1905 e 01/04/1910. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

melhores interpretações acerca das políticas públicas desenvolvidas pelas autoridades municipais frente ao perfil econômico, político e social de uma cidade que, ao mesmo tempo, em que apresentara permanências em relação ao passado, necessitava do surgimento de novos elementos, a seguir, assim como na sessão anterior, foram quantificadas as políticas de infraestrutura desenvolvidas no período entre os anos de 1889 a 1910.

Quadro 21: Políticas de infraestrutura discutidas nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriaé entre os anos de 1889 a 1910

Ano	Pontes (construção, reconstrução e consertos)	Calçamentos, alinhamentos, desaterros e nivelamentos	Esgoto	Água	Concessão de terrenos	Estradas (abertura e manutenção)	Criação de escolas
1889	9	4	1	2	10	4	-
1890	8	2	1	1	2	2	-
1897	-	-	-	-	-	-	-
1898	10	-	3	-	-	-	13
1899	4	-	5	2	-	-	1
1900	4	-	-	1	-	3	8
1901	2	3	-	-	-	1	-
1902	1	2	-	-	-	-	2
1903	2	-	-	-	-	2	-
1904	-	-	-	-	-	-	-
1905	2	1	-	3	-	2	1
1906	1	-	-	-	-	-	1
1907	-	1	-	1	-	-	-
1908	1	-	-	2	2	-	1
1909	-	-	1	-	1	-	1
1910	-	1	-	2	1	1	3
Total	44	14	11	14	16	15	31

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, 1889 a 1910.

Do quantitativo total de 145 discussões referentes aos projetos de infraestrutura desenvolvidos ao longo do período, 44 (30,34%) foram referentes à construção, reconstrução ou consertos de pontes, 14 (9,66%) relativos a obras entre calçamentos, alinhamentos, desaterros e/ou nivelamentos. 11 (7,58%) relativos a questões envolvendo o esgotamento nos espaços que constituíam o município, 14 (9,66%) a projetos de abastecimento hídrico, 16 (11,04%) a concessão de terrenos. 15 (10,34%) a abertura e manutenção de estradas e 31 (21,27%) relacionadas à criação de escolas. Considerando as categorias pontes e estradas como características de políticas de infraestrutura rural e às outras à exceção da referente à

criação de escolas como de infraestrutura urbana, percebeu-se uma pequena superioridade de políticas desenvolvidas para o rural, 59 ou 40,68% em comparação com as voltadas para o urbano, 55 ou 37,93%. Enquanto que a referente às instituições de ensino somaram 31 ou 21,37%. Não se considerou como campo ou cidade a referente às escolas, pois essas poderiam ser instaladas em ambos os locais.

Assim como na sessão anterior, as discussões atreladas às pontes do município representaram a temática com maior número de projetos apresentados, totalizando 44. Desses, 26 (59,09%) consistiam em projetos para construção de novas edificações, 12 (27,27%) a consertos, 4 (9,09%) a reconstrução e 2 (4,54%) a outros serviços de manutenção. Entre os projetos, 34 (77,27%) foram aprovados e 10 (22,72%) rejeitados. Compreendeu-se a contínua predominância desse elemento entre as principais discussões das autoridades municipais no período, devido ao contexto em que a cidade se encontrara e a sua relevante importância. Sendo que, o elemento representava uns dos meios para a conexão entre algumas das diversas áreas do município, fazendo com que a ausência dele, pudesse prejudicar tanto o escoamento da produção cafeeira que se consolidava quanto à mobilidade dos habitantes entre os espaços da cidade.

Outro elemento importante para o fluxo de pessoas e mercadorias dentro do município e que também persistiu entre as principais discussões das autoridades no período, foi a referente às estradas. Dos 15 projetos apresentados, 7 (46,66%) estavam relacionados à abertura de novos caminhos e 8 (53,33%) a manutenção dos existentes, sendo 10 (66,66%) aprovados e 5 (33,33%) reprovados.

Os pedidos de concessão de terrenos na área urbana da cidade representaram outra temática que se apresentara entre as principais do período. Das 16 solicitações realizadas, somente 4 (25%) foram aceitas e 12 (75%) negadas. Dentre as aceitas, 3 haviam sido concretizadas até a reunião de 02 de julho de 1889, quando a Câmara como justificativa para o não atendimento de novas solicitações, decretara que buscava preservar os espaços públicos do município, devido a necessidade de escolha que teria de fazer de algum local para a construção de um novo fórum na cidade. O qual já teria sido projetado,³⁸³ mas que só viria a ser inaugurado anos mais tarde. O único aceito, após a referida data, estava relacionado à solicitação da doação de um imóvel rural feito pelo Presidente da Câmara, em 12 de fevereiro de 1908³⁸⁴, para a instalação de uma fazenda modelo em um dos arredores da sede da cidade, onde seriam ensinados aos agricultores do município os métodos modernos de agricultura que

³⁸³ Ata de 02/07/1889. Livro 3. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸⁴ Ata de 12/02/1908. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

já haviam sendo utilizados em outras localidades do estado, demonstrando que a preocupação com a produção agrícola se mantinha na medida em que se passavam os anos.

Entre as outras discussões envolvendo os elementos que constituíam o espaço urbano do município, percebeu-se a existência de 14 referentes ao arruamento da cidade, sendo 6 (42,86%) relacionadas a calçamentos, 3 (21,43%) a alinhamento das ruas, 3 (21,42%) a nivelamentos e 2 (14,28%) a desaterros. Desses, 8 (57,14%) foram aprovados e 6 (42,85%) negados. Se comparado com os números do período anterior, tem-se a impressão de uma recessão nos projetos relacionados à pavimentação das vias terrestres urbanas, visto terem sido debatidos 33 projetos entre os anos de 1870 a 1888.

No entanto, enquanto as discussões no período anterior envolviam locais isolados da cidade, nesse recorte temporal, ocorreram duas leis que demonstravam maior efetividade e transformação do espaço do urbano. Entre elas, pode-se destacar a de 01 de agosto de 1902,³⁸⁵ a qual ficou estabelecido o prazo de seis meses para construção de calçadas, com medidas de no mínimo 1,10m de largura por 22 cm de altura pelos moradores da sede do município em frente as suas residências e a lei de 01 de maio de 1905³⁸⁶ que previa que a edilidade municipal destinasse os recursos necessários para a realização do início da pavimentação com macadame³⁸⁷ das ruas que compunham o município.

Os elementos referentes ao esgoto e água que, juntos de outros procedimentos, caracterizavam o saneamento básico, obtiveram respectivamente 11 e 14 discussões realizadas, sendo que, das 11 relacionadas ao esgotamento do município, 8 (72,72%) foram aprovadas e 3 (27,27%) negadas. Enquanto que, das 14 referentes a água, 10 (71,42%) foram concedidas e 4 (28,57%) rejeitadas.

Característica comum entre as discussões desses dois elementos, constatou-se quanto à procura por parte dos membros da Câmara em torná-los concretos, sendo aprovada na reunião de 10 de abril de 1899³⁸⁸ a contratação de um engenheiro para realização de um orçamento para o encanamento do esgoto da sede do município e a autorização da Câmara ao seu presidente, em 01 de setembro de 1905³⁸⁹, para contratação de um empréstimo de até 300:000\$000 contos de reis para efetivação da compra dos materiais necessários para o serviço de abastecimento de água na sede do município.

³⁸⁵ Ata de 01/08/1902. Livro 5. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸⁶ Ata de 01/05/1905. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸⁷ Macadame, processo de revestimento de ruas e estradas que consiste numa mistura de pedras britadas, breu e areia, submetida à forte compressão.

³⁸⁸ Ata de 10/04/1899. Livro 4. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁸⁹ Ata de 01/09/1905. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

Ao extrapolarmos o recorte proposto e analisarmos as atas do ano de 1911, verificou-se na reunião do dia 19 de agosto,³⁹⁰ a celebração de um contrato com o engenheiro Dr. Elpídio Werneck para construção da rede de esgoto na cidade com o pagamento no valor de 25\$000 reis de suas diárias. Como também um contrato firmado, em 21 de dezembro³⁹¹, do mesmo ano, para o início da compra das manilhas junto à empresa Cerâmica Nacional João Pinheiro, no valor de 14.761\$500, para o início da canalização do esgoto na sede do município e no distrito de Patrocínio. Sendo destinados para a sede, 885 e 6.510 metros de manilha seis e quatro polegadas, respectivamente, além de 20 curvas de quatro polegadas e para o distrito de Patrocínio 2.860 metros de manilhas quatro polegadas.

Com relação aos projetos referentes à criação de escolas, percebeu-se um significativo crescimento, se comparado ao período anterior, em que apenas uma discussão havia sido realizada, e, agora, o elemento apresentara 31 projetos debatidos, com 27 (87,09%) aprovações e 4 (12,90%) rejeições. Se subdividirmos o elemento quanto à localidade pode-se constatar que, 11 (35,48%) se referiam à instalação na sede do município, que foi considerada no trabalho como urbana e 20 (64,51%) aos distritos. Tendo os vereadores aprovado para a sede 10 (90,90%) projetos e negado apenas 1 (9,09%), enquanto aprovaram 17 (85%) dos que se referiam aos distritos e rejeitaram 3 (14,99%).

Sobre o referido elemento, é importante destacar algumas observações acerca dos números apresentados para que não ocorram interpretações precipitadas. Desse modo, é importante ressaltar que, o termo criação de escola não se refere a edificações de prédios destinados ao ensino. Mas, sim, à contratação de professores para ensinar em alguns locais da sede ou nas outras áreas que compunham o município, muitas vezes sendo realizado até mesmo em fazendas em que o proprietário cedia um espaço de sua propriedade para tal função.

Para maior efetivação do ensino, na sessão de 01 setembro de 1908, foi apresentada, pelo vereador Major Antonio José da Silveira Freitas, uma proposta de lei a qual previa a obrigatoriedade de matrícula em instituição de ensino as crianças de 7 a 12 anos pelos seus responsáveis, salvo algumas exceções, conforme se pode observar a seguir, em uma das partes da sessão,

Em seguida pediu a palavra o vereador Silveira Freitas apresentou o seguinte projeto de lei, que leu : “Projeto de lei= Artigo 1º. Todo o pai tutor, curador ou patrão de menores, de ambos os sexos de 7 à 12 anos de idade que residir em local onde exista escola pública ou subvencionada pela Câmara e não matricula-los nas ditas escolas ficará sujeito a multa de 5\$000, duplicada nas

³⁹⁰ Ata de 19/08/1911. Livro 7. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹¹ Ata de 21/12/1911. Livro 7. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

reincidências. Não estão compreendidos nas disposição da presente lei: a) Os menores que residirem a mais de três Kilometros do local em que estiver situada a escola; b) os que forem incapazes intellectualmente c) os que receberem instrução adequada nos respectivos domicilios, ou em estabelecimentos particulares; d) os que houverem completado o curso preliminar. Na mesma penalidade do artigo ficarão inclusos os responsáveis por menores que faltarem ás aulas por mais de cinco vezes mensalmente, salvo o caso de moléstia comprovada perante o professor da cadeira. Sempre que se dê qualquer infração da presente lei: a Camara Municipal os officiar ou mediante denuncia de qualquer pessoa, fará notificar o infractor para no praso de trinta dias dos cumprimento a presente lei. Fica o presidente da Câmara autorizado a fornecer vestuário modestos aos membros, cujos pais ou responsáveis fossem notoriamente pobres. O produto das multas cobrados em virtude da presente lei, será applicada na compra de livros e utensílios para a escola da zona em que residir o infractor. Sala das sessão da Câmara, 1º de setembro de 1908. (...) Feito pedido para que a discussão fosse adiada para primeira sessão ordinária seguinte. Pedido unanimemente aprovado.³⁹²

A sessão posterior, ocorrida no dia 15 de setembro de 1908,³⁹³ teve, em seu início, a frase seguinte “lida a acta da sessão passada, foi à mesma sem discussão approvada”, e nem nessa ata, quanto nas outras seguintes, obteve-se referência se a referida lei havia sido aprovada ou não. Mesmo diante dessa premissa, percebeu-se a preocupação por parte dos gestores do município em promover a efetivação da instrução aos munícipes, desenvolvendo assim o nível intelectual da sociedade que compunha a cidade.

Além dos projetos de infraestrutura presentes no quadro, cabe destacar também outros projetos que foram desenvolvidos pelos membros da edilidade e que contribuiram para evidenciar a preocupação que as autoridades passaram a ter com relação ao espaço urbano do município. Dentre esses, em ordem cronológica, observou-se; a criação de um novo depósito municipal para os animais que estivessem vagando nas ruas da sede do município durante o dia ou à noite em 01 de maio de 1902,³⁹⁴ a autorização ao presidente da Câmara para promover a arborização da cidade e nas sedes dos distritos em 01 de setembro de 1905;³⁹⁵ a instauração de regras para edificações no espaço urbano em 02 de março de 1906,³⁹⁶ o abastecimento de água aos jardins e praças da cidade em 12 de fevereiro de 1908,³⁹⁷ a aquisição de uma nova carroça para a realização da limpeza dos espaços da sede do município em 01 de setembro de 1909³⁹⁸ e a deliberação para a construção de um coreto na praça da

³⁹² Ata de 01/09/1908. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹³ Ata de 15/09/1908. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹⁴ Ata de 01/05/1902. Livro 5. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹⁵ Ata de 01/09/1905. Livro 5. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹⁶ Ata de 02/03/1906. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹⁷ Ata de 12/02/1908. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

³⁹⁸ Ata de 01/08/1909. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

cidade em 01 de abril de 1910.³⁹⁹ Esse inaugurado no mesmo ano, conforme se pode observar na imagem a seguir.

Imagem 2: Festa de inauguração do coreto da cidade no ano de 1910



Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Inauguração do coreto público em 1910.

Outras importantes medidas tomadas pelo setor administrativo da cidade para o desenvolvimento econômico e social dos habitantes da sede do município, eram referentes à aprovação dada ao presidente da Câmara, na data de 01 de maio de 1909 para contrair, junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, este, localizado na cidade de Juiz de Fora, um empréstimo de 150:000\$000⁴⁰⁰ contos de reis para instalação de uma usina hidroelétrica na cachoeira do Rio Preto, denominada Fumaça, com o intuito de prover energia elétrica e iluminação à cidade. Ficando estabelecidos na reunião em 22 de setembro de 1909⁴⁰¹ os vinte artigos que regulamentariam os critérios para a utilização da energia, sendo previsto no § único do artigo 13 que, teria isenção de energia por cinco anos o industrial que fundasse na cidade uma fábrica de tecidos, assim como, por três anos, aquele que utilizasse maquinário para desempenhar alguma indústria ainda inexistente na cidade. Medidas essas que, quando colocadas em prática, automaticamente, possibilitaria uma maior geração de empregos aos habitantes da sede, visto representar importante ajuda para instalação de variados tipos de empresas.

³⁹⁹ Ata de 01/04/1910. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁰ Ata de 01/05/1909. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé

⁴⁰¹ Ata de 22/09/1909. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé

Ao mesmo tempo em que as autoridades municipais desenvolviam medidas para dinamização das atividades urbanas, também forneciam, mesmo que em menor quantidade, subsídios para produção agrícola do município. Ao averiguar os relatórios de despesas apresentadas pelos vereadores das diversas áreas que compunham a cidade (sede e distritos), percebeu-se que, em todos havia a presença do elemento extrusão de formigas, o qual estaria disponível nas localidades e era destinado aos produtores rurais, que em seu total, somou 1.100\$000 em 1905,⁴⁰² 1.100\$000 em 1906,⁴⁰³ 1.050\$000 em 1907,⁴⁰⁴ 920\$000 em 1908,⁴⁰⁵ 920\$000 em 1909⁴⁰⁶ e 740\$000 em 1910.⁴⁰⁷

Com a procura de realizar de forma simultânea, mesmo que em proporções diferentes, investimentos tanto na área urbana, quanto na rural, observou-se que o município apresentara no decorrer dos anos um significativo aumento, de aproximadamente 37%, em sua receita orçamentária, saltando da quantia de 94.500\$000 em 1905⁴⁰⁸ para 129.115\$576 em 1910.⁴⁰⁹ Este aumento, levou-nos a entender que a intervenção do poder público nas diversas áreas do município representava o fator determinante para a estruturação de seu desenvolvimento econômico. Este que, cada vez mais, possibilitava a melhoria da infraestrutura da cidade, o que consequentemente atrairia investimentos nesse espaço pela população com capitais oriundos da pujante produção cafeeira, ou até mesmo de empresas externas, ocasionando na diversificação das atividades econômicas e em um contínuo crescimento urbano.

As diversas atribuições expostas ao longo do capítulo são fundamentais para que possamos compreender as continuidades ou transformações ocorridas nos diversos âmbitos de São Paulo do Muriaé e como os fatores presentes em um contexto macro influenciaram, ou não, às medidas dos moradores que compunham a sociedade muriaeense. É importante salientar que, mesmo persistindo algumas características tradicionais, à cidade ao longo do período, obteve maior desenvolvimento tanto em sua área rural quanto em seu espaço urbano. Este que presenciou uma maior diversificação de suas atividades econômicas, e dos serviços prestados, acarretado principalmente devido à dinamização da produção cafeeira que atraía cada vez mais novos migrantes e imigrantes para a região, principalmente com o fim do trabalho escravo em 1888.

⁴⁰² Ata de 13/01/1905. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰³ Ata de 29/09/1905. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁴ Ata de 24/09/1906. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁵ Ata de 28/09/1907. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁶ Ata de 30/09/1908. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁷ Ata de 22/09/1909. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁸ Ata de 13/01/1905. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

⁴⁰⁹ Ata de 22/09/1909. Livro 6. Paço da Câmara Municipal de Muriaé.

Considerações Finais

O trabalho procurou explicar as características presentes nos âmbitos político e econômico que levaram ao desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé, cidade localizada na Zona da Mata mineira, durante os anos compreendidos no período de 1870 a 1910. Para tal análise, utilizou-se principalmente as atas e resoluções da Câmara Municipal que foram intercaladas com os inventários *post-mortem* e os registros de indústria e profissão. Visando à realização de um acompanhamento do surgimento de novos elementos que aos poucos se instalavam no município. Juntamente com a leitura e interpretação das fontes, buscou-se também colocar em evidência os movimentos de transformação presentes na sociedade brasileira que levaram a significativas alterações da estrutura política e social do Brasil durante o período.

Além das dimensões político-econômicas, procurou-se fazer uma síntese sobre a produção historiográfica de São Paulo do Muriaé e região, especialmente no que dizia respeito aos aspectos relacionados à ocupação, produção agrícola e crescimento demográfico. Outros pontos analisados e entendidos como fundamentais para interpretações diacrônicas seguras, consistiram no diálogo realizado acerca dos conceitos de rural e urbano, as mudanças econômicas vivenciadas pelo país no período e os fatores que desencadearam na alteração do sistema de governo.

A partir da subdivisão do período em dois subperíodos 1870-1888 e 1889-1910 e da análise separadamente do contexto econômico e político, constatou-se que, até o fim da escravidão do país, a sociedade muriaeense baseava suas formas de investimentos nos ativos, terra, escravo, café e dívida ativa. Investimentos caracterizados pela historiografia regional como tradicionais⁴¹⁰ e que demonstravam o acompanhamento econômico dos habitantes da cidade aos moldes presentes nos outros municípios da região. Ao mesmo tempo em que se constatou o perfil socioeconômico dos moradores sendo predominantemente voltados para o meio rural, diagnosticou-se também que grande parte das discussões das autoridades municipais se relacionava a projetos para o desenvolvimento deste setor, a exceção de pouquíssimas vezes em que projetos urbanos eram colocados em pauta, mesmo assim para resolução de questões cotidianas, sem muita complexidade.

Com a instalação da ferrovia em 1886, a produção cafeeira do município, obteve melhores condições de escoamento e, em pouco tempo, se intensificaria, mais precisamente

⁴¹⁰ ALMICO (2001). Op. Cit. p. 134.

nos primeiros anos do século XX. Nesse período, a cidade assumiria também a posição de maior produtor de café da região, atraindo assim novos habitantes, o que automaticamente geraria novas demandas e dinamizaria as atividades econômicas do município.

Diante desse contexto somado com a abolição da escravidão em 1888, percebemos uma alteração nas formas de investimento da população no período compreendido entre os anos de 1889 a 1910. Nesse recorte, os ativos café, terras e casas apareceram como os principais, demonstrando não ter havido uma ruptura total entre os principais investimentos, ou que a sociedade, de repente, transformaria seu perfil agrário-exportador para urbano-industrial. O que se constatou foi uma transferência de aplicações para o meio urbano que se intensificaria com o decorrer dos anos, sendo que, os capitais excedentes da produção cafeeira, antes destinados ao aumento de mão de obra nas propriedades, com a aquisição de novos cativos, passariam a ser investidos no espaço urbano, principalmente na compra e/ou construção de imóveis. Estes que, para se tornarem geradores de lucro, muitas vezes acabavam sendo destinados para locação e quando alugados podiam representar ou não o surgimento de novas atividades econômicas, como comércios, lojas, negócios, fábricas e outros.

Perante a uma sociedade que necessitava de investimentos em ambos os setores, as autoridades municipais que, no período republicano, contavam com maior poder para gestão dos recursos financeiros da edilidade municipal e, para tomada de decisões, devido à maior autonomia prevista na constituição de 1891, procuraram realizar projetos de infraestrutura que atendessem a ambos os setores. Nesse sentido, continuariam predominantes as políticas públicas voltadas para o setor rural, mas, de forma simultânea, a partir do aumento de recursos com a contratação de empréstimos, procuraram-se também desenvolver efetivamente o espaço urbano do município. Prova disso foram as realizações, no decorrer dos anos, de obras como; abastecimento de água, calçamento das ruas, canalização da rede de esgoto, instalação de energia elétrica e outros, além da procura pela disseminação do ensino escolar à população. Políticas essas desenvolvidas que, ao final, resultaram no aumento das receitas orçamentárias municipais, visto a abrangência da cobrança de impostos, criando assim um processo em cadeia de circulação, o que gerou o desenvolvimento econômico e urbano do município.

Além dos elementos que demonstravam como as transformações ocorridas nas estruturas político e social do país impactaram o desenvolvimento urbano e econômico de São Paulo do Muriaé no período. O trabalho também procurou demonstrar a contínua concentração de riqueza nas mãos de poucos e a persistência de relações rudimentares na

administração municipal, essas que, deveriam ter sido abolidas com a mudança do sistema de governo no país em 1889. Levando-nos a entender que, mesmo com o desenvolvimento sendo realizado, continuariam existindo no município privilégios de acesso e oportunidades em diversos setores que compunham a administração.

De modo geral, o trabalho buscou desmistificar paradigmas e preencher lacunas deixadas por outros trabalhos, indo ao encontro com a historiografia da Zona da Mata que está a se materializar e criando indagações que deverão ser consolidadas por pesquisas posteriores. Se o município continuará seu desenvolvimento nos anos posteriores, diversificando ainda mais suas atividades econômicas, entende-se que tal fato ainda se constitui em uma lacuna da historiografia da região. Uma vez que ela, ainda está em processo de construção historiográfica, mas, diante ao analisado, constatou-se que, a sociedade muriaeense aos poucos criava seus alicerces para o progresso, tendo buscado atender e absorver as novas demandas que surgiam no país.

FONTES DOCUMENTAIS

Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé: Livros de Atas

Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livro número 1, correspondente às atas de novembro de 1871 a julho de 1873.

_____. Livro número 2, correspondente às atas de janeiro de 1880 a agosto de 1885.

_____. Livro número 3, correspondente às atas de maio de 1888 a setembro de 1890.

_____. Livro número 4, correspondente às atas de dezembro de 1897 a dezembro de 1900.

_____. Livro número 5, correspondente às atas de março de 1901 a dezembro de 1904.

_____. Livro número 6, correspondente às atas de janeiro de 1905 a dezembro de 1910.

Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé: Livros de registros de indústrias e profissões

_____. Livro número 1, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1889.

_____. Livro número 2, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1892.

_____. Livro número 3, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1896.

_____. Livro número 4, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1898.

_____. Livro número 5, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1899.

_____. Livro número 6, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1905 a 1907.

_____. Livro número 7, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1908 a 1910.

Inventários

1. Inventário de José Maria Rabelo Junior. FTPM. Muriaé, 1870.
2. Inventário de Maria Magdalena de Jesus. FTPM. Muriaé, 1870.
3. Inventário de João Francisco de Cerqueira. FTPM. Muriaé, 1870.
4. Inventário de Anacleto Elias de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1870.
5. Inventário de João Alves Bittencourt. FTPM. Muriaé, 1870.
6. Inventário de Francisco José de Lima. FTPM. Muriaé, 1871.
7. Inventário de Manoel Domingues da Cruz. FTPM. Muriaé, 1871.
8. Inventário de Amélia Maria de Almeida. FTPM. Muriaé, 1873.
9. Inventário de Antonia Carolina do Sacramento. FTPM. Muriaé, 1873.
10. Inventário de Benta de Sá Barboza. FTPM. Muriaé, 1874.
11. Inventário de Matheus José Alves da Silveira. FTPM. Muriaé, 1874.
12. Inventário de Constância Mathilde da Trindade. FTPM. Muriaé, 1874.
13. Inventário de Rita de Cássia Xavier de Assis. FTPM. Muriaé, 1874.
14. Inventário de Sabina Rosa de Almeida Xavier. FTPM. Muriaé, 1874.
15. Inventário de João Gomes de Figueiredo. FTPM. Muriaé, 1875.
16. Inventário de Francisca de Paula Jesus. FTPM. Muriaé, 1875.
17. Inventário de José Francisco de Bem. FTPM. Muriaé, 1875.
18. Inventário de José Gomes de Mello. FTPM. Muriaé, 1875.
19. Inventário de Antonio José da Silva. FTPM. Muriaé, 1875.
20. Inventário de Maria Cardoza de Faria. FTPM. Muriaé, 1875.
21. Inventário de José Antonio Penna. FTPM. Muriaé, 1876.
22. Inventário de Avelina Maria do Espírito Santo. FTPM. Muriaé, 1876.
23. Inventário de Ana Cândida de Jesus. FTPM. Muriaé, 1876.
24. Inventário de Ana Cândida Carneiro. FTPM. Muriaé, 1876.
25. Inventário de José Antonio Alves (Chumbo). FTPM. Muriaé, 1876.
26. Inventário de Maria Francisca da Silva Castro. FTPM. Muriaé, 1876.
27. Inventário de José Leite de Andrade. FTPM. Muriaé, 1877.
28. Inventário de Maria Bernardina Rodrigues. FTPM. Muriaé, 1877.
29. Inventário de Manoel Dias Rabelo. FTPM. Muriaé, 1877.
30. Inventário de Joaquim Quintiliano dos Reis. FTPM. Muriaé, 1878.
31. Inventário de José Etienne Arreguez. FTPM. Muriaé, 1878.
32. Inventário de João Lauriano Cunha e Maria Francisca. FTPM. Muriaé, 1878.

33. Inventário de José Rodrigues Alves. FTPM. Muriaé, 1878.
34. Inventário de Messias Candida da Silva Vilella. FTPM. Muriaé, 1878.
35. Inventário de Maria Candida de Jesus. FTPM. Muriaé, 1878.
36. Inventário de Antonio Augusto Borges de Abrantes. FTPM. Muriaé, 1878.
37. Inventário de Rita Theodora de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1878.
38. Inventário de José Ignacio Fernandes. FTPM. Muriaé, 1878.
39. Inventário de Marcillino Garcias de Mattos. FTPM. Muriaé, 1879.
40. Inventário de Adriana Cecília de Araújo. FTPM. Muriaé, 1879.
41. Inventário de Antonio Bernardo Ferreira. FTPM. Muriaé, 1879.
42. Inventário de Antonio Castro Ribeiro. FTPM. Muriaé, 1879.
43. Inventário de Ana Custódia de Jesus. FTPM. Muriaé, 1879.
44. Inventário de José Venâncio de Souza. FTPM. Muriaé, 1880.
45. Inventário de Mariana Cândida de Souza. FTPM. Muriaé, 1880.
46. Inventário de Francisco Alberto dias. FTPM. Muriaé, 1880.
47. Inventário de Noutel Antonio de Almeida. FTPM. Muriaé, 1880.
48. Inventário de Francisco José Correia Neto. FTPM. Muriaé, 1880.
49. Inventário de Marcelino José Correa. FTPM. Muriaé, 1880.
50. Inventário de Antonia Ferreira Marques. FTPM. Muriaé, 1880.
51. Inventário de Rosa Maria de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1881.
52. Inventário de Joaquim José Ribeiro. FTPM. Muriaé, 1881.
53. Inventário de Francisca Cerilia da Cunha. FTPM. Muriaé, 1881.
54. Inventário de Adriano José Botelho. FTPM. Muriaé, 1881.
55. Inventário de Lucas Antonio Vieira e D'Theodora. M de Assunção. FTPM. Muriaé, 1882.
56. Inventário de Valério Ferreira da Cunha. FTPM. Muriaé, 1883.
57. Inventário de Francisco Theodoro de Andrade. FTPM. Muriaé, 1883.
58. Inventário de Manoel de Paiva Moreira e Maria Clementina Paiva. FTPM. Muriaé, 1883.
59. Inventário de Domiciano Francisco de Souza. FTPM. Muriaé, 1883.
60. Inventário de José Maximo da Fonseca. FTPM. Muriaé, 1883.
61. Inventário de Desembargador Antônio Augusto da Silva Canedo. FTPM. Muriaé, 1883.
62. Inventário de Antonia Maria Teixeira. FTPM. Muriaé, 1883.
63. Inventário de Germana Valentim Roiz. FTPM. Muriaé, 1883.
64. Inventário de Thomas Gomes de Souza. FTPM. Muriaé, 1884.
65. Inventário de Umbilina Victoria de Paula. FTPM. Muriaé, 1884.
66. Inventário de Antônio José de Oliveira Lomeu. FTPM. Muriaé, 1884.

67. Inventário de Ambrozio Joaquim Pimentel. FTPM. Muriaé, 1884.
68. Inventário de Antonio José da Fonseca. FTPM. Muriaé, 1884.
69. Inventário de Maria Francisca. FTPM. Muriaé, 1884.
70. Inventário de Maria Joaquina Ferreira. FTPM. Muriaé, 1884.
71. Inventário de Gervânia Rufina do Sacramento. FTPM. Muriaé, 1884.
72. Inventário de Maximiano Alves Pereira. FTPM. Muriaé, 1884.
73. Inventário de Mariana Candida da Cunha. FTPM. Muriaé, 1885.
74. Inventário de Rosalina Theodora Alves da Silva. FTPM. Muriaé, 1885.
75. Inventário de João Baptista Bocard. FTPM. Muriaé, 1885.
76. Inventário de Maria Albina de Andrade. FTPM. Muriaé, 1885.
77. Inventário de Floriano Thomaz Roiz. FTPM. Muriaé, 1885.
78. Inventário de Maria Godina Frauches. FTPM. Muriaé, 1885.
79. Inventário de Antonio Luiz de Oliveira Sá. FTPM. Muriaé, 1885.
80. Inventário de Lino Teixeira de Siqueira (filho). FTPM. Muriaé, 1887.
81. Inventário de João José Correa. FTPM. Muriaé, 1888.
82. Inventário de Albino José Dias. FTPM. Muriaé, 1888.
83. Inventário de Manoel Antônio de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1888.
84. Inventário de Maria Cacimira de Assumpção. FTPM. Muriaé, 1889.
85. Inventário de Vicente Ferreira Ribeiro. FTPM. Muriaé, 1889.
86. Inventário de Joaquim José Vilella. FTPM. Muriaé, 1889.
87. Inventário de Leocadia Camila de Jesus. FTPM. Muriaé, 1889.
88. Inventário de Francisco Bueno de Azevedo Macedo. FTPM. Muriaé, 1890.
89. Inventário de Maria Ferrreira Rodrigues. FTPM. Muriaé, 1890.
90. Inventário de José Martins de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1891.
91. Inventário de Gernusiana Nunes Weller. FTPM. Muriaé, 1892.
92. Inventário de Theophilo Tostes. FTPM. Muriaé, 1892.
93. Inventário de Luis Pinto Ribeiro. FTPM. Muriaé, 1892.
94. Inventário de Anna Felícia de Jesus. FTPM. Muriaé, 1892.
95. Inventário de José Barbosa. FTPM. Muriaé, 1893.
96. Inventário de Sebastião Quirino da Veiga. FTPM. Muriaé, 1893.
97. Inventário de Manoel Antonio da Silveira. FTPM. Muriaé, 1893.
98. Inventário de Maria da Conceição. FTPM. Muriaé, 1893.
99. Inventário de Antonio Manoel Evangelista. FTPM. Muriaé, 1893.
100. Inventário de Antonio Mendes dos Reis. FTPM. Muriaé, 1893.

101. Inventário de João Gonçalves Quintão. FTPM. Muriaé, 1894.
102. Inventário de Maria Romualda de Mesquita. FTPM. Muriaé, 1894.
103. Inventário de Luiz Orozimbo Alves Mesquita. FTPM. Muriaé, 1894.
104. Inventário de Antonio José Corrêa. FTPM. Muriaé, 1894.
105. Inventário de Francisco Corrêa Sobrinho. FTPM. Muriaé, 1894.
106. Inventário de Caetano Pedro de Mattos. FTPM. Muriaé, 1894.
107. Inventário de Bento Ferreira Roberto. FTPM. Muriaé, 1894.
108. Inventário de Virgina Ferreira da Silva. FTPM. Muriaé, 1894.
109. Inventário de Sebastiana Geralda de Jesus. FTPM. Muriaé, 1894.
110. Inventário de Rita Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1894.
111. Inventário de D. Anna Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1894.
112. Inventário de Joana Ferreira de Freitas. FTPM. Muriaé, 1895.
113. Inventário de Joaquim Ferreira de Araújo. FTPM. Muriaé, 1895.
114. Inventário de Bento Carlos de Souza. FTPM. Muriaé, 1895.
115. Inventário de Dorothea Maria de São José. FTPM. Muriaé, 1895.
116. Inventário de João Carlos de Souza e esposa D. Rosa .M de Jesus. FTPM. Muriaé, 1895.
117. Inventário de Antonia Rosa de Jesus. FTPM. Muriaé, 1896.
118. Inventário de Luzia Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1896.
119. Inventário de Domingos José Carneiro. FTPM. Muriaé, 1897.
120. Inventário de Maria Roberta de Lanes Carvalho. FTPM. Muriaé, 1897.
121. Inventário de Afonso de Castro Carnes. FTPM. Muriaé, 1897.
122. Inventário de Candido Alberto da Rosa. FTPM. Muriaé, 1897.
123. Inventário de Francisco Luiz Lima. FTPM. Muriaé, 1898.
124. Inventário de Lenire dos Santos Garcia. FTPM. Muriaé, 1898.
125. Inventário de Maria José da Conceição. FTPM. Muriaé, 1898.
126. Inventário de Antonio Teixeira de Cerqueira Sobrinho. FTPM. Muriaé, 1898.
127. Inventário de Antonio Moreira de Faria. FTPM. Muriaé, 1898.
128. Inventário de Henriqueta Pereira da Silva. FTPM. Muriaé, 1898.
129. Inventário de Benjamim Dias. FTPM. Muriaé, 1899.
130. Inventário de Maria Padilha Figueiredo. FTPM. Muriaé, 1899.
131. Inventário de Rozalina Pereira de Jesus. FTPM. Muriaé, 1899.
132. Inventário de Margarida de Castro Delayte. FTPM. Muriaé, 1899.
133. Inventário de Dorcellina Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1899.
134. Inventário de Antonio Laviola. FTPM. Muriaé, 1899.

135. Inventário de Bernardina Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1899.
136. Inventário de Ignacia Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1899.
137. Inventário de Severino Ignacio de Assis. FTPM. Muriaé, 1899.
138. Inventário de Luiz Pedro da Costa. FTPM. Muriaé, 1899.
139. Inventário de Clarinda de Lat. FTPM. Muriaé, 1900.
140. Inventário de Joaquim Machado dos Santos. FTPM. Muriaé, 1900.
141. Inventário de Waldina Mendes de Cerqueira. FTPM. Muriaé, 1900.
142. Inventário de Padre José Delfino César. FTPM. Muriaé, 1900.
143. Inventário de Gregorio Jeronymo de Figueiredo. FTPM. Muriaé, 1901.
144. Inventário de Joaquim Francisco Metello. FTPM. Muriaé, 1901.
145. Inventário de Maria Rita de Jesus. FTPM. Muriaé, 1901.
146. Inventário de Francisco Pedro do Nascimento. FTPM. Muriaé, 1901.
147. Inventário de Tiburcio Antonio Borges. FTPM. Muriaé, 1902.
148. Inventário de José Monteiro de Campos. FTPM. Muriaé, 1902.
149. Inventário de Vicente Grande. FTPM. Muriaé, 1902.
150. Inventário de Joaquim Gomes da Silva. FTPM. Muriaé, 1903.
151. Inventário de José. L. A. Vieira e esposa Antonia L. de Assunção. FTPM. Muriaé, 1903.
152. Inventário de Maria Joana da Glória. FTPM. Muriaé, 1903.
153. Inventário de Maria Olinda de Jesus. FTPM. Muriaé, 1903.
154. Inventário de Claudino Ferreira de Souza. FTPM. Muriaé, 1904.
155. Inventário de Manoel José da Silva. FTPM. Muriaé, 1904.
156. Inventário de Mariana Candida de José. FTPM. Muriaé, 1904.
157. Inventário de Ricardo Maximiano de Silva Carlos. FTPM. Muriaé, 1904.
158. Inventário de Belarmina Antonio da Silveira. FTPM. Muriaé, 1904.
159. Inventário de Luiza Simonini. FTPM. Muriaé, 1904.
160. Inventário de João Alves da Cunha. FTPM. Muriaé, 1904.
161. Inventário de Joana Camilla Pedrosa. FTPM. Muriaé, 1904.
162. Inventário de Manoel Avelino de Paula. FTPM. Muriaé, 1904.
163. Inventário de Manoel Martins Cardoniz. FTPM. Muriaé, 1904.
164. Inventário de Francisco Pimentel. FTPM. Muriaé, 1905.
165. Inventário de Antonio L. de Carvalho e esposa Rita L. de C. FTPM. Muriaé, 1905.
166. Inventário de Padre José Dias Henriques. FTPM. Muriaé, 1905.
167. Inventário de Domingas Viana Barbosa. FTPM. Muriaé, 1905.
168. Inventário de João Nunes de Oliveira. FTPM. Muriaé, 1905.

169. Inventário de João Venancio de Sodré Fonseca. FTPM. Muriaé, 1905.
170. Inventário de Balbina Rosa de Jesus. FTPM. Muriaé, 1905.
171. Inventário de José Ribeiro de Castro. FTPM. Muriaé, 1905.
172. Inventário de Francisco Ricardo Teixeira. FTPM. Muriaé, 1905.
173. Inventário de Miguel Eugenio Monteiro de Castro. FTPM. Muriaé, 1905.
174. Inventário de Rita Maria do Carmo. FTPM. Muriaé, 1905.
175. Inventário de José Siqueira de Carvalho. FTPM. Muriaé, 1905.
176. Inventário de Sebastião Antonio Gertrudes. FTPM. Muriaé, 1906.
177. Inventário de Maria do Carmo de Jesus. FTPM. Muriaé, 1906.
178. Inventário de Jeronymo Rodrigues Pinto. FTPM. Muriaé, 1906.
179. Inventário de Antonio José Pinto. FTPM. Muriaé, 1906.
180. Inventário de Ana Francisca da Silva. FTPM. Muriaé, 1906.
181. Inventário de Maria da Glória de Jesus. FTPM. Muriaé, 1907.
182. Inventário de Mariana Candida Ferreira. FTPM. Muriaé, 1907.
183. Inventário de Delfina Maria de Jesus. FTPM. Muriaé, 1907.
184. Inventário de D Maria Eugênia de Jesus. FTPM. Muriaé, 1907.
185. Inventário de Eliziário José Lopes. FTPM. Muriaé, 1907.
186. Inventário de Joaquim José Pires e sua esposa Rosa. M de Jesus. FTPM. Muriaé, 1907.
187. Inventário de D. Maria da Conceição. FTPM. Muriaé, 1908.
188. Inventário de Honorio Alberto de Santana. FTPM. Muriaé, 1908.
189. Inventário de Manoel Teixeira da Fonseca. FTPM. Muriaé, 1908.
190. Inventário de João Antonio Pereira. FTPM. Muriaé, 1908.
191. Inventário de Emiliana Thereza de Souza. FTPM. Muriaé, 1909.
192. Inventário de Joaquim José Rosa. FTPM. Muriaé, 1909.
193. Inventário de Antonia Rita de Jesus. FTPM. Muriaé, 1910.
194. Inventário de João Alves da Cunha. FTPM. Muriaé, 1910.
195. Inventário de Francisca Cesária de Jesus. FTPM. Muriaé, 1910.

Bibliografia

- AB' SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007
- ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. *Concepções de Espaço Geográfico e Território. Sociedade e Território*. Natal, v 22, n° 1, pp 46- 64, jan/jun. 2010
- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia do Brasil Império, 1822-1889*. Departamento de Economia Puc. Rio de Janeiro. 2001. p 5-8.
- ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/ 1870-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Unicamp, Campinas, 2001.
- ALTOÉ, Valentino. *O Altar e o Trono: um mapeamento das ideias políticas e dos conflitos entre a igreja e o Estado no Brasil. (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- AMADO, Janaína. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- AMANTINO, Márcia Sueli. *O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. Vária História*. Belo Horizonte, n° 29, pp. 79-97, Janeiro, 2003.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História): USS. Vassouras, 2006.
- _____. *Ocupação e formação econômica dos sertões do Muriaé*. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2007, pp. 1-10. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Vitoria%20F%20Schettini%20de%20Andrade.pdf>. Acesso: 15 Jan. 2019.
- _____. *Os sertões de São Paulo do Muriaé*. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888. Tese de Doutorado em (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.
- _____. *Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: Conflitos e redes de sociabilidades*. In: SOUSA, Jorge Prata de. ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: Escravos, Família e Liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007.
- AZAMBUJA, Luciano de. *Crítica das fontes: historiografia para o ensino e aprendizagem de História de Santa Catarina*. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa

Catarina: (UFSC), 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397952_ARQUIVO_ANPUH2015A_RTIGOLUCIANODEAZAMBUJA.pdf>. Acesso em 15 dez. 2018.

BACELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes históricas*. PINSK, Carla Bassanezi (org). São Paulo: Editora Contexto, 2005. pp 23-79.

BARRETO, Patrícia R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. In: *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008, pp. 1-8. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf>. Acesso em 08 de Agosto de 2019.

BARROS, José D' Assunção. A História serial e a História quantitativa no movimento dos Anales. *História Revista*, Goiânia, n.1, pp. 203- 222. 2012.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1997.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

BLASENHEIM. Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *Locus*, Juiz de Fora, n.2, pp. 81-100. 1994.

BLUME, Roni. *Território e ruralidade: A desmitificação do fim do rural*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. *População e Família*. São Paulo, v. 1, n.º1. Pp.211- 234, jan/jun, 1998.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O Analfabetismo no Brasil: Lições da História. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, São Paulo, v.21, n.1, pp. 24-46, 2017.

BRAGA, Tiago de Castro. *Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: Os Garcia de Mattos na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1824. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 10/02/2019.

BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei n.1507, de 26 de setembro de 1867. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192555-da-regulamento-para-a-arrecaduu-do-imposto-sobre-industrias-e-profissues.html>>. Acesso em 22 de jun.2019.

BRASIL. Decreto nº 5.690 de 15 de julho de 1874. Diário Oficial das leis federais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5690-15-julho-1874-550413-publicacaooriginal-66366-pe.html>>. Acesso em 21 de jun.2019.

BRASIL. Decreto nº 9.870 de 22 de fevereiro de 1888. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9870-22-fevereiro-1888-542266-publicacaooriginal-50317-pe.html>>. Acesso em 21 de jun.2019.

BRASIL. Título primeiro, art. 9º, 4º de 24 de fev de 1891. Dispõe sobre os impostos de competência exclusiva dos Estados. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*, Poder Executivo, Brasília, 24 de fev de 1891 Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em 21 de jun 2019.

Brasil. Constituição Federal de 1891. Brasília. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>> Acesso em 10/07/2019.

BRAUDEL, Fernand. *La História y las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1970

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: USP, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1979.

CARNEIRO, Patrício A.S; MATOS, Ralfó E. S. Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. *Anais do Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: UFMG, 2010. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A081.pdf>>. Acesso 10/09/2019.

CARONE, Edgard. *A Primeira República: Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997

_____. Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuições para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: *Série Estudos- 2*. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ UFOP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

CLAVAL, Paul. *L'Évolution de la géographie humaine*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

CONSENTINO, Daniel do Val. História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica: 13º Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: Faculdade de Economia. (Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/daniel-do-val-cosentino.pdf>> Acesso em 10/05/2019. p. 1.

CONTEL, Fábio Betioli. *Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde*. Scielo, São Paulo, v.24. n. 2, pp. 447-460, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986

_____. “Espaço, um conceito chave da geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 15-47.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966.

_____. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6ª. Ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia Histórica: Algumas observações. *sÆculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 24, pp. 213- 225, 2011

CROCE, Marcus Antônio. O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6519684.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*, São Paulo, v.25, n.1. p. 226-247, 2006.

_____. Paisagem e População: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos da população nas Minas do começo do Dezenove. In. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais: Ouro Preto, Minas Gerais, 2002* pp 1-26. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/search/authors/view?firstName=Alexandre&middleName=Mendes&lastName=Cunha&affiliation=&country=>. Acesso em 15/12/2018.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas. Brasil: Editora Bertrand*, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: GLOBO, 2005.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: *Anais do XI encontro estadual de História. Rio Grande*

do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2012, pp. 223- 235. Disponível em http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em 09 de fev. 2019.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil*: os relatos diversos do Brasil coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FARIA, Maria Auxiliadora. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. 1995.

FARIA, Scheila S. de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Mariane de Oliveira. *Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade*: A produção nas teses de pós- graduação em Geografia de 2001- 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

FERREIRA, Luis Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil Imperial. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs). *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acesso, 2001. pp. 202- 232.

FLORINDO, Glauber Miranda. *Roupas Velhas ou Novas: As Câmaras Municipais no processo de construção do Estado Imperial Brasileiro (Mariana, 1828-1834)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FONSECA, AntonioAngelo Martins da. Em torno do conceito de região. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, pp. 89- 100, 1999.

FRAGA, Edilane Aparecida. *Um estudo sobre as condições sanitárias e saúde pública em Muriaé, Minas Gerais – 1920- 1929*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016.

FRAGOSO, João Luis. Economia Brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravo-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*: Editora Campus; Rio de Janeiro: Oitava edição revista e atualizada, 2000, pp. 145-195.

GARCIA, Silvio Marques; GARCIA, Daiene Kelly. A proteção ao trabalhador em contratos de arrendamento e parceria rural utilizados para ocultar vínculo de emprego. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, Franca. v.12, n.2, pp.269-292. dez. 2017.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia conceitos e temas*; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp 49- 77.

GOOTMAN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville. University Press of Virginia. 1973.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. *Publicações Braudel Papers*, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johan Jakob Von. *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Lancaster, Association of American Geographers. Apud CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito- chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

Imposto de indústrias e profissões – Histórico e Evolução – Cálculo sobre o Movimento Econômico dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais- Autorização Orçamentária. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/12435/11335>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

KITAGAWA, Sergio Tuguio Ladeira. O contexto religioso cristão do Brasil no século XIX: notas para um debate historiográfico. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: UFRN, 2013, pp. 1- 12. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364856714_ARQUIVO_Ocontextor_eligiosocristaodoBrasilnoseculoXIXnotasparaumdebatehistoriografico.pdf>. Acesso em 20/01/2019.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, fev. de 2006. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. *Revista Histórica*: Ed 8 de março de 2006.

_____. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, n. 8, março de 2006

_____. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. *Heera*, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, 2008.

_____. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767- 1820)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, Rio de Janeiro, 2013.

LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920. *V Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEFÉBVRE, Henry. (1974). *La Production de L' Espace*. Paris, Anthropos. ____ Espácio y Política. Barcelona, Ediciones Península (original em Francês de 1973)

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1979.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial, 1979.

_____; TEIXEIRA, Francisco C. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

_____. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARMENTINI, Paulo Afonso Lovera. Possibilidades de pesquisa no Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU): inventários e arrolamentos nas primeiras décadas do séc. XX. *MÉTIS: história e cultura*, Caxias do Sul- v 11, n. 21, p. 183-192, jan/ jun. 2012.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreira. *Repensando a historiografia mineira: aspectos demográficos, econômicos e sociais no século XIX e XVIII*. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito do espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, n. 2, pp. 95- 112, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. In: Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 2013, pp.1-25. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D05.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

_____. A indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: PIMENTA, Haydn Coutinho (Orgs). *II Seminário sobre a economia mineira: História econômica de Minas Gerais*; Diamantina: IPEA, 1983, pp. 75-95.

_____. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia exportadora*. In: Estudos Econômicos. N° 13. Jan/abr, 181-209, 1983.

_____. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Minas Gerais, p.93-130, n° 11, jul-dez, 1994.

MARTINY, Carina. Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: OIKOS, 2008. p.70-70. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carina_Martiny/publication/295245731_Das_presen%C3%A7as_e_aus%C3%Aancias_as_Atas_da_Camara_Municipal_de_Sao_Sebastiao_do_Cai_1875_a_1892_como_fonte_de_pesquisa/links/56c85f1e08ae1106370771bf.pdf>. Acesso em 21 de jan.2019.

_____. O saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro (na transição do Império para República). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. pp. 1-15. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030474_ARQUIVO_ANPUH2011CarinaMartiny2011ANPUH.pdf>. Acesso em 22 de agosto. 2019.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?* São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política de Espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

MELLO, Maria Tereza Chaves. A Modernidade Republicana. *Tempo*. Niterói, s/n, pp.15-31, 2008.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza São Paulo, 1845–1895*. Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. *Crônica de uma comunidade Cafeeira*. Carangola: o vale e o rio. Itatiaia. Belo Horizonte, 1990. Pag. 28.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Introdução. In MORAES, Antonio Carlos Robert; FERNANDES, Florestan (Orgs). *Ratzel*. São Paulo. Editora Ática. pp. 5- 25.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MOREIRA, Ruy. “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”. In: MOREIRA, Ruy. (Org). *Geografia, Teoria e Crítica*. Petrópolis: Ed Vozes , 1982.

_____. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo. Contexto, 2010.

MOREIRA, Emília. O espaço enquanto produto do trabalho: Uma contribuição ao ensino de Geografia. *Cadernos do Logepa*. João Pessoa. Vol 1, n. 2, pp. 33-46.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. *Saeculum–Revista de História*, João Pessoa n. 26, pp. 29- 45, 2012. p. 34.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

NUNES, Francivaldo A. Inventários e Partilhas. In. MOTTA, Márcia e GUIMRÃES, Elione (orgs). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Editora Horizonte &Eduff. Niterói, 2011.

NUNES, W. A. G. A.; KER, J. C.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FERNANDES FILHO, E. I.; GOMES, F. H. Relação solo-paisagem-material de origem e gênese de alguns solos no

domínio do “Mar de Morros”, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa, n. 25, p. 341-354, 2001

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc: 2005.

OSÓRIO, Lúcia. *Terras devolutas e latifúndio: os efeitos da lei de 1850*. 2ª edição. Ed. UNICAMP. Campinas, 2008.

PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, Maria. H; ALMEIDA, Mayara. A. R de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, n.5, pp. 153-167, 2016.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Heera*. Juiz de Fora, v.1, n 1 – Jul ./ Dez, 2006. p. 76.

_____. História da formação regional da Zona da Mata. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p. 64-5.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Burocracia pública na construção do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Rio de Janeiro, pp. 3-123, 2008.

PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora- 1870/1930*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993

_____. Commodity Chain e Evolução dos Padrões de Mercado. In: ANDRADE, Vitória, Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs). *As Várias Faces de Minas: Traços locais e regionais*; Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017, pp. 158- 192

PIRES, Cibélia Renata da Silva. O Desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX. *Histórica- Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 30, pp. 1-10, 2008.

POLON, Luana Caroline Künast Polon. Espaço Geográfico: Breve discussão teórica acerca do conceito. *Rev. Geogr. Acadêmica*, Roraima, v.10, n 2, pp 82-92, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRATES, Carlos. Relatório, *A Lavoura e Indústria da Zona da Mata*, apresentado ao Exmo Sr. Dr Secretário das finanças. Arquivo Professor Joel Peixoto Manoel. Belo Horizonte 1906.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: Lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. *Mediações*, Londrina, n. 1, pp. 55- 65, 2013.

REIS, Douglas Sathler. O Rural e o Urbano no Brasil. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*: ABEP. Caxambú, 2006, pp 1- 13. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1492/1457> . Acesso em 17 de fev. 2019

RESENDE, Edna Maria. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 2, n. 2, 2009.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moises. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *SciELO*, São Paulo, v.12, n.1, pp.121-165, jan-jun. 2006.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=54495>>. Acesso em 02/03/2020.

RODRIGUEZ, Margarida Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Orgs). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados: Editora UFGD 2010, pp. 35-49.

ROFMAN, Alejandro. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino*. Buenos Aires: SIAP/ PLANTEOS, 1974.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1997.

ROSSI, Daiane Silveira; WEBER, Beatriz Teixeira. Legislação Imperial e câmaras municipais: saúde e higiene (Santa Maria/ RS, século XIX). *SciELO*, São Paulo, v.34, n. 3, pp. 120-144, 2015.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. 2014. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 01/06/2019.

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986

SAINT- HILAIRE. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 p. 20.

SANTOS, Milton de A. *A cidade como centro de região*. Definições e métodos de avaliação de centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

_____. SANTOS, Sociedade e Espaço: Formação espacial como Teoria e como Método. In: SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156 p. Publicado inicialmente em Antipode, nº 1, vol 9, jan/fev em 1977.

_____. Categorias tradicionais, categorias atuais. In: Santos, Milton A. *Metamorfoses do espaço habitado*; São Paulo: HUCITEC, 1988, pp. 45- 60.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton A; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente. FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, pp 35- 51.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade, *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n.43, pp. 55-76, jan/jun. 2007.

_____; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, 2009.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de Terras e Transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870-1910. In: Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002, pp. 1-27. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519828.pdf>. Acesso em 08 mai. 2019.p. 12.

_____. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese (Doutorado em História), Niterói: PPGH/ UFF, 2008.

_____. A transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira. In. SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia (Orgs). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 89.

SILVA, Lenira Rique da. *A não espacialidade e questão da terra*. Natal: Editora Universitária/ UFRN, 1989.

SOLARI, Aldo. O Objeto da Sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Támas; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). *Vida Rural e Mudança Social*; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp 41- 55.

SOUZA, Williams Andrade de. *Administração, nomartização e civilidade: a Câmara Municipal de Recife e o governo da cidade (1829- 1849)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

SORMANI, Horácio. *Formación social y formación espacial: hacia uma dialética de los asentamientos humanos*. Estudos sociales Centro Americanos. São José da Costa Rica,/ s. ed./ 6 (17): 14 maio/ ago. 1977.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMANN, Carle C; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo; Hucitec, 1986, pp, 198- 224.

SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp 77- 116.

STRAFORINI, Rafael. A Invenção dos Caminhos Reais do Ouro: Formação Territorial e as Estratégias de Apropriação Territorial dos Eixos de Circulação no Século XVIII. *Espaço Aberto*, PPGG- UFRJ, V. 2, n. 2, pp. 87-108, 2012.

SUZUKI, Júlio Cesar. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera, Presidente Prudente*, n.10, pp. 134- 150, 2007.

TAUNAY. Affonso. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro; Departamento Nacional do Café, 1939- 1943, v. 2. P. 355. Nos informa que no ano de 1819 já se exportavam 9.707 arrobas de café na capitania, sendo 9.256 provenientes de Matias Barbosa, município localizado na parte sul da região.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea. O conceito de território como categoria de análise. *XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, 2010. p. 75-78

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Revista Mal estar e Sociedade- Ano V*. Barbacena, v. 5, n. 8, p. 63-83. janeiro/junho. 2012. Pp- 65.

TEXEIRA, Rubenilson Brazão. Natal, vila ou cidade? *Mercator*, Fortaleza, v.18, pp.1-14, 2018

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, direção de Fernando Henrique Cardoso). Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978. 332 p. *apud* PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). *História*, São Paulo, n. 28, pp. 775-796. p.778.

VENÂNCIO. Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Varia História*. Número especial. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, nº. 21, jun., p.181-189, 1999.

VERMELHO, José de Oliveira. O município de Muriaé e seus Cursos d' água. *Revista de historiografia Muriaeense*. *Muriaé* (3): 11-19, fev 1980 pp 12- 15;

VIANNA, Francisco José Oliveira. 3 ed. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*, Niteroi, s/n, pp.137-161, 2011...p.138.

WAGEMANN, Ernest. *La población en el destino de los pueblos*. Santiago: Editorial Universitaria, 1949.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação Brasileira 1889-1937*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

XAVIER, Érica da Silva. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. *Antíteses*, Londrina vol. 3, n. 6, pp. 1097-1112, jul./dez. 2010.